

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**THIAGO ANDRADE DOS SANTOS**

**A VIDA DA E NA CIDADE ENTRE A OBRA E O PRODUTO:  
Uma reflexão a partir da produção do espaço da metrópole belo-horizontina**

**Belo Horizonte  
Agosto de 2014**

**THIAGO ANDRADE DOS SANTOS**

**A VIDA DA E NA CIDADE ENTRE A OBRA E O PRODUTO:  
Uma reflexão a partir da produção do espaço da metrópole belo-horizontina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de Concentração:** Organização do Espaço.

**Linha de Pesquisa:** Produção do espaço e geografia urbana

**Orientador:** Prof. Dr. Geraldo Magela Costa

**Belo Horizonte  
Agosto de 2014**

S237v  
2014

Santos, Thiago Andrade dos.

A vida da e na cidade entre a obra e o produto [manuscrito] : uma reflexão a partir da produção do espaço da metrópole belo-horizontina / Thiago Andrade dos Santos. – 2014.

215 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Geraldo Magela Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2014.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço e Geografia Urbana.

Bibliografia: f. 204-215.

1. Espaço urbano – Teses. 2. Planejamento urbano – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Alienação (Filosofia) – Teses. 4. Desenvolvimento social – Teses. I. Costa, Geraldo Magela. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 711.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

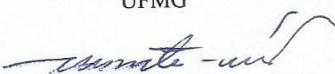
**A VIDA DA E NA CIDADE ENTRE A OBRA E O PRODUTO: Uma reflexão a partir da produção do espaço da metrópole belo-horizontina.**

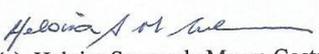
**THIAGO ANDRADE DOS SANTOS**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 02 de setembro de 2014, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Geraldo Magela Costa - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Roberto Luís de Melo Monte-Mór  
UFMG

  
Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa  
UFMG

  
Prof(a). Cibele Saliba Rizek  
IAU/USP - São Carlos

Belo Horizonte, 2 de setembro de 2014.

## **DEDICATÓRIA**

**Aos meus pais, irmã e avós.  
À Sara por seu amor e à sua família pelo apoio.**

## AGRADECIMENTOS

Na impossibilidade de mencionar a totalidade daqueles que contribuíram com essa pesquisa, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização dessa etapa muito importante da minha vida. Não tenho condições de expressar em palavras toda a minha gratidão e admiração por todos aqueles que trazem coisas positivas para minha vida. Sem vocês esse trabalho não seria possível. Fazendo esta dissertação, descobri o verdadeiro sentido da ideia de trabalho coletivo comumente empregado nos agradecimentos de dissertações e teses.

A todos os meus familiares, especialmente à minha mãe Maria Cândida, ao meu pai Waldeck, à minha irmã Naiara, à minha avó Cacilda, ao meu avô Lindauro, ao meu tio Wagner, à minha tia Simone, à minha tia Mariléia e à minha tia Marineide por todo o suporte, não somente durante essa pesquisa, mas ao longo de toda a minha vida.

À Sara Cristina, por seu amor que me acolheu nos momentos mais difíceis e pelo seu companheirismo, amizade e compreensão, que se não fosse por eles este trabalho não seria possível. Também, agradeço a toda a sua família pelo modo acolhedor com o qual me receberam.

Ao meu orientador, Geraldo, pelas inúmeras contribuições à minha pesquisa, mas também por todas as outras contribuições em diversos momentos de minha formação acadêmica. Agradeço pelas conversas desde quando orientou meu Trabalho de Conclusão de Curso, monografia, e pela compreensão de minhas limitações. Tenho certeza que os conhecimentos que você compartilhou comigo foram fundamentais para concretização deste e de outros estudos que virão.

À Heloisa Costa, pelos comentários e sugestões em meu Seminário de Dissertação, pela disponibilidade para participar da banca examinadora da Defesa desta dissertação e pelos diversos outros diálogos e ensinamentos que me ajudaram a seguir em frente ao longo de praticamente toda a minha trajetória acadêmica.

Ao Professor Roberto Luís Monte-Mór, pela disponibilidade para a participação no Seminário e na Defesa desta dissertação. Suas contribuições, ainda no seminário da dissertação foram muito úteis para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Cibele Rizek pela disponibilidade em compor a banca para Defesa desta dissertação e também pelas importantes contribuições.

Aos professores Doralice Pereira e Rita Velloso, que aceitaram gentilmente participar como membros suplentes da banca da defesa.

A todos os meus verdadeiros amigos: Marcelo Rodrigues, Breno Diniz, Talison Françoise, Gilmar Souza, Wagner Costa, Fernando Oliveira, André Rodrigues, Fabiano Macena, Odilon Silva e outros que posso estar me esquecendo, pelos momentos agradáveis que me proporcionam, nos quais também aprendo parte das coisas e dos valores que levo para o resto da vida. São pessoas que sempre entenderam a minha ausência, pois sabiam o quanto estava sendo desgastante para mim a realização desta dissertação.

A todos os amigos e colegas com os quais tive o prazer de conviver, aprender e ensinar nesses anos na UFMG, Éric Rezende, Raphael Diniz, Cristiano Senna, Ludimila Rodrigues, Chrystiann Lavarini, Marcos Gustavo, Daniela Adil, Cláudia Orduz, Wesley Cantelmo, Rafael Alves, Reinaldo dos Santos, Felipe Magalhães e tantos outros que não forma mencionados.

Aos professores Doralice Pereira, Sérgio Martins e Rogata Soares pela inspiração, pela grande vontade e disposição em compartilhar seu conhecimento com seus alunos.

A todas as pessoas com quem conversei e utilizei suas falas e diálogos em minha pesquisa, pois suas experiências no tempo e no espaço inspiraram minha pesquisa.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, pois foi de grande auxílio e permitiu que pudesse me concentrar apenas na concepção e escrita desta dissertação de mestrado.

## **EPÍGRAFE**

*“We can walk our road together*

*If our goals are all the same*

*We can run alone and free*

*If we pursue a different aim*

*Let the truth of love be lighted*

*Let the love of truth shine clear*

*Sensibility*

*Armed with sense and liberty*

*With the heart and mind united in a single*

*Perfect Sphere”*

*(RUSH – Cygnus X-1 Book II Hemispheres)*

## Sumário

|   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| FOLHA DE APROVAÇÃO.....   | <b>Erro! Indicador não definido.</b> |
| DEDICATÓRIA .....   | iv                                   |
| AGRADECIMENTOS.....   | v                                    |
| EPÍGRAFE .....  | vii                                  |
| LISTA DE FIGURAS.....   | x                                    |
| RESUMO .....  | xi                                   |
| ABSTRACT .....  | xii                                  |
| INTRODUÇÃO .....  | 13                                   |
| CAPÍTULO 1 – A SUJEIÇÃO DO CRIADOR DIANTE DE SUA CRIAÇÃO: OS (DES)CAMINHOS DA PRÁXIS SOCIAL EM MEIO À ECLOSÃO DO TRABALHADOR ASSALARIADO..... | 34                                   |
| 1.1 - Introdução .....  | 34                                   |
| 1.2 – Introdução à sociabilidade moderna e à crise da apropriação .....   | 34                                   |
| 1.2.1 – A ascensão do capital .....   | 37                                   |
| 1.2.2 - A crítica de Marx à economia política.....  | 44                                   |
| 1.2.3 – A alienação espacial .....  | 52                                   |
| CAPÍTULO 2 – O PAPEL DO ESTADO MODERNO NA REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO.....  | 60                                   |
| 2.1 – Introdução .....  | 60                                   |
| 2.2 - O poder, o Estado e a reprodução ampliada do valor .....  | 60                                   |
| 2.2.1 - Os modos de operação da racionalidade do Estado.....  | 68                                   |
| 2.2.2 – A racionalização do/no espaço urbano: tensões entre os que “sabem” e os que “não sabem” .....   | 71                                   |
| 2.2.3 – A institucionalização do político e os (des)caminhos para a verdadeira democracia.....  | 75                                   |
| CAPÍTULO 3 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE .....  | 81                                   |
| 3.1 – Introdução .....  | 81                                   |
| 3.2 - A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a crítica da economia política do espaço.....   | 81                                   |
| 3.2.1 - A produção e a indução das diferenças .....   | 94                                   |
| 3.3 – A produção da metrópole belo-horizontina.....   | 97                                   |
| 3.4 – O planejamento estratégico para o Eixo Norte da metrópole belo-horizontina .....  | 114                                  |
| CAPÍTULO 4 – AS CONTRADIÇÕES DA E NA REESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE BELO-HORIZONTINA CONTEMPORÂNEA .....   | 122                                  |
| 4.1 - Introdução .....  | 122                                  |
| 4.2 – O Eixo Norte da metrópole belo-horizontina e a reprodução das relações de produção ....   | 123                                  |

|   |     |
|---|-----|
| 4.3 – A quebra das barreiras espaciais para o capital e as novas barreiras erguidas para os trabalhadores de baixa renda .....                                      | 130 |
| 4.4 – Os grandes projetos de reestruturação urbana e seus desdobramentos para as práticas espaciais .....   | 142 |
| 4.5 – A espetacularização da e na metrópole belo-horizontina pela (re)valorização do seu “Baixo Centro” .....   | 151 |
| 4.6 - A realização da economia política do e no espaço urbano: algumas considerações .....  | 160 |
| CAPÍTULO 5 – OS CONFLITOS NO COTIDIANO DA METRÓPOLE E AS (IM)POSSIBILIDADES DO URBANO .....   | 167 |
| 5.1 - Introdução .....  | 167 |
| 5.2 - O urbano, uma utopia concreta .....   | 168 |
| 5.3 – Os descompassos entre os ritmos do corpo e os ritmos da produção no cotidiano da metrópole belo-horizontina .....   | 176 |
| 5.4 - A institucionalização do político e a inscrição da práxis social nas tramas reprodutivas do capital .....   | 184 |
| 5.5 – Um breve ensaio crítico acerca das manifestações de junho de 2013 no Brasil: a necessidade de se (re)pensar a ação política também por um viés espacial ..... | 187 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 197 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....  | 204 |

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| <i>Figura 01:</i> Adolescente amarrado a um poste no Rio de Janeiro.....  | 46  |
| <i>Figura 02:</i> Panfletos do empreendimento Reserva Real.....   | 56  |
| <i>Figura 03:</i> Rua Augusto de Lima esquina com Rua da Bahia na década de 1940.....   | 99  |
| <i>Figura 04:</i> Edifício dos Correios na Avenida Afonso Pena em 1935.....   | 99  |
| <i>Figura 05:</i> Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica em 18 capitais do Brasil – janeiro de 2014.....      | 106 |
| <i>Figura 06:</i> Mapa do macrozoneamento urbano de Lagoa Santa.....  | 110 |
| <i>Figura 07:</i> Grandes projetos do Eixo Norte da RMBH e os possíveis fluxos gerados.....   | 117 |
| <i>Figura 08:</i> Centro Administrativo de Minas Gerais e seu entorno.....  | 125 |
| <i>Figura 09:</i> Avenida Antônio Carlos 1950 .....   | 133 |
| <i>Figura 10:</i> Lagoa da Pampulha em 1948.....  | 133 |
| <i>Figura 11:</i> Frigorífico FRIMISA e ao fundo o conjunto habitacional Carreira Comprida, na década de 1970.....                        | 134 |
| <i>Figura 12:</i> População residente e crescimento populacional – Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1980/2010..... | 137 |
| <i>Figura 13:</i> Oportunidades de negócios identificados em Belo Horizonte.....  | 148 |
| <i>Figura 14:</i> Croqui com os usos do espaço do “Baixo Centro”.....   | 153 |
| <i>Figura 15:</i> Croqui com os usos noturnos do espaço do “Baixo Centro” .....   | 153 |
| <i>Figura 16:</i> Croqui do “Baixo Centro” .....  | 157 |
| <i>Figura 17:</i> Hotel Golden Tulip como era e o que se tornará depois das obras.....  | 158 |
| <i>Figura 18:</i> Protestos de junho de 2013, em Belo Horizonte.....  | 191 |
| <i>Figura 19:</i> Protestos de junho de 2013, em Belo Horizonte.....  | 191 |
| <i>Figura 20:</i> Protestos de junho de 2013, em Belo Horizonte.....  | 191 |
| <i>Figura 21:</i> Protestos de junho de 2013, em Belo Horizonte.....  | 191 |
| <i>Figura 22:</i> Protestos de junho de 2013, em Belo Horizonte.....  | 191 |
| <i>Figura 23:</i> Protestos de junho de 2013, em Belo Horizonte.....  | 191 |

## RESUMO

Por meio desta pesquisa busca-se compreender a dimensão espacial do processo de apropriação da práxis social pelo capital e os seus desdobramentos para o cenário da luta de classes no espaço urbano, a partir da produção do espaço da e na metrópole belo-horizontina. Parte-se do pressuposto de que é a própria inclusão ao mundo moderno que produz à exclusão e tal fato expressa-se nas contradições imanentes à vida cotidiana, especialmente nas metrópoles.

O pensamento dialético, enquanto o pensamento do devir (LEFEBVRE, 2011 [1948], p. 103), permite identificar as contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista e que anunciam a possibilidade do novo. Em contrapartida, as *representações* tentam impedir que esse novo, representado pelo inesperado, pelo não previsto, pelo não repetitivo ou pelo não controlado, aconteça. É nas práticas espaciais que as abstrações ganham concretude, portanto, nada mais inquietante, esclarecedor, perigoso, oportuno e incerto que investigar essas práticas, indo ao encontro dos sujeitos na metrópole. Investiga-se os modos pelos quais os capitais tentam solucionar suas crises, utilizando o processo de urbanização para tal finalidade. À vista disso, a compreensão e o estabelecimento de uma visão crítica acerca da problemática urbana passam pela crítica do *cotidiano* e de seus *ritmos*, pois as metrópoles tendem a ser regidas pela *lógica do capital*.

Discute-se, portanto, a produção capitalista do espaço para além do processo de modernização e estruturação espacial. Este estudo é uma porta de entrada para a apreensão das contradições e determinações do processo de urbanização contemporâneo de Belo Horizonte nas suas formas e nos seus conteúdos. Objetiva-se a compreensão dos desdobramentos do processo de modernização para a vida social, tendo em conta a dialética que permeia a relação entre as diferentes dimensões da produção do espaço; o *concebido*, o *percebido* e o *vivido*. Nossa análise transita das *representações do espaço* aos *espaços de representação* para realizar a crítica da economia política do espaço. A realidade empírica que motivou este estudo é a metrópole de Belo Horizonte, uma cidade que já nasceu para ser metrópole e sempre foi divulgada como um signo da vanguarda brasileira, mas que é a expressão de uma inautêntica modernidade. Estabelecemos uma aproximação com a produção do espaço da metrópole belo-horizontina a partir do processo de reestruturação espacial do Eixo Norte da Região Metropolitana, visando apreender as estratégias do Estado e do capital para a reprodução das relações de produção,.

Finalmente, promove-se uma reflexão acerca da hipótese de que o processo produção do espaço contém as possibilidades e impossibilidades para o *urbano*, pois suas contradições imanentes indicam as dificuldades de o capital lidar com as crises da reprodução das relações sociais de produção nas metrópoles.

**Palavras-Chave:** Produção do espaço, metropolização, cotidiano, urbano, alienação, reestruturação urbana

## ABSTRACT

Through this research we seek to understand the spatial dimension of social praxis appropriation process by capital and its impact to the class struggle setting in the urban space from the production of Belo Horizonte metropolis's space. From the processes of urban and social life restructuring, we assume that is the inclusion to modern age which produces exclusion and this fact is expressed in contradictions immanent to everyday life, especially in cities.

Dialectical thinking, while thinking of becoming (Lefebvre [1948] 2011, p. 103), identifies the inherent contradictions of capitalist mode of production and announces the possibilities of the new. In contrast, the *representations* try to avoid the new, represented by the unexpected, the unforeseen, the uncontrolled or the non-controlled, happen. Is in the spatial practices that abstractions becomes concrete, so nothing more disturbing, enlightening, dangerous, and uncertain that investigate these practices, meeting the subjects in the metropolis. We investigate the ways in which the capital try to solve their crises, using the urbanization process for this purpose. Thus, the understanding and the establishment of a critical point of view about the urban processes passes by the critique of *everyday life* and its rhythms, because metropolis tend to be governed by the *logic of capital*.

Therefore, we discuss the capitalist production of space in addition for beyond spatial structuring and modernization process. This study is a gateway to the comprehension of contradictions and determinations of Belo Horizonte contemporary urbanization process in their forms and their content. We aim to understand the consequences of social life modernization process, considering the dialectic that exists in the relationship between the different dimensions of the production of space; *the conceived, the perceived and the lived*. Our analysis transits from the *representations of space* to the *spaces of representation* seeking the critique of political economy of space. The empirical reality that motivated this study is the Belo Horizonte metropolis, a city that was born to be metropolis and was always reported as a sign of the Brazilian vanguard, but is the expression of an inauthentic modernity. We established an approach to the production of the Belo Horizonte metropolis space from its north vector spatial restructuring process, seeking the understanding of the State and capital strategies in the reproduction of social relations of production,.

Finally, we promoted a reflection based in hypothesis that the production of space process contains the possibilities and impossibilities for *urban life*, because its immanent contradictions indicate the difficulties of capital overcomes its crisis to the reproduction of social relations of production in the metropolis.

**Key-words:** Production of space, everyday life, urban, alienation, metropolization, urban restructuring

## INTRODUÇÃO

“O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia. A riqueza a partir da qual muitos dos serviços que nos apóiam, entretêm, educam, ressuscitam ou purificam são fornecidos é criada por meio desses fluxos. Ao tributar esse fluxo os Estados aumentam seu poder, sua força militar e sua capacidade de assegurar um padrão de vida adequado a seus cidadãos. Se interrompemos, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados” (HARVEY, [2010] 2011, p. 7).

A modernidade, entendida como um conjunto de experiências vitais de tempo e espaço, de si mesmo, dos outros e das possibilidades e perigos da vida experimentados por homens e mulheres (BERMAN, 1986, p. 24) nos coloca diante da dura condição de se ter “o transitório como modo de vida” (MARTINS, [2008] 2012, p. 22). Na sociedade capitalista, “a modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual” (MARTINS, [2008] 2012, p. 22) legitimada por discursos de caráter evolucionista em que os “possuidores da história” (DEBORD [1968] 2003, p. 107) atribuem um sentido ao tempo como se houvesse um caminho irreversível a ser trilhado na história humana. A modernidade está, portanto, intimamente relacionada à ideia de um “tempo espetacular” identificado por Debord ([1968] 2003, p. 126), o tempo do capital.

Em países latino-americanos como o Brasil, o estudo da modernidade passa “pelo reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade” (MARTINS, [2008] 2012, p. 19), mas, essencialmente, de sua inautenticidade, pois, no processo de apropriação da práxis social pelo capital, a ideia da uma vida moderna aparece como um discurso legitimador proferido pelos intelectuais orgânicos burgueses. Ao atribuir um comportamento linear ao tempo social, o capital estabelece também uma separação entre o novo e o velho, acusando de ser tradicional e/ou não servir para a instauração do “irreversível” mundo moderno práticas e modos de vida não produtivos de mais-valor. Hissa (1997, p. 2) nos conta que “a modernidade fundamenta-se nas prometidas luzes da ciência, talvez, mais do que isso, a ciência é um dos pilares da modernidade tal como esta foi concebida”. No campo discursivo, o projeto de modernidade prometia a libertação dos homens e mulheres das

intempéries da natureza, “a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, libertação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana” (HARVEY, [1989] 1992, p. 23). No entanto, uma aproximação à realidade social contemporânea mostra que, em grande medida, a cientificidade advinda da modernidade foi utilizada para criar irracionalidades e barbáries, a julgar pelas grandes guerras mundiais e pelas desigualdades sociais.

Começou-se falando de modernidade, pois essa é uma discussão que perpassa todo este estudo. Verifica-se que muito se discute a questão das desigualdades sociais a partir da ideia de exclusão a uma modernidade inacabada. O que se propõem neste estudo é mostrar que é, justamente, o fato de milhares de pessoas estarem sendo incluídas ao modo de vida moderno o produtor disso que é tratado por exclusão, pois na modernidade a desigualdade social é estrutural. Na realidade o que cria a exclusão é a obrigatoriedade de se estar incluído. Conforme se discute mais adiante, o mundo moderno é essencialmente o mundo do trabalho assalariado e o processo de modernização está profundamente articulado à busca pela reprodução dessas relações de produção. Para tal finalidade, os costumes e modos de vida ditos tradicionais são tragados para a vida moderna, que, por seu turno, não pode comportar a todos.

Muitas coisas têm sido ditas acerca da suposta passagem da modernidade para a pós-modernidade ter representado uma ruptura dentro da lógica do modo de produção capitalista, entretanto, por considerarmos que a essência do capitalismo continua a mesma, a sujeição do trabalho humano concreto ao capital, não há como considerar essa hipótese como verdadeira. Pensar, por exemplo, em um mundo pós-industrial é quase o mesmo que pensar que as mercadorias produzem a si mesmas. Acerca dessa discussão, concorda-se com Bauman ([2000] 2001) e sua ideia de uma “modernidade líquida” ou com Harvey ([1989] 1992), que entende a pós-modernidade como uma “nova” moldura no campo cultural disseminada no seio da sociedade de massas, mas que na prática social consiste na passagem da produção do capitalismo fordista (modernista) para o flexível (pós-modernista). As contradições internas ao capital incitaram diversas mudanças nos campos cultural, discursivo e prático sem que houvesse uma mudança em sua essência, a geração de mais-valor pela exploração da força de trabalho dos indivíduos. Ao longo desses processos históricos marcados pelas particularidades de cada regime de acumulação e suas crises estruturais, o capitalismo foi deixando de ser “sólido” e “pesado” para ser “líquido” e “leve” (BAUMAN [2000] 2001, p. 65-75). Houve simplesmente uma sucessão de

rearranjos que foram tornando ainda mais velozes os ritmos da vida social. Basta observar que, com a abundância de produtos nos mercados e seu descarte pela obsolescência programada, o consumo tornou-se um consumismo tão exacerbado que até as próprias *representações* que dão sentido social às mercadorias são consumidas. As pessoas passaram a querer consumir também o *status* social proporcionado pelas grandes marcas, tanto quanto o valor de uso que esses produtos possuem. Também, a financeirização da economia deu mais dinamismo ao processo de valorização dos capitais, permitindo a estes obter lucros a partir da especulação propiciada pelas oscilações dos preços das mercadorias nos mercados em escala global. Grosso modo, isso é a “obtenção de dinheiro a partir de dinheiro” sem diretamente passar pela produção de mercadorias, muito embora precise ser dito que a produção continua a existir, sim, pois as indústrias ainda estão por aí. Por isso, esses capitais buscam também a exploração do trabalho em escala global.

Nesse contexto supracitado, as metrópoles são fenômenos sociais que materializam todas essas questões envolvendo a exploração do trabalho pelo capital e isso exige que atentemos também para a dimensão espacial desses processos. Por seu turno, a análise da contraditória relação entre capital e trabalho inscrita nas metrópoles sugere uma aproximação ao cotidiano e requer a análise dos ritmos que regulam a vida social. Para aproximar o leitor dessa discussão aparentemente de natureza mais teórica, coloca-se algumas situações corriqueiras do cotidiano. Todos nós já dissemos frases do tipo; “*gostaria que meu dia tivesse trinta horas*” ou “*minha vida está tão atarefada que não estou tendo mais tempo nem para comer*”. Ou, quem nunca se viu tendo que conversar rapidamente com alguém ou fazer coisas muito depressa para “*ganhar tempo*”? Pois é, “*tempo é dinheiro*”, como disse Benjamin Franklin, em 1748. Ora, como diz Lefebvre, “em todos os lugares onde há ritmo, há medição, o que quer dizer lei, a obrigação calculada e esperada, um projeto” (LEFEBVRE, [1992] 2004, p. 8, tradução nossa). Vivemos nossas vidas, tendo que nos render às batidas do relógio e essa cotidianidade tem a modernidade como sua moldura (LEFEBVRE, [1968] 1991, p.82).

Dado que as metrópoles são a expressão máxima da modernização das sociedades, esta pesquisa tem como objeto de análise a produção do espaço da e na metrópole belorizontina contemporânea e discute, a partir desse fenômeno, a dimensão espacial assumida pela relação entre capital e trabalho. Objetiva-se mostrar como o capital tenta se reproduzir na metrópole e também tenta produzir-la, processo esse que evidencia não somente as estratégias para a manutenção de sua hegemonia como forma de sociabilidade

dominante, mas também suas contradições, fragilidades e aberturas para não instituído. À vista disso, pensa-se que a reestruturação territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), especialmente a do seu Eixo Norte, permite a apreensão, em ato, do movimento da totalidade, assim como o estabelecimento de uma visão crítica acerca desse processo. No entanto, a metrópole não é apenas pensada e imaginada, ela é, sobretudo, vivida. Portanto, apesar desta análise concentrar a maior parte dos esforços tentando desvendar as determinações do concebido do espaço, também promove-se aproximações com a dimensão do *vivido*, ainda que de forma preliminar e até mesmo ensaística. Chega-se neste estudo ao *cotidiano*, extraíndo dele algumas *representações, ideologias, vivências e práticas* dos agentes sociais que vivem e produzem a metrópole. Tal abordagem serve para mostrar que as interpretações e as críticas proferidas neste estudo estão ancoradas na realidade concreta e não em uma pura especulação das ideias. Ou seja, busca-se abstrair da realidade concreta da metrópole em constante transformação os elementos teóricos para sua compreensão e crítica.

A vida e as transformações das e nas cidades tornadas metrópoles emergem nas análises acerca do mundo moderno como o laboratório privilegiado para a apreensão das determinações da reprodução das relações sociais sob o modo de produção capitalista. Desde os estudos de Engels acerca da situação da classe trabalhadora na Inglaterra, a magnitude alcançada pelo processo de urbanização e modernização das sociedades, sobretudo as capitalistas, a partir do século XIX<sup>1</sup>, tem estimulado diversos pesquisadores a dar mais atenção a esse fenômeno que acontece diante dos olhos de todos. Os próprios estudos de Marx, em “*O Capital*”, já consideravam a importância das cidades e da urbanização para a reprodução do capital, no entanto, não há uma sistematização mais elaborada sobre esse tema em seus escritos. Marx, em função do momento histórico em que viveu, não conferiu centralidade à urbanização, mas, certamente, foi aquele que melhor compreendeu as determinantes que regem seus elementos fundadores e estruturadores, a lógica do capital. Seus textos são a base para toda uma tradição dos estudos urbanos subsequentes, que conta com autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Jean Lojkin, Christian Topalov e tantos outros. Tendo como ponto de partida os aportes teóricos, conceituais e metodológicos iniciados com os estudos de Marx e Engels,

---

<sup>1</sup> Outros bons textos para a compreensão da urbanização na Europa do século XIX são; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982. Ver também BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Editora Presença, Portugal e Livraria Martins Fontes, Brasil. 1983.

esses pesquisadores foram pioneiros ao mostrar como as cidades, aos poucos, foram sendo transformadas em capital. Suas análises permitem, entre outras coisas, que se compreenda como o espaço abstrato (que é uma categoria lefebvriana) vai sendo configurado. Por essa perspectiva, pode-se compreender como a cidade tornou-se condição para a reprodução ampliada do capital, pois concentra a mão-de-obra necessária em grande quantidade, inclusive em excesso, a infraestrutura para a produção, o escoamento da produção e o mercado consumidor para essas mercadorias. Neste estudo, utiliza-se as análises desses pesquisadores, pois considera-se que essa perspectiva é importante para que se possa entender também como o valor de troca das cidades passa a prevalecer sobre o seu valor de uso.

Harvey (1981, p. 91, tradução nossa) infere que *acumulação e luta de classes* são temas gêmeos como dois lados da mesma moeda e são diferentes janelas para ver a totalidade da atividade capitalista. Ao transportar categorias de Marx como *capital fixo, valor, valor de uso, valor de troca e mais-valia* para o processo de urbanização e tentar mostrar como o ambiente construído das cidades pode ser analisado também por essa perspectiva, Harvey nos ajuda a pensar a luta de classes e a relação capital-trabalho para além do chão de fábrica.

“Surtem circunstâncias em que o capital fixo ‘aparece não como um mero instrumento de produção dentro do processo produtivo, mas como uma forma independente de capital, na forma de ferrovias, canais, estradas, aquedutos, melhorias na terra, etc.’ (MARX, [1941<sup>2</sup>] 1973, p. 686-7 apud HARVEY, [1982] 1990, p. 226, tradução nossa). O Capital fixo de tipo ‘independente’ pode ser distinguido do capital fixo atrelado imediatamente ao processo produtivo por uma específica função por ele realizada em relação à produção – em ato, conforme Marx salientou, ele funciona como ‘condição geral de produção’” (MARX, [1941] 1973, pp. 686-7 apud HARVEY, [1982] 1990, p. 226, tradução própria).

Harvey entende que a urbanização implica a criação de uma infraestrutura física para a produção, circulação, troca e consumo, então, deve-se considerar também a maneira que esse ambiente construído é produzido e a sua função enquanto um recurso do sistema – um complexo de valor de uso (ou seja, um capital fixo) – para a produção de valores e mais-valia (HARVEY, 1981, p. 91, tradução nossa).

---

<sup>2</sup> Esses Manuscritos foram finalizados por Marx em 1858, mas só foram publicados postumamente em 1941.

À vista disso, a realidade empírica que motiva este estudo e da qual partimos na tentativa de compreensão dos movimentos da totalidade social<sup>3</sup> é a metrópole belo-horizontina. Belo Horizonte, fundada em 1897, e que foi planejada para ser um exemplo de cidade moderna e livre dos “problemas” das cidades de crescimento “espontâneo”, teve sua área central desenhada pelas mãos do engenheiro Aarão Reis e sempre foi divulgada em todo o país como um signo da vanguarda brasileira. No final do século XIX, o planejamento modernista de inspiração européia serviu de molde para a construção de Belo Horizonte e, em alguma medida, de outras cidades brasileiras como Aracaju (1855), Goiânia (1935) e Brasília (1960). A construção de Belo Horizonte foi uma demonstração de força das elites brasileiras na busca da afirmação da recém-instituída república. Desde então, o tão proclamado encontro com a vida moderna tem estado presente nos discursos e práticas que atuam para legitimar as perenes e profundas transformações pelas quais a vida na cidade de Belo Horizonte passou e ainda vem passando ao longo de sua curta existência. Entretanto, esses constantes processos de transformação das cidades não se resumem a Belo Horizonte, pois estão generalizados por todas as metrópoles brasileiras e também de outros países. No entanto, a intensidade e a velocidade dessas transformações pelas quais Belo Horizonte vem passando, principalmente na última década, nos motiva a investigar mais de perto essa nova realidade que se desenha. São transformações que transcendem a estruturação física do território, pois se conectam com a produção de novas formas de experiência do tempo e do espaço intermediadas pela lógica do capital. As conversas nas calçadas, os romances no portão, as festas nos bairros, o lúdico, o futebol de rua com os amigos, enfim, os ritmos do corpo e tempo improdutivo foram, aos poucos, se alinhando ao tempo da produção.

Ao se observar o cotidiano da, doravante, metrópole belo-horizontina pode-se perceber que aquilo que não é produtivo e ou atrapalha a produção acaba sendo combatido e eliminado. Impõe-se uma necessidade de adaptação a esse tempo da produção e quem não consegue se adaptar está excluído do mercado de trabalho e da vida urbana. O tempo gasto diariamente nos transportes coletivos e no ambiente de trabalho revela vidas estruturadas em função do trabalho. O corpo, no entanto, não compartilha a mesma noção de tempo e isso se expressa no desejo sexual que não escolhe hora para aflorar ou nas dores que aparecem e nos avisam que é momento de descanso. No entanto, os desejos do

---

<sup>3</sup> Na perspectiva de Santos ([1996] 2012, p. 119), a totalidade é aberta e está em constante movimento, além do fato de não podermos compreendê-la como a simples soma das partes que a compõem. “Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se”.

corpo têm que ser controlados e reservados para os momentos externos ao ambiente e ao tempo do trabalho. Isso sinaliza uma contradição. As determinantes que conferem humanidade ao homem passam para o segundo plano e as necessidades do capital, para o primeiro. Das constantes criações de novas vias públicas à necessidade de alargá-las pelo seu entupimento provocado pelo grande consumo da mercadoria automóvel, Belo Horizonte, em pouco mais de um século de vida, mostra sua face de cidade fordista. A incompatibilidade entre os ritmos da produção e do corpo é acentuada pelo fato de os trabalhadores ainda terem que perder horas em ônibus lotados para se deslocar do trabalho para casa e da casa para o trabalho, mesmo em face da necessidade de deslocamento *just in time* da força de trabalho demandada pelo capital.

Em um momento em que o Eixo Norte de Belo Horizonte, formado pelos municípios de Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará, São José da Lapa, Confins, Lagoa Santa, Jaboticatubas, Matozinhos, Capim Branco e Pedro Leopoldo, passa por um intenso processo de modernização, podemos ver, em ato, que a urbanização expressa o movimento da totalidade social, o que evidencia o fato de a produção do espaço ter se tornado algo fundamental para a continuidade da reprodução dos capitais e das relações de produção. Nesse processo, o Estado é estrutural. Apesar de este estudo partir de processos que estão ocorrendo na metrópole belo-horizontina e esta possuir suas próprias dinâmicas, conflitos e contradições, entende-se que a compreensão e crítica da essência desses processos extrapolam a escala metropolitana, pois a metrópole é apenas parte das estratégias reprodutivas do capital, que avança sobre todo o espaço físico, mental e social.

Assim sendo, as questões municipais e ou metropolitanas, aqui, nos interessam apenas à medida que nos permitem apreender as estratégias que o capital utiliza para romper essas barreiras que são, essencialmente, fictícias. São mediações, portanto. Tais recortes também nos interessam para tratarmos das possíveis estratégias dos poderes públicos locais, dos capitais e dos demais agentes sociais que possam estar inscritas nessas escalas de ação. As fronteiras espaciais não existem para o capital, pois este possui uma lógica independente que não está inscrita em fronteiras administrativas. A questão fronteira e territorial apenas mostra as várias escalas da contraditória separação entre Estado e sociedade civil e manifesta as distintas escalas do poder estatal sobre o conjunto da população e sobre o espaço. Objetiva-se, portanto, caminhar no sentido do movimento mais geral da produção do espaço e da luta de classes, contribuindo com reflexões a parir

da experiência da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Busca-se perceber as estratégias de sobrevivência dos diversos agentes sociais dentro dessa conflituosa realidade, a metrópole.

A metrópole, portanto, é um recorte dentro da totalidade social no qual pode-se apreender de forma privilegiada as determinações do mundo das mercadorias, pois o espaço social das cidades está inscrito nas tramas reprodutivas do capital e é utilizado como um meio para maximizar os lucros alicerçados na exploração do trabalho. Na base desses processos, está a tendência da passagem da vida improdutiva para a vida produtiva e despolitizada. Juntamente com a tendência de expansão do tecido urbano por meio da expansão das metrópoles está inscrita a reprodução da propriedade privada, entendida aqui não pela perspectiva da oposição entre *proprietários* e *sem propriedade*, mas entre *capital* e *trabalho* (MARX, [1844] 2010, p. 103). Essa relação é importante para que se compreenda, por exemplo, a questão das periferias metropolitanas para além da expressão do modo precário como ocorre a reprodução da força de trabalho nas metrópoles, pois a existência dessas espacialidades periféricas funcionam como um depósito de capital variável, quero dizer do próprio trabalhador enquanto uma mercadoria. A abundância de trabalhadores nas cidades aumenta a oferta de mão-de-obra e isso incide na redução dos salários. Além disso, o capital corta gastos com a reprodução da força de trabalho para reduzir os preços dessa na *composição orgânica do capital*. Esse barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho, por um lado, incide diretamente na elevação das taxas de lucro dos capitais e por outro, pressiona os trabalhadores para as margens da vida moderna.

No Brasil, o processo de urbanização e periferização foram concomitantes, pois com a flexibilização dos processos produtivo dos países do centro do capitalismo, a partir da década de 1970, indústrias de diversos lugares do mundo foram instaladas nas principais cidades brasileiras, o que explica em parte a migração de milhões de pessoas do campo para as cidades em um curto período de tempo. Outro fenômeno que explica a grande migração para as cidades brasileiras, a partir das décadas de 1960 e 1970, é a expulsão do homem do campo por conta da concentração de terras, a proletarização do trabalhador rural e a implantação de maquinário agrícola. As práticas sociais dessas pessoas, até então baseadas em formas pré-capitalistas de produção, foram ampliamente inscritas no processo de valorização do valor e o tempo de giro do capital passou a incidir diretamente na aceleração dos ritmos de suas vidas. No espaço produzido para e pelo capital, os ritmos

que transformam o tempo-espaço social em cotidianidade também geram oposições e contradições que fazem convergir às análises para um conceito central, *medição*. Medição do tempo na vivência das pessoas. Algumas categorias e oposições são importantes para a imersão e para análise das práticas espaciais; a repetição e a diferença, o mecânico e o orgânico, o descobrir e o criar, o cíclico e o linear, o contínuo e o descontínuo, o quantitativo e o qualitativo etc. (LEFEBVRE, [1992] 2004, p. 9, tradução nossa).

Portanto, nas metrópoles sob a ação dos capitais atuantes em diversas escalas, as nossas práticas espaciais confinadas nesse espaço-tempo expressam as conexões e (des)encontros entre as vidas de cada um de nós com processos mais amplos componentes da totalidade social. No entanto, viver a vida não quer dizer necessariamente compreendê-la, nem tampouco viver em uma metrópole significa que estamos compreendendo toda a sua complexidade e suas conexões com algo mais amplo. Compreender as complexas interações que ocorrem no espaço e que atuam diretamente em sua produção demanda uma análise múltipla e transdisciplinar desses processos cheios de encontros e desencontros entre o que nossos sentidos conseguem apreender e o que nos é palpável apenas com o auxílio de elementos teóricos. É preciso sentir a metrópole com seus odores, seus perfumes, suas cores, sua ausência de cor, seus sons, seu silêncio, seus gostos, seus gestos, a presença-ausência, o controle, enfim, seus lugares, mas também ir além dessa experiência puramente fenomenológica, desvendando os nexos desses fenômenos dentro de um contexto socioespacial mais amplo. A perfeita comunhão entre o tempo e o espaço pode estar nas mais simples ou nas mais cotidianas atividades como pegar o metrô, caminhar, conversar com as pessoas etc., pois nestas atividades encontram-se elementos que nos auxiliam na árdua tarefa de compreender as determinações da sociabilidade moderna. Como nos diz Lefebvre ([1974] 1991, p. 38, tradução nossa), “a *prática espacial* de uma sociedade secreta o espaço desta sociedade” e “[...] a prática espacial de uma sociedade é revelada pela decifração de seu espaço”. Essas práticas espaciais, por sua vez, são a expressão da dialética e conflituosa relação entre os *espaços de representação* e as *representações do espaço*, que são munidos de lógicas, ritmos, necessidades e vontades distintas. Tal abordagem articulada a aspectos de natureza mais teórica no ajudam a fugir de interpretações estritamente *formais* ou *fenomênicas* dos processos socioespaciais.

As contradições das e nas metrópoles manifestadas nas práticas dos indivíduos, grupos ou classes sociais mostram milhares de vidas humanas aprisionadas pelo tempo abstrato do trabalho abstrato e que diariamente se movem sobre o tecido urbano por trilhos

ou pelo asfalto, torcendo para que mais um dia de trabalho chegue ao seu fim. O trabalhador estranha a atividade produtiva, os produtos do seu trabalho, a si mesmo enquanto ser genérico, aquele que se configura como o dono do seu trabalho e dos produtos de seu trabalho (MARX, [1844] 2010, p. 80-81). Ao fim dessa tortura cotidiana, os trabalhadores têm a certeza de que no dia seguinte tudo se repetirá até que o fim de semana chegue como um alento passageiro, ainda que não totalmente desvinculado do mundo das mercadorias. O tempo livre não está totalmente desvinculado da produção de mercadorias, pois é nele que ocorre a reprodução das relações de produção. É no seu tempo livre que o trabalhador recupera suas energias para conseguir trabalhar no dia seguinte e são nesses momentos fora do seu posto de trabalho que ele torna-se consumidor e consome os produtos por ele mesmo produzido, portanto, reproduzindo essa relação estabelecida entre o capital e o trabalho. Nesse contexto, a apropriação das cidades é estrutural para o capital, pois estas se tornaram os locais privilegiados para a produção e para a reprodução da sociabilidade moderna.

Em meio às velozes e vorazes transformações pelas quais as cidades contemporâneas são submetidas, uma sensação de impotência e de vazio paira sobre os trabalhadores urbanos, pois eles passam a estranhar também a própria cidade em que vivem. Esse estranhamento vem das contradições oriundas do fato de as cidades estarem submetidas majoritariamente às determinantes do valor de troca. Ora, se ao transformar a natureza para produzir as coisas os homens produzem a si mesmos, o que representa a produção do espaço enquanto valor de troca? Representa um distanciamento entre o produtor e o produto, entre o ser e a política e entre a sociedade e o seu espaço social. Essa condição delata a natureza alienada e alienante das relações que regem os homens e que são alçadas para todo o espaço em escala ascendente. Desse modo, é inteligível para a maioria dos indivíduos uma sensação de impossibilidade de apropriar-se e de produzir as cidades em que vivem enquanto obras, valores de uso. Nas cidades com suas relações implodidas-explodidas pela chegada destrutiva da indústria e ou regidas pela lógica do capital só temos acesso a maior parte dos lugares caso possamos pagar por eles, pois a cidade foi transformada em uma mercadoria que somente pode ser apropriada por poucos.

Todas essas questões levantadas apenas de modo introdutório nos dão apenas uma pequena ideia do que pode estar por detrás dos fenômenos inscritos na metrópole de Belo Horizonte e em sua relação com a totalidade dos processos sociais, pois abstração teórica já está no concreto e nossa tarefa enquanto pesquisadores foi revelá-la. Não é uma tarefa

das mais fáceis, pois a essência dos fenômenos esconde-se atrás de sua aparência. No capitalismo, esconder a essência dos fenômenos é função das representações ideológicas proferidas pela classe dominante. Em sua marcha homogeneizante, o capital tenta encobrir as velhas e novas contradições imanentes ao processo que envolve a sua reprodução, caso não consiga, utiliza o poder do Estado para a repressão dos seus opositores. Os protestos, greves e movimentos sociais diversos que surgem em diversas cidades do Brasil e do mundo são provas inequívocas de que o estranhamento em relação às práticas hegemônicas, de fato, tem ocorrido. Entretanto, o fato desses movimentos serem veementemente combatidos pelo Estado chama a atenção e serve para mostrar, de forma bem didática para os mais céticos, as repressões às revoltas populares, que são essencialmente revoltas do trabalho encarcerado no cotidiano das cidades. Além do mais, todos os processos de repressão a essas revoltas populares contam com um arsenal de representações e concepções de mundo que visam legitimar as ações repressivas estatais e conseguir a aceitação popular.

O fato é que, mesmo nesse cenário repleto de interesses divergentes, as cidades e suas relações antes estabelecidas têm sido submetidas à reprodução ampliada do valor. A busca pelo desenvolvimento econômico disfarçado e emoldurado pelo atraente discurso da modernidade com sua prometida “vida moderna” tem corroído aquilo que é acusado de ser tradicional, inclusive valores morais, gestuais, modos de vida, produtos etc. Com isso, as possibilidades de realização da produção, da circulação e do consumo vão se renovando e se expandindo pelo espaço social. O cotidiano, então, se renova. Na mesma proporção que o valor vai se generalizando pelo espaço, a humanidade do ser humano se retrai diante da animalidade provocada pela onipresença do dinheiro como intermediador das relações sociais. O que se verifica na prática é a renovação dos chamados *circuitos de valorização do capital*. Na vida regrada pela cotidianidade da metrópole, o humano entra para o segundo plano, pois, nos locais onde o dinheiro e a valorização do valor se colocam como intermediadores das relações sociais, a maioria dos homens é alçada à condição de *coisa* e passa a ver circular em seus corpos o *valor*<sup>4</sup>. Os seres humanos assumem a forma de

---

<sup>4</sup> Para que não se caia em uma análise fetichista acerca das criações humanas, no caso específico da forma valor, e para que não se naturalize relações que possuem a sua historicidade, Marx adverte que “o valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens. A descoberta científica ulterior de os produtos do trabalho, como valores, serem meras expressões do trabalho humano despendido em sua produção é importante no desenvolvimento da

mercadoria em virtude da obrigação de terem que vender a sua força de trabalho, portanto a si mesmos, a outros seres humanos. Por outro lado, as coisas se humanizam. É o fetichismo da mercadoria (MARX, [1867] 2011, 92-105), esse fenômeno social que é tema central para a crítica categórica da economia política e que começou a ganhar corpo na obra de Marx nos “Manuscritos Econômico-filosóficos” de 1844 e, essencialmente, em “O Capital”.

O processo de *acumulação primitiva*, iniciado na Inglaterra no final do século XV, submeteu a reprodução da própria vida humana ao ciclo das mercadorias e àqueles que foram despossuídos dos meios de produção, os trabalhadores assalariados, só restou vender a si próprio no mercado de trabalho. O reino da propriedade privada e da mercadoria foi sendo estruturado a partir dos processos de acumulação primitiva orquestrados pelo Estado moderno. A urbanização é, em grande parte, derivada desse processo. Portanto, juntamente com a urbanização, surgiu a classe social definida por sua situação econômica e essencialmente política, o proletário, que é identificado por Marx como o sujeito histórico que estará à frente do processo de transformação da sociedade. O proletário, a partir do século XX, foi fragmentado em sua aparência e isso tem gerado muitas dúvidas em relação à sua existência na contemporaneidade e também tem sido a porta de entrada para as críticas dos opositores das ideias de Marx. Teria o proletário deixado de existir por conta dos rearranjos ocorridos no âmbito da relação entre capital e trabalho, especialmente, no último século? Estaria Marx defasado para a compreensão do mundo contemporâneo, o mundo das mercadorias? Na abordagem que se faz nessa pesquisa tivemos o cuidado de mostrar que não, pois as contradições fundadoras e estruturadoras do mundo das mercadorias, apesar de suas transformações, persistem: oposição entre capital e trabalho, separação entre Estado e sociedade civil e a existência da propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano.

Na sociedade contemporânea, a essência política do proletário ainda persiste, mas a sua fragmentação, a partir do século XX (BIHR, 1999), enfraqueceram sua consciência de classe. No tecido urbano das metrópoles do Brasil e do mundo capitalista, por exemplo, o

---

humanidade, mas não dissipa de nenhum modo a fantasmagoria que apresenta, como qualidade material dos produtos, o caráter social do trabalho. O que é verdadeiro apenas para essa determinada forma de produção, a produção de mercadorias – a saber, que o caráter social específico dos trabalhos particulares, independentes entre si, consiste na identidade deles como trabalho humano e assume nos produtos a forma valor -, parece aos produtores de mercadorias tão natural e definitivo, apesar daquela descoberta, quanto o ar, que continuou a existir tal como era antes, após a ciência tê-lo decomposto em seus elementos” (MARX, [1867] 2011, p. 96).

proletário de baixa renda acaba se manifestando socioespacialmente ou socioeconomicamente por sua precária situação: de moradia, ambiental, de saneamento básico, de trabalho, de transporte público etc. Por sua vez, outras frações do proletário manifestam-se no espaço por outras características socioespaciais e socioeconômicas, por conseguinte, para uma falsa ideia de que as faixas de renda da população é que definem os sujeitos políticos nos espaços urbanos. Não obstante, os fatos comprovam que o proletariado ainda existe, mas sua radicalidade política, que para Marx advinha da luta pela superação da relação de exploração entre capital e trabalho, tem sido substituída por lutas fragmentadas que contemplam apenas reivindicações parciais, comumente encerradas por melhorias em suas condições imediatas de vida e de consumo. Seja quanto ao preço da terra, à capacidade de compra de alimentos, vestuário, pela assistência ou não do Estado, transporte público de qualidade etc.

A descoberta ou ampliação, pelo capital, da necessidade de controle, organização e produção de espaços para que a acumulação se realize sempre de forma ampliada demanda que o pensamento crítico acerca do mundo moderno continue a desenvolver conceitos e categorias a partir da compreensão dessa realidade contemporânea em que Marx continua sendo essencial. Entretanto, a problemática espacial não pode mais ser deixada em segundo plano<sup>5</sup>. Coube a Henri Lefebvre, em alguns dos seus principais textos, essa árdua tarefa de realizar uma crítica ao mundo dito moderno com novas categorias e com um viés espacial sem empobrecer os escritos de Marx. Lefebvre não somente “atualizou” os conceitos de Marx, mas os ampliou e criou tantos outros. Isso é a dialética que deve mover o pensamento em busca do conhecimento e que demanda a crítica permanente das categorias e conceitos para poder acompanhar o mundo em constante movimento. Estancar o pensamento é uma das formas de decretar a morte da utopia. A dialética, portanto, é fundamental dentro de uma perspectiva crítica. Estão, o que nós estamos propondo nesse estudo é partir de uma outra ontologia, a do espaço e de sua produção, para a compreensão da luta de classes, assim como propôs Lefebvre.

Henri Lefebvre foi um dos precursores da incorporação da dimensão espacial da luta de classes em suas análises sem omitir ou empobrecer as ideias de Marx. Lefebvre

---

<sup>5</sup> Não estamos partindo do pressuposto de que nas análises de Marx a dimensão espacial da apropriação da práxis social pelo capital estivesse ausente, pelo contrário, entretanto, fenômenos sociais como o processo de urbanização contemporâneo não possuíam, no século XVIII, a magnitude que têm atualmente. Mesmo porque, ao decifrar a lógica do capital, enquanto totalidade dos processos sociais, Marx já aponta como uma realidade o processo de urbanização em curso, apesar de este ainda estar em uma fase inicial.

tinha em conta que somente com Marx não é possível a compreensão do mundo contemporâneo, mas sem ele esta tarefa torna-se impossível. Lefebvre percebeu a função mediadora do espaço no processo de incorporação da práxis social às tramas reprodutivas do capital e que com isso a alienação foi alçada a escalas cada vez mais amplas e os rituais e os ritmos da atividade fabril extrapolaram os muros da fábrica e alcançaram todas as dimensões da vida social. Porém, as contradições do capital também foram lançadas para todo o espaço. O cotidiano, então, passou a ser objeto da reflexão teórica e também instância de luta. Sob o forte controle do Estado moderno o processo de urbanização/modernização implode e explode as cidades e as transforma em grandes unidades produtivas. Produtivas também de alienação e de contradições. A espetacularização da vida social e dos espaços aprisiona até os momentos ditos de “lazer” ou de “tempo livre” para que a valorização do valor se realize. Conforme Debord,

“o espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. [...] É o coração da irrealidade da sociedade real. [...] Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário – o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna” (DEBORD, [1967] 2003, p. 15).

Ainda é restrita por parte da classe trabalhadora a percepção de que o tempo fora do trabalho propriamente dito também está incluído nas tramas reprodutivas do capital e que sua situação de vida está relacionada direta ou indiretamente à reprodução ampliada do valor. A espetacularização da vida se realiza essencialmente pela fetichização e pela alienação do mundo dos homens explicitadas por cisões entre o ser e a política, o ser e a fé, o produtor e o produto do seu trabalho, o pensar e o agir, ou entre a sociedade e o espaço que ela mesma produz. A *contemplação passiva do espetáculo* (DEBORD, [1967] 2003, p. 16) do capital pela maior parte das pessoas é o que viabiliza as transformações e reestruturações promovidas pelo Estado. Em Belo Horizonte, a propósito, a requalificação de pontos estratégicos de sua área central, como o chamado “Baixo Centro”, a Praça da Liberdade, a Praça Sete de Setembro e a Praça da Savassi são bons exemplos de espaços revalorizados para o consumo do próprio espaço da cidade. No entanto, é no processo que está sendo desenvolvido no Eixo Norte de expansão do tecido urbano da metrópole belo-horizontina que a apropriação das cidades pelo capital alcança grandes proporções. A busca por vantagens de localização e mão-de-obra barata tornam o Eixo Norte um local

muito visado pelo capital. Nesse contexto, o Estado tem participado ativamente, ao produzir a infraestrutura necessária para a produção e circulação das mercadorias. Os governos municipais, do estado de Minas Gerais e federal têm se articulado para que o Eixo Norte da metrópole belo-horizontina seja atraente para os capitais também em escala global, divulgando e reestruturando dessa região como um indicativo de segurança para a lucratividade dos investimentos privados. Evidentemente, esses processos não ocorrem sem conflitos entre os interesses divergentes advindos dos diversos agentes envolvidos.

Na cidade alienada para a troca, o processo de alienação e suas contradições são alçados a todo esse espaço social em escala crescente. Assim sendo, a materialização da sociedade nesse espaço social ocorre de forma fragmentada e excludente. Quanto a esse aspecto, uma volta por qualquer metrópole do mundo pode revelar empiricamente a geografia da exclusão socioespacial e socioeconômica de grande parte dos trabalhadores. Nesses espaços sociais produzidos para e pelo capital, as vivências são submetidas às *representações do espaço* que configuram uma presença-ausência sufocante e até violenta. A práxis social tende a ser substituída, impedida e controlada por práticas programadas que apenas reproduzem o *status quo*. O cotidiano vai se reproduzindo, ao substituir o acordar e não ter certeza do que virá pela vida que se repete, pela vida que cria mercadorias, pela atividade criadora de produtos em vez de obras. Essa estruturação do vivido cria, sobretudo, alienação.

Portanto, os tempos da natureza, da vida, da sociabilidade humana, do corpo, dos relacionamentos amorosos, do gozo, da festa, ou seja, do vivido, são subjugados pelo tempo que agrega valor aos produtos do trabalho abstrato. A “apropriação” do e no espaço se torna “utilização” temporária mediante os *circuitos de valorização do capital* (MARTINS, 1999, p. 14). Nesse cenário, a maior parte dos agentes sociais vê a si mesmo como *espectador*, enquanto a reprodução social vai sendo gerida, organizada, transformada, reestruturada, controlada, enfim, produzida pelo Estado moderno e pelo capital. Isso posto, o trabalho tornado produtor de espaços abstratos é o trabalho aprisionado e alienado, que produz e reproduz os meios para a sua própria alienação. Lefebvre, ao tratar da produção do espaço, perspicazmente, nos mostra que essa abstração que reduz e fragmenta a realidade sem reuni-la novamente não se limita aos muros da fábrica, mas domina todo o espaço produzido pelo e para o modo de produção capitalista. Para esse fim, há o Estado moderno e sua presença-ausência (LEFEBVRE, [1974] 1991). Não é necessário que o Estado e suas instituições estejam presentes fisicamente para que

seu controle seja sentido no seio do espaço social, pois ele detém toda uma estrutura coerciva que se inicia para os indivíduos com a consciência de que os atos “ilegais” serão passíveis de punição.

A partir dessas discussões de natureza teórica que começamos a apresentar nessa pequena introdução, tentamos nos aproximar das determinações do processo de urbanização, mostrando que o *urbano* não se reduz apenas ao local onde que estão reunidos os bens de consumo coletivo, mas é também o motivo pelo que se luta. Não partimos do pressuposto que a simples melhoria nas condições imediatas de vida e o acesso aos bens de consumo coletivo devem ser o objetivo principal das lutas urbanas envolvendo o capital e o trabalho.

Acerca do que foi aludido, colocamos em evidência neste estudo a necessidade de se (re)pensar os limites da ação política perante o processo de metropolização. As diversas formas de luta ou de resistência à modernização das cidades que ocorrem constantemente nos espaços urbanos poderiam ser colocadas como práticas revolucionárias ou estariam elas reproduzindo as relações capitalistas de produção? Por conta das diversas disparidades no processo de produção dos espaços urbanos causadas pelos baixos salários e pelo fato de o Estado agir baseado nas leis de mercado, as frações mais empobrecidas e também de renda intermediária dos trabalhadores reivindicam a esse mesmo Estado, essencialmente, melhorias em suas condições imediatas de vida como o saneamento básico, a habitação, a melhoria das leis, a educação, a saúde, a alimentação, o transporte público, o consumo, a cultura etc. As manifestações de junho de 2013 no Brasil, o movimento Occupy Wall Street de 2011, os protestos de Londres em 2011, ou as manifestações da Turquia em 2013, cada uma com suas especificidades e táticas, mostraram ao mundo a busca de uma classe trabalhadora urbana semelhante em sua essência, mas fragmentada na aparência, indo às ruas reivindicar melhores condições para a reprodução social. Ou seja, reivindicavam que o Estado funcionasse também para a reprodução social e cumprisse aquilo que foi prometido pela modernidade, o que não deixa de ser uma contradição. Evidentemente, tais revoltas representam avanços significativos dentro do cenário político, econômico, social e cultural em escala global, mas é preciso que pensemos também nos limites e possibilidades dessas revoltas em termos de ganhos efetivos dentro das relações entre capital e trabalho.

A estratégia para uma práxis urbana não pode ser confundida com a luta por fragmentos. A *rebelião do vivido* (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 166), enquanto a direção dessa estratégia urbana, requer que tenhamos a ideia do *habitar* como essencial. As

pessoas precisam habitar como poetas, falar como poetas, pensar como poetas etc., e isso implica a produção das cidades e da vida social como obra e não como um produto. As necessidades da vida urbana vão para além do comer, do dormir ou do morar. “Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis, necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, [1969] 2001, p.108). Pensar em meios para alcançar tal possibilidade ainda é a grande questão.

O corpo carrega a potência para a criação do novo, mas para que isso ser concretize ele deve recuperar seus espaços de vivência e a si próprio das amarras da cotidianidade voltada para a reprodução do capital. Os nossos sentidos são, portanto, a porta de entrada para nossa apreensão das contradições do espaço. “Para isso, é por meio do corpo (ou a partir do corpo) que o espaço é percebido, vivido - e produzido” (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 162, tradução nossa). Não foi por acaso, que neste estudo recolhemos algumas falas e observações do cotidiano da metrópole para nos ajudar a refletir sobre essas questões relativas às interações do corpo e suas vivências com o espaço-tempo. O modo de produção capitalista surgiu de um conjunto de práticas que foram impondo necessidades cada vez mais incompatíveis com o modo de produção feudal, assim transformando-o até que pudesse alcançar o poder econômico, político e cultural, especialmente após a revolução industrial. Portanto, partimos do pressuposto de que a superação do capitalismo deverá ocorrer também por meio de um longo processo em que o conjunto das práxis individuais e coletivas de sujeitos politizados possam impor necessidades incompatíveis com modo de produção capitalista. Isso requer um longo processo, no qual várias frentes de luta devem emergir, mas sempre tendo em vista a superação desse modo de produção e não apenas o suprimento das necessidades básicas e imediatas da reprodução da força de trabalho. Não pensamos que o modelo soviético de revolução proletária seja um exemplo a ser seguido, pois a burocratização das lutas proletárias é quase tão nociva para as liberdades individuais e coletivas e para a verdadeira democracia quanto o modelo “democrático” burguês. Conforme Lefebvre,

“qualquer 'projeto' revolucionário hoje, seja utópico ou realista, deve, se quiser evitar a mediocridade sem esperança, fazer a reapropriação do corpo, em associação com a reapropriação do espaço, como uma inegociável parte de sua agenda” (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 166-167, tradução nossa).

Dessa maneira, o processo de concretização da vida urbana está travado em uma *zona crítica* entre a completa concretização da utopia capitalista e a subversão da ordem burguesa que nos levaria rumo ao desconhecido, ao possível. A possibilidade para o novo pode surgir pela própria incapacidade do modo de produção capitalista reproduzir as relações de produção, visto que suas próprias contradições fazem com que os trabalhadores comecem a estranhar a sua situação de exploração. Isso posto, entende-se que a compreensão das determinações da vida na metrópole não devem excluir a política do corpo, ao contrário, o corpo deve estar no centro das análises, ao lado de outras dimensões também centrais. Pensamos que a revolução da sociedade começa em cada indivíduo, mas só poderá ser efetiva se estiver entrelaçada, essencialmente, com os interesses da coletividade. A revolução não pode ser feita individualmente. São necessários, portanto, a politização dos indivíduos e o rompimento do individualismo, pois a despolitização e o individualismo são componentes do mesmo processo de desarticulação das lutas sociais de diversas naturezas dentro do capitalismo.

A partir dessa perspectiva revolucionária, o urbano, enquanto uma virtualidade possível (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 47), brota da realidade concreta como uma possibilidade de emancipação social. O urbano é uma utopia que faz parte do possível e se revela ao pensamento pelo método dialético. O possível, por sua vez, faz parte do real e é isso que, essencialmente, distingue o urbano de uma pura abstração. O urbano, então, surge no pensamento e na ação prática como uma utopia concreta que se inscreve no real como a anunciação de um *processo* de transformação que talvez não conduza a um *fim* determinado por uma mente iluminada, mas que seja a inspiração permanente que poderá conduzir os seres humanos ao fim da alienação. A vida urbana, portanto, ainda não começou (LEFEBVRE, [1969] 2001, p. 108). Enquanto a ideia que se tem de *cidade* e de *metrópole* faz referência a uma realidade processual, mas concreta (prático-sensível), o urbano lefebvriano é um “objeto” em ato e em potencial, portanto, inesgotável (LEFEBVRE, [1969] 2001, p. 111-112). Percorrendo esse caminho menos convencional e menos confortável, portanto mais espinhoso e que tem a pretensão de fomentar uma crítica radical ao mundo das mercadorias, não há como fechar os olhos às contradições que estão na base de sustentação do mundo moderno como o conhecemos, essencialmente as que se referem à divisão entre capital e trabalho.

Dado que a metrópole é a prova inequívoca da implosão-explosão das cidades e é onde mais facilmente pode-se observar que as experiências de tempo e de espaço dos

indivíduos estão intermediadas pelo dinheiro, a relação entre a teoria e a prática ganha novos contornos, assim como as contradições inerentes ao mundo moderno arquitetado, tecido e planejado para a valorização do valor. É possível percebermos as metamorfoses pelas quais a vida social nas metrópoles é submetida, considerando a cotidianidade imposta aos espaços de vivência e aos homens pela tentativa de generalização do espaço abstrato. Para compreendermos esse movimento do mundo e o urbano enquanto possibilidade, o método progressivo-regressivo<sup>6</sup> permite que se parta do virtual para a compreensão do superado e se parta do superado para a compreensão do presente que se vive e que contém o devir. Esse método contém, destarte, a essência do método dialético de Marx. No pensamento dialético que dá substância ao método progressivo-regressivo, o devir está no real, pois “o possível não se separa do realizado” [...] e “não é mais do que a tendência profunda do real” (LEFEBVRE, [1948] 2011, p. 103). Sobrepujando as críticas feitas por seus opositores, o método dialético, apesar de não necessariamente retirar a subjetividade do pesquisador na relação com seu objeto de pesquisa, não reduz a análise a um simples posicionamento político (LEFEBVRE, [1948] 2011, p. 118). Para Lefebvre,

“a objetividade do conhecimento não implica a eliminação do homem pensante e agente, bem ao contrário. É em seu relacionamento ativo com as realidades e por meio dele que o homem as penetra e captura em seu devir ao inserir-se nesse devir; o homem compreende as coisas ao transformá-las” (LEFEBVRE, [1948] 2011, p. 119).

Com a dialética do método progressivo-regressivo a compreensão da vida social não se torna apenas um terreno em que impera a desesperança, no tocante a uma mudança social mais radical. Margaret Thatcher, ao afirmar categoricamente que “não há alternativa ao capitalismo”, tinha a intenção de encobrir a dialética dos processos sociais e retirar a sua historicidade. A dialética torna possível o encontro com as determinações que regem o mundo sem que se decreta a estagnação do pensamento e da ação, como também tentou fazer Francis Fukuyama em seu livro “*O fim da história e o último homem*”. Na produção capitalista do espaço, enquanto processo de materialização da sociedade e suas práticas no espaço, o pesquisador encontra um excelente laboratório para conhecer as contradições

---

<sup>6</sup> Esse método foi trabalhado pela primeira vez por Henri Lefebvre em dois artigos editados para o português por José de Souza Martins em 1980. São eles: LEFEBVRE, H. (1981a) *Perspectivas de sociologia rural*. 1ª edição 1953. Trad. Cynthia A. Sarti e Solange Padilha. In: MARTINS, José de Souza. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, p. 163-177; e LEFEBVRE, H. (1981b) *Problemas de sociologia rural*. 1ª edição 1949. Trad. Cynthia A. Sarti e Solange Padilha. In: MARTINS, José de Souza. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, p. 144- 162.

iminentes ao modo de produção capitalista e que são a expressão das impossibilidades da completa homogeneização da vida social pelo capital. Por isso, o método dialético permite que se visualize as (im)possibilidades de transformação social inscritas no real. Ao estabelecer uma relação entre as abordagens lógica e dialética, Lefebvre ([1992] 2004, p. 12, tradução nossa) diz que, se na abordagem lógica “não há pensamento ou realidade sem coerência”, na abordagem dialética “não há pensamento ou realidade sem contradições”. Assim sendo, sem o método progressivo-regressivo torna-se incerta a possibilidade de apreensão da dialética presente no processo de urbanização e a compreensão e crítica dos processos socioespaciais em toda sua complexidade. Sobretudo, na produção capitalista do espaço. A alienação e o fetichismo se mantêm dominantes muito em função das diversas *representações* que são partes constituintes do espaço social, de sua construção e de sua manutenção, em especial, em uma sociedade marcada pelo antagonismo entre classes e pela presença sempre corrosiva do Estado e suas instituições.

O pensamento dialético, ou pensamento do devir (LEFEBVRE, [1948] 2011, p. 103), permite a identificação das contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista e que anunciam a possibilidade do novo. Em contrapartida, as representações dominantes tentam impedir que esse novo, representado pelo inesperado, pelo não previsto, pelo não repetitivo e pelo não controlado aconteça. As representações atuam, portanto, diretamente na manutenção das relações alienadas e fetichizadas, impedindo que essa cotidianidade seja contestada por possíveis práticas sociais não alinhadas à ordem preestabelecida.

Com base nos temas e reflexões teóricas que começamos a discutir previamente nessa pequena introdução e em nossas observações acerca da vida na metrópole belo-horizontina, esta pesquisa tem como objetivo mais geral discutir as determinações e contradições iminentes à vida na metrópole contemporânea, a partir dos processos de reestruturação urbana e da vida social. Discute-se a produção capitalista do espaço para além do processo de modernização e estruturação espacial, pois partimos do pressuposto que há um descompasso entre os ritmos do corpo e os ritmos que a vida nas metrópoles tenta impor. Busca-se pensar as possibilidades para a práxis urbana a partir dessa disritmia que, pouco a pouco, abre possibilidades para o estranhamento a essa vida voltada para a reprodução do mundo das mercadorias. Para apreender esses processos a reflexão teórica e a ação prática têm que ir de encontro à essência desse processo modernizante, tendo em conta a dialética que permeia a relação entre as diferentes dimensões da produção do

espaço; o *concebido*, o *percebido* e o *vivido*. Essa perspectiva teórica não nos deixa fetichizar as práticas espaciais ou promover análises extremamente pessimistas. É preciso a compreensão do constante jogo de forças no e pelo espaço social e também o fato de que as principais transformações da humanidade aconteceram após longos processos iniciados, primeiramente, na ação prática para depois ganhar uma explicação de natureza mais teórica.

Pretende-se mostrar que processos tão complexos como esses não podem ser tratados apenas por perspectivas essencialmente otimistas ou pessimistas. O “pano de fundo” que permeia toda essa discussão é a rejeição da falsa ideia de um mundo perfeito livre de contradições ou de um mundo sem esperança à espera de sua ruína. A transformação é possível e sua realização só poderá ocorrer com a rebelião do “vivido”, do cotidiano, da práxis (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 166).

Este estudo serve, portanto, como porta de entrada para a apreensão das contradições e determinações do processo de urbanização contemporâneo nas suas formas e nos seus conteúdos. Vamos ao encontro da crítica da economia política do espaço estabelecida por Henri Lefebvre. Uma vez que são nas práticas espaciais que as abstrações ganham concretude, nada mais inquietante, esclarecedor, perigoso, oportuno e incerto que investigar essas práticas, indo ao encontro dos sujeitos no mundo, na metrópole.

Tratamos rapidamente nesta introdução da forma de organização desta pesquisa e do conteúdo dos capítulos, pois em cada desses capítulos detalhamos por meio de outras pequenas introduções o que busca-se compreender a partir deles. Desse modo, no *capítulo 1*, discutimos mais de perto alguns aspectos que nos ajudam a compreender o modo de produção capitalista. No *capítulo 2*, buscamos entender o papel do Estado moderno para que a valorização do valor se realize. No *capítulo 3*, discutimos o tema da produção do espaço e começamos a nos aproximar da metrópole belo-horizontina, mais especificamente de seu processo de metropolização. No *capítulo 4*, analisamos a atual produção do espaço da metrópole belo-horizontina, especialmente do seu Eixo Norte, buscando apreender as suas possíveis contradições. Por fim, o *capítulo 5* traz discussões que tentam pensar as possibilidades e impossibilidades do *vir-a-ser* diante das aberturas e fechamentos verificados no cotidiano da metrópole.

# **CAPÍTULO 1 – A SUJEIÇÃO DO CRIADOR DIANTE DE SUA CRIAÇÃO: OS (DES)CAMINHOS DA PRÁXIS SOCIAL EM MEIO À ECLOSÃO DO TRABALHADOR ASSALARIADO**

## **1.1 - Introdução**

Neste primeiro capítulo, buscamos mostrar a atualidade do pensamento de Marx, mostrando que suas categorias de análise e conceitos ainda são importantes para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos. Também, apresentamos como um início de nossa reflexão a historicidade e a genealogia da apropriação da práxis social pelo capital e seus desdobramentos para a vida social. São questões e temas que estão na base dos processos contemporâneos à nossa pesquisa, portanto, faz-se necessário tentar apresentar seus pontos centrais.

Procuramos introduzir e desenvolver temas caros à nossa pesquisa e que, direta ou indiretamente, perpassam todas as nossas reflexões. Nossa intenção não é resgatar teorias e mantê-las engessadas, mas mostrar como elas foram importantes para embasar nosso olhar diante da realidade concreta que buscamos analisar. Tentamos transmitir para o leitor o caminho que percorremos para que pudéssemos chegar aos nossos objetivos e ao nosso objeto, a metrópole. Os caminhos dessa pesquisa, apesar de terem sido iniciados em nossas práticas e em nossas vivências no espaço, foram ganhando corpo e consubstanciação à medida que entravamos em contado com esses aportes teóricos. Por tanto, a articulação que promovemos entre os fenômenos empíricos, em constante processo de transformação, e os aportes teóricos foi acontecendo em conjunto. Dessa forma, não há necessariamente uma ordem predefinida para a leitura dos capítulos dessa pesquisa.

## **1.2 – Introdução à sociabilidade moderna e à crise da apropriação**

“[...] na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Essa produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como *sua obra* e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objetivo do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual [mente], mas operativa, efetiva [mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe a *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza” (MARX, [1844] 2010, p. 85).

Tendo em conta que a ideia de modernidade não possui visões unânimes dentro das ciências humanas e sociais, a título de introdução, promovemos uma análise que aproxime-se da de Marx e de alguns marxistas, mas sem, no entanto, excluir outras possíveis interpretações. Entende-se que a partir dos estudos de Marx diversos aspectos fundadores da modernidade começaram a ser revelados. Partimos do pressuposto que está na separação entre capital e trabalho, resultado da instauração da propriedade privada dos meios de produção, a essência da modernidade como a conhecemos. Marx promoveu análises críticas acerca de processos que, diante de seus olhos, estavam corroendo relações até então estabelecidas e instaurando uma nova ordem social, o capitalismo. A ideia de que, no capitalismo, “tudo o que possuía solidez e estabilidade se volatiliza” (MARX; ENGELS, [1848] 2007, p. 51), extraída do “*Manifesto do Partido Comunista*”, expressa muito bem a firme posição crítica do autor em relação a um mundo onde “toda a riqueza se tornou *riqueza industrial, riqueza do trabalho*” [...] (MARX, [1844] 2010, p. 102). Berman (1986, p. 24) entende por modernidade “um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje”. Berman denomina ‘modernização’ os “processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser” (BERMAN, 1986, p. 25). Na modernidade, “ser moderno” é fazer parte desse universo onde tudo se volta para o futuro e o presente fica para ser vivido numa busca constante por algo que, para a absoluta maioria das pessoas, sempre escapa por entre as mãos. A modernidade empurra os indivíduos a uma vida de cobranças para consigo mesmos e para com os outros, numa busca por bons resultados em tudo o que se faz, mas que somente alguns poderão alcançá-los, pois não há lugar para todos. A vida moderna é uma constante disputa por postos de trabalho, dinheiro e *status* social.

Nessa nova ordem social, o modo de produção capitalista, a vida de milhares de pessoas passou a compor as engrenagens que transformam dinheiro em capital. Concomitantemente a esse processo, ocorreu e ainda ocorre a desumanização do seres humanos, ao terem elementos constituintes de seu processo de humanização alienados, apropriados por outras pessoas. Sobre esse aspecto, a questão da subjetividade e da objetividade humanas são temas centrais para a compreensão e crítica da desumanização do humano no capitalismo. Na perspectiva marxiana, os processos de objetivação/subjetivação dos seres humanos são, essencialmente, processos de humanização. A nossa própria condição de existência está atrelada ao trabalho e, à medida

que nos objetivamos pela transformação do mundo natural por meio desse trabalho, produzimos obras. Quanto mais produzimos obras para suprir nossas necessidades, outras tantas novas necessidades vão surgindo. Cabe ressaltar que a objetivação humana não é restrita à produção de objetos, pois abrange também a produção de elementos imateriais como a política, os símbolos e a fé.

A essência destrutiva da divisão de classes é justamente a impossibilidade da apropriação pela maior parte dos homens e mulheres daquilo que por eles é produzido; ideias, produtos, instrumentos de trabalho, cultura, crenças etc. Na visão de Marx, é o trabalho concreto, produtor de obras e valores de uso, que permite aos seres humanos subjetivar-se, pois o real desenvolvimento humano somente pode ocorrer com a apropriação desse mundo objetivo pelos seus produtores. É nessa relação dialética com o mundo objetivo que ocorre a subjetivação humana. A esse processo de apropriação prática e intelectual do mundo objetivo Marx deu o nome de *práxis*<sup>7</sup>. Nesse sentido, o trabalho concreto não é necessariamente uma tortura, mas uma forma privilegiada que nós, seres humanos, encontramos para desvendar e dar sentido a esse mundo que nos foi dado sem qualquer manual de instruções. No capitalismo, o trabalho assume a forma de emprego assalariado, em que os trabalhadores são alugados por alguém para produzir coisas das quais não irão se apropriar integralmente. Essa perspectiva marxiana está na essência do conceito de *sociedade do espetáculo* desenvolvido por Debord ([1968] 2003), pois esta reflete o fato de os seres humanos viverem na modernidade uma vida contemplativa e repleta de mediações e representações que os apartam do mundo objetivo por eles produzido. Entre o ser e a política está o Estado moderno, entre o ser e a crença no imaterial estão as instituições religiosas, entre o ser e a cultura está a indústria cultural, entre o ser e os objetivos por ele produzidos está o capital etc.

---

<sup>7</sup> Para evitar interpretações que apontem um determinismo econômico nas análises marxianas, Chagas mostra que “Marx não compreende a subjetividade como um simples reflexo das determinações da base econômica, como um mero produto do econômico, e sim como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. O seu pensamento não pode ser reduzido a um objetivismo, a um mero determinismo econômico, unilateral, visto que a objetividade é impensável sem uma íntima correspondência com a subjetividade. Não há, para ele, objeto sem sujeito, como não há sujeito sem objeto. Nenhum dos polos dessa relação, sujeito e objeto, é posto como um dado a priori; eles se constituem na relação. Quer dizer, Marx não considera o indivíduo humano apenas no seu caráter objetivo, determinado, mas em seu processo de autodeterminação. E é nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação” (CHAGAS, 2013, p. 65).

### 1.2.1 – A ascensão do capital

Para que se possa avançar nessa complexa discussão que perpassa toda essa pesquisa, promoveremos uma pequena retomada de processos que consideramos seminais para a compreensão do mundo moderno, pois marcam a gênese da sociabilidade contemporânea. Essa “nova” forma de sociabilidade tem na apropriação da práxis social pelo capital um de seus pilares e esta se processa por meio de mecanismos diversos que buscamos compreender alguns deles neste presente estudo.

Pode-se dizer que as bases daquilo que chamamos de capitalismo têm suas origens diretamente ligadas à intensificação do comércio na Europa<sup>8</sup>. Os quase duzentos anos em que as *cruzadas* religiosas existiram, aproximadamente do início do século XI ao final do século XIII, intensificou o já existente comércio europeu e deu poder às práticas mercantis para competirem pela riqueza social com os aristocráticos donos da terra. Os mercadores, por meio da circulação de mercadorias, pouco a pouco, foram rompendo as fechadas estruturas sociais estabelecidas no interior dos feudos, incluindo as barreiras tarifárias impostas pela nobreza. Essa fase pré-capitalista, na Europa, remonta o “ressurgimento” das cidades (burgos) reavivadas pela centralidade exercida pelas praças de mercado. Nesse momento, a relação das pessoas com a cidade remetia a uma relação semelhante a dos artistas com suas obras de arte. Na crise do modo de produção feudal, as práticas mercantis dotavam as vilas, dentro e fora dos feudos, de vida urbana.

A criação dos chamados Estados nacionais, no século XII, em Portugal, foi uma importante conquista para as práticas mercantis, pois unificou os impostos, criou moeda única, criou a força militar e colocou a acumulação de riquezas por meio das práticas mercantis como um objetivo em escala nacional. Os burgueses apoiavam financeiramente as práticas do Estado absoluto. Nesse momento histórico, a “economia política”, que em um primeiro momento Marx ([1844] 2010) chamou de “economia nacional”, era mais prática que teórica.

Até a descoberta do Cabo da Boa Esperança, no século XV, mais especificamente em 1488, por Bartolomeu Dias, Genova e Veneza se destacavam no comércio por conta do domínio marítimo, pois suas localizações geográficas privilegiadas permitiam aos seus

---

<sup>8</sup> Berman (1986, p. 25-26) define três fases da modernidade; a primeira delas vai do início do século XVI ao final do século XVIII. A segunda fase “começa com a grande onda revolucionária de 1790”, especialmente a revolução francesa e seus desdobramentos, e vai até o final do século XIX. A terceira fase começa no início do século XX com a expansão do modo de produção capitalista a ponto de alcançar todo o planeta.

comerciantes chegar rapidamente aos principais mercados europeus, do oriente médio e da Ásia. Em uma Europa ainda sob o modo de produção feudal com suas relações específicas, os mercadores foram os principais responsáveis pela intensificação da vida urbana nas cidades. É importante dizer que ainda não era o capitalismo como passamos a conhecer a partir do século XVIII. Os mercadores buscavam mercadorias “raras” para o continente europeu, mas abundantes principalmente na Índia e na China para revendê-las nas praças de mercado dos burgos. Em princípio, eles comercializavam *valores de uso* como especiarias, perfumes, seda, algodão etc, que eram trocados por valores de uso como manufaturas e produtos agrícolas ou por moedas de ouro e prata. Essas especiarias oriundas do oriente eram taxadas por estas potências que dominavam o comércio marítimo, Gênova e Veneza, e revendidas nas principais praças de mercado da Europa<sup>9</sup>. A praça do mercado não era, necessariamente, um local excludente como nos últimos séculos tem sido. Por volta do século XV, mesmo que naquela efervescência das cidades pré-capitalistas houvesse hierarquias sociais, poucos saíam dos mercados de mãos vazias. Poucos saíam de mãos vazias, pois todos produziam algo que poderia ser trocado<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> De acordo com Franco Jr. ([1981] 1984, p. 77), “os impérios coloniais orientais de Veneza e Gênova interessavam à economia de todo o Ocidente por escoarem seu excedente produtivo e fornecerem importantes produtos. No primeiro caso estavam trigo, vinho e tecidos. No segundo, mástique, anil e alume (resinas básicas para a indústria têxtil), algodão e açúcar (pouco conhecidos no ocidente cristão), mel (o principal adoçante, devido ao alto preço do açúcar), cera (de várias utilidades), peixes salgados (importantes para a alimentação)”.

<sup>10</sup> Para Foucault, “o mercado, no sentido bastante geral da palavra, tal como funcionou na Idade Média, no século XVI, no século XVII, creio que poderíamos dizer, numa palavra, que era essencialmente um lugar de justiça. Um lugar de justiça em que sentido? Em vários sentidos. Primeiro, claro, era um lugar dotado de uma regulamentação extremamente prolífica e estrita: regulamentação quanto aos objetos a levar aos mercados, quanto ao tipo de fabricação desses objetos, quanto à origem desses produtos, quanto aos direitos a serem pagos, quanto aos próprios procedimentos de venda, quanto aos preços estabelecidos, claro. Logo, lugar dotado de regulamentação - isso era o mercado. Era também um lugar de justiça no sentido de que o preço de venda estabelecido no mercado era considerado, aliás tanto pelos teóricos quanto pelos práticos, um preço justo ou, em todo caso, um preço que devia ser o justo preço, isto é, um preço que devia manter certa relação com o trabalho feito, com as necessidades dos comerciantes e, é claro, com as necessidades e as possibilidades dos consumidores. Lugar de justiça, a tal ponto que o mercado devia ser um lugar privilegiado da justiça distributiva, já que, como vocês sabem, para pelo menos certo número de produtos fundamentais, como os produtos alimentícios, as regras do mercado faziam que se chegasse a um arranjo para que, se não os mais pobres, pelo menos alguns dos mais pobres pudessem comprar coisas, assim como os mais ricos. Esse mercado era portanto, nesse sentido, um lugar de justiça distributiva. Enfim, era um lugar de justiça na medida em que o que devia ser essencialmente assegurado no mercado, pelo mercado, ou antes, pelas regulamentações de mercado, era o que? A verdade dos preços, como diríamos hoje em dia? De jeito nenhum. O que devia ser assegurado era a ausência de fraude. Em outras palavras, era a proteção do comprador. A regulamentação de mercado tinha por objetivo, portanto, de um lado, a distribuição tão justa quanto possível das mercadorias, e também o não-roubo, o não-delito. [...] Esse sistema - regulamentação, justo preço, sanção da fraude - fazia, portanto, que o mercado fosse essencialmente, funcionasse realmente como um lugar de justiça, um lugar em que devia aparecer na troca e se formular nos preços algo que era a justiça. Digamos que o mercado era um lugar de jurisdição.

Ora, é aqui que a mudança se produz por certo número de razões que evocarei daqui a pouco. O mercado surgiu, em meados do século XVIII, como já não sendo, ou antes, como não devendo mais ser um

Nesse momento histórico, tanto nas formas quanto nos conteúdos sociais, as cidades e a vida urbana eram o resultado imediato das práticas sociais de sua gente. Essas cidades, diferentemente das atuais, eram únicas. Importantes cidades que já existiam naqueles tempos como Atenas, Roma, Veneza, Gênova e tantas outras apresentam até hoje alguns resíduos desses períodos na sua arquitetura, na culinária, nas festas, nos costumes, que, enfim, são a prova da vida *sui generis* que essas cidades já tiveram.

Visto que nas sociedades feudais o poder do senhor feudal e dos soberanos não dependia necessariamente da magnitude de suas rendas, mas da quantidade de súditos, ou seja, camponeses livres estabelecidos em seus domínios (MARX, [1867] 2011, p. 831), a posse de terras para os senhores feudais representava algo central para a manutenção do seu poder somente por ser o instrumento pelo qual os nobres podiam atrair mais servos. O cultivo da terra se dava de forma coletiva pelos camponeses que tinham parte do fruto de seu trabalho apropriado compulsoriamente pelo senhor feudal. Era um modo de produção calcado na intensiva exploração do trabalho, em que os servos sustentavam os luxos dos senhores feudais por meio de sua produção, que era recolhida na forma de impostos. Como o crescimento dos excedentes de produção dos servos era baixo, os aumentos dos impostos também não podiam ser tão altos.

Para que se compreenda o processo de rompimento dessa estrutura social e a passagem para o trabalho assalariado, tomaremos o caso da Inglaterra como exemplo. Pode-se dizer que o fenômeno da proletarianização é composto por processos longos e violentos, possíveis somente pelo auxílio do Estado. Conforme apontado por Marx em “O Capital”, no processo de *acumulação primitiva* inglês, a política do cercamento das terras camponesas para fornecê-las às indústrias foi o ponto de partida para a acumulação capitalista, pois, sobretudo, promoveu a separação entre o trabalhador e os meios de produção, transformou práticas coletivas de propriedade em propriedade privada e libertou

---

lugar de jurisdição. O mercado apareceu como, de um lado, uma coisa que obedecia e devia obedecer a mecanismos ‘naturais’, isto é, mecanismos espontâneos, ainda que não seja possível apreendê-los em sua complexidade, mas espontâneos, tão espontâneos que quem tentasse modificá-los só conseguiria alterá-los e desnaturá-los. De outro lado - e é nesse segundo sentido que o mercado se torna um lugar de verdade -, não só ele deixa aparecer os mecanismos naturais, como esses mecanismos naturais, quando os deixam agir, possibilitam a formação de certo preço que Boisguilbert chamará de preço ‘natural’, que os fisiocratas chamarão de ‘bom preço’, que posteriormente será chamado de ‘preço normal’, enfim, pouco importa, um certo preço natural, bom, normal, que vai exprimir a relação adequada, uma certa relação adequada entre custo de produção e extensão da demanda. O mercado quando se deixa que ele aja por si mesmo de acordo com a sua natureza, com a sua verdade natural, digamos assim, permite que se forme certo preço que será metaforicamente chamado de preço verdadeiro, que às vezes será também chamado de justo preço, mas já não traz consigo, em absoluto, essas conotações de justiça. Será um certo preço que vai oscilar em torno do valor do produto” (FOUCAULT, [1978-1979] 2008, p. 42-44).

a força de trabalho para a indústria nascente. Marx identifica tal processo como um roubo que iniciou o processo de acumulação capitalista propriamente dito. Os indivíduos passaram a ser formalmente “livres”, donos de si mesmos e de sua força de trabalho, mas ficaram dependentes dos empregadores para sobreviver. No “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels ([1948] 2007, p. 48) dizem que os burgueses “não aboliram o antagonismo de classes”, mas substituíram as antigas classes por outras, transformaram a opressão feudal em opressão capitalista<sup>11</sup> e substituíram as antigas formas de luta por novas. A passagem da exploração feudal para a exploração capitalista deu origem, portanto, ao trabalhador assalariado e ao capitalista. Nesse processo, “houve o deslocamento de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos” (MARX, [1867] 2011, p. 829-830). Nesse processo histórico que coincidiu com o aparecimento da grande indústria, a urbanização foi e ainda é uma “consequência” das estratégias de apropriação da vida social pelo capital. Nesse processo, a urbanização foi se tornando estrutural<sup>12</sup>.

De modo geral, Marx está nos dizendo que onde há capitalismo o processo de acumulação primitiva teve que ser desencadeado para derrubar as bases das relações características de outras formas de sociabilidade com seus tempos e espaços característicos. O processo de acumulação primitiva<sup>13</sup> é algo ininterrupto dentro do modo de produção capitalista, portanto, ocorre até os dias atuais. Harvey ([2003] 2013), por exemplo, trabalha a acumulação primitiva no capitalismo contemporâneo sob o nome de despossessão (ou espoliação dependendo da tradução para o português) e coloca o agravamento da questão da expulsão dos camponeses de suas terras no México e na Índia e a conseqüente formação de um proletariado sem terra como provas inequívocas da existência continuada desse processo.

O Brasil, por seu turno, teve sua inserção na modernidade européia de forma precária por ter sofrido com a exploração colonial de Portugal, em um contexto de expansão comercial e territorial dessas economias nacionais. Marcado pela gestão dos recém fundados Estados absolutistas apoiados na centralização política e de recursos oriundos das ressurgidas economias urbanas essas grandes potências acumulavam

---

<sup>11</sup> Uma espécie de livre exploração do homem pelo homem.

<sup>12</sup> Essa questão está mais bem tratada em outras partes desse estudo.

<sup>13</sup> Também conhecida como *acumulação originária*, dependendo das diversas traduções e interpretações de “*O Capital*”.

territórios por todo o planeta. O século XIX foi de profundas transformações no Brasil, pois as elites brasileiras tomaram uma série de medidas que influenciaram substancialmente a configuração das relações de trabalho no Brasil, começando a definir o que se tornariam nos dias de hoje. Martins ([2010] 2013) nos lembra que

“as mudanças ocorridas com a abolição da escravatura não representaram, pois, mera transformação na condição jurídica do trabalhador; elas implicaram a transformação do próprio trabalhador. Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica e moral. Enquanto o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois, se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. Por essas razões, a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, isto é, no caso das fazendas paulistas, em termos da substituição física do negro pelo imigrante. Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem” (MARTINS, [2010] 2013, p. 34-35).

Desde a busca pela independência de Portugal, que é a formação do Estado-nação brasileiro, até a condição de capitalismo periférico em que vivemos atualmente, passando pela promulgação da lei de terras<sup>14</sup> no século XIX, pelo fim do regime escravocrata iniciado com a lei do ventre livre de 1871, pela industrialização brasileira no início do século XX, pela revolução verde, que levou a expulsão dos camponeses para as cidades, na segunda metade do século XX, pelas diversas remoções de famílias para o alargamento de vias e diversas outras medidas pontuais, são evidentes os processos de acumulação primitiva e de despossessão que marcam os passos do capitalismo no Brasil. As consequências desse processo podem ser vistas na estruturação socioespacial das grandes metrópoles ou das zonas rurais do país.

De modo geral, a acumulação primitiva é, portanto, o ponto de partida da sujeição do trabalho humano ao capital. Para sobreviver não restam alternativas aos que não detêm os meios de produção a não ser se sujeitar ao capital, vendendo sua força de trabalho. Com suas vidas aprisionadas pelo capital, os trabalhadores estão sujeitos também às oscilações da economia, da política e do mercado. Como diz um provérbio bíblico citado por

---

<sup>14</sup> Essa lei definiu as bases para que a terra no Brasil pudesse ser vendida como uma mercadoria.

Thompson (PROVÉRBIOS, XI, 26 apud THOMPSON [1991] 1998, p. 150), “aquele que retém o trigo, o povo amaldiçoará: mas que a bênção recaia sobre a cabeça de quem o vende”. Esse provérbio bíblico representa o espírito de uma época em que, nos mercados ingleses do século XVIII, a economia política entrou para a moral e para os bons costumes daquele povo<sup>15</sup>. Disso resultou algo que cresceu com o passar do tempo, uma espécie de “torcida” cotidiana por parte dos trabalhadores em favor da obtenção de lucros pelas empresas onde trabalham, do sucesso da economia de seu município, de seu estado e de seu país. Ou seja, os trabalhadores torcem pela valorização do valor, pelos lucros dos seus opressores. Mas, torcem por estarem obrigados a torcer, porque precisam de seus salários para sobreviver. Sobretudo, esse tipo de situação fortalece a dominação da ordem burguesa, porque submete ainda mais o trabalho ao capital. Como diz Marx ([1844] 2010, p. 81), [...] “quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si” [...]. A constatação de que os trabalhadores dependem do capital para se reproduzir chega a ser uma obviedade, pois não poderia ser diferente visto que, na contemporaneidade, com as sucessivas crises econômicas e a onda de desemprego decorrente delas, a própria insegurança dos trabalhadores gera uma espécie de “gratidão” àqueles que lhes dão emprego.

Retomando os rumos da conversa, na Inglaterra, a partir do momento em que as grandes fábricas foram “engolindo” as pequenas manufaturas dos burgos e do campo e os trabalhadores foram sendo incorporados por grandes fábricas, a divisão do trabalho entre cidade e campo passou a ser mais notória e a vida desses trabalhadores foi substancialmente alterada<sup>16</sup>. A cidade comercial surgida ao redor dos mercados, já transformada na sede do poder político e econômico e da transformação dos produtos

---

<sup>15</sup> Ver Thompson, ([1991] 1998, p. 150 - 202).

<sup>16</sup> “A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão. Tais invenções, como se sabe, desencadearam uma revolução industrial que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa em seu conjunto - revolução cujo significado histórico só agora começa a ser reconhecido. [...] Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia - quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno - quase o único mercado - era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência que se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos e com o alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário. [...] Por outra parte, o tecelão às vezes podia economizar e arrendar um pequeno pedaço de terra, que cultivava nas horas livres, escolhidas segundo sua vontade, posto que ele mesmo determinava o tempo e a duração de seu trabalho” (ENGELS, [1845] 2008, p. 45-46).

originados do campo<sup>17</sup> se vê diante de um processo ainda mais avassalador, a industrialização. Com o passar do tempo, o capital comercial foi “engolido” pelo capital industrial.

A busca por empregos fazia com que os trabalhadores procurassem essas fábricas para trabalhar e inevitavelmente acabavam tendo que morar em conjuntos habitacionais ao redor das fábricas, em pensões, pagando aluguéis ou até mesmo nas ruas. Havia um grande déficit de habitações<sup>18</sup> (ENGELS, [1872] S/D, p. 25). Dessa forma, o processo de urbanização ocorreu a partir das fábricas e em função das fábricas. Conforme foram ocorrendo mudanças nas práticas sociais promovidas pelo poder e pela riqueza adquiridos pelos grandes burgueses, as relações de produção ficaram evidenciadas e a divisão do trabalho entre a cidade e o campo passou a ser notória.

No caso inglês, esse longo processo em que os burgueses foram acumulando riquezas e suas grandes manufaturas foram engolindo as pequenas caracteriza o início do capital industrial, um tipo de capitalismo que está na base deste que conhecemos na contemporaneidade. Esse momento caracteriza o início do processo que deu origem às primeiras cidades industriais e às primeiras metrópoles européias. Os escritos de Benevolo (1983, p. 18) mostram que na associação entre a indústria e a cidade, na Inglaterra, no final do século XVIII, foram os progressos técnicos que tornaram possíveis um aumento significativo da produção industrial, que por sua concentração em grandes oficinas atraíram muitas famílias dos distritos agrícolas do sul para os distritos mineiros do norte e do centro. Além disso, essas famílias transferiram-se das casas isoladas do campo para os bairros compactos construídos nas proximidades das oficinas. Nasceram assim, improvisadamente, novas cidades e muitas das cidades antigas como Manchester, Glasgow, Leeds, Mulhouse e outras tantas cresceram desmedidamente. Quanto aos desdobramentos da urbanização para a vida da e na cidade, Mumford ([1961] 1998, p. 496) afirma que “a fábrica passou a ser o núcleo do novo organismo urbano e todos os demais detalhes da vida ficaram subordinados a ela”. Também,

“a fábrica usualmente reclamava os melhores sítios: principalmente, na indústria algodoeira, nas indústrias químicas e nas indústrias siderúrgicas, a situação perto

---

<sup>17</sup> Não partilhamos aqui de uma visão característica do início do século XX na qual a cidade ou o processo de urbanização seriam definidos pela grande concentração de pessoas ou pela oposição entre cidade e campo. Nossa intenção é justamente mostrar que cidade e campo compõem uma mesma totalidade social, sendo apenas porções diferenciáveis do espaço socialmente produzido identificáveis apenas pela abstração teórica.

<sup>18</sup> Para uma mais aprofundada compreensão da questão da habitação em alguns países europeus do século XIX, ver “Para a questão da habitação” [1872] S/D de Engels.

de uma via aquática; pois grandes quantidades de água eram agora necessárias, no processo de produção, para abastecer as caldeiras da máquina, resfriar as superfícies quentes, preparar as soluções necessárias e tintas químicas. Além disso, os rios eram a forma mais barata para escoar as formas solúveis ou semi-solúveis” (MUMFORD, [1895] 1998, p.496).

Colocando uma lente de aumento nessas relações entre a cidade e a indústria e entre o capital e o trabalho, podemos dizer que todo esse processo de proletarização iniciado com a acumulação primitiva, ou despossessão, fez e ainda faz com que a economia política entre cada vez mais para o rol dos assuntos cotidianos em bares, praças, nas casas, nas escolas, nas ruas, nos transportes coletivos etc. A constante incerteza quanto ao dia de amanhã cria no trabalhador um perpétuo sentimento de insegurança em relação à sua própria vida. Os trabalhadores, em alguma medida, internalizam as leis da economia política. Esse sentimento de incerteza é, ao mesmo tempo, partilhado pelas elites burguesas, também sujeitas às oscilações do mercado. Ora, se vivemos em sociedade e todos se julgam pessoas tão honradas, justas, religiosas, trabalhadoras, por que tanta insegurança? Essa insegurança vem do fato de que, no capitalismo, a desgraça de uns aparentemente independe da felicidade de outros e vice-versa. Nesse modelo patriarcal de família e em meio às excludentes leis do mercado, os trabalhadores competem entre si pelos melhores postos de trabalho, assim como os capitalistas individuais também competem entre si por maiores taxas de lucro. Para os indivíduos, o importante passa a ser a acumulação de riquezas para a manutenção de sua própria família e para a reprodução do capital a reprodução da família é estrutural<sup>19</sup>.

### **1.2.2 - A crítica de Marx à economia política**

Até o momento no qual o capital se pôs de pé na história com a chegada da indústria, as relações mercantis foram se consolidando e ganhando complexidade, assim como o dinheiro também foi se firmando como o equivalente geral das mercadorias<sup>20</sup>. Conforme diz Engels ([1884] 2007, p. 180), o dinheiro é “a mercadoria por excelência, que contém escondida em si todas as outras mercadorias” e seu possuidor pode dominar o mundo da produção. E foram os comerciantes os primeiros a possuí-lo<sup>21</sup>. A fórmula da

---

<sup>19</sup> Esse tema é mais bem desenvolvido em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (ENGELS, [1884] 2007).

<sup>20</sup> Ver Marx, “O Capital” (MARX, [1867] 2011, p. 107 - 169).

<sup>21</sup> Acerca da classe dos comerciantes (mercadores) Engels diz que: “até então, todas as razões para a formação de novas classes tinham a ver exclusivamente com a produção. Elas dividiam as pessoas que

circulação das mercadorias, mercadoria – dinheiro - mercadoria (M-D-M), representa essa situação, cuja alienação dos valores de uso nos mercados começa a adquirir contornos impessoais em que compradores, produtores e vendedores não entram, necessariamente, em contato uns com os outros, mas com o equivalente em dinheiro do valor contido em suas mercadorias. Entretanto, na Europa, esse processo ainda coincidia com o início do capital mercantil, em que grande parte das pessoas possuía algo para ser trocado, de produtos agrícolas até manufaturas ou roupas. Esta era uma sociedade de produtores que ainda viviam sob relações tipicamente feudais e no mercado conviviam as trocas simples entre valores de uso (escambo) e a crescente utilização de equivalentes gerais das mercadorias, especialmente moedas de ouro e prata. Nos mercados modernos, após o processo de proletarianização, que consistiu na passagem da sociedade de produtores para a de consumidores, quem não possui dinheiro sai sem nada do mercado, mesmo que não tenha nada para comer em casa. Nesse contexto, para os indivíduos que podem consumir, a miséria do outro chefe de família ao seu lado em um supermercado ou em um shopping center pouco importa.

Relações dessa natureza, apesar de nos remeter à barbárie, são facilmente percebidas nas ruas de quaisquer cidades do mundo, embora as relações sociais em cada uma delas possuam suas especificidades. Situações como essas reforçam a visão individualista e desprovida de historicidade, típica da sociabilidade moderna, em que as pessoas vêem as outras como concorrentes ou ameaças. No dia 31 de janeiro de 2014, após tentativa de assalto, o adolescente que tentou o ato foi detido por civis, agredido e amarrado seminu a um poste em pleno bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro (*figura 1*). Como se não bastasse o ato em si, as opiniões acerca da atitude dos “justiceiros” foram tão impactantes quanto à cena em si, pois mostraram que uma grande parcela da sociedade, a parte que se mostrou favorável a esse tipo de atitude, cultivava inconscientemente a barbárie como algo natural. Como se essa atitude não bastasse, declarações nos meios de

---

participavam da produção em diretores e executores ou em produtores em grande e pequena escala. Agora, surge pela primeira vez uma classe que, sem tomar absolutamente parte na produção, conquista a direção da produção em seu todo e submete a si economicamente os produtores. Uma classe que se transforma no intermediário indispensável entre dois produtores e explora a ambos. Sob o pretexto de poupar aos produtores as fadigas e os riscos da troca de produtos, de colocar à venda seus produtos até nos mercados mais distantes e de tornar-se assim a classe mais útil da sociedade, forma-se uma classe de atravessadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais que, como recompensa para seus serviços muito reduzidos, fica com a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a essas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período da civilização, uma posição permanente de maior destaque e logrando um domínio cada vez maior sobre a produção, até gerar um produto próprio: as crises comerciais periódicas” (ENGELS, [1884] 2007, p. 180).

comunicação e nas redes sociais favoráveis a essa prática influenciaram outras pessoas por todo o país a também fazer justiça com as próprias mãos, tanto que alguns outros casos como esse foram registrados no Brasil.

Evidentemente, o ato de praticar roubos não é menos condenável que a punição que foi imposta a esse indivíduo, mas temos que pensar principalmente nas condições de produção desse adolescente, pois é o mesmo processo de produção de todos os demais trabalhadores. Entretanto, com a infelicidade de ter nascido em uma favela em condições subumanas, ser negro descendente direto de escravos e ser marginalizado justamente por isso. Esse adolescente é fruto da própria sociedade da qual faz parte. Ele é não é, portanto, a causa dos problemas sociais que se manifestam nas metrópoles, mas o resultado deles. Nem todos têm as mesmas oportunidades e nem todos poderão tê-las.

**Figura 1: Adolescente amarrado a um poste no Rio de Janeiro**



**Fonte:** Folha de São Paulo online.

**Disponível em:** <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1407239-adolescente-e-agredido-a-pauladas-e-acorrentado-nu-a-poste-na-zona-sul-do-rio.shtml>. **Acessado em:** 25/02/2014

Ora, compensar um erro com outro não é anular o anterior, mas somar outro. Em médio ou longo prazo, essa “justiça” com as próprias mãos pode agravar a situação da violência urbana, pelo simples fato de que a “engrenagem” que produz essas pessoas marginalizadas, que vivem incluídas precariamente na modernidade, continuará a funcionar. No capitalismo, todos nós somos trabalhadores assalariados ou burgueses *em potencial*. Basta que fiquemos desempregados e não inseridos nessa cotidianidade do

trabalho abstrato para sofrermos com os olhares desconfiados dos parentes, amigos, desconhecidos etc. Se somos negros, as coisas são ainda mais difíceis. À vista disso, na contemporaneidade, o dinheiro tem a capacidade de esconder toda a animalidade do seu possuidor, dando-lhe um revestimento de humanidade, pois pode comprar tudo no mundo objetivo inclusive transformar os seres humanos em seu contrário. De acordo com Marx ([1844] 2010, p. 159), “o que eu enquanto homem não consigo, o que, portanto, todas as minhas forças essenciais individuais não conseguem, consigo-o eu por intermédio do dinheiro. O dinheiro faz assim de cada uma dessas forças essenciais algo que em si ela não é, ou seja, o seu *contrário*”.

Para entrarmos mais a fundo nos conteúdos dessa modernidade que, anteriormente, apenas começamos a descrever seus elementos fundadores e outros aspectos mais gerais e visíveis, buscamos em Marx elementos para nos aproximarmos da essência desse processo social. Em “*O Capital*”, Marx diz que o ser humano, por meio de seu trabalho, modifica a forma das matérias naturais de acordo com suas necessidades e capacidades intelectuais. Nessa relação, ao modificar a natureza externa com o seu trabalho os seres humanos, ao mesmo tempo, modificam sua própria natureza (MARX, [1867] 2011, p. 211). Nesta descrição abstrata do processo simples de trabalho, Marx faz referência a produção de valores de uso apenas. O valor de uso é uma propriedade humana de natureza qualitativa em que se atribui utilidade a uma determinada coisa e é a utilidade dessa coisa que a torna valor de uso (MARX, [1867] 2011, p. 58).

Entretanto, no capitalismo, o capitalista enquanto o comprador da força de trabalho, a consome fazendo trabalhar para si o próprio vendedor dessa força de trabalho, o trabalhador (MARX, [1867] 2011, p. 219). Nesse sentido, na produção de mercadorias no modo de produção capitalista o trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho e o produto desse trabalho é de propriedade do capitalista e não de seu produtor, o trabalhador (MARX, [1867] 2011, p. 219). Essa estrutura em que é inerente a exploração do trabalho e se expressa na extração da mais-valia consiste na transformação e apropriação dos valores de uso produzidos pelos trabalhadores e sua transformação em valores de troca, em mercadorias.

“Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la,

isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia)” (MARX, [1867] 2011, p. 220).

O valor de troca, a princípio, revela-se em uma relação de natureza quantitativa entre valores de uso de naturezas diferentes “na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, [1867] 2011, p. 58). O valor de troca é a aparência, a expressão fenomênica ou a manifestação de algo invisível e socialmente produzido, o *valor*. O *valor*, por seu turno, tem sua magnitude determinada pela “quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso” (MARX, [1867] 2011, p. 61)<sup>22</sup>. O valor de troca de uma mercadoria é definido pela quantidade de trabalho social necessário para a sua produção acrescido dos gastos com os salários, insumos, maquinário, aluguel etc. (MARX, [1865] 2004, p. 53). A existência do valor em determinado tempo-espaço expressa, portanto, a existência de relações sociais de natureza mercantil. Essa análise baseada em Marx nos permite inferir que a ideia de modernidade divulgada pelos ideólogos burgueses e por vezes atrelada à de desenvolvimento e progresso, por analogia, representa em sua essência a generalização do valor, ou seja, a transformação de quaisquer relações antes solidárias e ou pré-capitalistas em relações capitalistas. Em nossa análise acerca do processo de produção do espaço urbano, por exemplo, identificamos que esse processo consiste no movimento do capital em busca de generalizar não somente seu modo de produção, mas, essencialmente, suas relações de produção calcadas na valorização do valor. Nas entrelinhas, é passada uma ideia de que em um local desenvolvido todas as coisas têm que possuir valor e poderem ser trocadas por dinheiro. Relações solidárias, que são resíduos de modos de vida tradicionais, vão sendo, lentamente, transformadas em relações frias e impessoais.

---

<sup>22</sup> Conforme Carcanholo, “o valor de uma mercadoria não é a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. O valor não pode ser definido” (CARCANHOLO, 2005, p. 3). [...] “O conceito de valor é descoberto por Marx a partir de uma observação adequada do valor de troca. O que podemos, então, entender por *valor*? Trata-se, em um primeiro momento e só num primeiro momento, de uma propriedade, de uma característica intrínseca a cada mercadoria, propriedade essa que é social (não natural) e que consiste no “poder de compra”, no poder de atração que possui essa mercadoria sobre as demais e que permite que ela tenha aqueles valores de troca determinados e não outros menores ou maiores. Esse poder de compra está relacionado, numa primeira análise, à riqueza mercantil que a sociedade reconhece na sua existência (a quantidade de trabalho socialmente necessário). É aí que fica determinado que a magnitude do valor é a magnitude da *riqueza* mercantil que foi *produzida* pelo trabalho social, pelo esforço produtivo da sociedade desviado eventualmente de outros fins” (CARCANHOLO, 2005, p. 5).

A manutenção das *relações de produção* é fundamental para a sustentação da exploração exercida pela burguesia sobre os trabalhadores, pois permite a continuidade da exploração de uma classe pela outra. A *mais-valia* é o objetivo, a real essência, do processo de valorização do capital e não o *lucro*, pois este representa apenas a forma aparente desse processo. Entretanto, na modernidade, diante da profusão de representações falsificadoras da realidade a aparência torna-se tão real quanto à essência, sendo que essa última possui maior relevância. A aparência esconde a verdadeira essência, a coisa em si. Se a aparência do fenômeno fosse a sua essência, toda a pesquisa científica seria desnecessária, pois somente olhar já seria o bastante para compreendermos tais fenômenos. A aparência é a manifestação do fenômeno, mas sem explicá-lo, portanto, cabe aos pesquisadores ir além da aparência para encontrar a sua dinâmica estrutural. E isso não se faz de modo independente do objeto da análise. Apesar de tratarmos a relação entre essência e aparência por essa perspectiva, temos em conta que “a essência – a coisa em si – pode ser algumas vezes mais pobre que a aparência, já que a aparência implica a relação, a manifestação da essência “em outra coisa” (LEFEBVRE, [1948] 1979, p. 221). Isso quer dizer que, em um mundo repleto de representações, o primeiro contato que fazemos com os fenômenos é com a sua aparência, pela sua manifestação no mundo objetivo, por isso, é apreendendo os movimentos de transição da aparência que podemos compreender a sua essência. Temos que sempre fazer essa ponderação entre essência e aparência para podermos desvendar o que confere sentido social aos fenômenos.

Nos “Manuscritos Econômico-filosóficos” de 1844, Marx desenvolveu temas importantes para sua crítica da economia política, aprofundados em “O Capital”. Com o conceito de *estranhamento*, por exemplo, Marx começou a ir além das análises dos economistas clássicos para mostrar a desumanização do trabalhador que se processa nas sociedades em que impera a propriedade privada. A divisão do trabalho promovida pela separação entre trabalho e capital “transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando, assim, necessária a transformação desta em dinheiro. Ao mesmo tempo, torna aleatória essa transubstanciação” (MARX, [1867] 2011, p. 135). A imposição da divisão do trabalho incide diretamente nas “relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, [1945-1846], p. 89). De acordo com Marx ([1844] 2010, p. 91), [...] “existe no capital, objetivamente, [o fato de] que o trabalho é o homem totalmente perdido de si”. O *estranhamento* é a condição dos trabalhadores quanto à impossibilidade de apropriação

integral daquilo que lhes é constituinte por ser por eles produzido. Mais especificamente, é o fato de suas vidas estarem sendo vividas em função de uma atividade produtiva da qual os frutos do seu empenho e de suas atividades físicas e intelectuais não lhes pertencem. Segundo Marx, o estranhamento manifesta-se na vida dos trabalhadores pela impossibilidade de apropriação do produto do seu trabalho, na negação da atividade vital (o trabalho, cujos meios de produção não lhe pertencem), na perda de sua vida genérica ao serem separados de seu corpo inorgânico (a natureza representada pelos produtos do seu trabalho) e também no estranhamento em relação a outro homem, o “senhor do seu trabalho” ([1844] 2010, p. 81-87)<sup>23</sup>. Marx descobriu que “a relação (Verhältnis) da propriedade privada contém latente em si a relação da propriedade privada como *trabalho*, assim como a relação dela mesma como *capital* e a *conexão* (Beziehung) destas duas expressões uma com a outra” (MARX, [1844] 2010, p. 93). A *essência subjetiva* da propriedade privada é, portanto, o *trabalho* (MARX, [1844] 2010, p. 95).

Outro traço que revela a essência da modernidade está expresso na relação de exploração que o *fetichismo das mercadorias*<sup>24</sup> oculta, fazendo com que o criador se veja como criatura. A discussão acerca da desumanização no capitalismo pela ideia de estranhamento foi ampliada por Marx com o conceito de fetichismo das mercadorias. Esse fenômeno consiste na reificação do humano em meio ao seu próprio processo de objetivação e na humanização das coisas. O fetichismo encobre contradições importantes na relação capital-trabalho, essencialmente, a alienação dos produtos do trabalho e a reificação do produtor, pois ele passa a ter sua vida dependente do movimento das coisas. O fetichismo do próprio capital consiste na ideológica omissão por seus intelectuais orgânicos<sup>25</sup> da taxa de mais-valia, que revela o grau de exploração do trabalho, externando apenas a taxa de lucro, que indica o grau de valorização do capital (MARX, [1867] 1996,

---

<sup>23</sup> Cabe ressaltar que, de acordo com Ranieri (2006, p. 1), “pode-se dizer que aquilo que Marx designa por alienação (ou exteriorização, extrusão, Entäusserung) tem a ver com atividade, objetivações do ser humano na história, ao mesmo tempo em que estranhamento, pelo contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que aquela atividade se realize em conformidade com as potencialidades humanas, obstáculos que, dadas as formas históricas de apropriação do trabalho e também de sua organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno concêntrico ao estranhamento”.

<sup>24</sup> “Em ‘*O Capital*’, tanto a retomada da palavra Entfremdung, quanto a teoria sobre a qual discorre estão presentes. De maneira geral, podemos afirmar que existe a intenção de apresentar sob nova roupagem a relação social sobre a qual está apoiado o estranhamento e, no seu interior, a especificidade do conjunto das relações sociais. Neste contexto, a análise da mercadoria aparece, na manifestação do fetichismo, como uma conexão e um avanço da teoria do estranhamento, posto que agora ela tematiza não somente o divórcio entre o trabalhador e seu trabalho, mas reitera a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho, um dos fundamentos necessários para a formulação da teoria do valor” (RANIERI, 2006, p. 2).

<sup>25</sup> Marx faz referência aos economistas políticos.

p. 45, apresentação). Conforme Martins (1999, p. 17-18), o núcleo duro da crítica da economia política é o fato de a economia não se explicar sem a política. Nesse sentido, a análise dos processos de desumanização provocados pela unilateralização da troca em favor do capital mostra que os estudos de Marx não são uma continuação dos estudos dos economistas políticos clássicos, nem tão pouco, o desenvolvimento de uma economia política para o socialismo.

De acordo com Marx ([1867] 2011, p. 94), “a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens” fazendo com que essa relação social assuma a aparência de uma relação entre coisas. Nessa relação, “a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores” (MARX, [1867] 2011, p. 94). O fetichismo “é inseparável da produção de mercadorias”, pois é um fenômeno que consiste na ocultação da transformação dos produtos do trabalho humano em mercadorias. Os produtos do trabalho verdadeiramente apropriados pelos seus produtores e produzidos sem que exista algum ritmo imposto ao processo produtivo são obras, valores de uso. Em Marx, a ideia de alienação faz referência às separações que fragmentam os indivíduos, separando-os de elementos que lhes são constituintes e ou são produtos de seu trabalho e de seu intelecto. Tratando o conceito de *produção* em sentido amplo, a obra de Marx nos permite identificar formas de alienação que se processam em pelo menos três instâncias da vida social: a religiosa, a política e a econômica. Mais especificamente, o fetichismo no processo produtivo para Marx é o estado em que o trabalhador não se reconhece como produtor do produto de seu próprio trabalho e o valor de uso desses produtos é transformado em valor de troca, algo estranho a eles, portanto. Nessa passagem do texto, podemos observar o papel do fetichismo na manutenção das relações de exploração do trabalho e que acaba chegando, no limite, a não consciência de classe por parte dos trabalhadores, a classe que tem que vender sua força de trabalho.

Para exemplificar, pode-se pensar em trabalhadores do setor de construção civil, em um balconista de uma farmácia, em funcionários públicos etc. A maior parte desses trabalhadores somente reconhece como produto do seu trabalho aquilo que diretamente produziu. O que esses trabalhadores não percebem é que eles, de fato, não produziram pessoalmente determinados prédios, tênis, parques, escolas, estádios de futebol ou outras mercadorias quaisquer, mas as produziram na condição de classe social. Para a maior parte dos trabalhadores somente aquilo que sai diretamente de suas mãos é produto do seu

trabalho. Não é uma tarefa simples a tomada de consciência acerca de nossa vida prática, assim sendo, as relações de classe aparecem mistificadas nas práticas de grande parcela dos trabalhadores.

Nesse movimento contínuo da sociabilidade e da produção e reprodução dos homens, os indivíduos produzem a si mesmos, ou seja, produzem sua consciência em relação ao mundo concreto. O capital, trabalho acumulado, tem a permanente tarefa de se impor como lógica mediadora das relações humanas e vai de encontro à humanização dos seres humanos, a apropriação dos produtos do trabalho e a tomada de consciência do homem em relação a essa realidade por ele produzida. Em Marx, a compreensão e a crítica do mundo moderno passam, portanto, pelo enraizamento do pensamento no movimento do mundo concreto e isso demanda a relação indissociável entre o pensamento e a ação.

Juntamente com as interpretações dos diversos marxistas e dos diversos marxismos, a compreensão e crítica do mundo moderno passa, essencialmente, pelos estudos de Marx, mesmo que alguns de seus apontamentos possam estar “desatualizados”, o que é natural, posto que o próprio capitalismo passou por transformações, desde a morte desse autor. No entanto, a essência do capital se manteve praticamente a mesma, tendo mudado apenas as estratégias para alcançar sua reprodução ampliada. A luta de classes persiste, mas, além de mascarada por representações diversas como o individualismo, ela se materializa para além do chão de fábrica fragmentada nos processos de; favelização, periferização, gentrificação, expulsão do homem do campo, remoções de famílias de mais baixa renda para de suas casas para a realização de obras públicas etc. Apesar de não considerarmos a luta de classes uma exclusividade das zonas urbanas, nos capítulos a seguir mostraremos suas determinações na contemporaneidade, a partir das contradições da produção do espaço da metrópole belo-horizontina.

### **1.2.3 – A alienação espacial**

“Devemos salientar desde já que uma *obra* tem algo de insubstituível e de único, enquanto um produto pode ser reproduzido e é de fato o resultado de atos e gestos repetitivos. (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 68, tradução nossa).

À medida que os produtos da mão e da mente humana são alienados, tornados propriedade de outro e não de seu produtor, os homens vão perdendo parte daquilo que lhes é constituinte e que é parte de seu processo de humanização. Se, ao transformar a

natureza pelo seu trabalho os homens transformam a si mesmos, com o trabalho abstrato o que eles produzem e reproduzem é a alienação. Quanto mais os trabalhadores produzem mercadorias, mais o mundo é produzido à imagem delas e a esses homens e mulheres que não possuem os meios de produção restam os papéis coadjuvantes (MARX, [1844] 2010, p. 80).

Entretanto, a vida social não se realiza fora do espaço, ela se realiza no espaço socialmente produzido. Ora, se a realização da sociedade requer um espaço, as formas de produção e de apropriação desse espaço também devem ser objeto de análise para a compreensão do processo de humanização dos seres humanos. O espaço social, enquanto produto da práxis social, também passa a ser apropriado pela racionalidade econômica, ao ser transformado em mercadoria. Assim como a não apropriação dos produtos do trabalho pelos trabalhadores, a não apropriação do espaço socialmente produzido por parte da sociedade também é a manifestação da alienação em sua faceta mais perversa, a *alienação espacial*. Essa transição ontológica da análise das contradições da modernidade fundamenta-se na alienação alicerçada na divisão do trabalho que alcança as cidades implodidas-explodidas com a fragmentação dos espaços e da própria vida urbana. De acordo com Debord ([1968] 2003, p. 26), “o espetáculo na sociedade representa concretamente uma fabricação da alienação”. Nessa perspectiva, a sociedade do espetáculo (DEBORD, [1968] 2003), sintoma dessa modernidade mais fluida ou da pós-modernidade nos termos de Harvey ([1989] 1992), transporta para todo o espaço social tornado mercadoria as alienadas e alienantes *relações sociais de produção*. É um “espetáculo” globalizante e bem arquitetado, mas frágil, pois se todos esses “espectadores” soprarem ao mesmo tempo esse palco cairá para trás. Entretanto, a maioria desses espectadores não sabe dessa possibilidade. Dentre os que sabem dessa possibilidade, aqueles que querem ver o espetáculo prosseguir como está fazem silêncio e dentre os que sabem da possibilidade e querem mudanças, muitos têm medo de repressões ou de descobrir que a vida “real” é menos interessante que a sua representação espetacularizada. Poucos são aqueles indivíduos que, em suas práticas, fazem algo diferente e buscam subverter a ordem estabelecida. Os desdobramentos dessa espetacularização da vida social, como não poderiam deixar de ser, encontram no espaço das metrópoles seu estágio mais avançado, pois estes são ambientes em que não somente a produção se realiza, mas também o consumo dessas mercadorias e a vida dos próprios trabalhadores.

Se na essência do capitalismo as coisas possuem valor e podem ser trocadas, a transformação do espaço em mercadoria sugere uma mudança radical da relação da sociedade com esse espaço. O espaço social tem dono e tem valor de troca, é propriedade privada, e isso interdita a sua apropriação pelo conjunto da sociedade. O valor de uso do espaço é alienado para a troca à medida que esse espaço é produzido como mercadoria, como uma mina de ouro para os setores do capital que dele se apropriam. Nas metrópoles, o *locus* principal dessa alienação, as pessoas passam a se relacionar com o espaço da mesma forma como se relacionam com uma mercadoria qualquer, ou seja, precisam de dinheiro para consumi-la. Isso posto, percebemos que as velozes transformações no ambiente urbano são vistas pelos habitantes das cidades como exteriores a eles, pois o fato de esse ou aquele local ser propriedade de particulares transforma os não proprietários em simples espectadores em relação a esses processos. Como nos diz Debord,

“A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que os apresenta. Eis porque o espectador não se sente em casa em parte alguma, porque o espetáculo está em toda a parte” (DEBORD, [1968] 2003, p. 25-26).

O espetáculo está em toda parte porque a alienação alcança a própria vida cotidiana, uma vez que avança sobre o espaço social. Parte significativa dos indivíduos não percebe a função estratégica que o espaço possui dentro dos processos que envolvem totalidade social, nem em que medida suas vivências estão inseridas em estruturas de poder que buscam o controle da vida social. A essência da ideia de *sociedade do espetáculo* apresentada por Debord está baseada nessa sociedade calcada na contradição entre capital e trabalho e inserida em uma modernidade ainda mais acelerada. A alienação dos e nos processos de humanização dos homens, em suas diversas dimensões e práticas, produzem homens e mulheres que contemplam uma vida intermediada por diversas representações, que, no limite, transformam a criatura em criador. Portanto, a espetacularização da vida prática e teórica passa, essencialmente, pela alienação do mundo objetivo e sua não incorporação pelos “espectadores” como elemento constituinte do seu processo de subjetivação. As diversas separações entre o ser e a política, entre o ser e a fé, entre o produtor e seu produto, entre a sociedade e a cultura e entre a sociedade e o espaço

socialmente produzido são as marcas dessa modernidade que traz consigo uma abundância de produtos nas prateleiras, mas que forma seres humanos embrutecidos na essência.

Pelo espaço inteiro, a generalização do valor busca a submissão da vida social à reprodução do capital. Se o espaço possui valor de uso, ele pode ser trocado, portanto, tem valor de troca e, sobretudo, valor. O espaço das cidades contemporâneas é produzido como capital, como mercadoria, a mais valiosa e fundamental de todas (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 142), e a alienação, ao sair do chão de fábrica, atinge a totalidade das relações, do tempo e do espaço sociais. Mais do que isso, o crescente avanço do chamado setor terciário, o chamado setor de serviços, nos centros das grandes metrópoles mostra que o *trabalho imaterial*, após a flexibilização da produção da década de 1970, tem sido um modo a mais de reprodução dos capitais e das relações de produção. Escolas, universidades, shoppings centers, hospitais, bares, lojas etc., todos esses estabelecimentos e tantos outros, além de também recrutarem trabalhadores, são os responsáveis por distribuir as mercadorias produzidas pelos outros grupos de trabalhadores. As cidades contemporâneas se reproduzem em função da exploração do trabalho social, portanto, ela em si mesma é trabalho.

A reprodução ampliada do valor implica, portanto, a reprodução ampliada da alienação, mas também das contradições que são sinais de brechas e possibilidades para que algo novo possa brotar no interior dessa totalidade aberta, o capitalismo. Ora, se a apropriação da práxis social pulou os muros das fábricas e alcançou o espaço social, isso implica que a luta de classes também foi alçada para todo o espaço, entretanto, a contradição entre capital e trabalho se mantém. No processo de urbanização, essas contradições e conflitos podem ser apreendidos com mais clareza devido à violência com que são praticadas.

Na modernidade ainda mais acelerada pela invenção da internet, pela reprodutibilidade técnica e pelas facilidades de viagens para os que podem pagar por elas, a vida e as formas das e nas cidades tornaram-se repetitivas, reprodutíveis, perderam sua aura. “Em suma, o que é a aura? É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja” (BENJAMIN, [1936] 1994, p. 170). A passagem extraída do texto “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” de Walter Benjamin é importante para ampliarmos nossa conversa acerca das contradições da modernidade. Nessa passagem, Benjamin toca em um ponto central para nossa discussão, o fenômeno da transformação da obra em produto, ou

melhor, a passagem dos seres produtores de obras para os seres produtores de mercadorias. Benjamin ([1936] 1994, p. 194), trazendo a questão da reprodução em massa das obras de arte para auxiliar o pensamento acerca das relações de produção de sua época, escreveu a seguinte frase: “a reprodução em massa corresponde de perto à reprodução das massas”. De acordo com Benjamin, a reprodutibilidade técnica, do mesmo modo que populariza o acesso aos bens simbólicos, artísticos e materiais, mata seu caráter único, sua condição de obra de arte.

Nesse sentido, as cidades submetidas às leis do capital têm perdido características que lhes davam a condição de obra e resultado direto da práxis dos seus habitantes. As cidades aparecem nas sociedades capitalistas como uma mercadoria produzida para o gosto dos consumidores, portanto, torna-se natural que sobre esse espaço incidam diversas estratégias para sua venda e seu controle (*figura 2*).

**Figura 2. Panfletos do empreendimento Reserva Real**



**Fonte:** Site Biovillas **Disponível em:** <http://biovillas.com/arquivos/biovillas-ap-curta.pdf> **Acessado em:** 19/02/2014

Conforme demonstram os *folders* do empreendimento *Reserva Real*, situado no município de Jaboticatubas, que pertencente ao Eixo Norte da RMBH, a venda das parcelas do espaço é feita apelando-se para uma série de representações e símbolos de uma pretensa vida moderna ou, como foi mostrado no panfleto acima, de um “retorno” a uma vida bucólica junto a uma natureza modernizada, elementos esses que são utilizados para

aumentar ainda mais os preços desses produtos. Especialmente nos países do capitalismo periférico como o Brasil, alguns dos prometidos signos do mundo “moderno”, anunciados como direitos de todos os cidadãos só chegam para frações pequenas da população, as que podem pagar por eles. Muitos dos equipamentos urbanos construídos pelo Estado fazem elevar os preços dos produtos imobiliários de empresas particulares, que acabam se apropriando da mais-valia fundiária urbana. Ou seja, o dinheiro investido pelo Estado, que é fruto das rendas do conjunto da população, é revertido em renda da terra para particulares.

Esses e outros produtos dos diversos setores do capital não apenas são vendidos pela sua utilidade básica para os compradores, mas eles também propõem uma cotidianidade, isto é, propõem um modo de vida. As representações do espaço ganham concretude ao serem incorporadas às práticas dos indivíduos em seus espaços de vivência. A vida social fora do ambiente do trabalho, então, vai ganhando novos significados, novos sentidos, novos ritmos, novos gestuais e novos rituais que estão conectados ao processo produtivo de mercadorias. O cotidiano vai se instaurando até que algum movimento o contenha. A repetição, a programação, os interditos no espaço etc., passam a condicionar as práticas espaciais e sociais dos indivíduos e isso incide diretamente na forma como estes se relacionam consigo mesmos, com os outros e com o espaço. O exemplo dos condomínios fechados mostra que o que está à venda é mais que um produto, é um modo de vida artificial calcado no “afastamento” em relação aos “problemas urbanos” e em uma inautêntica aproximação com a natureza. Esse cotidiano que tenta se generalizar pelo espaço social, além de retirar a aura das cidades, retira também a aura dos próprios modos de ser e de agir dos indivíduos.

Não é raro em nosso cotidiano tão estressante e repleto de obrigações com prazos de entrega medidos pelo relógio estarmos sempre tentando “*ganhar tempo*” ou “*não perder tempo*”, pois tempo é dinheiro. Isso indica que a vida social nas cidades é invadida pelo tempo da produção industrial, inclusive no chamado tempo livre, pois a inserção de ritmos cronometrados às atividades é algo que está vinculado à produção de mercadorias. Nossas relações interpessoais cotidianas acabam também sendo cronometradas pelo tempo da produção e tornam-se mecânicas. O empobrecimento dos relacionamentos amorosos, familiares, de amizade, de vizinhança etc., passa a ser o resultado de uma vida com pouco tempo para nos dedicarmos à vida social e às coisas que realmente gostamos de fazer. Quantos pais e mães saem cedo de casa e retornam somente à noite, já cansados e

estressados por conta do dia intenso no trabalho. Aos filhos, os pais dedicam pouquíssimo tempo de convívio e isso certamente traz consequências futuras para o convívio social dessas crianças. Não perder tempo no cotidiano, no limite, significa agilizar o ciclo do capital, para que o ciclo das mercadorias se feche e a consequência imediata disso é a produção de mais alienação, pois, quanto mais o trabalhador produz mercadorias mais estas tendem a dominá-lo (MARX, [1844] 2010, p.88).

As pessoas não mais se apropriam integralmente do seu tempo de vida, mas, passam a administrá-lo para que seja mais produtivo. Não vivemos nossa vida como gostaríamos, apenas tornamo-la um meio para podermos consumir mercadorias. Nascermos, crescemos, estudamos, fazemos cursos e faculdades almejando a inserção no competitivo mercado de trabalho, em que concorremos com outros indivíduos que também tiveram que passar por processos de formação semelhantes. É verdade que muitos puderam pagar mais caro do que outros por serviços de educação e, por conseguinte, obtiveram uma maior valorização do seu valor enquanto mercadoria força de trabalho. Possuem, portanto, preços mais elevados no mercado de trabalho e poderão ocupar cargos também de maior *status* social. Os mais bem sucedidos nesse processo poderão algum dia montar seu próprio negócio e talvez até virar “patrão”. Mas, esta estratificação da força de trabalho em um mundo aparentemente repleto de oportunidades e de liberdade, no qual o empregado pode sonhar em se tornar “patrão”, não retira a essência danosa desse processo, a alienação. Muitos podem não concordar com essa afirmação, pois alegam que gostam do seu trabalho e de sua profissão, mas isso não retira contradição. Por mais que neguem o fato de entrarem em uma faculdade almejando a inserção no mercado de trabalho, as pessoas têm a consciência que este é de fato um objetivo que não pode ser renegado. Se não trabalharem vão viver de que forma em uma sociedade em que tudo tem seu preço e onde as pessoas lançam olhares de desconfiança para aqueles que não possuem uma inserção formal nesse cotidiano, ou seja, que não possuem um trabalho formal?

*“Eu tenho saudade mesmo é dos meus tempos de criança. Eu brincava na rua com meus amigos, jogava futebol, peteca, subia nos muros dos lotes vagos, pegava fruta no pé e tudo mais. Hoje em dia, é tudo proibido de se fazer. Também, agente cresce e só tem tempo pra trabalhar. As criança de hoje não vão ter o que nós tivemos”<sup>26</sup>.*

---

<sup>26</sup> *Conversa com um homem, em Belo Horizonte, 11/02/2014.*

Se a liberdade, a igualdade e a fraternidade individuais e coletivas tendem a ser condicionadas pela troca e pelo dinheiro, elas não passam de uma fachada. Ora, se para sermos livres temos que ter dinheiro, se para sermos iguais nós temos que abrir mão de nossas singularidades para compartilharmos uma série de aspectos homogeneizantes, se para sermos fraternos colocamos o dinheiro como intermediação, então tudo não passa de uma prisão camuflada de liberdade. Em alguma medida, podemos utilizar tais aspectos para uma crítica tanto do capitalismo quanto do chamado socialismo real, pois ambos, cada um à sua maneira, enclausuram as vivências e impõem limites à práxis social.

A partir do que foi dito, podemos dizer que as cidades, no capitalismo, são grandes fábricas e que por meio de suas engrenagens a vida e a práxis social são espremidas para a produção e reprodução do mundo das mercadorias.

## **CAPÍTULO 2 – O PAPEL DO ESTADO MODERNO NA REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO**

### **2.1 – Introdução**

Nesse capítulo, discutimos o papel do Estado na produção capitalista do espaço e também a crise da política, que é parte do processo de apropriação da práxis social pelo capital. Buscamos dar nossa contribuição a essa complexa discussão sem a pretensão de esgotar o tema, pois essa tarefa não cabe nessa pesquisa. Nesse momento de nossa reflexão, levantaremos apenas alguns pontos-chave que ajudaram na aproximação com o fenômeno que estamos buscando compreender, a apropriação da práxis social pelo capital nas metrópoles.

Para a compreensão da relação entre o Estado e o capital, mostramos porque o Estado, que os hegelianos acreditavam ser a expressão mais bem acabada da razão humana, é na realidade a expressão da alienação política da sociedade, pois, a separação entre o Estado e a sociedade civil é a separação entre o ser e a política. Também, ao se apoiar no saber técnico ancorado nas luzes da ciência, a razão de Estado passa por cima dos saberes tradicionais e da práxis social.

Mostramos que o Estado possui articulação com a reprodução dos capitais e das relações de produção e que para que possam ocorrer transformações mais profundas há, portanto, a necessidade de uma crítica radical do Estado e não somente a busca por reformá-lo.

### **2.2 - O poder, o Estado e a reprodução ampliada do valor**

[...] “durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, finalmente se apoderou da soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno nada mais é que um comitê que administra os negócios de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, [1948] 2007, p. 49).

Para uma melhor compreensão dos processos de apropriação da práxis social das e nas cidades, é necessária a compreensão do papel desempenhado pelo Estado nesses processos. As supracitadas palavras de Marx, extraídas do “Manifesto do Partido Comunista”, expressam de forma contundente, porém, ainda não tão desenvolvidas pelo autor, uma proposição teórica acerca o papel do Estado nas formações sociais onde impera

o modo de produção capitalista, portanto, onde as relações e as práticas sociais são mediadas pela mercadoria e pelo dinheiro. Essa passagem nos permite observar que a concepção dialética do Estado em Marx se distancia da concepção idealista de Hegel que Marx entendia ser mistificadora da realidade concreta, pois colocava o real como produto da razão<sup>27</sup>. Para Marx ([1844] 2005, p. 87), é o *Estado* que nasceu da *sociedade civil* e não o contrário, pois “o *homem* não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o *mundo dos homens*, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são o mundo *invertido*”. A crítica de Marx acerca da essência do Estado, na realidade, é uma crítica que perpassa todas as instâncias do mundo objetivo e subjetivo por ser uma crítica conectada com a totalidade da vida social. Marx entende como uma contradição central na modernidade o fato de as criações da mente e da mão humanas assumirem a condição de seres “alienígenas”, estranhos aos seus produtores. No capitalismo, Marx (1970, p. 53-4 apud HARVEY [1976] 2005, p. 77) afirma que,

“essa interpretação materialista do Estado se amplia para uma concepção geral, em que se considera o Estado ‘uma forma independente’, que surge da ‘contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade’. Essa contradição ‘sempre se baseia’ na estrutura social e, em particular, ‘nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho [...] e pela qual uma classe domina todas as outras’” (1970, p. 53-4 apud HARVEY [1976] 2005, p. 77).

Destarte, a afirmação de que esta forma de controle social, o Estado moderno, existe para que o modo de produção e as relações de produção capitalistas não se dissipem por conta de suas contradições imanentes é pertinente, mas, pelo que dissemos até o momento, ainda não nos permite ir além da aparência do fenômeno descrito e carece de mais substância teórica. Nesse sentido, é preciso que se compreenda, primeiramente, o papel do Estado moderno nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, então começaremos discutindo a perspectiva foucaultiana de *poder*, mesmo este não possua a mesma linha de pensamento de Marx e dos marxistas. As análises de Foucault acerca do *poder* são fundamentais não somente para entendermos a natureza do Estado, mas para entendermos melhor a natureza das relações humanas. Na perspectiva de

---

<sup>27</sup> Para Hegel, “o Estado é a ideia ética ou espírito ético realizados. Ele é a vontade que se manifesta, torna-se clara e visível, consubstancia-se. Ele é a vontade que pensa e conhece a si mesma, ele realiza o que sabe, e na medida em que sabe. O Estado encontra nos costumes éticos sua existência direta e irrefletida e sua existência indireta e refletida na autoconsciência do indivíduo e no seu conhecimento e atividade. Autoconsciência na forma de disposição social, tem a sua liberdade substantiva no Estado, como a essência, o propósito, e produto de sua atividade” (HEGEL, [1820] 2001, p. 194-195, tradução nossa).

Foucault, a natureza do poder não pode ser definida ou compreendida como propriedade de um determinado *possuidor do poder*, mas, essencialmente, como algo que é imanente a todos os níveis e escalas das relações sociais. De acordo com Foucault,

“Haveria um esquematismo a evitar – esquematismo que, aliás, não se encontra no próprio Marx – que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apóiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem” (FOUCAULT, [1979] 1984, p. 160).

Nesse sentido, podemos dizer que o Estado moderno é uma estrutura social que utiliza o poder dentro de um determinado contexto social, temporal e espacial, mas não é possuidor desse poder definitivamente. O Estado moderno é a expressão de uma relação de poder, o poder resultante do enfrentamento entre as classes, grupos sociais e indivíduos. O Estado moderno é uma instituição que existe para o controle social. À vista disso, concordamos com ideia de que “o poder é, portanto, um exercício” (MARTINS, 2010, p. 1). Para Foucault, o poder é uma relação social assimétrica que institui dois polos e a natureza dessa relação assimétrica é a subordinação de uns para a manutenção de determinada ordem política instituída por outros (ALBUQUERQUE, 1995, p. 108).

Pensando no poder exercido pelo Estado, é fundamental não perdermos de vista a dimensão espacial que esse poder alcança, pois os territórios nacionais implicam uma jurisdição e são, portanto, a materialização dessa relação assimétrica entre grupos, classes, etnias, culturas etc<sup>28</sup>. A formação dos Estados nacionais europeus ou de quaisquer formas de Estado, *sine qua non*, passam pela conquista e pela apropriação do espaço e a construção de determinado território. Os territórios expressam o poder, são tensões, portanto. Os territórios nacionais expressam a objetivação dos anseios e das necessidades de determinada estrutura de poder calcada em conflitos de interesse dentro do conjunto da

---

<sup>28</sup> Machiavelli, ao descrever o cenário político de sua época e, ao mesmo tempo, dar a receita para a manutenção do poder dos Estados sobre os territórios conquistados, diz que “quando aqueles Estados que se conquistam, como foi dito, estão habituados a viver com suas próprias leis e em liberdade, existem três modos de conservá-los: o primeiro, arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro, deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando em seu interior um governo de poucos, que se conservam amigos, porque, sendo esse governo criado por aquele príncipe, sabe que não pode permanecer sem sua amizade e seu poder, e há que fazer tudo por conservá-los. Querendo preservar uma cidade habituada a viver livre, mais facilmente que por qualquer outro modo se a conserva por intermédio de seus cidadãos” (MACHIAVELLI [1513-1532] 2005, p. 31).

sociedade, pois o uso que os indivíduos, grupos, ou classes fazem do poder tende para a manutenção de sua hegemonia. No controle social advindo do poder do Estado moderno, as tramas e estratégias territoriais são vitais para a manutenção da ordem instaurada, no caso do capitalismo, a valorização do valor. À medida que o espaço social torna-se um território controlado por um Estado, o poder estatal se espacializa e é utilizado estrategicamente como mediação para a obtenção do almejado controle social. Grosso modo, o Estado moderno se põe diante da sociedade civil como o representante do público, enquanto esta, a sociedade civil, seria a expressão do privado. Essa dominação territorial e sua manutenção passam, essencialmente, pela definição e proteção dos *limites* territoriais, de leis, de normas de conduta, de aspectos morais, de uma cultura etc. Os Estados Nacionais modernos se puseram de pé na história juntamente com o crescimento das práticas mercantis e nesse processo a transformação do espaço em território foi estrutural. Esses são importantes porque mostram como a economia, que era essencialmente prática, pôde ter se tornado também política. A criação do sentido de nação por um povo e a instauração do poder monárquico absoluto permitiu a intensificação das trocas e do comércio dentro de uma estrutura social ainda de base servil, mas que posteriormente tornou-se algo estrutural também para a manutenção da estrutura social baseada no trabalho assalariado.

Max Weber ([1920] 2004), no seu célebre livro “*Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”, apreende a passagem do modo de produção feudal para o capitalismo, essencialmente, como a passagem da explicação mística do mundo para a explicação racional, em que o próprio Estado moderno incorpora essa racionalidade para legitimar seu poder. As práticas mercantis e a consolidação do mercado na sociedade medieval européia trouxeram consigo outros valores morais e a necessidade de uma compreensão mais racional do mundo, o que conflitava com os valores religiosos incorporados ao poder absoluto do Estado e da própria sociedade. Desde o século XV até os dias de hoje as pressões para uma racionalização das e nas práticas sociais exercidas pelo mercado em expansão, em oposição ao discurso mistificador das instituições religiosas e da monarquia, foi fortemente impulsionada pela adesão popular ao discurso racional. Isso porque, como nos diz Foucault ([1978-1979] 2008, p. 43), nessa fase, digamos, pré-capitalista “o mercado era um lugar de jurisdição”, de justiça, o que destoava das práticas autoritárias e luxuosas dos Estados monárquicos absolutos. Tal racionalização das práticas sociais era o que almejavam os iluministas franceses do século XVIII, por exemplo, e foi o elemento

motivador da revolução francesa. Em linhas gerais, na visão de Weber ([1920] 2004), em toda a história humana houve acumulação de riquezas, portanto, essa não seria a melhor definição de capitalismo. O que de fato define o capitalismo para Weber é a busca por uma forma racional de ser e agir que perpassasse todas as instâncias da vida social. Apesar de não compartilharmos integralmente da visão de Weber, entendemos a importância de sua abordagem para a compreensão desses processos. De acordo com Weber,

“essa foi não apenas a tomada de posição normal de todas as doutrinas éticas, mas também - e isto é o que substancialmente mais importa - do comportamento prático do homem médio da era pré-capitalista: "pré-capitalista" no sentido de que a valorização racional do capital no quadro da empresa e a organização capitalista racional do trabalho ainda não haviam se tornado as potências dominantes na orientação da ação econômica. Foi precisamente essa atitude um dos mais fortes obstáculos espirituais com que se defrontou a adaptação dos seres humanos aos pressupostos de uma ordem econômica de cunho capitalista-burguês. O adversário com o qual teve de lutar o "espírito" do capitalismo [no sentido de um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a "ética"] foi em primeiro lugar [e continuou sendo] aquela espécie de sensibilidade e de comportamento que se pode chamar de tradicionalismo” (WEBER, [1920] 2004, p. 51).

A partir do que foi discutido até o momento, é importante pensarmos que o Estado moderno, enquanto uma instituição social que utiliza o poder, não foi e não será a única manifestação de controle social ao longo da história. O poder exercido pelas dinastias chinesas, pelos faraós do Egito, pelos imperadores romanos, pela Igreja etc., também são manifestações de poder com o objetivo de manutenção de determinada “ordem” socioespacial. Essas distintas manifestações de *poder*, em sua *aparência*, distinguem-se do tipo de Estado como conhecemos na contemporaneidade, pois, quando pensamos em Estado moderno, nos vem à cabeça, principalmente, sua estrutura e suas instituições administrativas, repressivas e ideológicas. Porém, em sua *essência*, as diversas formas de Estado pelas quais o controle social se manifesta possuem uma característica em comum. Por suas entranhas circula o *poder*. Ou seja, para cada modo de produção produzir e organizar seu tempo e seu espaço, os grupos sociais dominantes tem que lutar também pelo poder que lhes permita garantir a manutenção das relações de (re)produção e de dominação dessa sociedade por eles engendrada. Aos grupos dominados que não querem se submeter ao poder dos dominadores, resistir e contra-atacar são táticas que permitem, em muitos dos casos, a manutenção de suas vidas.

Foi tentando mostrar as estratégias para esse controle visível-invisível exercido pelo Estado moderno e que incide diretamente em cada ação e em cada pensamento dos

indivíduos tornando-os “docilizados” que Foucault trabalhou o conceito de *regimes de verdades*. O regime de verdades, regido pela *razão de Estado*, especialmente do Estado moderno, tem alojado dentro de si a economia política e essa “não tem de forma alguma a exterioridade que o pensamento jurídico tinha” (FOUCAULT, [1978-1979] 2008, p. 19-20) no Estado absolutista. Desse modo, temos a *biopolítica* como o governo dos homens que estabelece os limites entre o verdadeiro e o falso, entre o proibido e o permitido, entre o bom e o ruim, entre o sagrado e o profano etc. Foi tendo a biopolítica como fio condutor de suas análises que Foucault, por exemplo, escreveu sobre a sexualidade, sobre o panóptico e sobre a loucura. A partir do momento em que a economia política passou a ser uma espécie de “limitadora” do poder estatal absoluto e entrou para as normas morais do século XVIII, foram definidas as bases para o estabelecimento de muitas das normas que ainda regem nossa sociedade contemporânea. Como nos mostra Nietzsche ([1887] 2002), ao longo dos processos históricos, a definição dos valores morais expressam relações de poder dentro de um contexto social específico e estabelece barreiras para que os espíritos tornem-se livres. Aqueles que não conseguem se adaptar ao mundo produtivo são taxados de loucos, drogados, marginais, preguiçosos ou qualquer outro adjetivo pejorativo. Nessas tramas, cabe ao Estado o papel de fiscalizador, educador, provedor, guia, zelador de comportamentos e destinos (MARTINS, 2010, p.4). Mesmo que para isso tenha que usar a violência.

Com a passagem do capital mercantil para o capital industrial e graças às análises dos economistas clássicos como Smith e Ricardo, a economia política deixou de ser apenas uma prática para ganhar uma interpretação teórica, passando, assim, a exercer mais influências sobre o poder do Estado absolutista, que se viu obrigado a incorporar o pensamento liberal e intervir menos na dinâmica do mercado. De modo geral, com submissão do poder absoluto do Estado às leis de mercado após a incorporação do pensamento liberal nas práticas estatais as normas advindas do Estado tinham a finalidade de possibilitar que a apropriação da práxis social pelo capital se concretizasse e, conseqüentemente, que o giro do capital (produção, circulação e consumo) também acontecesse com a menor interferência do Estado. Entretanto, a grande crise estrutural de reprodutibilidade dos capitais de 1929 decretou a crise do *Estado liberal* e demandou uma maior intervenção do Estado na economia. O Estado interveio diretamente, promovendo diversas obras de modernização urbana para a redução do tempo de giro do próprio capital e para estimular o consumo e a geração de empregos. Esse foi o chamado *Estado fordista*,

que foi inspirado no regime de acumulação fordista. Após a segunda guerra mundial, as pressões advindas da classe dos trabalhadores resultaram em políticas de Estado que garantiram melhores condições de vida e de consumo dos trabalhadores, mas essencialmente, a reprodução do próprio capitalismo. O *Welfare State*, ou *Estado de bem-estar social*, incorporado pela chamada *Social Democracia* praticada principalmente em países europeus como Alemanha, França, Suécia, Inglaterra etc. e levada para quase todos os países do centro do capitalismo foi uma estratégia para amenizar as tensões entre as classes. A Social Democracia e o *Welfare State* não deixam de ser conquistas dos trabalhadores, pois representaram a elevação dos gastos públicos com a reprodução da força de trabalho, mas, por outro lado, fizeram com que houvesse o amortecimento das lutas do proletário que poderiam levar a ganhos e transformações mais significativos.

A crise estrutural do regime de acumulação fordista-keynesiano da década de 1970, por sua vez, trouxe novamente a questão da menor intervenção do Estado na economia, dado que o capital buscava globalizar-se e romper as barreiras territoriais nacionais. O discurso do Estado em sua forma chamada de neoliberal foi, portanto, marcado pelo retorno da menor intervenção na economia, porém, na prática, essa forma de Estado continuou a intervir significativamente na dinâmica do mercado e em seu território, seja na produção, na circulação, no consumo ou na cultura. Pode-se dizer que a produção do espaço inscrita na valorização do valor continuou a se processar pela mão do Estado, sendo bruscamente reduzidos os gastos com a reprodução da força de trabalho, até então fornecidos pelo Estado de bem estar social. O neoliberalismo representa, portanto, uma tentativa de diminuição dos investimentos por parte dos Estados nas causas sociais, além do fato haver uma maior permissividade à mundialização dos capitais em sua fase de acumulação flexível<sup>29</sup>. Nos termos de Harvey ([1975] 2005; [1982] 1990; [1989] 1992), essa permissividade é um dos principais fatores que contribuíram para a quebra das barreiras espaciais para o capital e que fez expandir a divisão do trabalho à escala mundial, acentuando o desenvolvimento geográfico desigual.

Nesse sentido, apesar de atuar para a manutenção das relações de produção, o Estado moderno, aquele que surge juntamente com as necessidades do capital, não é a causa das relações assimétricas de poder entre as classes sociais, mas, ao contrário, é a expressão dessa assimetria de poder, ao mesmo tempo em que é uma estrutura que a

---

<sup>29</sup> Quem discute mais detalhadamente as diversas faces do Estado moderno é FOUCAULT ([1978-1979] 2008), em “O nascimento da biopolítica”.

mantém. Portanto, reencontramos a ideia de Marx, na qual é a sociedade civil que criou o Estado e não o contrário e que este Estado, em geral, serve, primeiramente, aos interesses da burguesia. Em cada formação socioeconômica e socioespacial, essa assimetria de poder nas relações sociais será de natureza *sui generis*, o que demandará e resultará em diferentes tipos de Estado, mais especificamente, em diferentes manifestações da “arte de governar<sup>30</sup>”. As forças políticas, econômicas ou culturais que querem manter sua hegemonia costumam lançar mão de diferentes estratégias de controle socioespacial. Dentre essas estratégias de controle social estão a ordenação, a produção e o controle territorial, e a dominação cultural, racial e econômica. Isso pôde ser verificado quando, em “O Capital”, Marx descreveu o processo da acumulação primitiva tendo em conta que esse processo engendrado pela associação entre a burguesia e o Estado varia no tempo e no espaço. O capital, enquanto o valor em movimento, tem que lidar com suas contradições internas e externas. Partindo dessa perspectiva, o Estado foi e é uma condição para que o modo de produção capitalista se ponha de pé na história e para que mantenha o seu poder perante as demais classes e grupos sociais, destruindo o devir que insiste em brotar dentro dele. É, portanto, papel do Estado moderno, o Estado capitalista, eliminar essas contradições; garantir a propriedade privada dos meios de produção, abafar a luta de classes, arbitrar a luta concorrencial entre os capitalistas individuais e entre os setores do capital, organizar e modernizar o território de sua jurisdição, mobilizar exércitos para conquistar outros territórios e recursos alheios etc.

Valendo-se de uma leitura de Marx, Harvey ([1976] 2005, p. 84) diz que o capital é um processo, cuja sua razão de ser é o lucro, e ele “não é nada mais que do que dinheiro repostos na produção e na circulação para render mais dinheiro”. Nesse contexto, o Estado e, em especial, o sistema legal possuem função central, assumindo a função de garantir a mobilidade do capital e do trabalho, o direito de propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação e garantindo a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo), removendo as barreiras que forem necessárias. (HARVEY, [1976] 2005, p. 84).

---

<sup>30</sup> Foucault trabalha a ideia da “arte de governar” em sentido restrito como “o governo dos homens na medida em que, e somente na medida em que, ele se apresenta como exercício da soberania política. Ou seja, busca dirigir a conduta, forçar as ações e reações, etc” (FOUCAULT, [1978-1979], 2008, p. 3). Para Foucault ([1978-1979], 2008, p. 4, grifo nosso), governar “segundo o princípio da *razão de Estado* é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo.

### 2.2.1 - Os modos de operação da racionalidade do Estado

Tratando do modo de operação do Estado moderno nos campos simbólico e discursivo, podemos dizer que suas ações são mais “sutis”, visto que, antes de usar a força física para fazer valer seu poder, há um maciço processo de convencimento da opinião pública. De acordo com Del Gaudio e Pereira (2010, p. 97), “o Estado exerce uma posse simbólica e material de um território e este precisa sempre se afirmar como representante legítimo de um único e determinado povo”. Isso posto, caso a opinião pública não esteja a favor das ações desse governo, suas atitudes poderão não ser devidamente legitimadas e isso pode levar a descontentamentos e comoções sociais que podem gerar protestos, manifestações, greves etc. Nesses casos em que o poder de produzir consensos não foi eficaz, o uso da força física poderá ser acionado para o ataque àquilo que o Estado quer combater, visando a manutenção da “ordem”.

Dentro dessa disputa no campo discursivo e simbólico, apesar da força desproporcional entre os agentes sociais, a própria necessidade de sobrevivência é uma motivação para que resistências apareçam por todos os cantos. Nesse contexto, as ideologias e representações assumem funções estratégicas para ambos os lados. Para se ter a hegemonia dentro de uma sociedade é preciso que isso seja feito, essencialmente, sobre uma base legitimadora<sup>31</sup>. Para esse fim, o Estado aparenta equilibrar-se na contraditória tarefa de atender às expectativas de lados tão opostos. Entretanto, por sua natureza, o Estado tende a servir aos interesses do capital, mas para manter a aparente imparcialidade ele lança mão de discursos com forte apelo simbólico e ideológico disseminados por seus intelectuais orgânicos<sup>32</sup>, entre eles seus representantes políticos mais carismáticos, artistas e seu corpo técnico. Com isso, a *razão de Estado*, com sua natureza consensual, alcança um maior poder de convencimento perante o conjunto da sociedade.

Pensemos o caso da invasão de uma propriedade privada qualquer em uma grande cidade brasileira por militantes do Movimento dos Sem Terra. Nesse tipo de situação, o Estado, munido de seus aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, [1970] 1996), inicia a ação de desqualificação de seus “inimigos” sem, necessariamente, a utilização de força física.

---

<sup>31</sup> Na perspectiva Gramsciana, “a hegemonia é a conquista do poder com uma base de legitimação. As rupturas revolucionárias ocorrem, na crise da hegemonia, na perda de sua legitimação”. Essa hegemonia se ganha no campo cultural (MORAES, 2005, p. 66).

<sup>32</sup> De acordo com Gramsci (1979, p. 3), cada grupo social cria para si seus intelectuais orgânicos que os dão homogeneidade e consciência da sua própria função, não apenas no campo econômico, mas, também social e político.

Pelos meios de comunicação para as massas, o Estado se utiliza de um conjunto de normas, símbolos e signos socialmente aceitos para legitimar suas ações perante a opinião pública. Não é difícil notarmos como os meios de comunicação incorporam e reforçam representações que visam à manutenção do poder hegemônico dentro de determinada formação social. Isso não é algo tão inimaginável, pois a maior parte dos meios de comunicação são empresas com fins lucrativos e que têm o Estado como um “parceiro” estratégico para seus negócios. Nesse caso, as alianças são vias de mão dupla, pois ambos serão beneficiados.

Nos discursos proferidos dentro da *razão de Estado*, uma invasão de propriedade privada é um crime, pois viola um conjunto de leis preestabelecidas. Logo, os discursos proferidos pelos meios de comunicação colocam essa prática no rol das *ilegalidades*, como práticas criminosas, reproduzindo o discurso oficial. Aqueles indivíduos que não estão envolvidos diretamente nesses embates e não possuem uma politização ou uma instrução acerca dessa dimensão simbólica que lhes permita tomar consciência plena dos fatos também acabam reproduzindo os discursos oficiais em seu cotidiano. Ao grupo “invasor”, só resta tentar se defender das acusações como puderem, por exemplo, subvertendo o significado do termo “invasão” para tornar sua prática uma “ocupação” de uma área subtilizada por seus proprietários. No caso das disputas envolvendo a propriedade da terra, uma luta prática, mas que também possui enfrentamentos em um campo simbólico mais amplo e com representações ideológicas conflitantes, existe a produção de *contra-ideologias*<sup>33</sup>, visando à resistência dentro de um embate entre forças com poderes desproporcionais. Em uma situação hipotética e pensando no caso brasileiro tratemos de glebas não utilizadas por seus proprietários e a espera de valorização imobiliária. Do mesmo modo que o Estado utiliza a legislação penal para fazer valer o direito de propriedade em caso de invasões, os movimentos sociais, para sua defesa, costumam utilizar o que está previsto na própria legislação urbana brasileira contida na Constituição Federal e no Estatuto das Cidades, nas quais está previsto que toda a propriedade deve cumprir sua função social, ou seja, ser utilizada. Nesse sentido, o que está sendo deslegitimado por ser uma invasão pode ser legitimado por ser uma apropriação de um

---

<sup>33</sup> Por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isso a história não cessa em nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, [1971] 1998, p. 10).

pedaço de terra que está sem uso dentro de um país que apresenta um grande déficit habitacional, apesar de sua grande dimensão territorial.

A vista do que foi exposto, podemos dizer que a manutenção da ordem, da propriedade privada e da valorização dos valores investidos são funções do Estado moderno e este, por meio de seus *aparelhos ideológicos e repressivos*<sup>34</sup>, faz valer seu poder, desarticulando e desqualificando qualquer “anomalia” perante a opinião pública. As tensões inerentes ao processo de homogeneização do espaço abstrato costumam, em larga medida, ser solucionadas pelo Estado, dado que este utiliza discursos com forte carga ideológica que *legitimam, unificam, fragmentam, reificam* e ou *dissimulam* (THOMPSON, 1989, p. 81)<sup>35</sup> as contradições internas a esse processo. De acordo com Lefebvre ([1974] 1991, p. 287, tradução nossa), o *espaço abstrato*, espaço criado pelo Estado e pelo capital em favor do processo de acumulação, não é homogêneo, mas, tem na homogeneização das diferenças seu objetivo e para isso ele “destrói as condições históricas das quais ele se originou, suas diferenças internas e qualquer outra diferença que de sinais de desenvolvimento, a fim de impor a sua homogeneidade abstrata” (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 370, tradução nossa). Com a intenção de preservar o caráter alienado e fetichista da produção de mercadorias a cargo dos capitalistas e do espaço abstrato gerenciado pelo Estado, as ideologias, enquanto parte das representações, operam para que o espaço seja percebido como algo pronto e acabado, um dado, e não como produto das relações sociais, assumindo a forma de produto de relações entre coisas. O espaço gerido pelo Estado é, nesse contexto, pretensamente coerente e se sustenta por conta de consensos.

O Estado moderno e seus aparelhos ideológicos e repressivos possuem função central nesse modo de produção e reprodução das relações de produção. Para Chauí (2007, p. 31), a função do Estado é ocultar os conflitos advindos da luta de classes, pois ele se coloca diante das questões sociais como a representação de uma sociedade indivisa em que um único poder, o estatal, lhe dirige e lhe garante homogeneidade. É o Estado moderno que assume a função de arcar com a quase totalidade dos investimentos em capital fixo necessários para fornecer as condições gerais de produção indispensáveis à acumulação de capital. Segundo Lojkin (1981, p. 154), as despesas urbanas desempenham junto à

---

<sup>34</sup> Ver ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

<sup>35</sup> Como exemplo, para Thompson (1989, p. 81), por meio da dissimulação, “relações de dominação podem ser estabelecidas, sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passam por cima de relações e processos existentes”. O autor adverte que esses cinco modos de operação das ideologias não são as únicas maneiras de como a ideologia opera, ou que elas sempre operem independentes (THOMPSON, 1989, p. 81).

composição orgânica do capital social o mesmo papel que o emprego de máquinas. O autor entende que os meios de circulação material e social (meios de consumo coletivo) são condições necessárias à reprodução do capital, mas, do ponto de vista dos lucros, é este último que garante a reprodução ampliada da força de trabalho, mas gera despesas sem retorno que não permitem nem uma redução do tempo de produção, nem uma redução do tempo de circulação do capital. Então, para o capital, são despesas que devem ser comprimidas ao máximo (LOJKINE, 1981, p. 161). Valendo-se de uma leitura de Marx, Harvey ([1976] 2005, p. 84) diz que o capital é um processo cuja razão de ser é o lucro e ele “não é nada mais que dinheiro repostado na produção e na circulação para render mais dinheiro”. Olhando por essa perspectiva, o Estado e seu sistema legal possuem função central, assumindo a função de garantir; a mobilidade do capital e do trabalho, o direito de propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo), removendo as barreiras que forem necessárias (HARVEY, [1976] 2005, p. 84).

### **2.2.2 – A racionalização do/no espaço urbano: tensões entre os que “sabem” e os que “não sabem”**

A reflexão acerca do Estado contemporâneo articulado à reprodução dos capitais e das relações de produção capitalistas conduz a análise às práticas desse Estado representativo, pois elas carregam dentro de si a economia política e trazem consigo o arcabouço jurídico como o seu “escudo” e seu elemento legitimador, mormente, o *Estado de direito*, sua forma predominante no ocidente. Para discutirmos as práticas estatais contemporâneas é preciso que uma aproximação do modo de operação desse Estado de direito, pensando na influencia exercida pelo discurso técnico como sua linguagem padrão, uma linguagem que poucos possuem. Esse Estado de direito, que conforme nos diz Foucault ([1978-1979] 2008, p. 233) representa a alternativa positiva tanto ao *Estado absoluto* quanto ao *Estado de polícia*, tem seu conjunto de ações limitadas pela lei, ou seja, os governantes não podem agir como bem entenderem, mas devem seguir uma legislação pré-estabelecida. Nesse sentido, não é a vontade do soberano ou do governante que estabelece a legalidade das ações do poder público. É a forma da lei a cargo do poder judiciário que dará o veredicto acerca do que é “legal” ou “ilegal”. Nesse sentido, “onde há forma da lei, e no espaço definido pela forma da lei, o poder público pode legitimamente

tornar-se coercivo. É a primeira definição do Estado de direito” (FOUCAULT, [1978-1979] 2008, p. 233). Essa coerção não se restringe ao uso da força física, pois coerção em sentido amplo pode ser também a imposição de normas de conduta ou até mesmo a desqualificação de determinados saberes e práticas dentro de certas estruturas decisórias. Quanto ao Estado de direito, Baitz afirma que,

“a engenharia jurídica há muito propôs que o poder estatal fosse limitado, e estabeleceu para isso que a forma lógica consistiria em propor um poder criado pela lei, a ser investido por aqueles que cumprissem as cláusulas estipuladas por essa mesma lei – a constituição, ou lei criadora de todas as demais leis (o que inclui, nesta acepção, a carta magna, lei maior, lei básica e carta constitucional). A lógica dos constitucionalistas pontua que se o poder fosse criado por uma lei, ele (o poder) respeitaria ao menos a lei que o criou, pois ao não fazê-lo perderia sua própria criação e, portanto, sua sustentação, iniciando uma crise de legitimidade ao colocar em xeque sua própria abstração. O Estado de direito, também chamado de Constitucional, não é fruto apenas dessa “engenharia constitucional”, mas o compromisso firmado após lutas extremamente aguerridas, tais como a revolução francesa e americana que culminaram nos direitos e garantias fundamentais das pessoas, na regulação das relações entre governantes e governados e também no estabelecimento de limites ao exercício do poder e o compromisso que a estrutura de poder tem em seguir a letra da lei acordada sob pena de se legitimar a insurreição civil” (BAITZ, 2011, p. 151).

Vivemos, então, um momento histórico em que há uma marcante separação entre a sociedade e a política. De acordo com Chauí (2007, p. 276-277), “ao localizar-se como poder do Estado, o poder, que se iniciara à distância das classes sociais e pretendendo oferecer-lhe a universalidade da lei e do direito, efetua-se realmente pela particularidade de classe”. Nesse cenário, “o Estado se põe como legislador e como árbitro, encarregado de estabelecer juridicamente a igualdade e a liberdade dos cidadãos, graças à ordenação legal da sociedade civil” (CHAUÍ, 2007, p. 279). “O Estado é a passagem do interesse particular para o interesse geral, das vontades individuais para a vontade geral, dos bens particulares para o bem comum” (CHAUÍ, 2007, p. 279). Porém, o comum, ao contrário do que se pratica na modernidade, não pode ser plenamente alcançado pelas mãos de um Estado, pois ele é uma construção invariavelmente coletiva.

A partir do momento em que a acumulação de capital se impôs como forma de sociabilidade dominante, a apropriação da racionalidade jurídica passou a ser força produtiva e mercadoria, sendo utilizada também como forma de legitimar e monopolizar a possibilidade de produção e organização dos espaços e territórios, subjungando a práxis social munida de outros saberes. Nesse cenário, o Estado possui função central. Ao produzir os espaços urbanos, por exemplo, o *Estado* incorpora o discurso jurídico para

legitimar a si mesmo e suas práticas, passando por cima das tradições, dos saberes e dos espaços de vivência das pessoas e afasta a sociedade civil desses processos em nome de uma pretensa competência administrativa que somente seu corpo técnico possui. Belo Horizonte, que é uma cidade que já nasceu para ser um dos símbolos da república brasileira, foi produzida a partir de uma racionalidade divulgada como a supremacia da técnica sobre a natureza e sobre os saberes tradicionais, ideologia que se mantém até os dias atuais e reaparece sutilmente nos discursos e nas práticas. Os indivíduos sentem-se desautorizados a intervir em seus espaços de vivência, pois reconhecem a legitimidade do saber técnico como pré-requisito para tal prática. A população assiste às intervenções do Estado de mãos atadas e, quando questiona a legitimidade dessas intervenções estatais, o discurso que ouvem como resposta é o de que tais práticas estão em conformidade com a legislação vigente e que somente quem detêm o saber técnico está autorizado a exercer tal função.

Com essas colocações, podemos perceber que “o discurso competente é o discurso instituído” (CHAUI, 2007, p. 19). É, portanto, uma ideologia. “É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (CHAUI, 2007, p. 19). A desproporção de forças e de poderes simbólicos (BOURDIEU, 1989) é bem visível, por exemplo, nas reuniões do Orçamento Participativo das prefeituras, nas audiências públicas para estudos de viabilidade ambiental de determinados empreendimentos ou em qualquer outro tipo de evento em que o Estado convoca a chamada sociedade civil para “participar”. O Estado, por meio de seu discurso competente, utiliza uma racionalidade consensual contendo os símbolos da modernidade amplamente aceitos como forma de silenciar as falas não alinhadas às suas práticas e ao próprio modo de produção capitalista. Ocorre, portanto, com a institucionalização da política, a retirada da possível radicalidade das lutas sociais, pois a mudança social mais ampla não pode ocorrer encarcerada dentro de estruturas das quais seus agentes não detêm os mesmos conhecimentos técnicos. Não tem-se a intenção de dizer que não há pessoas dentro do *staff* estatal ou da classe política que possuam o desejo de mudanças profundas na estrutura da sociedade ou que não existam ideias interessantes e virtuosas, mas, sim, que a natureza própria do Estado torna essas mudanças muito mais improváveis. Também não estou dizendo que a busca por justiça social por dentro do Estado não seja uma forma de luta, muito pelo contrário, mas estou tentando mostrar como a natureza do Estado estrutura e

coloca limites a essas ações. O próprio conceito de *direito à cidade* desenvolvido por Henri Lefebvre tem sido comumente utilizado para embasar os textos de algumas leis que tratam da questão urbana, como “Estatuto das Cidades”, por exemplo. Entretanto, a perspectiva lefebvriana acerca do direito à cidade implica na superação do controle das cidades pelo Estado e sua apropriação efetiva pela população. Há aí uma contradição. Ao torna-se parte de uma lei a perspectiva do direito à cidade perde a sua radicalidade pensada originalmente. O direito à cidade deve ser conquistado pelas lutas sociais no e pelo espaço urbano à revelia do Estado e não exatamente por dentro de suas estruturas opressoras.

O discurso competente é também coerente e sua coerência está engendrada em uma sociedade ainda acostumada às determinações de uma *lógica formal*. A *lógica formal* trata o diferente e as opiniões divergentes de forma puramente abstrata, impondo formas também abstratas de solucionar o que não pode e não deve ser solucionado, ou seja, a própria diferença. Criar leis para que determinada fração da sociedade possa ou deva tolerar a diferença presente no diferente indica uma arrogância advinda de um modo de vida que propõe uma ordenação. Essa forma de agir indica uma práxis social amordaçada por relações sociais abstratas em um espaço também abstrato no qual o Estado é a manifestação da alienação política dos indivíduos e não a solução para todos os problemas como pensava Hegel. A ocultação dessa relação alienada caracteriza o que podemos chamar de fetichismo. A ideia de fetichismo aqui apresentada parte de Marx ao se referir à forma abstrata e, portanto, desumana que o mundo objetivo produzido pelos homens torna-se estranho a eles e adquire vida própria.

Rancière (1996) entende que a atuação política dos indivíduos está sendo suprimida pela “razão de Estado”, em que a figura do ser superior e racional se destaca e silencia as demais. Para Rancière (1996, p. 368), “o discurso oficial celebra a vitória da razão consensual sobre as formas arcaicas e irracionais do conflito político”, mas o surgimento de novas irracionalidades e a definição consensual da razão política são inseparáveis, precisamente, porque o que chamam de *consenso* é na verdade o esquecimento do modo de racionalidade próprio da política. Nesse sentido, Rancière (1996, p. 368) tenta pensar o *dissenso* não como uma forma de construção de um mundo consensualmente separado entre os diferentes, mas, que a própria diferença seja a indutora de uma atuação política para construção de um mundo comum a todos.

“O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão do núcleo mesmo do mundo sensível que

institui a política e sua racionalidade própria. Minha hipótese é, portanto, a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão” (RANCIÈRE, 1996, p 368).

Souza (2003, p. 175) pensa em uma sociedade *autônoma* no moldes de Castoriadis em que seja abolida a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos, dando a oportunidade para que apareça uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos concientes, responsáveis e participantes. Segundo Souza (2003, p. 177), o Estado é, em última análise, *heterônomo*<sup>36</sup>. Nesse sentido, em uma sociedade autônoma, a própria ideia de Estado seria um contra-senso e, tanto o processo legislativo quanto o administrativo, incluindo o planejamento e a gestão das cidades, certamente obedeceriam a uma dinâmica muito diferente da atual em que cidadãos conscientes e efetivamente livres decidiriam com conhecimento de causa os destinos de seus espaços de moradia, de trabalho, de circulação, de lazer e de consumo. A nosso ver, essa relação entre os diferentes requer um exercício contínuo da política entre os indivíduos e isso, para que se concretize nas práticas sociais, requer a produção de um *espaço diferencial* em oposição a esse espaço abstrato que está sendo imposto e se expandindo. Pensamos que esta transformação é uma tarefa bem complexa de ser colocada em prática, mas acreditamos que seja uma referência a ser buscada por meio de um longo e constante processo com transformações pequenas, mas que almejem a superação do estado atual das coisas, que talvez já possam estar ocorrendo sem que se possa ter a exata dimensão de seu potencial e que somente saberemos algumas décadas mais tarde.

Nesse sentido, por meio de uma reflexão crítica que trata de possíveis práticas transformadoras deve-se tentar compreender melhor quais as possibilidades ou impossibilidades de o *urbano* ser o *locus* desses processos de transformação social, tendo em conta a realidade contemporânea na qual o processo de metropolização avança significativamente e suas contradições tornam-se mais evidentes.

### **2.2.3 – A institucionalização do político e os (des)caminhos para a verdadeira democracia**

“Quando a democracia atinge sua verdade, ela se supera, encontrando sua real expressão no processo de desvanecimento do Estado e da sociedade civil – única

---

<sup>36</sup> “O inverso da autonomia é a heteronomia: aqui, as leis (latíssimo sensu: leis formais, normas sociais, códigos de conduta) que regem a vida de uma coletividade são impostas a alguns, via de regra a maioria, por outros, via de regra uma minoria, nos marcos de uma assimetria estrutural de poder, ou seja, de uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos” (SOUZA, 2003).

solução possível para dois extremos reais que, enquanto tais, não admitem mediação. Com a superação (*Aufhebung*) destes, o político encontra-se definitivamente com o social, e nenhuma relação de subordinação ou dependência passa a ser possível entre um e outro. No entanto, a realização da democracia foi modernamente concebida na forma de um ‘Estado democrático’: uma aliança impertinente entre dois termos inconciliáveis; afinal, ‘todas as formas de Estado têm a democracia como sua verdade e por essa razão elas são falsas posto que não são a democracia’ (1843:89)<sup>37</sup>” (POGREBINSCHI, 2009, p. 207-208).

Essa supracitada passagem do texto de Pogrebinschi é o resultado dos estudos da autora acerca do que ela chamou de o enigma do político em Marx. Para Pogrebinschi (2009, p. 212), “com a modernidade, os regimes políticos passaram, na prática, a organizar-se a partir de tal separação. [...] O Estado moderno, afinal, instaura a alienação”. Ainda de acordo com Pogrebinschi (2009, p. 196), “a separação definitiva de sociedade civil e Estado acarreta a separação de indivíduos e sociedade civil, e, separados de sua essência política e social, os indivíduos acabam por separar-se de sua própria realidade empírica”. Portanto, Pogrebinschi buscou desvendar algo que não é consensual dentro do pensamento marxista, o conceito de *verdadeira democracia* (*wahre Demokratie*), que para ela Marx considera “a resolução do enigma colocado pelo Estado moderno” (POGREBINSCHI, 2009, p. 207). Esse enigma posto em prática é a questão da representação política como mediação entre o ser e o político, como alienação da dimensão política que é fruto do processo de objetivação humana. Em “A questão Judaica” (1844) e em a “Crítica à filosofia do direito de Hegel” (1843), Marx começou a (re)pensar temas como a *liberdade* e a *emancipação humana* de forma radical, invertendo a dialética de Hegel, opondo-se essencialmente às concepções hegelianas acerca da relação entre o Estado e a sociedade civil. Ao Buscar compreender a essência da contraditória relação entre Estado e sociedade civil, Marx criticou a fissura interna que se produz entre o homem e o cidadão, o homem privado e o homem público, uma fissura que também é uma separação entre o indivíduo e a sociedade e entre o indivíduo e si mesmo, já que existe um Estado político. Essas passagens mostram que a ascensão do Estado consiste basicamente na separação entre Estado e sociedade civil como uma alienação da atividade política inerente aos seres humanos. Para Marx,

“o Estado político acabado é, pela própria essência, a *vida genérica*<sup>38</sup> do homem em oposição a sua vida material. Todas as premissas desta vida egoísta permanecem de pé à margem da esfera estatal, na *sociedade civil*, porém, como

<sup>37</sup> Essa frase entre aspas a autora retirou do livro de Marx, “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” de 1843.

<sup>38</sup> Os termos vida genérica (*Gattungsleben*) e ser genérico (*Gattungswesen*) procedem de Feuerbach.

qualidade desta. Onde o Estado político já atingiu seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da realidade, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na *comunidade política*, na qual ele se considera um ser *coletivo*, e a vida na *sociedade civil*, em que atua como *particular*; considera os outros homens como meios, degrada-se a si próprio como meio e converte-se em juguete de poderes estranhos. O Estado político conduz-se em relação à sociedade civil de modo tão espiritualista como o céu em relação à terra.” (MARX, [1844] 2005b, p. 21).

As críticas feitas por Marx e Engels à Hegel e seus pupilos, principalmente quanto à questão da contraditória relação entre Estado e sociedade civil, referem-se ao fato de a escola hegeliana produzir um conhecimento dito “especulativo”, portanto, com grande potencial mistificador dos fenômenos sociais estudados, descolando-os da concretude e da materialidade das relações sociais que os produziram<sup>39</sup>.

Lefebvre ([1972] 2008, p. 38), como grande leitor de Marx e Engels que foi, dizia que “a relação da teoria com a prática não é a de uma abstração transcendente a uma imediatidade ou a um ‘concreto’ anterior. A abstração teórica já está no concreto. É preciso revelá-la”. Concordando com tais colocações, entende-se que é preciso partir do empírico, mas, não se limitar a ele. É necessário para a construção do conhecimento que comecemos com esse concreto imediato e em seguida o neguemos, capturando suas determinações pelo movimento do nosso pensamento para que depois possamos reencontrá-lo pela nossa capacidade de abstração, no campo teórico. É, portanto, da crítica desse concreto que negamos e reencontramos no campo teórico que brotam as categorias e conceitos que nos permitem avançar no conhecimento do mundo a nossa volta. Grosso modo, o que a filosofia especulativa praticava era o oposto.

Em sua crítica à filosofia dos jovens-hegelianos, Marx e Engels tratam esses filósofos como ideólogos justamente por pensarem a transformação do mundo desvinculada da práxis, processada no plano das idéias, o que os coloca na posição de grandes conservadores. Conforme Marx e Engels,

“os ideólogos jovens-hegelianos, apesar de suas fraseologias que têm pretensão de ‘abalar o mundo’, são os maiores conservadores. Os mais jovens dentre eles encontraram a expressão certa para qualificar sua atividade, quando afirmam que lutam apenas contra ‘fraseologias’. Esquecem apenas que, a essas fraseologias, não opõem nada além de fraseologias [o mundo real existente permanece inalterado<sup>40</sup>], e que, ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem

---

<sup>39</sup> Ver principalmente o texto de Marx “Crítica da filosofia do direito de Hegel” de 1843 e o de Marx e Engels “A Sagrada família ou crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes” de 1844.

<sup>40</sup> Parte suprimida no manuscrito e colocada na obra em forma de nota de pé de página.

de modo algum o mundo real existente” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 2007, p. 84).

Na perspectiva que Marx foi desenvolvendo ao longo de suas obras, para emancipar sua ação e seu pensamento os homens têm que ser livres também em relação à ditadura da religião, à ditadura do Estado (qualquer tipo de Estado), ao trabalho abstrato (aquele produtor de valores de troca), enfim, a qualquer forma de poder. Marx é contra ditaduras de qualquer natureza. Marx seria terminantemente contrário a regimes autoritários como o que ocorreu em parte do socialismo soviético, pois para ele a liberdade não é plena onde ocorrem mediações entre os seres e o mundo objetivo por eles produzido. Para Marx, o caminho a ser perseguido no horizonte, pensando em uma forma de organização social sem fórmulas prontas, passaria pela ideia da livre *associação* de homens livres, pois isso

“torna os homens juntos de uma vez e ao mesmo tempo. Só assim não há distância entre o homem e si mesmo e entre ele e sua liberdade: é nesse sentido que a associação é o que permite que na comunidade os homens se caracterizem singular e coletivamente pela autodeterminação e pelo autogoverno. O único governo possível é o governo de si mesmo, posto que o homem, seja singular seja coletivamente considerado, é sempre parte indivisível de um todo que só pode ser apreendido de uma vez e ao mesmo tempo” (POGREBINSCHI, 2009, p. 129-130).

A experiência da União Soviética, o chamado socialismo real, em larga medida, foi a responsável por um certo preconceito aos textos de Marx, pois, a partir dessa experiência, que culminou com a “vitória” do capitalismo, construiu-se uma visão de mundo que tornou-se hegemônica e veiculada essencialmente pelo pensamento político conservador que atribuía as supostas atrocidades cometidas por aquele governo às suas ideias. Tal experiência, o socialismo soviético, calcada na interpretação das obras de Marx por leitores como Lênin, apesar de sua relevância teórica e prática, não deixa de ser apenas uma interpretação que, inevitavelmente, promoveu uma redução e um empobrecimento das ideias marxianas. A crítica central em Marx é a crítica das formas de alienação do homem, seja religiosa, econômica ou política. A partir das contradições inerentes a esses processos de alienação Marx pôde pensar um futuro em que é possível a abolição do Estado, da religião, do poder, das classes e do capital para fundar a *verdadeira democracia* pela livre associação entre os indivíduos, o comunismo. Não haveria socialismo de Estado, portanto. Não haveria, portanto, a chamada ditadura do proletariado, pois reproduzir a forma Estado seria fortalecê-la como instituição mediadora. O caminho para a verdadeira democracia

seria nessa perspectiva o *desvanecimento* do Estado. Para Pogrebinski (2009, p. 148-149), a experiência da Comuna de Paris retratada por Marx em “A Guerra Civil na França” de 1871 mostrou para esse autor os limites e possibilidades da transformação da sociedade, cuja tomada do poder estatal pelo proletariado não mostrou-se o modo mais eficaz para a transformação radical da sociedade. Somente o rompimento da revolução com a estrutura estatal poderia promover avanços mais significativos, pois o Estado deveria ser abolido juntamente com as classes e o capital. De acordo com Marx,

“a comuna teve de reconhecer, desde o primeiro momento, que a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha máquina do Estado; que para não perder de novo a sua dominação recém-conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela e, de outro, prevenir-se contra os seus próprios mandatários e funcionários, declarando-os demissíveis, a qualquer tempo e sem exceções” (MARX, [1871] 1999), p. 24-25).

Tudo nos leva a crer que se Marx estivesse vivo nos dias de hoje e se deparasse com o chamado *Estado democrático* ou com o chamado *sistema democrático representativo* ele diria que vivemos sob um Estado ditatorial burguês. Marx, em seu pensamento acerca do Estado e acerca da ideia de democracia, propõe, portanto, uma crítica à filosofia política de inspiração maquiavélica, pois, ao contrário do que afirmam seus críticos, ele não foi uma espécie de Maquiavel do proletário. De acordo com Baitz (2011, p. 152), Engels também se deu conta da impossibilidade de a revolução ocorrer por meio da força e da tomada da estrutura estatal pelo movimento revolucionário quando diz que,

“se as condições mudaram na guerra entre os povos, não mudaram menos para a luta de classes. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida. (...) Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é mister um trabalho longo e perseverante” (...) (ENGEL, 1850, p. 106 apud BAITZ, 2011, p. 152).

“Não voz esqueçais, porém, de que o Império Alemão, como todos os pequenos Estados e, em geral, todos os Estados modernos, é *produto de um pacto*; primeiramente, de um pacto de príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo. Se uma das partes quebra o pacto, todo ele é nulo e a outra parte está desobrigada” (ENGEL, 1850, p. 109 apud BAITZ, 2011, p. 152).

A partir dessas constatações das práticas revolucionárias do século XIX, a democracia para o pensamento marxiano difere-se de todas as democracias “reais” anteriores, que têm sido verificadas em todos os países europeus do século XIX, pois “trata-se, afinal, da essência do ser (*Wesen*) da democracia; aquilo que permite que ela possa ser formulada como conceito e, enquanto tal, concebida como o ‘vir a ser’ (*Werden*) do político” (POGREBINSCHI, 2009, p. 209). Cabe, então, ao pensamento crítico reinventar formas de trazer as questões levantadas pelos autores clássicos para a realidade que vivemos. Nesse sentido, o enfrentamento dentro da luta de classes ganhou novos e importantes componentes, dentre eles a generalização do processo de urbanização.

## **CAPÍTULO 3 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE**

### **3.1 – Introdução**

Nesse capítulo, discute-se inicialmente a produção do espaço nas análises de Henri Lefebvre e em seguida há uma aproximação com o nosso objeto de estudos, a metrópole de Belo Horizonte. Mostramos acontecimentos importantes para a compreensão do processo contemporâneo de metropolização de Belo Horizonte, no qual evidencia-se o papel decisivo do espaço e de sua produção, assim como o papel do Estado e do capital nesse processo.

### **3.2 - A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a crítica da economia política do espaço**

O pensamento de Henri Lefebvre traz uma proposta metafilosófica e possui elementos teóricos que articulam temas como o cotidiano, a alienação, a cidade, o urbano, o rural, o capitalismo, as representações, as práticas espaciais, a linguagem, a ritmanálise, o espaço e o Estado. As palavras escritas por Lefebvre são minuciosamente pensadas para causar o estranhamento a um mundo que tenta se passar por inequívoco para os olhos e para o pensamento. Seu projeto de transformação social passa pelo desvendamento das contradições imanentes ao modo de produção capitalista e chega à ação teórica e prática. Lefebvre buscou, ao longo de sua extensa obra, não perder de vista a totalidade dos processos sociais, evitando, assim, análises fragmentadas. A fragmentação do pensar e do agir sempre foi combatida veementemente por Lefebvre, de modo que, em sua abordagem, todos os conceitos e categorias de análises convergem uns para os outros, pois tinha em conta que a realidade em si mesma não é fragmentada. A fragmentação da realidade advém das formas como nós a interpretamos. Para Lefebvre, o momento da produção do espaço mostra de forma mais cristalina o modo como todos esses temas abstraídos da realidade concreta se relacionam.

Nessa perspectiva, não é correto que se pense a urbanização como uma totalidade social em si mesma e isolada de outras dimensões da vida social. Deve-se pensar a urbanização como um processo socioespacial que compõe essa totalidade e tem sua razão de ser dentro de uma lógica ou uma estratégia. Como bem observou Marx, ao longo de sua

obra, a ação política revolucionária está inscrita no real e pertence a uma totalidade, estabelecendo com ela e com as forças sociais dominantes um par dialético. É esse permanente embate entre forças opostas em disputa que inspirou Lefebvre a pensar na ideia do Urbano também enquanto possibilidade. Para esse autor, o momento da produção do espaço mostra, de forma mais cristalina, esse embate entre classes e grupos sociais opostos em sua essência. De acordo com Carlos (2001, p. 11), “ao produzir sua existência, a sociedade produz, continuamente, o espaço”. O espaço, enquanto um conceito, possui sua faceta de abstrato, mas ganha concretude por ser o lugar de realização da vida humana e sua configuração varia no tempo e no espaço (CARLOS, 2001, p. 11). Ao levar em consideração o papel central do espaço em qualquer sociedade e para qualquer modo de produção, Lefebvre, munido da dialética imanente ao método progressivo-regressivo, buscou compreender o momento contemporâneo. Esse método permite que pensemos o passado, o presente e também o virtual como constituintes do movimento da totalidade social. Para entendermos a posição dominante exercida pela lógica do capital na sociedade contemporânea, é necessária a compreensão do espaço produzido por ela, o espaço abstrato. O espaço abstrato surge da superação de um espaço sacralizado, metafísico e atribuído às divindades, o *espaço absoluto*, no qual prevaleciam relações não necessariamente mediadas pelo dinheiro e pela mercadoria. O *espaço abstrato* pode ser descrito como geométrico, ótico, fálico e homogeneizante na aparência e fragmentado em sua essência. O espaço abstrato procura se alojar em todas as dimensões da existência social como *meio* para atingir seu objetivo, servir à reprodução ampliada do capital e do mundo das mercadorias. No capitalismo, o próprio espaço é uma mercadoria produzida para a troca e as relações que o produzem também assumem as formas fetichizadas e alienadas, assim como no processo de produção das mercadorias. A alienação, então, foi expandida do chão da fábrica para todo o espaço social e isso se concretiza com a captura das vidas dos trabalhadores pelos ritos e rituais do cotidiano, voltados para a produção, circulação e consumo das mercadorias. Nessas estratégias, as cidades, que são os *locus* privilegiados para o processo de acumulação, tornaram-se verdadeiras unidades produtivas.

Para Costa (2007), é importante rever as reflexões de Lefebvre sobre as contradições do espaço em que o *espaço abstrato*, o espaço da acumulação, em sua marcha homogeneizante, tem que lidar com as velhas e as novas contradições relacionadas ao modo de produção. Para tal finalidade, o tecido urbano é uma mercadoria valiosa e uma mediação para a concretização das estratégias de reprodução do capital e do mundo das

mercadorias. Conforme Lefebvre (1991, p. 285, tradução nossa), o espaço abstrato é “produto de uma violência” (nem sempre física), “ele é político; instituído por um Estado, portanto, institucional”. Nesse espaço, objetiva-se fazer aparecer uma coerência que reduza e submeta a fluidez da dialética à rigidez da lógica formal. A espontaneidade do mundo e das pessoas tem que pedir licença ou autorização para emergir e, assim mesmo, sob forte vigilância. Na perspectiva de Lefebvre,

“o espaço abstrato, que é um instrumento de dominação, sufoca tudo o que é concebido nele e busca sair dele. Embora isso não seja uma característica definitiva do espaço abstrato, não obstante, não há nada secundário ou casual sobre essa tendência. Esse espaço é letal e destrói as condições históricas que lhe deram origem, suas próprias diferenças (internas), e quaisquer diferenças que dão sinais de desenvolvimento, a fim de impor a sua racionalidade abstrata. A negatividade que o hegelianismo atribui à temporalidade histórica, sozinha, é fato característico do espaço abstrato, e isso em um duplo sentido, ou melhor, operando com força redobrada: isso se opõe a todas as diferenças atuais ou potenciais” (LEFEBVRE, 1991, p. 370, tradução nossa).

Esse espaço é voltado para a *(re)produção das relações de produção*, assim como para a reprodução das *forças produtivas*. Para esse fim, Lefebvre aponta a função da espetacularização que impera em todo o espaço. O autor se refere aos espaços de consumo produtivo, produtores de mais-valia, e aos espaços de consumo “improdutivo”, que são aqueles onde a espetacularização da vida cotidiana ocorre e onde as relações de produção são reproduzidas. Nesses locais, consome-se também o próprio espaço. Isso é importante para a compreensão da urbanização contemporânea, pois, “apesar de não aparentarem, os espaços de lazer estão ligados aos espaços de (re)produção de mercadorias e das relações sociais de produção” (LEFEBVRE, 2008, p. 50). Para identificarmos essas situações colocadas por Lefebvre, basta observarmos o modo como determinados setores do capital e do próprio poder público das cidades têm lucrado com o turismo, (re)valorizando as formas e conteúdos das cidades e do meio rural. Ademais, os símbolos e signos da natureza são transformados em elementos constituintes dos empreendimentos imobiliários, incidindo diretamente no preço dos imóveis e nos lucros das empresas.

Conforme pudemos começar a perceber, o pensamento lefebvriano permite que pensemos a sociabilidade moderna para além da crítica da economia política desenvolvida por Marx, para ser mais exato, apoiando-se nela para enxergar mais adiante. Por identificar a espacialidade do modo de produção capitalista e da sociedade como um todo, o autor promoveu uma passagem não dicotômica da “crítica da economia política das coisas no

espaço” para a “crítica da economia política do espaço e de sua produção, pois, para Lefebvre, a primeira sozinha não é suficiente para compreender os processos socioespaciais em toda a sua complexidade (LEFEBVRE 1991, p. 299, tradução nossa). O espaço não é um vazio, portanto. Ele é forma e conteúdo que conserva os resíduos de formações sociais passadas e os novos elementos produzidos em um constante processo dialético de (re)significação dessas formas/conteúdo.

Tendo em conta que as instituições religiosas são anteriores ao capitalismo, pode-se verificar que elas se mantêm em uma relação dialética como esse modo de produção dominante, tentando se adequar à medida que ocorrem novas contradições e demandas internas e da sociedade em geral. O Estado e o capital, sabendo da relevância dessas instituições de controle social para suas tramas reprodutivas, estabelecem pactos de não agressão ou acordos bilaterais para solucionar possíveis desavenças que possam impedir a sobrevivência de ambos. Essencialmente, o poder das instituições religiosas na conjuntura ocidental moderna, em que os Estados laicos são dominantes, é a domesticação dos pensamentos transgressores da ordem criada por Deus e, portanto, pretensamente inviolável pelos homens. No modo de produção capitalista, o mundo do trabalho e da mercadoria é o que alicerça essa ordem “inviolável”, a qual a figura do indivíduo trabalhador aparece como um elemento dignificante que credencia os sujeitos ao reino dos céus após a sua morte. Na constante disputa entre o “bem” e o “mal” em que apenas os “bons” alcançarão a graça divina, no perfil ocidental dos “bons” deve constar o respeito às leis divinas, o respeito às leis do Estado, ser um trabalhador exemplar e criar uma família. Ora, se o que dá poder e riquezas sob no capitalismo é o Capital, as instituições religiosas não poderiam ficar de fora disso. Sem que tenham que investir grandes quantidades de capital em algum tipo de empreendimento, estas instituições religiosas recebem de seus inúmeros fiéis submissão e doações diversas que sustentam seu poder e sua riqueza<sup>41</sup>. Tudo

---

<sup>41</sup> Conforme nos diz Weber, acerca do que ele chamou de *espírito do capitalismo*, “a ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si a “vocaçã” de ganhar dinheiro: ela é um modo de se comportar com os bens exteriores que é tão adequada àquela estrutura, que esta ligada tão de perto às condições de vitória na luta econômica pela existência, que de fato hoje não há mais que se falar de uma conexão necessária entre essa conduta de vida “crematista” e alguma “visão de mundo” unitária. É que ela não precisa mais se apoiar no aval de qualquer força religiosa e, se é que a influência das normas eclesásticas na vida econômica ainda se faz sentir, ela é sentida como obstáculo análogo à regulamentação da economia pelo Estado. A situação de interesses político-comerciais e político-sociais costuma então determinar a “visão de mundo”. [Aquele que em sua conduta de vida não se adapta às condições do sucesso capitalista, ou afunda ou não sobe.] Mas esses são fenômenos de uma época na qual o capitalismo [moderno], agora vitorioso, já se emancipou dos antigos suportes. Assim como um dia, em aliança apenas com o poder do Estado moderno em formação, ele rompeu as antigas formas de regulamentação econômica medieval, esse também poderia ter sido o caso - digamos provisoriamente - em suas relações com os poderes religiosos” (WEBER, [1920] 2004 p. 64).

é conseguido pela “boa vontade” dos “trabalhadores de bem”. Na busca pela manutenção do poder e pelo controle social as articulações entre as distintas concepções de mundo estabelecem o estereotipo dos “sujeitos de bem” e dos “maus sujeitos”, que materializam-se nas práticas e falas que podem ser verificadas no cotidiano:

*“Bom dia pessoal, meu nome é Reinaldo e não estou aqui para roubar ninguém nem para vender produtos para vocês como muitos fazem por aí. Eu estou aqui atrapalhando a tranquilidade da viagem de vocês é por uma causa importante; pregar a palavra do senhor e ajudar a quem precisa. Gente, a palavra do senhor me salvou das drogas e é por causa delas que eu estou aqui falando com vocês. Eu fui um viciado por treze anos e se você perguntasse para todo mundo sobre mim eles iam falar que não tinha mais jeito para o meu vício. Ninguém acreditava em mim, não, só deus mesmo, gente. Eu fiquei preso por um ano e meio por assalto a mão armada. Eu queria compra droga, gente. Gente, eu fiz minha mãe chorar varias vezes. Mas, está escrito na bíblia que Deus escreve certo por linhas tortas e é verdade, pois foi na cadeia que eu encontrei Deus na minha vida e comecei a trilhar o caminho certo. Pessoal, hoje eu estou curado dessa maldição que são as drogas e sou um homem trabalhador. Como está escrito na bíblia, os justos serão salvos, então, pessoal, eu posso dizer que hoje serei salvo, pois estou seguindo o caminho da justiça e já paguei minha dívida com a sociedade. Tenho mulher e dois filhos para criar e posso garantir que foi Deus que salvou a minha vida e foi a mão de Deus que tirou as drogas da minha vida. [...] Pessoal, essas canetas colorida que estão aí não mão de vocês eu não vendo para fazer dinheiro, não, eu vendo para ajudar aqueles que estão passando pela mesma situação que eu passei e estão precisando de nossa ajuda. Gente, é apenas dois reais e com isso vocês vão trazer dezenas de trabalhadores que não conseguem ter uma vida normal e digna igual a de vocês. Eles estão assim não é porque eles querem, não, é porque as droga não deixam e porque o mal não deixa”<sup>42</sup>.*

Devido ao caráter transdisciplinar do espaço, o autor promove uma crítica direta às disciplinas parcelares e clama por uma ciência que de conta de entender o espaço em sua multiplicidade sem, no entanto, fragmentá-lo. A teoria espacial em Lefebvre surge, então, como um instrumento de compreensão da realidade para religar os nexos causais dos processos sociais que estavam sendo tratados de forma fragmentada nas ciências sociais. A teoria do espaço religa o físico (natureza e o cosmos), o mental (lógica e abstrações formais) e o social (LEFEBVRE, 1991, p. 11). Nesse sentido, o espaço social e o tempo social são indissociáveis e produtos das relações sociais.

Lefebvre rejeita abordagens de cunho historicista/evolucionista para a compreensão do espaço social, assim como o uso instrumental de seus conceitos e categorias de análise. Para ele, cada modo de produção produziu e produz o seu espaço social e esse é o resultado direto do trabalho social. Falando de outro modo, a produção do espaço social enquanto

---

<sup>42</sup> Fala de um homem em um ônibus de Belo Horizonte, no dia 25/07/2013.

obra compõe o escopo do processo de humanização dos seres humanos, por compor uma das dimensões do processo de objetivação do social. Na perspectiva lefebvriana, pensar o espaço social é pensar a sociedade que o produziu, o organiza e dele se apropria, pois o espaço possui uma função estratégica e serve, portanto, a uma determinada lógica (LEFEBVRE, 2008, p. 38) que, nos últimos séculos, tem sido a lógica do capital. O espaço, portanto, é um *meio* e não um *fim* (LEFEBVRE, 2008, p. 44). Essa fala permite que se compreenda a insuficiência de abordagens como as da vertente estruturalista e da economia política da urbanização para a compreensão dos processos socioespaciais em toda a sua complexidade. Pensar os fenômenos sociais incorporando a espacialidade como algo imanente aos seres humanos evita que se caia em uma espécie de fetichismo do espaço, pois a cidade não constrói a si mesma, assim como as mercadorias não produzem a si mesmas. Na condição de criador desses processos há, portanto, o ser humano, enquanto ser genérico, e suas formas de organização social.

A partir dessa perspectiva, devemos pensar o espaço social e a sua produção como processos que resultam do dialético embate entre dimensões distintas da realidade social identificadas teoricamente por tríades como os *espaços de representação (vivido)*, as *representações do espaço (concebido)* e as *práticas espaciais (percebido)*. Costa (2007) infere que para Lefebvre existe uma multiplicidade de espaços que se relacionam dialeticamente e não podem, portanto, ser compreendidos apenas separadamente. Em vez de criar categorias fragmentadas, Lefebvre buscou captar as particularidades e as dinâmicas próprias de cada uma das dimensões do espaço, entrelaçando-as por seu método dialético que está na base de sua proposta teórica sobre o processo de produção do espaço (COSTA, 2007). Desse modo, a compreensão dos processos socioespaciais demanda a análise da ligação estrutural e dialética entre esses três termos.

O vivido do espaço não permanece fora da teoria. Certamente, seria bastante banal insistir sobre o vivido cotidiano para erigi-lo imediatamente em teoria. Descrever os “defeitos” do elevador que permitiu às pessoas abastadas conquistar os estágios superiores dos imóveis, quebrando completamente os contatos garantidos pela escada e pelo seu andar, isso não leva adiante. Todavia, a teoria não deve colocar o vivido entre parênteses para promulgar conceitos. Ao contrário: o vivido faz parte do teórico e a separação cai (mas, não a distinção e o discernimento) entre conceber e viver. A análise do espaço aburguesado valida a teoria do espaço abstrato. Mais ainda: unindo o vivido e o concebido, ela mostra o conteúdo da abstração e reúne, por isso mesmo, o

sensível e o teórico. Os sentidos se tornam teóricos, a teoria revela o sentido do sensível<sup>43</sup> (LEFEBVRE, 1991 p. 316).

A dimensão do vivido expressa a experiência imediata do ser com o espaço e suas dimensões diversas. Esses espaços de vivência não podem ser delimitados ou cartografados, pois são fluidos e com constantes incorporações das experiências adquiridas. O vivido refere-se aos espaços de representação do mundo que os indivíduos constroem para si mesmos pela afetividade ou repulsão em relação às pessoas, aos espaços e às coisas. Esse processo envolve, essencialmente, uma construção simbólica. Na dimensão do vivido, portanto, os indivíduos constroem abstrações ou representações de um mundo que foi por eles, efetivamente, experienciado<sup>44</sup>. Nesse sentido, para um belo-horizontino, a metrópole de Belo Horizonte não é, por completo, seu espaço de vivência, seu *lugar*. Nem todos os espaços, territórios e lugares que compõem qualquer grande cidade podem ser efetivamente vivenciados por todos os seus habitantes e, mesmo que isso fosse possível, cada indivíduo interpretaria e sentiria esses espaços de formas diferentes. No capitalismo, a propriedade privada representa a principal barreira para a apropriação dos espaços pela coletividade e isso produz interditos de diversas naturezas que são associados a esses lugares pelo medo, pela vigilância, por exclusões, pela violência, pelo preço etc. Não é por coincidência que em um país tão grande quanto o Brasil milhares de pessoas morem nas ruas, paguem aluguel ou vivam de favor na casa de outras pessoas. A questão não é a falta de espaço, mas a crise de sua apropriação. Nas periferias, os “puxadinhos” de fundo de lote ou sobre a construção principal são uma estratégia muito utilizada pelos mais pobres para escapar dos altos preços da terra praticados no valorizado espaço das grandes e médias cidades.

Embora alguns autores, como Yi-Fu-Tuan, alinhados a estudos fenomenológicos digam que a construção das noções de *espaço* e *lugar* se dê no âmago do próprio indivíduo, tal construção é, essencialmente, social e não individual. Não se pode negligenciar o fato de a vida estar repleta de *representações do espaço* construídas por grupos, indivíduos ou classes sociais e que estas chegam até nós e nos dizem o que é certo ou o que é errado, o que é belo ou o que é feio e isso interfere diretamente na esfera das vivências individuais. Consequentemente, estas representações também têm o poder de

---

<sup>43</sup> Tradução Grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2012).

<sup>44</sup> Essa ideia assemelha-se com o que diz o conceito de *lugar*, caro aos geógrafos.

interferir na vida coletiva. A relação entre o vivido e o concebido é, portanto, dialética e suas determinações podem ser apreendidas nas práticas espaciais dos sujeitos. Sobre esse aspecto, as análises de Adorno e Horkheimer ([1944] 1985) acerca do processo de massificação dos indivíduos pela atuação da *indústria cultural* na década de 1940 são muito perspicazes, pois permitem a apreensão de uma das formas de manifestação dessa relação entre as *representações do espaço* e os *espaços de representação*. Como dizem Adorno e Horkheimer,

“O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. (...) Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. Isso, porém, não deve ser atribuído a nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia atual”. (ADORNO; HORKHEIMER, [1944] 1985, p. 114)

Segundo Adorno e Horkheimer ([1944] 1985, p. 114), o cinema e o rádio não são arte, não passam de um negócio e utilizam a arte como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. “Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos” (ADORNO; HORKHEIMER [1944] 1985, p. 114). De acordo com Adorno e Horkheimer ([1944] 1985, p. 114), essa indústria, além de obter seu próprio lucro, contribuiu substancialmente para o surgimento das “massas”, pois, seus métodos de reprodução possibilitaram a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. Portanto, a indústria cultural atuava e ainda atua diretamente na homogeneização da diferença para reprodução do capital e se volta essencialmente para a esfera do consumo. Já naquela época, dentro do discurso do *welfare state*, tinha-se a noção de que produção em massa demanda o consumo em massa, uma lição deixada pela crise de reprodutibilidade do capital ocorrida em 1929 e que foi combatida com a intensa atuação do Estado fordista-keynesiano e o incentivo ao consumo. É na esfera do consumo, por seu turno, onde a reprodução do capital e das relações de produção acontece e o fenômeno da massificação dos indivíduos abre margem para manipulações de diversas naturezas que acabam incidindo nas práticas dos sujeitos.

Com o desenvolvimento tecnológico do último século, os meios de comunicação de massa ganharam grande centralidade no que concerne à sociedade de massas. Basta que algum fato ocorra na China, em Dubai, nos E.U.A, no Brasil ou em Israel para que, em “tempo real”, sejamos bombardeados por informações de todos os tipos acerca do fato

ocorrido. Em tempos em que a internet permite uma massificação dos indivíduos como Adorno e Horkheimer jamais imaginaram, o processo de alienação das massas atinge escalas também inimagináveis. Em um mundo em que os principais meios de comunicação são grandes corporações com ações nas bolsas de valores, os sujeitos “informados” e munidos de uma cultura massificada e massificadora produzida para o consumo propagam representações falsificadas da realidade social de forma ainda mais acelerada. Não é muito raro vermos pessoas que nunca estiveram no Irã ou nos Estados Unidos reproduzirem em suas falas ou práticas sociais ideias obtidas nos meios de comunicação acerca das disputas políticas entre esses dois países. Isso é um problema, pois reproduzir ideias sobre algo que não conhecemos nos deixa suscetíveis a equívocos.

Partindo desse ponto, há a necessidade de distinção entre informação e experiência no tempo e no espaço. Em “*Notas sobre a experiência e o saber de experiência*”, de BONDÍA (2002, p. 21), há uma passagem em que o autor diz: “informação não é experiência”. Em seguida, ele prossegue sua argumentação, que considero excessivamente dicotômica, dizendo que “a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma anti-experiência” (BONDÍA, 2002, p. 21). O autor diz que “a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência” (BONDÍA, 2002, p. 21-22). Esse autor confere excessivo destaque à dimensão temporal e subestima a dimensão espacial em sua análise. Pensar que a informação anula a experiência é um equívoco, pois, carregando diversas *representações do espaço* ligadas às tramas reprodutivas do modo de produção dominante, estas informações, por intermédio dos diversos meios de comunicação chegam aos espaços de vivência dos indivíduos e vão dialeticamente engendrando e influenciando as suas práticas sociais. Embora elas alterem nossa relação com o tempo e com o espaço e conduzam à manutenção das relações de produção, seguindo os interesses hegemônicos, a informação não anula completamente a experiência, mas atua em sua estruturação para determinado fim. O processo de massificação está, portanto, inscrito na produção do espaço abstrato, o espaço da acumulação.

Voltando a pensar a produção do espaço na dimensão urbana, o processo de metropolização provocado pela industrialização implode e explode a cidade e essa se estende e adquire grandes proporções. A inscrição do processo de massificação em meio à metrópole, espaço em que há a abundância de representações e de vivências, torna-se algo muito frutífero para a teoria e para a prática. A própria incapacidade de as experiências

individuais cobrirem todo o espaço social de uma metrópole faz com que os meios de comunicação para as massas tenham uma função estratégica para as camadas hegemônicas da sociedade. Ou seja, mesmo não tendo efetivamente estado em determinados lugares de uma metrópole, de um município, de um país ou do mundo, e nem tampouco ter conhecido as pessoas e os modos de vida desses locais, costuma-se emitir opiniões e fazer críticas, muitas vezes fundamentadas apenas naquilo que nos chega através dos meios de comunicação para as massas.

Nesse cenário, a compreensão da luta de classes no mundo contemporâneo passa por um viés espacial e é necessário (re)encontrá-la na teoria e na prática, uma vez que esta costuma ser mascarada pelas representações do espaço. Em vez da aparente “luminosidade”, diversos muros visíveis, ou não, fragmentam as vivências no espaço social e isso incide diretamente nas práticas espaciais. Nesse sentido, uma das grandes contradições envolvendo a luta de classes na sociedade contemporânea passa pela compreensão de que esta se manifesta não apenas *no* espaço, mas também pela crise da apropriação desse espaço. Basta uma caminhada por Belo Horizonte ou qualquer outra metrópole para notarmos a fragmentação desses espaços, pois o acesso, o uso e a apropriação dos lugares costumam estar atrelados à cor da pele, ao gênero, à classe social, aos estilos de vida, à hora do dia, à propriedade privada ou pública, mas, essencialmente determinadas pelo dinheiro.

A vivência nos espaços das cidades possui restrições diversas e essas limitações se relacionam com a estruturação, a função e a forma daquele espaço. Normalmente, os espaços das cidades tendem a ser estruturados para quem possa pagar por sua utilização por determinado tempo e para um uso controlado e repetitivo. Se alguém decidir sentar-se no meio da rua, provavelmente, será retirado e preso por atrapalhar o fluxo dos automóveis. Se alguém se arriscar a fazer uma obra de arte dentro de uma galeria de arte também será “convidado” a se retirar. Situações como essas nos fazem estranhar a forma como se processa a utilização e a apropriação dos espaços da cidade, que têm passado a ser mais produto do que obra. Para Lefebvre,

“o espaço do usuário é *vivido*, não representado (concebido). Em relação ao espaço abstrato das competências (arquitetos, urbanistas, planejadores), o espaço das atividades realizadas cotidianamente pelos usuários é um espaço concreto. O que quer dizer subjetivo. Espaço dos “sujeitos” e não dos cálculos, espaço de representação, tem uma origem: a infância com suas provações, suas aquisições e suas carências. O conflito entre a inevitável maturação, longa e difícil, e a imaturação que

deixa intactas as fontes e reservas iniciais, marca o espaço vivido. O ‘privado’ se afirma aí, mais ou menos fortemente, mais conflitualmente, contra o público”<sup>45</sup> (LEFEBVRE, 1991 p. 362).

As abstrações decorrentes do concebido do espaço interagem dialeticamente com a dimensão do vivido do espaço e o resultado desse embate ganha concretude nas práticas espaciais. As práticas espaciais representam a relação direta do corpo e da mente dos indivíduos com o mundo onde cada um constrói para si uma noção de tempo e de espaço. Aparentemente, essa construção assume um caráter fenomenológico, como algo que parte exclusivamente de dentro para fora, mas, na realidade, essa relação entre o ser social e o mundo é mediada por acúmulos de saberes, de modos de vida, de tradições, de leis, de regras e de tantas outras determinações socialmente produzidas. Nesse sentido,

“a relação com o espaço de um “sujeito”, membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo e vice-versa. Considerada integralmente, a prática social pressupõe o uso do corpo: o uso das mãos, dos membros e dos órgãos sensoriais e os gestos de trabalho como uma atividade não relacionada ao trabalho. Esse é o domínio do percebido (a base prática da percepção do mundo exterior, para por isso em termos psicológicos)” (LEFEBVRE, 1991, p. 40, tradução nossa).

Portanto, o corpo tem que ser pensado como um “projeto inconcluso” (HARVEY, 2000, p. 136), sujeito a interferências externas, mas que carrega a potência transformadora das condições materiais de sua existência. Esse corpo é espaço e está no espaço e as maneiras com que se relaciona com o espaço social são possibilitadas pelo modo como os seus sentidos e seu pensamento relacionam-se com os outros e consigo mesmo. Assim sendo, aqueles que buscam controlar a vida social para fins específicos têm a necessidade de *adestrar* os indivíduos, tornando suas vidas programadas para que as práticas sociais delas decorrentes sejam engessadas e previsíveis. Esse adestramento é baseado na *repetição* e, como nos diz Lefebvre ([1992] 2004, p. 39-45), envolve a interiorização de ritos, ritmos, gestos, gostos, enfim, modos de ser e de agir. Em *Vigiar e punir*, Foucault (1987) buscou compreender os artifícios que, na modernidade, os homens vêm desenvolvendo para o governo de si e dos outros. Por esse estudo, é possível a identificação de uma nascente *arte de governar* “que toma a população como finalidade e instrumento” (MARTINS, 2010, p. 4). No panóptico com sua forma espacial *sui generis*,

---

<sup>45</sup> Tradução Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2012.

Foucault estudou a incorporação de comportamentos programados e controláveis pela onipresença da vigilância e pela ameaça da punição. No entanto, a maior descoberta de Foucault foi ter notado, de maneira perspicaz, que essa forma de vigilância e de punição estava saindo da prisão e começando a ser aplicada pelo Estado a todos os espaços.<sup>46</sup> Seria uma espécie de *urbanização panóptica* sob o controle do *Estado de polícia*. Nas metrópoles, especialmente nos centros comerciais atuais, o controle da criminalidade e das práticas subversivas vêm acontecendo, crescentemente, pela vigilância garantida por meio de câmeras de segurança espalhadas por todos os cantos. Ao longo dos tempos, o governo dos homens, expressado pelos instrumentos de vigilância e de punição, delata que “o poder produz indivíduos docilizados e tornados produtivos” (MARTINS, 2010, p. 4). As leis, por exemplo, cumprem esse papel. Os tabus que envolvem a sexualidade feminina e masculina em uma sociedade ainda machista como a brasileira representam bem um tipo particular de vigilância que parte de cada indivíduo e incide sobre o outro e sobre si mesmo. Nesse caso específico, não é necessário que atuem as leis, pois as pessoas sentem-se forçadas a adotar comportamentos compatíveis com aquilo que as outras pessoas esperam dela e não o que realmente têm vontade de fazer ou de ser. A possibilidade do julgamento dos outros sobre nós é atormentadora. Essas formas de vigilância e controle social manifestam-se no mundo do trabalho e estão expressas nas práticas sociais cotidianas.

— “Quando as coisas melhorarem pra nós aqui de Vespasiano, eu vou ficar é por aqui mesmo, viu. Ter que ir para o centro todo dia e voltar tarde da noite ninguém merece, não. Esse trânsito está ‘osso’. Eu já chego lá no serviço toda quebrada de tanto chaqualhar nesse ônibus velho aqui”.

— “Verdade, mas a gente tem é que agradecer muito à Deus, boba, porque, em compensação, ninguém pode jogar nada na nossa cara. A gente paga nossas contas e não devemos nada para ninguém”<sup>47</sup>.

Conforme se pôde observar nessa pequena passagem extraída do cotidiano da metrópole belo-horizontina, as abstrações vão ganhando concretude nas práticas dos indivíduos, misturando-se às vivências nos lugares. Entretanto, em sua busca por reproduzir as relações sociais de produção capitalistas e atingir a tudo e a todos, os

---

<sup>46</sup> Há divergências entre Lefebvre e Foucault quanto à questão do espaço. Quanto a essa divergência, Lefebvre diz que “Foucault nunca explica qual espaço é aquele que ele está se referindo, nem como ele preenche a lacuna entre o (epistemológico) domínio teórico e a prática, entre o mental e o social, entre o espaço dos filósofos e o espaço das pessoas que lidam com as coisas materiais” (LEFEBVRE, 1991, p. 4, tradução nossa).

<sup>47</sup> *Conversa entre duas mulheres em um ônibus do Eixo Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 08/05/2013.*

produtores do espaço abstrato não conseguem homogeneizá-lo por completo, pois, apesar de objetivar a homogeneidade, este espaço não é homogêneo (LEFEBVRE, 1991, p. 287, tradução nossa). Ao tomar-se a vida cotidiana dos trabalhadores urbanos como objeto, se vê que no cotidiano de uma metrópole há uma mistura entre acomodação e insatisfação em relação aos ritmos da produção, sentimentos estes que são despertados pelos *descompassados* e *disritmias* entre os ritmos do corpo e os ritmos das mercadorias. A ampliação desse desconforto em relação ao cotidiano e seus ritmos acontece, pois, na mesma proporção que o capital reproduz o valor de forma ampliada, que também reproduz suas contradições de forma ampliada e por essas contradições é possível que se perceba os momentos de ruptura e de movimento da totalidade social. Portanto, o que impede a homogeneização do espaço pelo espaço abstrato são suas contradições internas expressadas, essencialmente, pela luta de classes. É por meio dessas contradições do espaço abstrato que o devir dá sinais de possibilidade concreta e é o que Henri Lefebvre buscou apontar, a partir de uma perspectiva aberta ao novo.

Em seus *insights* teóricos, Lefebvre buscou desencadear um *processo de estranheza* que conduza à utopia concreta de transformação social, o *espaço diferencial*. Sobre esse aspecto, um problema para esse estranhamento é a *ilusão da transparência*. No espaço abstrato (fálico-visual-geométrico), as formas e fachadas (o aparente, o visível) prevalecem e transmitem uma falsa ideia de legibilidade e inteligibilidade que mascara os conteúdos do espaço. Ou seja, ocultam as relações sociais que conferem um sentido social ao espaço, colocando-se ideologicamente como explicativas da realidade (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 27-28, tradução nossa). Desse modo, Lefebvre ([1974] 1991, p. 96-143-144-147-149, tradução nossa) diz que a tríade, *visibilidade, legibilidade e inteligibilidade* é a expressão dessa ideologia da transparência contida no espaço abstrato. Em espaços como os das cidades, por exemplo, as fachadas tornam-se grandes atrativos para o consumo mais que o interior que elas contêm. Muitos acabam sendo ludibriados por essas ilusões e pensam que podem ler o espaço e suas relações como se a *forma*, apenas, fosse capaz de explicar a *função* e a *estrutura* e como se isso bastasse para a compreensão dos processos socioespaciais. Equivocados também estão aqueles que buscam explicar a realidade apenas pela supervalorização das estruturas sociais. Nesse caso, o resultado é o estruturalismo, que produz mais ideologias que conhecimento e é apenas uma interpretação parcelar da realidade. Dessa tríade, *forma-função-estrutura*, nenhum de seus componentes pode ser pensado separadamente, pois “a forma é agora apenas o signo da função, e a relação entre

os dois termos, que não podia ser mais clara - isto é, mais fácil de produzir e reproduzir - é o que dá origem à estrutura” (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 148, tradução nossa). No entanto, a modernidade fragmentou a análise dos processos socioespaciais, incluindo a urbanização, que passou a ser compreendida por meio de visões fragmentadas da realidade social oriundas de diversas disciplinas parcelares. Tais interpretações acabaram sendo facilmente incorporadas no senso comum. Essencialmente, visões fragmentadas como as do estruturalismo ou da economia política tendem a não ver a possibilidade de transformação social que o próprio processo de urbanização contém.

Com as migrações para as cidades ocorridas em função da industrialização, as contradições entre o capital e o trabalho tendem manifestar-se essencialmente nas cidades, logo, a revolução e a busca pela superação da opressão também passam a ser urbanas. Nesse sentido, a tentativa constante de ocultação das contradições imanentes ao modo de produção dominante mostra que tais estratégias munidas de diversas representações buscam esconder a impossibilidade de homogeneização total do diferente, do residual, das práticas espaciais não alinhadas. Estas práticas não alinhadas podem representar a possibilidade concreta de resistência ao capital, pois, se a função do espaço é estratégica para o controle social, para dominação e para a reprodução do capital, por outro lado, esse mesmo espaço também pode ser utilizado para uma tática contra hegemônica.

### **3.2.1 - A produção e a indução das diferenças**

O capitalismo nasceu das práticas mercantis que se generalizaram a tal ponto que aqueles que detinham o poder político, a nobreza feudal e os membros do clero, não encontraram meios para contê-las e foram tendo que fazer concessões diversas até o capital se pôr de pé na história. Do mesmo modo, quaisquer práticas que almejem o não instituído e buscam ir além do modo de produção vigente devem propor o fim do cotidiano e dos ritmos voltados para a produção, que incidem sobre os trabalhadores. Ademais, essa ação calcada nos interesses de classe somente será revolucionária se destruir a sociedade de classes, portanto, superar a si mesma (LEFEBVRE, 2008, p. 166). Se o espaço está sendo utilizado como forma de acumulação e de repressão social, pensando no caso do processo de metropolização, por exemplo, ele também pode ser revertido como um espaço de luta e de resistência. É nesse sentido que Lefebvre trabalha com a concepção de *estratégia urbana*.

“Colocamos, a partir de agora, a noção de estratégia urbana, para a ela retornar. O que implica distinções entre prática política e prática revolucionária, ou, noutros termos, uma estrutura da práxis. A prática social é analisada enquanto prática industrial e prática urbana. O primeiro objetivo da estratégia seria o de arrancar a prática social à prática industrial para orientá-la em direção à prática urbana, de modo que esta transponha os obstáculos que barram seu caminho” (LEFEBVRE, 1999, p. 76).

Em Lefebvre (1991), a perspectiva da transformação social passa invariavelmente pela capacidade dos sujeitos históricos, que buscam transformações mais significativas, produzirem espaços sociais distintos daqueles construídos à imagem do modo de produção dominante. Nessa interpretação, não necessariamente, deve-se promover um *fechamento* à práxis como pensa Harvey (2000, p. 240), mas seu oposto, uma *abertura* em que as diferenças entre os indivíduos possam ser a entrada para uma ação política abrangente, partindo da maioria e não de uma minoria intelectualizada. A perspectiva dialética do pensamento de Lefebvre aponta para o possível e para a transformação social. O conceito de *espaço diferencial* representa a possibilidade concreta de que um mundo diferente e possível surja de práticas espaciais autônomas em meio à impossibilidade de o Estado e o capital manterem o caótico e contraditório espaço que eles produziram (LEFEBVRE, 1991, p. 290 *apud* COSTA, 2007). De acordo com Gottdiener (1993, p. 126), Lefebvre entende que o espaço é, ao mesmo tempo, o local geográfico da ação, da práxis social, e a possibilidade social de engajar-se na ação, pois é nele que ocorrem os eventos (função de receptáculo) e isso significa a permissão social para se engajar nesses eventos (função de ordem social). O espaço diferencial surgiria, então, da incapacidade de reprodução das relações de produção advindas do estranhamento do homem em relação ao caráter fetichista e alienado do mundo das mercadorias, cujo próprio espaço das cidades, outrora local da reprodução social, da política e da festa, é tornado uma mercadoria cara e produzida para o consumo de poucos. Então, o conceito lefebvriano de *espaço diferencial* pode indicar uma *direção* para que a ação revolucionária possa brotar como o resgate da utopia e da esperança, uma virtualidade, portanto. O autor não coloca esse novo espaço, que tem no urbano seu *locus* como um *fim* em si mesmo, mas sim como um *meio*. O urbano é um processo no qual a luta de classes pode se engajar.

O espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial – por seu projeto de homogeneidade –, aparece como *diferencial* (...) Para definir tais propriedades do *espaço diferencial* urbano (do tempo-espaço), introduzimos conceitos novos, como *iso-topia* e *hetero-topia*, completados pelo de u-topia (LEFEBVRE, 1999, p. 45).

Nesse sentido, como mudar o rumo da sociedade em direção ao espaço diferencial em oposição ao homogeneizante espaço abstrato? É preciso o resgate da utopia. O espaço abstrato, na impossibilidade de solucionar completamente suas contradições internas, produz o que Lefebvre denomina *diferenças induzidas*, que são, em alguma medida, estratégias para que a crítica social permaneça no interior de um conjunto ou de um sistema engendrados de acordo com uma determinada lei ou de uma determinada ordem preestabelecida. Esse tipo de diferença atua, portanto, como reprodutora desse mesmo sistema (LEFEBVRE, 1991, p. 382). Para exemplificar, em face dos chamados “problemas urbanos”, clamar por um melhor planejamento urbano por parte do Estado emperraria transformações mais radicais, pois apenas estaríamos a reafirmar a importância do próprio Estado nessa dada formação social.<sup>48</sup> Grosso modo, isso seria uma das diversas formas de diferença induzida. Por sua vez, “a *diferença produzida* supõe o contrário, a explosão de um sistema; ela nasce dele; ela sai pela abertura que aparece com o desabamento de um fechamento” (LEFEBVRE, 1991, p. 382). As diferenças induzidas conduzem à situação de diferença mínima, ou seja, superam-se abstratamente as diferenças imanentes à sociedade, enquanto as diferenças produzidas conduzem à diferença máxima, ou seja, a exacerbação das diferenças. Nas sociedades contemporâneas, o Estado fetichiza a política ao se colocar diante de todos como o ser político que irá solucionar os conflitos sociais com sua racionalidade consensual, a *razão de Estado* (RANCIÈRE, 1996). Na realidade, esses conflitos de interesse deveriam conduzir a uma práxis e à radicalização da política, ou seja, à maximização das diferenças para que possa brotar um sentido de coletividade.

O espaço diferencial, para Lefebvre, é a materialização de um espaço comum, onde não se tentaria quantificar ou homogeneizar as diferenças, mas reconhecê-las, pois elas não são quantificáveis ou homogeneizáveis. O que seria acentuar as diferenças? Para exemplificar, seria reconhecer que o outro é diferente e, portanto, possui necessidades também diferentes. O espaço diferencial consiste, essencialmente, em um espaço *político* em que todos poderiam efetivamente construí-lo e se apropriar dele, o contrário do que ocorre com as leis impostas pelo Estado, que proclamam uma igualdade entre os diferentes, portanto, diferenças induzidas que só dissimulam as diferenças. Importante salientar que, nesse caso, diferença não é desigualdade, mas o reconhecimento das

---

<sup>48</sup> É certo que a melhoria da infraestruturas urbanas são sempre bem-vindas, pois existem pessoas morrendo todos os dias pela ausência de serviços básicos, mas é preciso pensar cuidadosamente em que medida isso representa uma transformação social mais ampla ou não. A ação reformista emperra a transformação radical por não questionar os fundamentos da sociedade de classes.

particularidades do outro sem inferiorizá-lo por conta disso. O espaço diferencial pensado por Lefebvre se aproxima da comunidade pensada por Marx, na qual às formas de alienação, fetichismo e de estranhamento seriam destruídas. De acordo com Pogrebinschi (2009, p. 135), na comunidade pensada por Marx,

“não há mais classes, pois o *político* (diferente da *política* de Estado) não permite cisões de nenhuma ordem; não há mais antagonismo entre elas, pois a associação unifica as partes singulares do todo, formando um múltiplo único; não há mais separação entre Estado e sociedade civil, pois a comunidade que se fará a partir da associação nasce da superação dessa cisão por meio do encontro de duas partes que formam um todo único; não há mais poder, pois em seu lugar surge a potência; não há mais política, pois encontra-se, finalmente, o lugar do político” (POGREBINSCHI, 2009, p 135).

Esse espaço social não representa um mundo perfeito e livre de contradições, mas uma realidade em que as diferenças entre os indivíduos e/ou grupos sociais que a compõem seriam solucionadas pela práxis política e não por abstrações homogeneizantes como as leis do Estado. O urbano, na perspectiva lefebvriana, representa essa utopia, enquanto possibilidade concreta, logo, pode-se perceber a importância dos estudos de Lefebvre para a compreensão do aspecto revolucionário da urbanização. Esse pensador foi quem melhor tratou da dimensão política da urbanização de forma não fragmentada. Devemos promover a passagem da cidade produzida como um produto a ser vendido no mercado para a cidade produzida enquanto obra, algo que é parte do processo de humanização dos seres humanos.

### **3.3 – A produção da metrópole belo-horizontina**

A cidade de Belo Horizonte, fundada em 12 de dezembro de 1897, possui especificidades em seu contínuo processo de produção do espaço em relação a outras cidades brasileiras. A cidade foi fundada em um momento histórico que é crucial para compreensão da política, da economia e da cultura do Brasil contemporâneo. Sua idealização e concepção, praticamente, coincidem com o período da instauração da república brasileira, em 15 de novembro de 1889. Entre os discursos mais proferidos pelas elites econômicas e políticas que conduziram essa transformação na realidade brasileira estava o grande passo para o futuro que o país estava dando pelo fato de por fim a uma relação de dominação política, territorial, cultural e econômica imposta por uma forma de governo que ainda mantinha vínculo com o Estado absolutista português. Mais do que isso, a proclamação da república expressava os interesses de uma elite brasileira fundada sob relações mercantis e que via a condição de colônia portuguesa e a presença de um

imperador com poderes absolutos como limitadores das possibilidades do mercado e do rompimento com a condição de “atraso” das forças produtivas do país. Essencialmente, as elites econômicas do Brasil queriam adquirir poder político e, por isso, propunham a queda do Estado absolutista, já em crise nas principais potências européias. O discurso positivista também foi uma inspiração e um discurso legitimador para a implantação da república no Brasil e seus preceitos estão inscritos na bandeira do Brasil na frase “ordem e progresso”.

As elites brasileiras queriam seguir os passos dos países ditos desenvolvidos e com os quais já mantinham intercâmbios culturais e comerciais. Nesse momento histórico, mesmo o modo de produção no Brasil sendo basicamente agrário, já começava a povoar as mentes das elites brasileiras o modo de produção de riquezas vigente em grande parte dos países europeus baseado na proletarização e na produção industrial. Começou, então, o combate à condição de “atraso” em relação à vanguarda das conquistas do mundo ocidental moderno, sobretudo da Europa, em que a industrialização, a lógica da mercadoria, as grandes cidades, os utensílios, enfim, os modos de vida modernos, que apesar de não cobrirem a totalidade daquele espaço social já estavam disseminados de forma significativa, principalmente nas grandes cidades. Esse discurso que proclamava um caminho a ser trilhado pelo Brasil rumo à modernidade, ainda nos dias de hoje, pode ser ouvido na televisão, em revistas, no rádio, nas conversas nos bares, no transporte coletivo e, principalmente, nos discursos dos candidatos aos cargos de representação política. Em uma cidade com “vocaçãõ” para ser metrópole e por ter nascido planejada para ser a nova capital do estado de Minas Gerais como foi o caso de Belo Horizonte, esse discurso foi ainda mais forte e influente nas práticas sociais. Seus construtores, com forte inspiração no planejamento modernista e funcionalista francês, desenharam as ruas e espaços de convivência de Belo Horizonte inspirados pelos preceitos positivistas do fim do século XIX. Entretanto, conforme mostram as *figuras* 3 e 4, as hesitações do moderno estão expressas pelo contraste entre as construções modernas para a época e a vida simples das pessoas que passavam cotidianamente por lá. Esse descompasso reflete o caráter da modernidade brasileira.

**Figuras 3 e 4: Rua Augusto de Lima esquina com Rua da Bahia na década de 1940 e o edifício dos Correios na Avenida Afonso Pena em 1935**



**Fonte:** Fotos Antigas de Belo Horizonte. **Disponível em:**  
<https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte?fref=ts>

As vivências e práticas simples dos antigos moradores do Curral Del Rey, povoado sobre o qual foi erguida a cidade de Belo Horizonte, foram sumariamente suplantadas ou absorvidas pela nova ordem instaurada com a construção da capital. Após a escolha do local apropriado para erguer a cidade pela comissão construtora da nova capital, chefiada por Aarão Reis, os moradores do antigo Curral Del Rey foram aqueles que pagaram o preço do “progresso”. Com um direcionamento aos novos tempos e ao encontro com uma pretensa modernidade,

“Belo Horizonte nasceu sob o signo da industrialização, mas esta lhe foi negada nas dificuldades de seus primeiros governos. As crises econômicas da virada do século, as lutas políticas dos mineiros das minas e dos gerais, as alianças entre interesses antagônicos face ao controle sobre a capital e as dificuldades em resolver questões regionais e urbanas, como transportes e energia, retardaram a maturação industrial de Belo Horizonte” (DINIZ, 1981 apud MONTE-MÓR, 1994, p. 15).

Na Europa do fim do século XIX, cidades como Londres, Paris e Manchester apresentavam um intenso processo de urbanização, fruto das transformações pelas quais essas cidades e suas relações constituintes foram submetidas. O capitalismo, em sua fase industrial, implodiu e explodiu as cidades e seus conteúdos e os seus habitantes em foram transformados em força de trabalho. Nesse período, o capitalismo desbravava o mundo e

suas relações de produção começavam a alcançar os lugares mais remotos do planeta<sup>49</sup>. Nesse processo, a ideia de desenvolvimento e de vanguarda começa a ser atrelada à industrialização e ao modo de vida urbano. As elites brasileiras, deslumbradas com o modo de vida europeu e a “pujança” econômica de suas elites, começaram a “adaptar” o Brasil a essa tendência que para eles parecia ser inevitável. Foi nesse contexto que a cidade de Belo Horizonte foi construída para ser a nova capital do estado de Minas Gerais. Sobre um antigo curral, o Curral Del Rey, e sobre as suas práticas brotou uma cidade que já nasceu planejada para ser metrópole. A compreensão desse momento histórico é fundamental para que se possa pensar o momento atual em que as transformações no espaço-tempo da doravante metrópole belo-horizontina alcançam grandes escalas.

Para a promoção das condições gerais de produção necessárias à industrialização de Belo Horizonte, na década de 1950, o Estado mineiro teve papel decisivo. Oliveira (1977, p.74) diz que, no momento da evolução do processo de urbanização brasileiro, a partir da década de 1950, “o novo é o alinhamento de forças com o Estado subsumido numa coligação com a burguesia internacional-associada, portanto, deslocada da nação”. Oliveira (1977, p. 75) mostra que o Estado desempenha um duplo e contraditório papel na sociedade capitalista, pois é o gestor do território e dos interesses da população e é também o viabilizador dos negócios da burguesia.

“Não pode o Estado solucionar o chamado problema de transporte urbano? Pelo tamanho do excedente que maneja, pode, mas, se esse excedente provém em parte da produção automobilística, então não pode. Pode o Estado solucionar o problema da poluição? Tendo tanto chão nesse país, parece que se poderia descentralizar a indústria, principal poluidora, mas o chão da pátria não é chão, é capital”. (OLIVEIRA, 1977, p. 75).

Com o tempo, os efeitos dessa posição aparentemente dúbia desse Estado moderno brasileiro regido pelas leis de mercado podem ser apreendidos pelas contradições existentes nos espaços rurais e no seio de qualquer metrópole brasileira. No caso brasileiro, o Estado forneceu infraestrutura apenas para parte das cidades e o restante permaneceu desprovido dos chamados “benefícios” da modernidade. Na RMBH e em grande parte das cidades brasileiras, as favelas, os conjuntos habitacionais para os trabalhadores mais

---

<sup>49</sup> Esse tema foi aprofundado por Hobsbawm (1979, p. 67-99). Nesse estudo, Hobsbawm trata do que ele denomina de “a era do capital”, cuja “expansão sem precedentes” estabeleceu as fundações para que o capitalismo se tornasse o que é hoje em dia. O autor mostra o que levou a um mundo feito a imagem e semelhança do capital, ao descrever como o conhecimento do mundo foi sendo cada vez maior, como o comércio foi se expandindo como jamais a humanidade havia visto e como a infraestrutura básica para a circulação de mercadorias foi sendo construída.

pobres e também os condomínios fechados para a população de alta renda são a manifestação dessa inserção do Estado nas leis do mercado. Nesses casos, agindo ou se omitindo, o Estado brasileiro mostra parte de sua natureza. Portanto, essa função do Estado não chega a ser dúbia, ela é evidente, pois ele assume uma posição de classe muito clara. De acordo com Camargo et. al. (1976, p. 59), a lógica do lucro não prevalece somente para as empresas privadas. O que ocorreu no período áureo do SFH/BNH<sup>50</sup>, décadas de 1960, 1970 e 1980 e ainda ocorre com os financiamentos públicos para o setor da construção civil é elucidativo: 80% dos empréstimos do SFH/BNH foram canalizados para as camadas de renda média e alta, ao mesmo tempo que naufragaram os planos habitacionais para as camadas de baixa renda. Naufragaram porque não poderiam resolver os problemas das pessoas de baixa renda, dado que estas pessoas não tinham dinheiro para comprar as habitações produzidas dentro dos espaços amplamente dotados de serviços urbanos. Esta exclusão socioespacial derivada de investimentos públicos desiguais e da omissão do Estado quanto à consequente apropriação do morar nas cidades pelo capital acirrou ainda mais a fragmentação dos espaços urbanos e tornou facilmente identificável pelo olhar a distribuição das classes sociais nas cidades. Ainda no que diz respeito à questão da habitação, os indivíduos, “livres” para comprar aquilo que podem pagar, são facilmente aprisionados pelas excludentes leis de mercado. Estas tramas entre Estado e Capital expressadas no preço da terra e dos imóveis têm sido umas das mais eficazes estratégias para a expulsão dos pobres das capitais em direção aos municípios vizinhos, cujas terras são mais baratas, mas os serviços públicos são mais escassos<sup>51</sup>.

Na produção do espaço urbano, os papéis se redefinem e colocam o Estado no centro da contradição. O Estado moderno é a expressão das relações sociais de poder, pois ele geralmente nasce juntamente com a tomada do poder político pela burguesia, que se fortalece ainda mais ao se estabelecer nas cidades e ao dominá-las. Em Belo Horizonte, as intervenções estatais, ao longo de sua curta história, mostram essa proximidade do Estado com os interesses do capital. As diversas requalificações de espaços urbanos como ruas e avenidas promovidas pelo Estado, passando por cima de bairros inteiros, valorizaram os espaços e os tornaram mais atraentes para o capital. A criação da Companhia Energética de

---

<sup>50</sup> Sistema Financeiro de Habitação / Banco Nacional de Habitação.

<sup>51</sup> Para um aprofundamento nesse momento da produção do espaço na RMBH, especialmente a construção de conjuntos habitacionais em Santa Luzia, ver: SANTOS, Thiago Andrade. *Alguns aspectos da excludente formação do espaço metropolitano de Belo Horizonte: Estudo de caso dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital em Santa Luzia/MG*. In: Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, Belo Horizonte, 2011.

Minas Gerais (CEMIG), em 1952, a construção do complexo arquitetônico da Pampulha e da Cidade Industrial de Contagem, na década de 1940, a implantação da Linha Verde, na década de 2000, e diversas outras intervenções são provas irrefutáveis da função assumida pelo Estado na organização e produção dos espaços para a reprodução dos capitais e para a reprodução da apropriação da práxis social pelo capital.

De acordo com Mendonça e Costa (2003, p. 75), ao longo do século XX, o binômio investimento público/capital imobiliário produziu a metrópole belo-horizontina crescentemente segregada: nos domínios da avenida do contorno se estabeleceram as elites e, ao longo dos seus eixos de expansão oeste e norte, consolidou-se a dinâmica da produção extensiva de loteamentos para os trabalhadores e segmentos de menor renda. Ainda na década de 1940, a metrópole passou a crescer invariavelmente para o oeste e para o norte (COSTA, 1994, p. 56). O primeiro eixo de expansão implantado em Belo Horizonte foi o oeste, inaugurado em 1946 para a construção da cidade industrial em um distrito da cidade de Betim, hoje o município de Contagem, direcionando o crescimento do tecido urbano para esta região. Com a consolidação das indústrias, o crescimento da metrópole belo-horizontina foi muito significativo já na década seguinte. A cidade foi sendo reestruturada para a indústria e essa primeira frente de conurbação da Região Metropolitana de Belo Horizonte é resultado direto desse processo.

Posteriormente, o direcionamento do crescimento do tecido urbano de Belo Horizonte para o Eixo Norte ocorreu com a criação da Pampulha, um complexo de lazer, turismo e moradia destinado aos estratos com maior poder aquisitivo, no entanto, a abertura da Avenida Antônio Carlos também estimulou a sua ocupação pelos estratos com menor poder aquisitivo (ANDRADE, 2003, p. 181). O crescimento populacional do Eixo Norte ganhou força, de fato, com a construção de conjuntos habitacionais para as populações de baixa renda “expulsas” de Belo Horizonte, a partir da década de 1970, em que ocorreu a explosão da urbanização na capital e seu tecido urbano rompeu suas fronteiras municipais para o norte como nunca antes verificado. Mais do que isso, os lugares invadidos pela espacialidade de Belo Horizonte foram, aos poucos, sendo incorporados à cotidianidade da metrópole e perdendo suas tradições e seu caráter *sui generis*. Esse é o caso dos municípios de Santa Luzia, Vespasiano, Sabará, Betim e outros, em que suas áreas centrais perderam grande parte de sua centralidade para o centro de Belo Horizonte. Os municípios e as pessoas do entorno da cidade de Belo Horizonte foram sendo incorporados ao cotidiano da metrópole e isso implicou na configuração da cidade-

região que é a consolidação da condição de centralidade das capitais dentro da região metropolitana e de determinada estrutura voltada para uma competição acirrada dentro da divisão do trabalho em escala local, regional, nacional e global.

Na década de 1990, foi consolidando-se a produção do Eixo de Expansão Sul, um espaço que possui a peculiaridade de a quase totalidade de sua nova população migrante ser composta por trabalhadores com alta remuneração ou por membros da alta e média burguesia, que saíram de Belo Horizonte com seus “problemas urbanos” em direção ao município de Nova Lima (ANDRADE, 2003, p. 184). Segundo Costa (2006, p. 112-113), nesse eixo de expansão,

[...] o Estado passou por um processo de modernização ecológica da regulação da expansão urbana, por meio da incorporação crescente de instrumentos e mecanismos da regulação ambiental nas atividades urbanas [...], pelo lado do capital imobiliário observa-se a transformação e progressiva complexificação do setor, associado à modificação do produto oferecido, no qual a natureza, progressivamente capitalizada, desempenha o papel de transformar valores-de-uso em renda fundiária, seja em resposta à legislação, seja criando demandas de mercado associadas a novos conceitos de habitação (COSTA, 2006, p. 112-113).

A dinâmica contraditória da expansão do tecido urbano da metrópole belo-horizontina, especialmente após sua institucionalização, ou melhor, de sua formalização enquanto região, em 1974, mostra a racionalidade da economia política por traz das ações do Estado. No Brasil, a formação das regiões metropolitanas foi, sobretudo, parte de uma estratégia que se processou no âmbito formal do Estado militar e consistiu na incorporação dos municípios vizinhos à cotidianidade e ao tecido urbano das chamadas cidades polo, que eram economicamente, politicamente e socialmente mais articuladas à outras escalas de produção que aqueles outros municípios. Todo esse processo foi orquestrado pelo Estado ditatorial brasileiro e sua política de integração econômica do território nacional<sup>52</sup>. Pelo que foi dito e levando-se em consideração alguns fatores, entre eles a expulsão dos trabalhadores do campo pela revolução verde e outras estratégias, o alto preço da terra nas áreas mais centrais das capitais advindas das excludentes leis do mercado e a criação das regiões metropolitanas, na década de 1970, pode-se começar a entender a intensificação do processo de periferização nas metrópoles brasileiras.

Neste contexto marcado por um Estado ditatorial e centralizador a vida social nas cidades vizinhas às cidades polo viram ser ampliada sua inserção na cotidianidade das

---

<sup>52</sup> Ver SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. 9ª Ed. Rio de Janeiro, editora Record, [2001] 2006.

metrópoles. Quanto a essa inserção em um ritmo de vida regido pelas metrópoles, os poderes públicos municipais e os habitantes desses municípios foram meros receptáculos de diversas atividades econômicas, população e de diversos “rejeitos” oriundos dessas cidades pelo que não estavam interessadas ou eram incapazes de alocá-los. A partir das intervenções estatais, os espaços urbanos tornam-se mercadorias cada vez mais caras por conta de sua apropriação pelo capital imobiliário, que somente poucos podem pagar por eles e podem residir em locais dotados de urbanidade e de elementos constituintes do mundo moderno. Aos excluídos dessa modernidade belo-horizontina e que vivem suas vidas nas periferias da metrópole restou apenas fragmentos da vida moderna.

*“ô, rapaz, eu me lembro que quando nós mudamos aqui para os conjuntos Cristiana a gente tinha que caminhar até lá ‘embaixão’ pra conseguir pegar o ônibus e depois andar tudo de novo para voltar para casa. A coisa era feia aqui, viu, a energia caia direto e as escolas não eram muito boas. Agora está melhor, mas ainda pode melhorar muito”<sup>53</sup>.*

Essas intervenções estatais, substancialmente, redefiniram e redefinem o morar na cidade e as vivências de seus moradores, pois o processo de periferização da parte mais empobrecida da classe trabalhadora e a elitização dos espaços mais dotados de serviços resultou dessa atuação conjunta entre o Estado e o capital imobiliário em que o primeiro estrutura o território e agrega valor ao solo urbano e o segundo se aproveita para obter a mais-valia fundiária.

Para se ter uma ideia da perversidade desses processos, o Brasil possui um elevado custo de vida se compararmos o valor do salário mínimo, que é a remuneração mensal de aproximadamente 48 milhões de trabalhadores no país, e que foi aumentado para R\$724,00 em 2014<sup>54</sup>, com os preços dos produtos básicos demandados para reprodução social nas metrópoles. Para comprar uma habitação sem luxos e em um bairro da periferia de Belo Horizonte, por exemplo, os trabalhadores não gastam menos de R\$ 150 mil reais. Os custos máximos das habitações do programa *Minha Casa, Minha Vida* do Governo Federal podem chegar a R\$ 65,00 reais em Belo Horizonte. Considerando que os trabalhadores

---

<sup>53</sup> Entrevista com um morador do conjunto Cristina B em Santa Luzia realizada em 2010, na ocasião, para meu trabalho de conclusão de curso no Instituto de Geociências da UFMG.

<sup>54</sup> De acordo com a o site Rede Brasil Atual – RBA (2013), “em termos de impacto global, o mínimo será reajustado para 48 milhões de pessoas. A maior fatia, 21,4 milhões, é formada por beneficiários da Previdência Social, que sofrerá um impacto de R\$ 22,8 bilhões. Em seguida vêm os empregados, 14,3 milhões, e os trabalhadores por conta própria, 8 milhões”. Essa pesquisa da RBA não menciona outra grande fatia dos trabalhadores que sobrevivem com menos de um salário mínimo ou outra grande parte que sobrevive com um pouco mais de um salário mínimo.

belo-horizontinos, além de gastarem parte dos seus salários com vestuário, transporte, educação, saúde, lazer e outras atividades, têm que desembolsar cerca de R\$ 307,65 para compra a cesta básica, conforme mostra a *figura 5*.

Por meio de tais elementos colocados, não se pode dizer que é surpreendente que o déficit habitacional brasileiro esteja tão elevado, cerca de 8,3 milhões de unidades habitacionais segundo o mais recente censo do IBGE (2010). Mas não é somente em Belo Horizonte que os preços dos imóveis e o déficit habitacional subiram assustadoramente<sup>55</sup>. Esse aumento é generalizado nas metrópoles brasileiras e ganhou um novo fôlego com as obras para a copa do mundo em que ocorreu uma alta geral dos preços das habitações, especialmente nas cidades sede. Esse é um dos ônus do progresso, pois a modernização tem essa particularidade de valorizar e elitizar o solo urbano. Apesar de os brasileiros possuírem acesso ao crédito, é muito complicado para a grande maioria dos trabalhadores a aquisição da habitação. Esta é, portanto, uma grande contradição que tende a gerar consequências a médio e longo prazos. Dessa forma, a compra de um imóvel é algo extremamente distante da realidade da maioria dos trabalhadores. Não é coincidência o fato de as invasões, os aluguéis e as construções nos fundos dos lotes ou sobre as casas de parentes serem formas muito utilizadas para o acesso dos trabalhadores de baixa renda a uma moradia.

---

<sup>55</sup> De acordo com o mais recente censo do IBGE (2010), o déficit habitacional brasileiro passou de 6,5 para 8,3 milhões de unidades habitacionais.

**Figura 5: Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica em 18 capitais do Brasil – janeiro de 2014**

| <b>Capital</b> | <b>Valor da Cesta (R\$)</b> | <b>Variação Mensal (%)</b> | <b>Porcentagem do Salário Mínimo Líquido</b> | <b>Tempo de trabalho</b> | <b>Variação Anual (%)</b> |
|----------------|-----------------------------|----------------------------|--|--------------------------|---------------------------|
| Vitória        | 327,13                      | 1,79                       | 49,11  | 99h24m                   | 3,73                      |
| São Paulo      | 323,47                      | -1,15                      | 48,56  | 98h18m                   | 1,59                      |
| Manaus         | 323,22                      | 5,04                       | 48,53  | 98h13m                   | 7,12                      |
| Florianópolis  | 322,12                      | 0,87                       | 48,36  | 97h53m                   | 4,18                      |
| Porto Alegre   | 321,05                      | -2,47                      | 48,20  | 97h33m                   | 3,79                      |
| Rio de Janeiro | 310,52                      | -1,58                      | 46,62  | 94h21m                   | 2,19                      |
| Belo Horizonte | 307,65                      | -1,47                      | 46,19  | 93h29m                   | 2,62                      |
| Brasília       | 305,62                      | 5,49                       | 45,88  | 92h52m                   | -0,49                     |
| Belém          | 296,39                      | 0,02                       | 44,50  | 90h04m                   | 5,66                      |
| Curitiba       | 294,06                      | -2,41                      | 44,15  | 89h21m                   | 2,84                      |
| Campo Grande   | 288,57                      | -4,19                      | 43,32  | 87h41m                   | 0,24                      |
| Recife         | 280,75                      | 2,21                       | 42,15  | 85h19m                   | 9,06                      |
| Fortaleza      | 274,60                      | 0,41                       | 41,23  | 83h27m                   | 6,30                      |
| Goiânia        | 273,84                      | -0,30                      | 41,11  | 83h13m                   | -4,90                     |
| Natal          | 269,95                      | -1,25                      | 40,53  | 82h02m                   | 0,14                      |
| Salvador       | 265,86                      | 0,28                       | 39,91  | 80h47m                   | -0,67                     |
| João Pessoa    | 264,17                      | 2,07                       | 39,66  | 80h16m                   | 4,78                      |
| Aracaju        | 214,19                      | -1,19                      | 32,16  | 65h05m                   | -7,60                     |

Fonte: DIEESE (2014)

Na RMBH, o Estado teve e ainda tem uma função central no fornecimento das chamadas condições gerais de produção e circulação dos capitais, mas ao fornecimento de condições verdadeiramente humanas de vida às pessoas não emprega o mesmo empenho. Pensando no caso da habitação, pode-se dizer que o acesso a esse bem fundamental ficou e ainda está intermediado pelas leis de mercado e nas mãos do capital imobiliário. De forma geral, observamos que no processo de produção do espaço da e na RMBH, a expulsão das camadas de baixa renda do valorizado solo da capital e o crescimento das áreas periféricas foram simultâneos e são a materialização dos processos de *despossessão* dos trabalhadores urbanos (HARVEY, [2003] 2013). Esse processo pode ser caracterizado como uma estratégia planejada pelo Estado ao produzir e agregar valor aos espaços e ao ser conivente com o uso e a apropriação dos espaços da cidade pelo capital e pela excludente lei de mercado. Mais especificamente, o morar na cidade passou a depender do mercado.

No contexto atual do processo de metropolização em que há um grande municipalismo em relação ao planejamento e gestão territoriais, mesmo os municípios da periferia metropolitana estão restringindo a moradia dos mais pobres em seus territórios,

utilizando estratégias que passam diretamente pelas possibilidades contidas na própria legislação urbana. Estas estratégias passam diretamente pelo controle do uso do solo urbano, cujo incentivo aos elementos que garantem sua valorização e o combate aos elementos que o desvalorizam são práticas recorrentes. Por exemplo, ao restringir a construção de loteamentos com lotes menores que 500m<sup>2</sup> em determinada área, os municípios também restringem a possibilidade de compra desses imóveis pela população de baixa renda. Isso pode ser explicado simplesmente pelo fato de o tamanho dos lotes incidir diretamente no preço desses imóveis. Tendo em mente exatamente o “perfil” das pessoas que querem receber em seus territórios, os municípios utilizam estratégias como essas. Por saberem que as pessoas de alta renda querem distanciar-se dos pobres e que a população de baixa renda somente consegue comprar lotes menores, o poder público municipal interfere no parcelamento do solo por meio de sua lei de zoneamento para designar as áreas destinadas a cada faixa de renda desejada. À medida que os municípios passaram a ver os trabalhadores mais pobres como elementos economicamente indesejáveis em seus territórios, estas estratégias tornaram-se um sério problema para o acesso ao solo urbano, pois tornam-se barreiras “invisíveis”.

Na RMBH e em outras metrópoles brasileiras, verifica-se que aos trabalhadores de mais baixa renda resta morar em locais antes de os serviços e da infraestrutura básica serem implantados, pois somente assim eles conseguem ter acesso ao solo urbano, seja pela invasão ou pela compra mais barata, enquanto que os mais ricos e as empresas instalam-se nos lugares somente após o amplo fornecimento dessa infraestrutura e dos serviços. No entanto, a medida que a infraestrutura vai sendo implantada pelo Estado, a valorização do solo ajuda a promover a expulsão de pessoas que moravam nesses locais antes mesmo que eles estivessem adequados para moradia de seres humanos. Essa constatação não deixa de ser uma obviedade, pois, como já foi evidenciado, a apropriação do espaço das cidades e a ação do Estado sob o modo de produção capitalista estão largamente submetidas às leis de mercado. Nesse sentido, a contrapartida dos trabalhadores de mais baixa renda a esse processo é a invasão de propriedades privadas que estejam sendo subutilizadas por seus proprietários a espera de valorização do preço do solo, a compra de moradias nas periferias distantes dos seus postos de trabalho ou a moradia de aluguel. Assim, a ideia de liberdade das escolhas individuais é na realidade uma prisão para a maior parte da população, pois esta liberdade passa invariavelmente pela renda por eles possuída. Por mais incrível que possa parecer, em um país grande como o Brasil no

qual os produtos do trabalho são abundantes, incluindo os bens imobiliários, grande parte das pessoas não tem recursos para suprir suas necessidades mais básicas.

A partir do que foi dito, é possível que se pense, mesmo que tendencialmente, o novo cenário que se desenha para o Eixo Norte da RMBH, em que novamente o Estado atua de forma intensa, reestruturando o território para criar as condições gerais de produção para o capital. A valorização do solo urbano advinda das intervenções do Estado já está elevando o preço da terra e dos serviços, o que tende a dificultar o acesso dos trabalhadores de baixa renda, além de atrair o capital imobiliário. Novamente, a ideia de um eixo de expansão se materializa, mas, pensando no que foi o Eixo Norte no passado e comparando com o momento atual, o perfil socioeconômico da população que migrará para essa região será diferente e isso é preocupante, sabendo da capacidade de expulsar população que teve e tem a articulação entre o Estado e o capital imobiliário ao longo da formação do espaço metropolitano. Os diversos empreendimentos atraídos pelas intervenções estruturantes do território promovidas pelo Estado são amostras do ininterrupto processo de produção capitalista do espaço, cuja precarização do trabalho e da reprodução da força de trabalho é uma condição.

Após o período da ditadura militar e a promulgação da constituição de 1988, o fortalecimento dos municípios enquanto gestores de políticas públicas (ROLNIK e SOMEKH, 2003, p. 95) devolveu a autonomia de organização do espaço municipal à esfera local que esteve, desde meados dos anos 1960, nas mãos do governo militar centralizador. O localismo no Brasil promoveu uma verdadeira guerra fiscal entre os estados e municípios, que Harvey descreve como a passagem do gerenciamento tradicional ao empresariamento urbano (HARVEY, [1989] 2005). Para o entendimento desse momento marcado pelo desenvolvimento desigual dos municípios, são quatro as posturas assumidas pelos governos locais apontadas por Harvey em sua análise:

*a)* A competição dentro da divisão internacional do trabalho significa a criação da exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços. *b)* a região urbana também pode buscar melhorar sua posição competitiva com respeito à divisão espacial de consumo. *c)* luta feroz com respeito à obtenção das atividades de controle e comando referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento (incluindo a mídia). *d)* a vantagem competitiva com respeito à redistribuição de superávits através dos governos centrais. (HARVEY, [1989] 2005, p. 172 a 175).

Nesse contexto de maior autonomia dos municípios na produção do espaço em escala local, cada prefeito delinea suas estratégias para atrair investimentos e empresas e isso acaba criando problemas para a vida do e no próprio município e da e na metrópole. A possibilidade dos negócios diretos entre as empresas e os governos municipais é a concretização da *queda de barreiras espaciais* para os capitais em diversas escalas e com isso a inserção das cidades e da reprodução social local na economia globalizada também se intensificou. De acordo com Harvey,

[...] a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. [...] O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens locais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais (HARVEY [1989] 1992, p. 265).

Nesse contexto, a relação das pessoas com a cidade torna-se ainda mais mediada pelo mercado e o planejamento estratégico do Estado mais atuante. A intensificação das parcerias público-privadas é o resultado da possibilidade dos governos municipais dialogarem diretamente com os capitais. Nos municípios do Eixo Norte da RMBH, o planejamento estratégico de Lagoa Santa caracteriza bem esse cenário<sup>56</sup>. As políticas do município têm sido voltadas para a atração de diversas empresas, indústrias e empreendimentos para que a cidade consiga se inserir na chamada divisão internacional do trabalho. De acordo com o secretário de planejamento do município de Lagoa Santa, no ano de 2011,

*“Tudo o planejamento de Lagoa Santa gira em função do território, organizar o território. [...] Um ponto fundamental desse processo de novos parcelamentos é incentivar o empreendedor a parcelar, mas, também, a estar ciente das leis locais. [...] Para o município estão previstos a implantação da Faculdade de Ciências Médicas e do Centro Aeroespacial, onde 80% dos militares da aeronáutica brasileira serão formados. [...] Lagoa Santa investe em hotelaria e centros de convenções para atrair o turismo de negócios, mas poderão se instalar no município empresas de grande porte como a Gol e a Foxconn. Essa última, se vier, vai mudar a dinâmica da região mais que a FIAT, em Betim. [...] Se o Estado fizer a parte dele, Lagoa Santa terá, em 2030, cerca de 300.000 hab”<sup>57</sup>.*

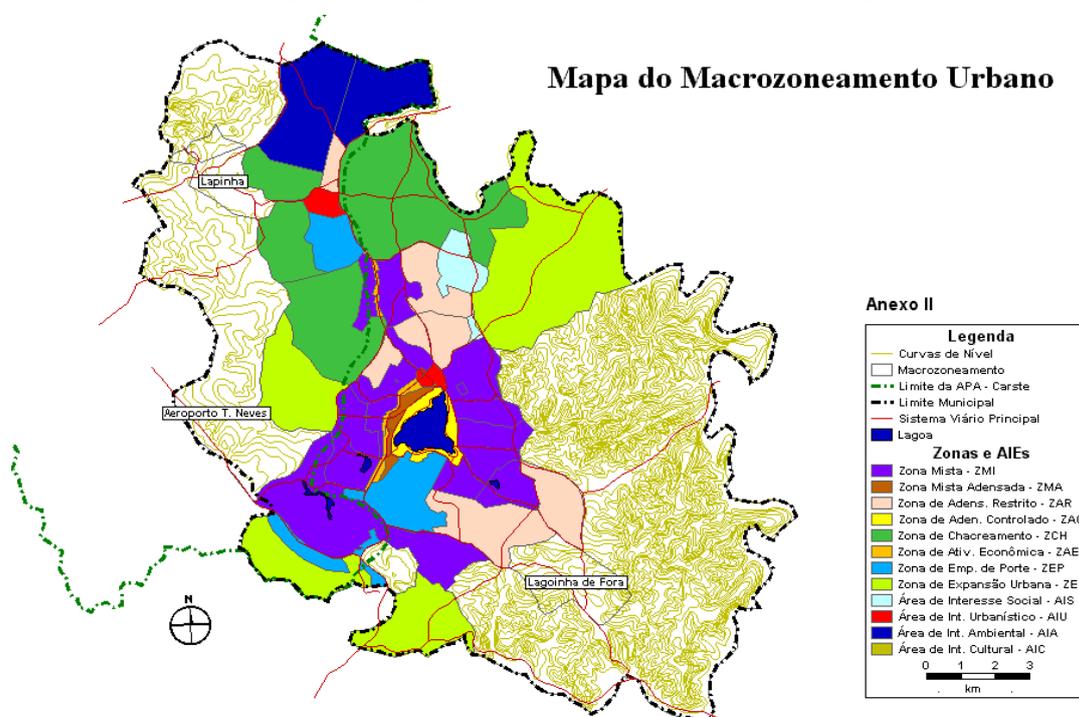
---

<sup>56</sup> Para uma mais aprofundada compreensão da produção do espaço de Lagoa Santa, ver: SIFFERT, Paulo Vitor; SANTOS, Thiago Andrade; SENA, Cristiano Cruz. Urbanização, natureza e produção do espaço na era da cidade empresa: Caso do município de Lagoa Santa / MG. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. Anais do XVII ENG, 2012.

<sup>57</sup> Entrevista realizada com o secretário de planejamento do município de Lagoa Santa, no ano de 2011.

Conforme já foi dito, Lagoa Santa tem buscado atrair uma população de maior poder aquisitivo e pretende dificultar a chegada de população de baixa renda, pois isso compõe a estratégia de inserir os capitais investidos no município dentro de um contexto econômico global e também evitar o “estigma” de cidade caracterizada pela presença de população de baixa renda. Mais do que isso, os trabalhadores de baixa renda são mais dependentes dos serviços públicos que os de renda mais alta, portanto, para uma cidade que raciocina como uma empresa, caso de Lagoa Santa, não é interessante ter muitos gastos com a reprodução da força de trabalho. A *figura 6* é um mapa que está no plano diretor de Lagoa Santa e é um bom exemplo para mostrar o modo utilizado para restringir a chegada dos trabalhadores de baixa renda nos municípios da periferia metropolitana. Tendo em conta que os lotes menores são mais acessíveis aos trabalhadores de baixa renda, nesse mapa percebe-se que em meio uma maioria de áreas em que o tamanho mínimo dos lotes é apropriado para chacreamentos ou condomínios fechados, as únicas áreas do município com parcelamentos menores e que favorecem a compra pela população de baixa renda são as pequenas manchas azul-claras denominadas de AIS – Áreas de interesse social, ao norte da lagoa.

**Figura 6: Mapa do macrozoneamento Urbano de Lagoa Santa**



**Fonte:** Prefeitura municipal de Lagoa Santa, 2006.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico de Lagoa Santa, no ano de 2012, José Leopoldo Melo Corrêa, em entrevista concedida ao Jornal O Tempo (2010), o município, desde 2005, instalou em seu território cerca de cinquenta novos empreendimentos imobiliários, sendo a maioria deles de luxo e esse cenário estaria relacionado às obras estruturantes do Eixo Norte da RMBH, o lançamento da Linha Verde, em 2005, a transferência dos vôos do Aeroporto da Pampulha para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a inauguração da Cidade Administrativa de Minas Gerais, em 2010. O secretário ainda diz,

"estamos revivendo o boom imobiliário registrado por Nova Lima há 20 anos. Nosso temor é que Lagoa Santa também passe a sofrer as consequências dessa ocupação desenfreada como o ocorrido com a nossa vizinha do Vetor Sul" (JORNAL O TEMPO, 28/10/2012).

A partir do que foi exposto, pensar a metropolização e as transformações da e na cidade é pensar substancialmente na marcha do capital em busca de sua reprodução ampliada e seus desdobramentos para a vida social. Nesse contínuo movimento, as distintas espacialidades e sociabilidades da reprodução social vão sendo cada vez mais enclausuradas na cotidianidade das metrópoles e vão adquirindo os ritmos desta. Esses ritmos são os ritmos do trabalho e da produção de mercadorias, entre elas o próprio espaço. A ideia de cidades dormitório expressa bem essa condição, cujos trabalhadores se deslocam de um município para o outro em busca de trabalho. A vida social nessas áreas agregadas à cotidianidade das metrópoles e do capital globalizado e globalizante tem as suas relações com o tempo e com o espaço alteradas e os ritmos da produção e da reprodução das mercadorias alcançam os indivíduos, impondo uma série de comportamentos, gestuais, movimentos, pensamentos, relações etc., que subjagam os ritmos não produtivos. Quais seriam esses ritmos e rituais não produtivos? Seriam aqueles relegados normalmente aos momentos do ócio. Compreender a metrópole belo-horizontina e os seus processos de transformação requer uma análise que contemple os desdobramentos dessas reestruturações à vida social. As relações sociais construídas com os lugares, nos lugares e com as pessoas, o que é algo inerente ao humano e que encontravam nos bairros e nas ruas a possibilidade de acontecer, sofrem com essas avassaladoras transformações. Para Carlos,

“A metrópole se constitui eliminando os pontos de encontro, o lugar da festa; tragando os rituais e seus mistérios e, com isso, elimina as antigas referências

destruindo a memória social e fragmentando o espaço e as relações do indivíduo, por meio da descaracterização decorrente da transformação de bairros inteiros, pelos quais, percebemos as fragmentações no processo de constituição da metrópole” (CARLOS, 1999, p. 79).

Desde que a urbanização tornou-se estrutural para o capital, a vida nas cidades foi sendo transformada em vida na metrópole. Nesse longo processo, os bairros e as ruas das periferias, que costumavam ser os locais dos encontros e das festas populares, são transformados para comportar o número crescente de automóveis ou são subutilizados por seus moradores. De maneira geral, os ritmos do cotidiano invadem esses espaços e isso implica alterações decisivas na forma como as pessoas se relacionam umas com as outras, consigo mesmas, com o tempo e com o espaço.

*“Cara, aqui no bairro Céu Azul [em Belo Horizonte] não está tendo mais nada. Não tem uma praça descente, o campo de futebol está uma vergonha, essas ruas estão cheias de carros, não tem bares bons, não tem nada. É só deitar e dormir para trabalhar no dia seguinte. Diversão só fora daqui mesmo. Eu me lembro que nos anos noventa, direto, tinham barraquinhas que fechavam a rua e a festa varava a noite toda, o povo ficava na rua conversando depois do serviço, as crianças brincavam de bola na porta de casa. Hoje acabou tudo”<sup>58</sup>.*

Essa fala de um morador de um bairro da periferia de Belo Horizonte expressa bem essa tendência de supressão dos resíduos de uma sociabilidade que destoa daquilo que propõe a modernização da vida nas cidades. No processo de produção da metrópole belo-horizontina é marcante a supressão dos espaços de vivência da classe trabalhadora para viabilizar as reestruturações promovidas pelo Estado, essencialmente no caso das grandes vias de acesso aos centros comerciais da cidade, aos eixos de expansão e aos grandes empreendimentos. Em um momento de grandes transformações com a reestruturação do Eixo Norte, o capital e o seu produto, a metrópole, continuam a expandir-se e a reproduzir a sua cotidianidade, apropriando-se da práxis social e da vida social nos lugares mais remotos.

Beber com os amigos em um bar qualquer, praticar algum esporte, jogar conversa fora com um vizinho, passear pela cidade etc. O que se pode notar é que, mesmo nesses momentos de “lazer”, os indivíduos recebem estímulos diversos para empregar parte do seu salário ao consumo. Quer dizer, nesses momentos, o consumo das mercadorias produzidas pela classe trabalhadora se realiza, incluindo o consumo do próprio espaço. Nesse contexto, as periferias mostram-se incluídas na modernidade, no mundo do trabalho

---

<sup>58</sup> *Conversa com morador do bairro Céu Azul A, em Belo Horizonte, no dia 15/08/2013.*

assalariado, porém cada vez mais marcadas pela precarização de sua reprodução. Na realidade, as transformações da e na metrópole têm o objetivo de ampliar os circuitos de valorização do capital e para isso os hábitos, costumes, gestos etc., tem que ser transformados também. Para exemplificar, o ato de jogar futebol na rua de casa com os amigos tende a ser substituído pelo aluguel de uma quadra ou a conversa com os vizinhos no portão de casa é trocado pela conversa na internet ou em algum shopping center. Os chamados “rolezinhos”, marcados por grandes concentrações de jovens das periferias nos shoppings centers de várias cidades do Brasil, representam a demanda por esses locais de encontro que eles não mais possuem em seus bairros. Para Carlos,

“como consequência desse processo, da normatização das relações sociais, da rarefação dos lugares de encontros decorrentes das mudanças na morfologia da metrópole, estabelece-se o *estranhamento* do indivíduo na metrópole. Nesse sentido, a vida urbana impõe conflitos e confrontos e aponta para a instauração do cotidiano, em que a atomização, ao mesmo tempo em que a superorganização da vida impõe-se sem resistência. Campo da auto-regulação voluntária e planificada, o cotidiano aparece como construção da sociedade, que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada, preenchida por repressões e coações imperceptíveis no lugar, revelando articulações espaciais mais amplas (o plano do local se acha cada vez mais invadido pelo plano global)” (CARLOS, 2001, p. 19).

Para ilustrar esse estranhamento em relação à metrópole, lembro-me que, em 2008, ainda como estagiário na prefeitura de Belo Horizonte, regional norte, um homem de aproximadamente sessenta anos veio até meu setor para solicitar um serviço de asfaltamento de rua e reclamava que já havia solicitado o serviço diversas vezes, mas não havia sido atendido por sua rua, no bairro Ribeiro de Abreu, estar em uma área por eles invadida. Ele me disse o seguinte:

*“Olha meu filho, vou te dizer que nós não temos nada nessa vida, não, viu. Tem gente que acha que só porque tem um carro ou uma casa que tem algo. Mas eu te falo, viu, nós não somos donos de nada, não. Fica um tempo sem pagar o IPTU para você ver, ou não pague o IPVA do seu carro para você ver, não. Eles vem aqui e tomam tudo de você. Olha para você ver, eu moro lá no Ribeiro de Abreu há 25 anos e até hoje a prefeitura não asfaltou nossas ruas. A gente pede, reclama, implora, mas eles nunca vão lá. Agora você, que trabalha na prefeitura, sabe porque? Porque nós invadimos aquela área lá. É só por isso. Mas, nós somos todos trabalhadores e hoje a gente paga os nossos impostos tudo normal e mesmo eles não vão lá fazer o serviço deles. Nós não queremos atrapalhar a vida de ninguém não, nós só queremos viver com os mesmo direitos que os outros. É por isso que eu te falo, dessa vida nós não levamos nada não, só levamos desgosto de uma cidade que não é feita para a*

*gente que é pobre. Você vai ver as rua dos ricos são todas asfaltadas e com saneamento básico, já as nossas são aquela desgraceira lá”<sup>59</sup>.*

À partir dessa fala de um trabalhador de baixa renda que reclama de sua precária condição de vida e não de sua condição de trabalhador assalariado, dizemos que conforme nos diz Marx ([1844] 2010, p. 80), “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”. Esta frase de Marx somada à citação do senhor pobre que não recebe os serviços públicos solicitados mostram a necessidade de rompimento com as relações capitalistas de produção.

### **3.4 – O planejamento estratégico para o Eixo Norte da metrópole belo-horizontina**

“Essa é uma característica importante da modernidade: o futuro deverá, a qualquer preço, constituir-se um futuro de progresso. Mesmo que o presente se comprometa indefinidamente, onera-se todo o presente por um futuro que jamais se aproxima ou, quando muito, chega-se com a maximização da exclusão” (HISSA, 1997, p. 2).

A partir do processo de reestruturação espacial do Eixo Norte da metrópole belo-horizontina, pode-se estudar a produção do seu espaço em ato e com todas as suas contradições imanentes. Ao contrário do que foi visto nas décadas de 1970 e 1980, o governo do estado de Minas Gerais planeja a expansão do tecido urbano da metrópole belo-horizontina para o norte, visando tornar essa região o *locus* privilegiado para a reprodução dos capitais, pois os outros dois eixos utilizados nas décadas anteriores já dão sinais de esgotamento e ou apresentam conflitos de uso da terra mais difíceis de serem solucionados. No caso do Eixo Sul da RMBH, empresas que investem na atividade mineradora são proprietárias de grande parte das terras de municípios como Nova Lima, por exemplo, e isso impõe dificuldades para que a expansão das zonas destinadas à produção e para a apropriação intensiva do capital imobiliário dentro do tecido urbano da metrópole ocorra nesse sentido. Nesse caso, o alto custo da terra influenciaria diretamente a queda da taxa de lucro dos capitais que lá seriam investidos e isso também seria muito oneroso para o Estado, que teria que arcar com os custos dos investimentos em infraestrutura urbana.

---

<sup>59</sup> Fala de um homem na prefeitura de Belo Horizonte, setembro de 2008.

Atualmente, o Eixo Norte passou a ser o principal eixo de expansão da metrópole belo-horizontina, tanto que em 2008 uma empresa de Cingapura chamada Jurong Consultants foi contratada pelo governo do estado de Minas Gerais para desenvolver um plano estratégico para o desenvolvimento econômico da região. O plano do governo de Minas Gerais consiste em tornar o Eixo Norte da RMBH uma importante centralidade dentro da reprodução dos capitais atuantes não apenas na escala local, mas também mundial. De acordo Raphael Chua, gerente da Jurong Consultants,

*“os prefeitos precisam se organizar para preparar o território para os novos investimentos. A infraestrutura precisa crescer junto com o crescimento econômico. Belo Horizonte amanhã não vai competir só com São Paulo ou Rio de Janeiro, mas com Tóquio e Paris também. É preciso que a cidade tenha um plano estrutural que permita aos investidores chegar aqui”<sup>60</sup>.*

No planejamento desenvolvido pelo estado de Minas Gerais com assessoria da Jurong Consultants, a reestruturação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves é estrutural, haja vista que o Eixo Norte da RMBH conta com treze municípios, assim considerados, justamente, por estarem dentro da área de influência do aeroporto. São eles: Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará, São José da Lapa, Confins, Lagoa Santa, Jaboticatubas, Matozinhos, Capim Branco e Pedro Leopoldo. Na realidade, a definição desses treze municípios que passaram a compor o Eixo Norte indica que os principais investimentos do Estado e dos capitais serão concentrados neles, pois estes possuem uma localização estratégica dentro de um contexto em que o Aeroporto Internacional Tancredo Neves passará a ser um aeroporto industrial e também terá sua capacidade de transporte de passageiros aumentada, por conseguinte, será o centro de uma organização da produção e circulação de mercadorias, pessoas e de capitais.

No plano diretor do município de Confins, por exemplo, leva-se muito em consideração a questão da reestruturação do Eixo Norte, especialmente pelo fato de o Aeroporto Industrial Tancredo Neves estar quase todo situado dentro de seu território. Quanto a esses aspectos, o plano diretor do município de Confins versa no seu inciso III acerca da intenção de se aproveitar a potencialidade de comércio e serviços gerados pelo aeroporto e nas proximidades da rodovia MG-424. Quanto à infra-estrutura viária, ressalta o plano a necessidade de “tirar partido” dos projetos governamentais que propõem uma melhor integração rodoviária do aeroporto com a RMBH, envolvendo, principalmente, a

---

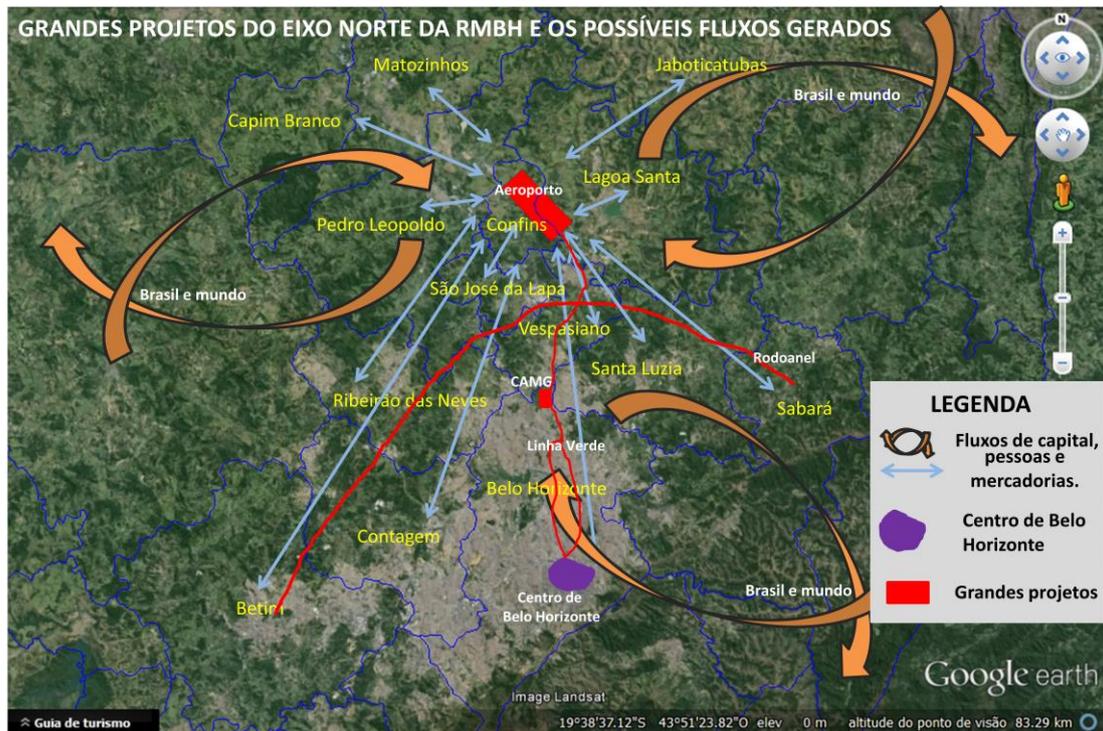
<sup>60</sup> Texto retirado do Jornal Estado de Minas versão online do dia 19/04/2010.

futura instalação do *Contorno Rodoviário Norte de Belo Horizonte* (Rodoanel), a ampliação da Linha Verde e da rodovia MG-424. A respeito do desenvolvimento do setor industrial, o capítulo II, art. 7º, seção II, prioriza e incentiva a implantação de uma zona industrial voltada para a produção de tecnologias de ponta, instalações de centros de pesquisa e de atividade de apoio ao complexo industrial, atualmente em processo de instalação no aeroporto (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS, 1999).

A divulgação das “vantagens industriais específicas” são também objetos de interesse do poder público municipal, sendo incentivado no artigo VI deste mesmo plano a propaganda destas vantagens em razão dos projetos oficiais de consolidação do aeroporto como “centro de um processo de desenvolvimento regional”. O planejamento do empreendimento turístico local também leva em conta a influência do aeroporto, sendo ressaltado como um compromisso do poder público municipal a elaboração de um plano municipal de desenvolvimento do turismo. Esta influência vai além da representação do aeroporto como espaço de chegada de turistas, estando ligada também a atratividade da capital mineira pelo denominado “turismo de negócios” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS, 1999). Assim, a prefeitura municipal de Confins pretende aproveitar ao máximo as potencialidades turísticas e econômicas advindas da expansão e ampliação do aeroporto já em curso.

Tendo em vista que atualmente a grande parte dessas possibilidades já está se concretizando, o aeroporto tem se consolidado como um empreendimento norteador da reprodução dos capitais em escala regional, influenciando na produção do espaço não somente em Confins, mas também nos municípios do Eixo Norte. Os impactos gerados a longo e médio prazos pela ampliação do aeroporto são estruturais para a reprodução dos capitais em diversas escalas, devido às possibilidades de investimentos de um montante de capital gerado em diversas partes do mundo e que encontravam dificuldades para a exploração de mais trabalho. Além do setor de serviços e de produção, no Eixo Norte da RMBH, os investimentos no setor de turismo são recorrentes, por conta dos estímulos à atração de empreendimentos que explorem os atrativos da área geológica do carste e as diversas serras que compõem a região (*figura 7*). Todavia, estes empreendimentos e ações que estimulam o consumo do próprio espaço poderão resultar num aumento expressivo do preço da terra, provocando um processo de especulação imobiliária e concentração fundiária e imobiliária nos municípios vizinhos ao aeroporto.

**Figura 7: Grandes projetos do Eixo Norte da RMBH e os possíveis fluxos gerados**



Fonte: Elaboração nossa sobre a imagem de satélite do Google Earth.

De acordo com o documento produzido pela própria Jurong Consultants, o plano para tornar o Eixo Norte uma região mais viável à reprodução dos capitais consiste em tornar a região uma *aerotropolis*<sup>61</sup>, cuja ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves seria fundamental para configuração de um *corredor multimodal*<sup>62</sup>. As outras intervenções a cargo do Estado no espaço do Eixo Norte consistem na requalificação da via MG-010 (doravante Linha Verde), na construção do Centro Administrativo de Minas Gerais (CAMG) e construção do Rodoanel. A partir desse planejamento, entende-se que com as intervenções estruturantes do Estado, as empresas e indústrias encontrem um

<sup>61</sup> De acordo com a perspectiva de Dr. John D. Kasarada, diretor do Kenan Institute of Private Enterprises, que serviu de embasamento para a Jurong Consultants, as chamadas aerotrópoles são semelhantes às metrópoles convencionais, entretanto apresentam uma configuração espacial em que o aeroporto é o centro de uma rede urbana calcada em negócios extremamente interconectados com o aeroporto, constituindo corredores multimodais (JURONG CONSULTANS, 2009, p. 38).

<sup>62</sup> Baseados nos estudos de Bloom e Asano 1981, Nishioka e Takeuchi 1987 e outros, a Jurong Consultants entende que os corredores multimodais “podem ser vistos como uma tentativa deliberada por parte dos governos, em associação com universidades e empresas privadas, para planejar e promover a produção tecnologicamente inovadora e produção industrial dentro de uma ou várias áreas concentradas. No entanto, pode-se observar que a partir de diversos exemplos globais que a escolha das indústrias não é restrita a apenas indústrias de *alta tecnologia*. Em muitos casos, esses corredores têm sido desenvolvidos para alimentar indústrias tradicionais. Assim, a seleção da indústria foco dentro desse corredor multimodal normalmente é ditada por desafios estratégicos enfrentados pelos governos regionais ou estaduais (JURONG CONSULTANS, 2009, p. 38).

ambiente favorável para os seus investimentos. Nesse contexto, o plano é equipar o Aeroporto Internacional Tancredo Neves para que esse possa transportar, além de passageiros, mercadorias. Nessa perspectiva, sem a *aerotropolis* ficaria mais onerosa para os capitais a interconexão rápida entre os *clusters* produtivos e seus mercados consumidores globais, regionais e locais. A *aerotropolis* também dinamiza os deslocamentos dos turistas que visitarão a região. Tais estratégias utilizadas na produção do espaço do Eixo Norte estão conectadas com a flexibilização do processo produtivo atuante em escala global e revela o capital tentando lidar com suas crises internas, especialmente a impossibilidade de manter o crescimento econômico, tendo excedentes não aproveitados de capital e de força de trabalho (Harvey [1981] 2005, p.134). Nesse contexto atual em que o processo produtivo tornou-se extremamente informatizado e tecnológico, a descentralização da produção das mercadorias pode ser gerenciada pelas sedes administrativas das diversas empresas, normalmente, sediadas nas chamadas *cidades globais* como Londres, Nova York e Tóquio (SASSEN, 1993), que acabam assumindo a função de cidades de negócios e de serviços especializados. Tais empresas globalizadas encontram no Eixo Norte novas possibilidades de exploração do trabalho, porém, pagando mais barato que em seus países de origem pela mercadoria força de trabalho e isso incide diretamente na competitividade dessas empresas nos mercados globais e no aumento de sua taxa de lucro.

O Eixo Norte está, portanto, inscrito em um planejamento estratégico, no qual o próprio estado de Minas Gerais e os municípios, sozinhos ou por meio de parcerias-público-privadas (PPP), tentam inserir seus territórios na divisão internacional do trabalho, criando condições favoráveis para a reprodução dos capitais atuantes em diversas escalas. Em tempos de livre mobilidade geográfica dos excedentes e das unidades produtivas, os municípios atraem tais empresas e tais capitais, oferecendo facilidades locacionais, redução de impostos e o fornecimento da infraestrutura básica para o escoamento da produção. Tal corrida pela escolha de seus territórios para que os capitais se instalem torna os governos públicos municipais verdadeiros vendedores das cidades (VAINER, 2000). Sobre a questão de a cidade funcionar como empresa em uma economia global, Vainer (2000, p. 76) identifica um aspecto fundamental, a “competitividade urbana”. O planejamento estratégico passa a ser adotado pelos governos locais “em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”. Nesse contexto, para conseguirem disputar a preferência dos diversos capitais, os municípios competem “pelo

investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; pela atração de novas indústrias e negócios; por serem competitivos no preço e na qualidade dos serviços e pela atração de força de trabalho adequadamente qualificada” (WORLD ECONOMIC DEVELOPMENT CONGRESS & THE WORLD BANK, 1998, p. 2 apud VAINER 2000, p. 77).

Esse contexto explica o fato de o chamado “*marketing urbano*” se impor nas práticas de planejamento e gestão das cidades, em que seus prefeitos parecem mais vendedores ambulantes que dirigentes políticos (VAINER, 2000. p. 78). Pensada dessa maneira, “a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2000. p. 78). Tal processo instala uma verdadeira “caça ao ouro” em que as cidades competem acirradamente pela preferência nos investimentos feitos pelos capitais.

A produção do meio *técnico-científico-informacional* (SANTOS, [2001] 2006, p. 159) no Eixo Norte da RMBH tem como objetivo tornar viável a produção de mercadorias mesmo espacialmente distantes de seus mercados consumidores, pois seu escoamento será viabilizado pelas rotas terrestres e aéreas de comunicação que estão sendo requalificadas. Sabemos que vantagens locacionais, assim como a existência de mão-de-obra barata, são fundamentais para que as empresas consigam se inserir em mercados cada vez mais acirrados. Por esse motivo, metrópoles periféricas em relação ao centro do capitalismo financeiro mundial e que tiveram uma industrialização tardia, como foi o caso de Belo Horizonte, estão tentando se (re)estruturar para se tornar um destino atraente para o capital global bastante flexível e que procura romper quaisquer barreiras espaciais. Nesse contexto, a criação das *condições gerais de produção* e a organização estratégica do espaço são estruturais. Para Lefebvre,

“a produção do espaço, em si, não é nova. Os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, os dos campos (aí incluídas as paisagens que em seguida parecem ‘naturais’). O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme da atividade produtiva realiza-se em função dos interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam (largamente). O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. Esse é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço. É preciso acrescentar que o capitalismo, visando a sua própria sobrevivência, tomou a iniciativa nesse domínio? A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço, ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da

produção subordinada aos centros de informação e de decisão” (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 142).

Assim, o capital tende a fazer prevalecer o valor de troca das cidades, mostrando o modo como a sua reprodução ampliada engendra seu espaço-tempo, o espaço abstrato. De obra e valores de uso para seus habitantes, o ambiente as cidades torna-se capital fixo e valor de troca. Para exemplificar, a questão da renda fundiária, resultado do monopólio possibilitado pela propriedade privada da terra, acaba determinando não somente a realização do valor por parte do capitalista, mas a própria localização das classes sociais no espaço das metrópoles<sup>63</sup>. O capital com suas leis, sua moral, seus fins específicos e seu espaço abstrato induzem práticas espaciais específicas ao tornar a cidade uma mercadoria, como nos mostra Harvey ([1982] 1990). No capitalismo, o valor, enquanto essência das relações sociais, expande-se para o ambiente construído das cidades e determina a forma como as pessoas vão se relacionar umas com as outras e com seus espaços de vivência. Nesse processo, a práxis social é apropriada para a reprodução do valor. A relação das pessoas com sua cidade e com o espaço social tende a adquirir uma feição alienada e fetichizada. Os habitantes das cidades, que também são produtores desses espaços, não mais se reconhecem como tais, mas como produtos e isso é um traço de desumanização, pois é uma necessidade do humano a produção e a apropriação do espaço enquanto obra. A modernização das cidades e sua produção de forma padronizada para o mercado, na condição de capital, produzem uma relação distante dos indivíduos com o espaço das cidades. Se é a luta de classes que impede a total homogeneização do espaço social pelo espaço abstrato, esta tende a ser enfraquecida pelo lado da classe trabalhadora, pois a alienação e o fetichismo do espaço adquirem escalas mais amplas, muito embora, esses processos também possam gerar o oposto, a politização.

A análise das determinantes econômicas do processo de metropolização, que começamos a discutir a partir da experiência do Eixo Norte da RMBH, não representa a totalidade do processo em questão. A produção do espaço, como nos diz Lefebvre, envolve

---

<sup>63</sup> Sobre esse assunto, os estudos de; COSTA, G. M.; ARAÚJO, C. E. A expressão sócio-econômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: Costa, H. S. M. (org). *Novas periferias metropolitanas - a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006, pp. 35 – 46.; COSTA, H. S. M. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: Mendonça, J. G. de; Godinho, M. H. de L. (org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003b, pp. 159 – 179.; COSTA, H.S.M. 1994. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Monte-Mór, R.L. (coord). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, p. 51 – 78, entre outros, são boas referências para a compreensão, por exemplo, do caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

uma multiplicidade de aspetos que não devem ser desconectados, mas, evidentemente, notamos que há uma preponderância do poder econômico na definição dos rumos da materialização da sociedade em seu espaço social. Além disso, a produção do espaço do e no Eixo Norte da RMBH reproduz, essencialmente, a cotidianidade do capital sobre a práxis social.

## CAPÍTULO 4 – AS CONTRADIÇÕES DA E NA REESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE BELO-HORIZONTINA CONTEMPORÂNEA

### 4.1 - Introdução

O objetivo deste capítulo é contribuir para uma maior aproximação entre os temas apresentados nos capítulos anteriores e a realidade concreta que serviu de inspiração para esta pesquisa. Por uma questão de estruturação do texto, nos primeiros capítulos iniciamos nossa discussão com reflexões um pouco mais teóricas, mas o modo como este trabalho foi sendo desenvolvido não reflete exatamente essa estrutura. As reflexões apresentadas ao longo de toda essa pesquisa foram sendo desenvolvidas com uma articulação entre as observações da realidade empírica que buscou-se compreender e os aportes teóricos que aguçaram os olhares para o desvendamento aquilo que poderia estar se escondendo atrás da aparência do fenômeno.

Neste ponto da reflexão, procurou-se mostrar mais de perto as determinações da produção do espaço na metrópole de Belo Horizonte e principalmente no Eixo Norte de sua região metropolitana, destacando a inscrição da economia política no espaço. Buscou-se uma aproximação com o objeto empírico estudado, a metropolização de Belo Horizonte, sendo a sua história e sua geografia examinadas à luz do método progressivo-regressivo, resgatando os elementos e as terminologias da crítica da economia política, o que se justifica pelas determinantes de seu planejamento territorial estratégico. A partir dessas análises, mostra-se que a produção capitalista do espaço expõe a ação do capital, tentando lidar com suas crises e seus limites e esse processo é repleto de contradições. Concomitantemente, o objetivo deste capítulo é mostrar a ação do Estado e do capital na produção capitalista do espaço e o modo como a cotidianidade da metrópole belo-horizontina vai sendo alçada para o seu espaço metropolitano, cuja finalidade é a reprodução dos capitais investidos e a continuidade do processo de apropriação da práxis social pelo capital. Em meio a tudo isso estão os trabalhadores de baixa renda que vêm a reprodução de suas vidas imersa em um processo que promete a modernidade, mas que pode trazer uma vida ainda mais precária.

A partir dessas análises, mostra-se que essas inúmeras contradições vão criando um cenário de insatisfações múltiplas que podem ser a porta de entrada para uma politização social e para o engajamento na ação com vias para o não instituído, assim como podem também apenas reproduzir o *status quo*.

#### **4.2 – O Eixo Norte da metrópole belo-horizontina e a reprodução das relações de produção**

A representação ideológica da globalização propõe um mundo único e integrado, onde todos os indivíduos e todas as culturas não estão isolados. O que ela esconde é a flexibilização da produção e o desenvolvimento geográfico desigual, além do fato de que é o capital que se globaliza e não necessariamente as pessoas. O Eixo Norte de Belo Horizonte é uma área de expansão da periferia metropolitana na qual se destaca a construção de grandes conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, na década de 1980, principalmente, em Santa Luzia e Vespasiano. Baseado em uma reestruturação de base territorial, o Eixo Norte, desde meados dos anos 2000, passou a ser o principal eixo de expansão de Belo Horizonte para a produção do espaço necessário para a reprodução dos capitais em diversas escalas e em constante movimento. Esse processo permite também a continuidade da reprodução ampliada do capital imobiliário, que, no processo histórico de produção do espaço de Belo Horizonte, atuou intensamente. Portanto, tais processos que atingem o Eixo Norte objetivam a homogeneização dos lugares para a criação de um “*meio técnico-científico-informacional*” (SANTOS, [2001] 2006, p. 159) necessário para que os capitais possam continuar a se reproduzir ampliadamente. O Estado tem reestruturado a metrópole visando à produção de um espaço de suporte ao processo de acumulação pouco se importando com impactos negativos à reprodução social ampliada (COSTA, 2009), senão pela sua condição de força de trabalho. Articulados a essa reestruturação do Eixo Norte da RMBH, outros grandes projetos como a revalorização do “Baixo Centro” de Belo Horizonte e as diversas intervenções nas Avenidas Presidente Antônio Carlos e Cristiano Machado mostram que o Eixo Norte, apesar da magnitude de sua reestruturação, não pode ser compreendido separadamente dessa espacialidade mais ampla, a metrópole. Além dessas diversas intervenções articuladas ao Eixo Norte, diversas outras estão sendo feitas aproveitando-se desse cenário arquitetado em função dessas grandes obras principais. Conforme dissemos em momentos anteriores desta pesquisa, a relação entre Estado e capital na produção do espaço urbano é evidente e no caso da RMBH não é diferente. As grandes obras promovidas pelo Estado funcionam como indicativos para o capital dos locais onde seus investimentos poderão dar retornos mais seguros.

Como uma contrapartida aos diversos discursos proferidos nos meios de comunicação por empresários e governantes acerca das intervenções no espaço da metrópole belo-horizontina e que prometem a modernidade, há também a situação dos

trabalhadores de mais baixa renda que vivem nessas regiões e somente recebem os restos desse processo. Nesse contexto em que a precarização do trabalho e dos trabalhadores podem ser evidenciadas, o prédio do Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais, que é um signo da modernidade e da concentração espacial do poder político, com sua arquitetura “moderna” projetada por Oscar Niemayer surge imponente na paisagem e destoa do seu entorno, composto majoritariamente por habitações simples e voltadas para a população de baixa renda, conforme mostra a *figura 8*.

A monumentalidade transmitida pela imponência da arquitetura dessa construção e pela sua função dentro da organização do espaço metropolitano de Belo Horizonte reforça a ideologia do progresso, da modernidade, do poder estatal e do desenvolvimento. Nesse novo momento da produção do espaço do Eixo Norte, uma população que foi, até então, incluída precariamente na modernidade agora se vê em meio a projetos tão imponentes que parecem representar uma nova etapa rumo ao prometido progresso. Tais signos do moderno são contrassensos entre a real condição de vida e a vida espetacularizada, fetichizada, das pessoas de seu entorno. Mas, envoltos por discursos com forte carga ideológica estes signos do moderno acabam sendo incorporados por parte das pessoas como um sinal de que os “tempos ruins” podem estar chegando ao fim.

**Figura 8: Centro Administrativo de Minas Gerais e seu entorno**



**Fonte:** Sky scraper city (marcações nossas. **Disponível em:**

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=624724&page=73> **Acessado em:** 27/03/2014.

Conforme disse um morador do conjunto Cristina em Santa Luzia, “*agora nós podemos acreditar que o governo não se esqueceu de nós. Demorou mais chegou*”<sup>64</sup>. Esta fala de um morador de Santa Luzia, que é um município inserido nas zonas impactadas por essas obras estruturantes, mostra a perversidade da lógica do capital no espaço urbano, pois verifica-se que há diversas ideologias inseridas nos discursos que alimentam as esperanças no instituído. Desde a fundação de Belo Horizonte, os poucos traços de cidade que esta produziu foram sendo implodidos e explodidos pelo Estado e pelo Capital, agarrados em uma pretensa imagem de cidade moderna. A metrópole belo-horizontina, como o resultado dessas implosões e explosões da e na cidade, é, em parte, a expressão da ação do Estado, preparando o terreno para que a reprodução dos capitais se concretize. Nesse processo, a ação dos meios de comunicação é fundamental, pois eles têm a capacidade de invadir os espaços de vivência dos indivíduos, influenciando as suas representações do mundo e mudando suas práticas. As ideologias transmitidas pelos meios de comunicação para as massas interpelam os sujeitos com representações que dissimulam o real. No caso da produção do espaço da e na metrópole belo-horizontina, elas reverenciam o mundo do trabalho assalariado, enfatizando, entre outras coisas, a geração de empregos formais:

<sup>64</sup> Fala de um homem em Santa Luzia-MG, no dia 10/06/2013.

“A Linha Verde é indutora do crescimento econômico, da geração de renda e empregos em toda a Região Metropolitana. Ela vem acompanhada de inúmeros outros investimentos na área da segurança pública, na área de educação, na área da saúde. Belo Horizonte se prepara para um grande salto, para criar a infraestrutura necessária à atração de novos investimentos e mais empregos. Minas tem a expectativa e se planeja para isso, para vir a ser o estado brasileiro que, na próxima década, mais vai crescer e mais empregos vai gerar” (JORNAL ESTADO DE MINAS, 04/04/2007 apud PEREIRA; CAMPOS, 2009, p. 54).

“Junto com o fôlego ganho pelo mercado imobiliário mineiro e com as bem feitas realizadas no Vetor Norte, vários benefícios vieram para os bairros da região. Hoje, percebe-se um êxodo para região norte e, junto com ele, vários bairros começam a receber investimento em infraestrutura, ganhando, por exemplo, um comércio mais forte. Outro exemplo é o bairro cidade nova, bairro nobre da região nordeste no qual, mesmo antes da finalização da Linha Verde, já era possível encontrar farmácias, restaurantes, grandes supermercados, bancos, shoppings, escolas de ensino médio e preparatórias para o vestibular e cursos de idioma. Com a via, o acesso entre o bairro e o centro foi facilitado, contribuindo para a valorização dos imóveis da região” (JORNAL O TEMPO, 05/05/2012).

“Minas é classificada no ‘grau de investimento’<sup>65</sup>. [...] “A classificação do Estado no grau de investimento permite diversos benefícios, como um ambiente de negócios mais favorável, taxas de juros menores e atração de grandes investidores de países desenvolvidos que, por regras dos seus estatutos, só podem investir em ativos considerados de baixo risco” (JORNAL O TEMPO, 22/09/2012).

“Região Norte se prepara para duas décadas de forte crescimento. [...] Uma previsão mostra que a região deve gerar um PIB proporcional ao que todo o Estado produz atualmente – cerca de U\$ 170 Bilhões. O projeto prevê uma grande transformação local, que a deixará comparável às grandes cidades mundiais, com grande infraestrutura e qualidade de vida ao mesmo tempo” (JORNAL O TEMPO, 05/08/2012).

"Porém, após o boom imobiliário, em 2005, todos os imóveis sofreram alta. Esse mesmo terreno [que a entrevistada disse ter sido comprado por R\$ 60 mil e revendido por R\$ 70 mil] subiu para R\$ 250 mil. Com uma elevação progressiva dos valores dos imóveis nos últimos anos, atualmente o que se observa é uma adequação à realidade do mercado". Outro ponto positivo ao desenvolvimento do mercado belo-horizontino é o fato de as cidades da região metropolitana se destacarem entre os demais municípios brasileiros quando o assunto é crescimento com investimentos estrangeiros [...]. Exemplo disso é a própria RE/MAX, fundada nos Estados Unidos em 1973 e que chegou ao Brasil em outubro de 2009. ‘Há dois anos, temos investido milhões para o projeto de expansão na região’, conta a diretora da franquia. [...] Considerados todos esses fatores e a lei da oferta e da procura, chega-se ao cálculo do valor de um imóvel. ‘Os preços também se baseiam no próprio mercado imobiliário, como os valores dos empreendimentos da concorrência e de sua localização – bairros nobres, consequentemente, terão preços mais elevados que outros situados nos mais populares’ [...]" (JORNAL ESTADO DE MINAS, 21/01/2013, online).

Por sua vez, Antônio Luiz Athayde Vasconcelos, subsecretário de investimentos estratégicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE), em

---

<sup>65</sup> Grau de investimento é uma avaliação feita por uma agência norte-americana chamada *Standard & Poor's* e visa vasculhar as contas dos países, estados e cidades para repassar os dados aos investidores de capital em escala global. Esses investidores consultam esse tipo de agência visando reduzir os riscos para os seus investimentos.

entrevista à revista *Encontro*, afirma que “o Vetor Norte tem potencial para gerar dentro de 20 anos, o equivalente a toda riqueza produzida em Minas” (REVISTA ENCONTRO CIDADES, edição 126, 2012, p. 28). Nesses discursos retirados de dois jornais de grande circulação em Minas Gerais e de uma revista que tem como público alvo as classes média e alta, as representações ideológicas do progresso e do desenvolvimento estão implícitas e ocultam o fato de as riquezas produzidas por esses grandes empreendimentos advirem da maciça exploração da força de trabalho, além de colocarem os processos socioespaciais e históricos como dados *a priori*. As ideologias da classe dominante, enquanto representações do espaço, inserem-se na luta cotidiana pelo controle dos espaços de vivência com o objetivo de encobrir os desdobramentos negativos da produção do espaço abstrato e, cuja reprodução das relações de produção, dos capitais investidos e da manutenção do poder de classe são os principais objetivos a serem omitidos. Estão implícitas as ideologias de que não há solução à extração da mais-valia pelos capitalistas e de que vender a si mesmos no mercado de trabalho é a única forma de sobrevivência para os trabalhadores, pois a questão do emprego é sempre lembrada como positiva, sem serem mencionadas suas contradições. O principal discurso legitimador dessas intervenções é a geração de empregos formais, o que costuma ser uma justificativa muito bem aceita pela população em geral, que se vê obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver. A própria situação de pauperização de grande parte dos trabalhadores urbanos é um elemento que os torna ainda mais dependentes do mundo do trabalho abstrato. Para Lefebvre ([1968] 1991, p. 81), “as ideologias (...) se apresentam como ‘não-ideologias’ misturando-se sutilmente no imaginário. Elas mascaram o fato fundamental, isto é, o fundamento de fato”. Moraes (2005, p. 44) infere que “as ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais do Estado quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito do seu espaço e de sua relação com ele”. É importante não perdermos de vista a complexa relação entre os diversos agentes sociais e os diversos interesses que atuam na produção do espaço e o papel das ideologias nesse contexto. De acordo com Milton Santos,

“Durante muito tempo, constituía uma necessidade opor essência e aparência. Esse caminho não é mais capaz de portar frutos, já que a ideologia é também essência, aparece como realidade e assim é vivida. [...] A realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real. A ideologia, outrora considerada como falsa, portanto não-real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência apenas. Ela é mais do que aparência, porque é real. Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se

dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. Nessas condições, a totalidade social é formada por mistos de 'realidade' e 'ideologia' e é assim que a história se faz" (SANTOS, [1996] 2012, p. 126).

Essa passagem extraída de Milton Santos permite a compreensão das ideologias como *representações*, assim como sugere Henri Lefebvre, uma vez que elas inserem-se no embate entre as distintas dimensões da vida social; o vivido, o concebido e o percebido. Para Lefebvre,

“o projeto de uma seleção que separa ‘ideologia do saber’ é sinal de um utopismo filosófico mal vinculado à ‘luta ideológica’. Pretende-se separar esses ingredientes das representações. Por um lado, fetichiza-se o saber "puro", desvalorizando o saber crítico e a crítica do saber. Por outro lado, se deprecia o vivido em benefício de concebido, submetendo-o aos critérios aparentemente rigorosos e atuantes da pura verdade conceitual. Esquecem-se dos casos de "saber ideologizado" (incluindo o próprio marxismo). Não investigam como a ideologia (ou seja, as representações) se enraizam na vivência. Acaba-se desejando a morte da vivência para remover a ideologia. Dissimula-se a magia do saber manipulado por quem detém o poder político. Excluir da ideologia o conceito crítico? Não. Substituí-la pelo conceito de representação? Não, mas utilizar ambos os conceitos, reconsiderando, reconstruindo o conceito de ideologia a partir da teoria (crítica) das representações. A ideologia se opõe ao saber se seu conceito permite expor as situações contraditórias onde a cientificidade contém uma ideologia. Quanto à representação, ela não se define unicamente pelo concebido, pelo conhecimento. Como se define? Pela relação com uma vivência (uma presença). Rica e confusa, representação envolve e inclui a ideologia, empobrecida, clarificada. A eficácia da abstração e da ideologia povém das representações que persistem nelas, mais ou menos reconhecíveis. Eficácia ou se quiser efeito, entorno do qual gira, sem apreendê-lo, a concepção atual de ideologia” (LEFEBVRE, [1980] 1983, p. 68-69, tradução própria).

Com essa passagem, Lefebvre diz que a compreensão dos processos sociais não pode ser uma pura abstração desapegada das vivências, das práticas e das representações que os indivíduos constroem no contato com o mundo e com as outras pessoas. Deve-se apreender a relação dialética que há entre as distintas dimensões da vida social. A forma como Lefebvre entende os fenômenos sociais é bem definida em sua concepção de que o marxismo não vulgar “é, antes de mais nada, um método para analisar as práticas sociais; não é uma série de pressupostos, postulados ou proposições dogmáticas, embora essa seja a forma como as coisas estão acontecendo” (LEFEBVRE, 1990, p. 62).

Após essa pequena incursão teórica acerca das ideologias e das representações, voltamos a tratar especificamente das representações ideológicas colocadas por intermédio dos meios de comunicação para as massas acerca das intervenções no Eixo Norte.

Podemos perceber as incoerências nos discursos sobre o processo de metropolização, também à medida que nos apropriamos da literatura que trata dos impactos reais das intervenções do Estado e do capital imobiliário no espaço urbano. Singer (1979, p. 34) infere que, em larga medida, os investimentos em capital fixo promovidos pelo Estado elevam o preço dos imóveis e pode expulsar os moradores mais antigos e pobres de modo que o novo serviço vai servir aos novos moradores e não aos que supostamente deveria beneficiar. Maricato (2000, p. 157) afirma que “a intervenção estatal voltada para a implantação de infraestrutura urbana alimenta a especulação fundiária e não garante a democratização do acesso a terra para moradia”. Pela contraposição entre o discurso oficial e a visão de autores como Ermínia Maricato e Paul Singer, ficam claras as disparidades entre o discurso oficial e a real espacialidade da reestruturação promovida pelo Estado. Entretanto, pelo fato de o poder legitimador do Estado ser muito forte com o auxílio dos meios de comunicação, tais ações estatais verticalizadas se enraízam nas práticas sociais e passam a fazer parte do cotidiano da metrópole.

— *“É Jorge a coisa não está fácil, não. A Patrícia agora resolveu fazer faculdade e está pagando sei lá quanto para os outros aí e o pior é que não quer mais ajudar aqui no bar. Eu não sei o que fazer, não, porque ela me ajudava aqui de manhã e de tarde e agora ou eu fecho o bar na hora do almoço ou pago um salário pra alguém trabalhar pra mim. Mas, salário hoje está caro demais para um negócio pequeno como esse. O melhor pra mim era ela me ajudar mesmo viu”*.

— *“É. É complicado mesmo, viu”*.

— *“Olha, rapaz, eu vou te falar que se fosse na minha época lá na roça não tinha essas coisas não. Lá os filhos viviam para ajudar os pais na lida do dia a dia. Estudar agente nem ouvia falar nisso direito”*.

— *“Esses meninos de hoje só querem saber de vida fácil e mais nada. É, nós dando um duro danado aqui o dia todo e eles querendo ficar só de boeira. Acho que tem que estudar, mas tem que primeiro pensar no sustento da casa”<sup>66</sup>*.

Essa conversa entre dois homens em um simples bar no município de Vespasiano, na RMBH, poderia ter acontecido em qualquer metrópole do Brasil e revela a incorporação da economia política ao cotidiano dos indivíduos. A moral advinda dessa economia política passa a ditar o certo e o errado dentro das práticas sociais e isso mostra que é na escala do indivíduo que as diversas representações encontram as vivências. Certamente, a produção dessas representações é estrutural dentro do processo de produção do espaço abstrato. Portanto, nos processos de (re)estruturação urbana como os da metrópole belo-horizontina, a reprodução do mundo trabalho é central para a sobrevivência dos capitais e

---

<sup>66</sup> Conversa entre dois homens em um bar no município de Vespasiano, em 16/10/2013.

não é por acaso que a geração de empregos formais sempre está na linha de frente dos discursos. Quando o trabalhador encontra dificuldades de se reproduzir por meio do trabalho, seja ele formal ou não, instala-se uma crise na submissão do trabalho ao capital e não há nada que poderia ser mais destrutivo para a ordem estabelecida. Tal situação miserável dos trabalhadores revelaria às massas as impossibilidades desse modo de produção fornecer a prometida vida moderna e poderia ser uma porta de entrada à desalienação. Entretanto, nos próximos capítulos deste estudo mostrar-se-á que mesmo submetendo-se ao mundo do trabalho as condições de vida dos trabalhadores urbanos não necessariamente deixam de ser miseráveis e repletas de espoliações.

### **4.3 – A quebra das barreiras espaciais para o capital e as novas barreiras erguidas para os trabalhadores de baixa renda**

“A classe operária sofre as consequências da explosão das antigas morfologias. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado. A antiga miséria proletária se atenua e tende a desaparecer nos grandes países industriais. Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido). Para aqueles que ainda duvidam de sua existência como classe, a segregação e a miséria de seu “habitar” designam na prática a classe operária” (LEFEBVRE, [1969] 2001, p. 138).

Desde que se tornou a extensão da periferia de Belo Horizonte, o Eixo Norte passou a ser uma região estigmatizada dentro da RMBH por conter áreas em que residem trabalhadores de baixa renda. Nas décadas de 1970 e 1980, nem o Estado e nem os grandes loteadores equiparam os locais com infraestrutura e serviços satisfatórios para receber o grande contingente de trabalhadores, a maioria vinda das zonas rurais e sendo subsequentemente “expulsa” de Belo Horizonte, pois migraram para a capital e lá não conseguiram adquirir suas habitações. Esse contingente de trabalhadores de baixa renda que passou a residir no Eixo Norte, especialmente a partir da década de 1970, tornou essa região a extensão imediata da periferia da metrópole. De modo geral, as periferias das metrópoles brasileiras são locais que concentram grandes quantidades do excedente de mão-de-obra barata, o que é algo imprescindível para elevação das taxas de lucro dos capitais. Dentro do contexto de uma metrópole, essas espacialidades periféricas são como depósitos de capital variável, vivo. São trabalhadores que sobrevivem em precárias condições, pois, tanto para o Estado quanto para o capital, os investimentos na reprodução

social não geram lucros. Colocamos este estudo da periferia da metrópole como um contraponto aos tópicos anteriores, nos quais mostramos como o crescimento do capital fixo expresso pela modernização e ampliação da infraestrutura urbana é fundamental para a reprodução ampliada do capital. Dessa forma, pode-se perceber a importância da articulação entre o processo de acumulação de capital e o Estado, este último tendo que arcar com a maior parte dos custos do capital improdutivo, voltado para a reprodução social (LOJKINE, 1981).

Camargo et. al. (1976, p 25-26) mostra que, no caso de São Paulo, até os anos 30, as indústrias forneciam as habitações aos trabalhadores urbanos por meio da construção das chamadas “vilas operárias” próximas às fábricas, cujas residências eram alugadas ou vendidas aos trabalhadores. Mas, com a industrialização sendo intensificada em São Paulo, a acelerada urbanização/proletarização do homem do campo tornou tal medida inviável por interferir substancialmente na acumulação, sendo a aquisição desses bens passada para a responsabilidade dos próprios trabalhadores e a função do fornecimento dos equipamentos urbanos para o Estado (CAMARGO et. al., 1976, p 25-26). Para o capital interessava obter a força de trabalho o mais barato possível, logo, a precarização das condições de vida dos trabalhadores propiciada pelo grande exército de mão-de-obra reserva atraído para as cidades representava a possibilidade de queda dos custos do chamado capital variável. Essa precarização foi ocorrendo por diversos meios, sendo a queda dos salários associada aos baixos investimentos estatais na reprodução de grande parte da força de trabalho os maiores responsáveis. Evidentemente, essas mudanças na relação entre capital e trabalho não se dá sem enfrentamentos ou contestações por parte dos trabalhadores, pois as greves e protestos que ocorrem todos os meses nas grandes cidades em diversos setores do capital são amostras de resistências a essas mudanças.

No caso de Belo Horizonte o processo foi parecido, pois, desde a primeira grande onda de industrialização de Belo Horizonte, na década de 1940, as ações do Estado e do capital fizeram com que a metrópole belo-horizontina recebesse grandes quantidades de trabalhadores oriundos de cidades menores ou “expulsos” do campo. Foi a partir desses processos que a cotidianidade de Belo Horizonte começou a adentrar seu eixo norte, principalmente com a criação da Avenida Antônio Carlos, também na década de 1940. Aberta inicialmente para interligar o centro de Belo Horizonte ao complexo turístico da Pampulha, que naquele momento representava a vanguarda da modernidade belo-horizontina e brasileira, a Avenida Antônio Carlos possibilitou o crescimento do tecido

urbano de Belo Horizonte, especialmente a sua periferia, no sentido norte. Naquela época, exceto no complexo Pampulha, cujo parcelamento mínimo era para loteamentos de 1000m<sup>2</sup>, a quase totalidade do norte do município de Belo Horizonte passou a ser local de moradia dos trabalhadores de mais baixa. Naquela época, morar nessa região era quase como que ir para o “fim do mundo”, pois os deslocamentos cotidianos para o centro da cidade eram bem demorados.

A construção do complexo da Pampulha e a abertura da Avenida Antônio Carlos representaram, portanto, a primeira grande investida do Estado rumo ao norte de Belo Horizonte, mas é importante considerarmos que o objetivo não consistia somente na produção do espaço inscrito em Belo Horizonte (*figuras 8, 9*). Em alguma medida, já se pensava no avanço do tecido urbano de Belo Horizonte para além dos limites municipais. Pode-se dizer isso pelo fato de os processos de conurbação de Santa Luzia e Vespasiano com Belo Horizonte terem sido iniciados, já na década de 1950, com a instalação de algumas indústrias em seus territórios. Para exemplificar, no caso específico de Santa Luzia a cotidianidade de Belo Horizonte alcançou a vida social no município com a abertura da Avenida Brasília, a instalação do frigorífico FRIMISA, em 1959, e de outras indústrias, principalmente do setor de carnes industrializadas e derivados (*figura 10*).

Entretanto, foi principalmente a partir do adensamento do distrito de São Benedito, nas décadas de 1970 e 1980, um momento de intenso planejamento territorial promovido pelo estado mineiro e brasileiro, que a cotidianidade com a metrópole foi ampliada. Nesse período em que era marcante a ação do governo militar e a submissão dos municípios, o adensamento populacional do distrito de São Benedito com a construção dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital<sup>67</sup>, inscreveu ainda mais a vida social em Santa Luzia à rotina (re)produtiva da metrópole, passando a ser esta municipalidade a doravante morada de milhares de trabalhadores de baixa renda. Mas como dissemos anteriormente, as raízes da inscrição da vida social de Santa Luzia nos ritmos produtivos da metrópole estão em estratégias de Belo Horizonte desenvolvidas, ainda nas décadas de 1940 e 1950. Isso mostra como o espaço é estratégico e utilizado como um meio pelos diversos agentes sociais, sendo ele não somente vivido, mas também concebido.

---

<sup>67</sup> Na época de inauguração dos conjuntos, em 1981, estes foram os maiores conjuntos habitacionais da América Latina.

**Figura 9: Avenida Antônio Carlos 1950**



**Figura 10: Lagoa da Pampulha em 1948**



**Fonte:** Fotos Antigas de Belo Horizonte.

**Disponíveis em:** < [https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/photos\\_stream](https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/photos_stream) > e < <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=475534672480856&set=a.475534402480883.111539.470140436353613&type=3&theater> >

**Figura 11: Frigorífico FRIMISA e ao fundo o conjunto habitacional Carreira Comprida, na década de 1970**



**Fonte:** Fotos Antigas de Belo Horizonte.

**Disponível em:** < [https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/photos\\_stream](https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/photos_stream) > e < <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=475534672480856&set=a.475534402480883.111539.470140436353613&type=3&theater> >

Por seu turno, a inscrição de Vespasiano na cotidianidade da Metrópole se intensificou, em 1969, com a instalação de sua primeira indústria de grande porte, a Cia. Alterosa de Cervejas (GRAMBEL, 2011), mas o adensamento populacional do município ocorreu devido à construção do conjunto habitacional Morro Alto, entregue em 1981, e localizado na divisa entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. Já o município de Ribeirão das Neves, a partir da instalação da Penitenciária Agrícola de Neves, em 1938, foi, desde então, inscrito na dinâmica de Belo Horizonte, pois esse fato marcou o início da migração para o município, que teve seu auge na década de 1970. Não vamos nos ater detalhadamente aos municípios, pois isso não é o objetivo desse estudo, mas percebe-se que há uma racionalidade que organiza os espaços e tempos sociais para determinado fim, mormente, para a produção e reprodução dos capitais. Se fossemos destrinchar a inserção de todas as espacialidades circundantes na cotidianidade da metrópole, constataríamos relações que, apesar de suas especificidades, têm mesma essência. Conforme Costa (1994, p. 74),

“os resultados do censo de 1991 mostram com clareza que vários municípios da periferia da Região Metropolitana vêm apresentando taxas de crescimento extremamente elevadas ao longo dos anos 80. Alguns deles, como Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano cristalizam evidências de

crescimento, em torno de 7% ao ano, já presentes na década de 70. Já Belo Horizonte cresceu apenas 1,28% ao ano, sugerindo a intensificação de usos não/residenciais. Tomando-se Ribeirão das Neves como exemplo típico do adensamento periférico, verifica-se que o extraordinário crescimento na década de 70, fruto do desbravamento da área via loteamentos, mantém índices bastante elevados (7,16%) ao longo da década de 80 consolidando o município como a quarta maior população da Região Metropolitana” (COSTA, 1994, p.74).

Em suma, por meio dessas reflexões pode-se ver pelo menos quatro coisas importantes: como a produção do espaço regida pela lógica do capital não respeita barreiras institucionais ou municipais, o papel do Estado na organização e produção dos espaços, os conflitos e dificuldades inerentes ao morar e trabalhar na metrópole e a função do próprio *espaço* para as estratégias hegemônicas, funcionando como um *meio* decisivo para a reprodução dos capitais. Para exemplificar esses quatro pontos destacados, percebe-se que o adensamento populacional dos municípios vizinhos à Belo Horizonte deve-se principalmente à institucionalização das regiões metropolitanas pelo governo militar, em 1974, por meio da lei estadual nº 6303, modificada pelas leis nº 6695 e 6765, de 1975 e 1976, pois a partir dela os municípios perderam força diante do poder federal e estadual e seus territórios foram incorporados à cotidianidade das metrópoles. Durante o período de centralidade e autoritarismo político dos militares, foram feitas marcantes estruturações espaciais no âmbito nacional e regional, visando promover uma maior articulação entre os centros econômicos brasileiros. Nessa época, cujas ações giravam em torno do processo de industrialização das cidades polo e suas futuras regiões metropolitanas, os governos municipais pouco puderam opinar em relação à integração de seus territórios dentro da dinâmica metropolitana. Nos casos específicos de Santa Luzia e Vespasiano, a partir do início da década de 1980, foram inaugurados conjuntos habitacionais para uma população de baixa renda expulsa de Belo Horizonte pelo encarecimento do preço da terra na capital.

Na década de 1980, a construção da Avenida Cristiano Machado intensificou ainda mais o avanço da cotidianidade de Belo Horizonte sobre os municípios do Eixo Norte. Nesse período, foi promovido nesses municípios um intenso parcelamento do solo e houve o adensamento populacional de áreas que não dispunham de infraestrutura para absorver tamanho contingente e em tão curto período de tempo. A escolha dos municípios para alocar a força de trabalho de baixa renda estava relacionada diretamente como o preço mais baixo da terra para baratear o preço das habitações. Além disso, conforme dizem os moradores dos conjuntos Cristina e Palmital, para baratear ainda mais as habitações os materiais utilizados pela COHAB-MG foram de baixa qualidade:

*“[...] a casa era pequena e o material que foi utilizado era de baixa qualidade. [...] com o passar do tempo tivemos que alterar as características da casa”.*

*“[...] A qualidade era ruim e foram utilizados materiais de quinta e muito frágeis na construção da casa; barro, tijolo ruim etc. E, também, eu achava muito pequena, então, fiz mais dois cômodos; a sala e um quarto para minha filha” (SANTOS, 2010, p. 49)<sup>68</sup>.*

As pessoas que foram morar nesses conjuntos, a maioria trabalhadores de baixa renda, também sofreram com a ausência de serviços básicos. Na década de 80, foram produzidos cerca de 40.000 loteamentos nos municípios da então chamada “fronteira imediata” e esses espaços eram desprovidos das mais elementares condições de acessibilidade urbana. Na década de 1980, o distrito de São Benedito, em Santa Luzia, recebeu cerca de 10.000 moradias relativas aos conjuntos Cristina e Palmital, trazendo para o município em um curto período aproximadamente 40.000 pessoas.

Com o passar dos anos, serviços como água, energia elétrica, transporte, saúde, educação, saneamento básico etc, foram sendo melhorados, mas ainda podem ser considerados insuficientes. Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Vespasiano e muitos dos demais municípios vizinhos à Belo Horizonte são hoje uma extensão de seu tecido urbano, mais especificamente de sua periferia e o local de moradia da força de trabalho menos qualificada. Ao estabelecer uma comparação entre os censos do IBGE de 1980 e 2010 (a *figura 12*) percebe-se que os municípios de Santa Luzia e Vespasiano passaram de 59.892 para 203.184 e de 25.049 para 104.612 habitantes, respectivamente, e esse crescimento populacional é, em grande medida, influenciado pelos processos acima descritos. Pela análise da *figura 12* pode-se perceber também que nesse período o tecido urbano da metrópole belo-horizontina avançou para os demais espaços componentes do Eixo Norte. Verifica-se que as taxas de crescimento de Belo Horizonte estiveram sempre mais baixas que as dos demais municípios, algo incomum desde que a capital mineira foi construída. Cidades como Santa Luzia, Vespasiano e Ribeirão das Neves foram os municípios que mais aumentaram sua população dentro da RMBH, nos anos 80 e 90.

---

<sup>68</sup> Essas entrevistas foram realizadas com moradores dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital para a realização de minha monografia, no ano de 2010.

**FIGURA 12 - POPULAÇÃO RESIDENTE E CRESCIMENTO POPULACIONAL - VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - 1980/2010**

| MUNICÍPIO                     | POPULAÇÃO RESIDENTE |                  |                  |                  | CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL (%) |             |             |
|-------------------------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------------------------|-------------|-------------|
|                               | 1980                | 1991             | 2000             | 2010             | 1980-1991                          | 1991-2000   | 2000-2010   |
| Belo Horizonte                | 1.780.855           | 2.020.161        | 2.238.526        | 2.375.444        | 1,15                               | 1,15        | 0,60        |
| Lagoa Santa                   | 19.508              | 29.824           | 37.872           | 52.526           | 3,93                               | 4,08        | 3,33        |
| Confins <sup>1</sup>          |                     |                  | 4.880            | 5.943            |                                    |             | 1,99        |
| Pedro Leopoldo                | 29.999              | 41.594           | 53.957           | 58.696           | 3,02                               | 2,93        | 0,85        |
| Ribeirão das Neves            | 67.257              | 143.853          | 246.846          | 296.376          | 7,16                               | 6,18        | 1,85        |
| Sabará                        | 64.204              | 89.740           | 115.352          | 126.219          | 3,09                               | 2,83        | 0,90        |
| Santa Luzia                   | 59.892              | 137.825          | 184.903          | 203.184          | 7,87                               | 3,32        | 0,95        |
| Vespasiano                    | 25.049              | 54.868           | 76.422           | 104.612          | 7,39                               | 5,84        | 3,19        |
| São José da Lapa <sup>2</sup> |                     |                  | 15.000           | 19.801           |                                    |             | 2,82        |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>2.677.680</b>    | <b>3.522.908</b> | <b>4.357.942</b> | <b>4.882.977</b> | <b>2,53</b>                        | <b>2,39</b> | <b>1,14</b> |

**Fonte:** SILVA (2011 apud COSTA et. at., 2010, p. 89).

(1) Municípios que foram integrados à RMBH após 1991.

(2) Municípios novos emancipados nas seguintes datas: Confins, desmembrado de Lagoa Santa em 21/12/1995; São José da Lapa, desmembrado de Vespasiano em 27/04/1992.

Monte-Mór (2003, p. 261) nos diz que tem diminuído o crescimento populacional nas metrópoles e nos polos de aglomerações metropolitanas e urbanas, porém, suas periferias têm se ampliado de forma a manter alta a participação das áreas metropolitanas no conjunto da população urbana e total do país. Verifica-se, por tanto, a intensa articulação que se processa entre a metrópole e suas áreas contíguas. O seu entorno passa a abrigar a “migração” de indústrias e de outras atividades causada, sobretudo, pelos altos custos de reprodução na metrópole, congestionamentos, preço dos terrenos, poluição e pressão sindical (DAVIDOVICH, 2004, p. 211). Davidovich (2004, p. 206) entende que a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil alterou substancialmente a escalada da violência, a metropolização da pobreza e a precarização do mercado de trabalho, constituindo questões que devem ser pensadas em âmbito metropolitano. Nesse ponto, acrescenta-se ao pensamento de Davidovich a ideia de que tais questões devem ser pensadas também em outras escalas, pois elas extrapolam a questão metropolitana, que representa por si mesma apenas um momento empírico do processo de totalização social.

Essas contradições do e no processo de metropolização de Belo Horizonte permitem que visualizemos um pequeno quadro da situação dos trabalhadores urbanos ao longo de momentos-chave da história da RMBH, nos ajudando a pensar o momento atual da produção do espaço metropolitano de Belo Horizonte e também o *devir*. No processo contemporâneo de reestruturação do Eixo Norte da RMBH, os municípios tendem a dificultar a chegada da população de baixa renda em seus domínios, voltando esforços para a atração de diversos empreendimentos que já foram ou estão sendo implantados na região

e também de moradores com mais alta renda. A análise dos planos diretores, das leis de parcelamento e de uso e ocupação do solo dos municípios do Eixo Norte realizada por uma equipe de pesquisadores do IGC/UFGM e do IPPUR/UFRJ contratados pela PBH para compreender os possíveis impactos dos grandes projetos implantados no Eixo Norte demonstra que, de forma não muito explícita para a maioria, existe a intenção de alguns municípios dessa região de inibir a chegada de mais população de baixa renda e facilitar a chegada de pessoas de renda mais elevada (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE et al, 2008, p. 29).

Nessas condições, a produção capitalista do espaço no Eixo Norte, cuja transformação dessa região em *locus* privilegiado para a reprodução dos capitais e de famílias com mais alta renda, visa dar à região uma nova territorialidade e uma nova funcionalidade dentro da RMBH e do processo de acumulação. Devido à proximidade ao CAMG, à Linha Verde, ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves e às demais intervenções, os trabalhadores de baixa renda que residem nos municípios próximos aos grandes projetos supracitados poderão ser muito afetados pela pressão exercida pelo setor imobiliário. Entende-se que a valorização da área causada pela presença dos grandes projetos supracitados pode representar uma ameaça à permanência dessas famílias nesses locais, pois a ação do capital imobiliário tende a elitizar o acesso ao solo urbano. É possível que ocorra um processo de *gentrificação* desse espaço, pois, ao equipar os espaços com infraestrutura urbana, o Estado influencia diretamente na elevação do preço do solo urbano, interferindo na renda da terra. Essa mais-valia fundiária será mais um ganho para o capital imobiliário.

De acordo com Marx (O Capital, vol.6 *apud* Farret, 1985, p. 85), somente o trabalho é capaz de produzir e, portanto, produzir valor. Por não ser produzida, a terra não possui valor, pois não incorpora trabalho. Portanto, “não é a terra que gera a renda, mas, a sua propriedade, pelo poder que confere ao proprietário sobre o uso do solo; aquela é a expressão econômica desta”. Ainda de acordo com Farret, “no preço da terra, o que está escondido é, isto sim, a redistribuição do valor (mais-valia) produzido em outro lugar e a ele incorporado, principalmente, através dos investimentos públicos em serviços e melhorias urbanas e dos efeitos do zoneamento de uso do solo” (FARRET, 1985, p. 85). Para Farret (1985, p 87), se atentarmos para o papel fundamental desempenhado pelo Estado nos processos espaciais urbanos, seja diretamente, através da produção e distribuição dos bens e serviços de natureza coletiva, seja indiretamente, através das

legislações de uso do solo e códigos de obras, do mercado imobiliário etc, fica explícito o seu envolvimento no processo de geração de rendas fundiárias e, portanto, da acumulação de capital.

Com a reestruturação territorial do Eixo Norte da RMBH percebe-se a intenção dos poderes públicos municipais de aproveitar ao máximo as potencialidades de crescimento econômico resultantes da reestruturação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e das demais obras estruturantes. Entre outros objetivos, os governos municipais querem aproveitar a reestruturação do Eixo Norte para atrair mais empresas, indústrias, turistas e habitantes de maior poder aquisitivo. Cabe também destacar que há um maior controle sobre os parcelamentos do solo com a finalidade de coibir parcelamentos clandestinos, processos especulativos sobre o valor da terra e principalmente para dificultar o acesso à terra para os trabalhadores de mais baixa renda. Santos (2010), a partir da fala do então secretário de habitação do município de Santa Luzia diz que,

“segundo o secretário de habitação de Santa Luzia, o município volta suas atenções para a sua população interna, tentando regularizar a situação das pessoas já instaladas, promovendo a regularização fundiária e a requalificação urbana. Por outro lado, o município começará a rever seu plano diretor em 2011, pois, ele [o secretário] afirma que o planejamento urbano é fundamental. Segundo o secretário, quanto à possibilidade da vinda de população externa, o município tende a receber uma população predominantemente de classe média e para isso tenta melhorar seus serviços, determinar áreas para novas ocupações, fornecendo infraestrutura e aumentando a fiscalização para impedir novas ocupações irregulares” (SANTOS, 2010, p. 55).

No caso de Santa Luzia e Vespasiano, que estão na chamada área de influência do Centro Administrativo de Minas Gerais e da Linha Verde, a chegada dos diversos novos empreendimentos pode representar a continuidade do processo de expulsão de famílias de baixa renda das áreas que vão sendo requalificadas. São famílias que esperaram décadas por melhorias na infraestrutura dos locais onde residem, mas agora que elas podem ocorrer há a possibilidade de serem “expulsas” desses lugares, em direção a novas áreas ainda mais distantes e sem os mesmos equipamentos urbanos. Essa é uma possibilidade real, pois, ao submeter um bem precioso à reprodução social, a habitação, às leis de mercado, cria-se a triste situação de que os trabalhadores mais pobres sempre vão morar nos locais antes de estes serem devidamente equipados com os serviços e equipamentos básicos pelo poder público, enquanto que as pessoas de mais alta renda somente vão residir nos locais após o amplo fornecimento desses bens e serviços.

De acordo com Singer (1979, p. 34), por ser o provedor de serviços urbanos essenciais tanto às empresas como aos moradores, o Estado tem função central na apropriação do solo urbano, exercendo uma função estratégica na determinação das demandas pelos usos específicos de cada área, portanto, do seu preço. Do ponto de vista das empresas, novos serviços e infraestruturas permitem reduzir seus custos de produção e/ou de distribuição e, do ponto de vista da população, os novos serviços atraem famílias que estão dispostas a pagar mais pelo uso do solo em comparação com os moradores mais antigos de renda mais baixa. Para Singer (1979, p. 35), quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços, o que não quer dizer que seja o Estado que distribua de forma desigual os serviços urbanos, mas o mercado imobiliário, obviamente com o consentimento do Estado. Nesse sentido, se nos investimentos em capital fixo o Estado moderno é quem arca com a quase totalidade dos custos, toda a população paga por meio de impostos para fornecer as *condições gerais de produção* necessárias à acumulação, mas quem fica com os lucros da valorização do solo urbano é o capital imobiliário. Dessa forma, pode-se dizer que a classe trabalhadora é duplamente explorada, pois tem sua mais-valia retirada pelos capitalistas e tem parte do seu salário recolhido pelo Estado em forma de impostos, que são, porém, parcamente reinvestidos nas áreas onde ocorre a reprodução social de mais baixa renda. Essa discussão da dupla exploração sofrida pela classe trabalhadora é melhor tratada por Kowarick (1979, p. 59), pois a noção de *espoliação urbana* trata exatamente dessas “extorsões que operam pela precariedade ou inexistência dos meios de consumo coletivo que se apresentam necessários à subsistência e que ficam mais agudas no âmbito das relações de trabalho”. Entre eles, a habitação, que fica quase inacessível graças aos baixos salários e aos altos preços. Não é por acaso que nas periferias os chamados “puxadinhos” sejam uma forma muito comum de acesso à habitação das mais novas gerações, pois são geralmente construídos dentro dos lotes de familiares. Essa é uma das materializações da forma precária como a modernidade chega para a grande parte dos trabalhadores urbanos, pois, dos signos do moderno como a própria reprodução da família nuclear burguesa, a casa própria, a educação de qualidade e a saúde chegam apenas os restos.

Nesse contexto, deve-se questionar se o “direito à cidade”, conforme pensou Henri Lefebvre, pode ou não ser conquistado esperando pelas ações do Estado. Está análise aqui desenvolvida mostra que não, pois as vidas de milhares de pessoas são tratadas como apenas peças substituíveis nas engrenagens produtivas para reprodução dos capitais e quem

organiza o espaço para essa tarefa é o próprio Estado. Conforme pudemos identificar, o Estado é amplamente comprometido com a reprodução do capital e com a reprodução das relações sociais de produção. Além do mais, como nos diz Lefebvre ([1970] 1999, p. 142), o espaço social foi transformado em mercadoria, podendo ser comprado e vendido no mercado e “não se trata mais da terra, do solo, mas do *espaço social* como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade”.

A partir desse cenário que se desenha podemos estabelecer as relações possíveis entre a atual configuração do Eixo Norte da RMBH, seu “passado” e seu “futuro”. Evidentemente, o processo que atinge o Eixo Norte ainda está em curso, portanto, as reflexões aqui apresentadas poderão não resistir ao tempo, mas, darão um importante indicativo do que poderá ocorrer com a população de baixa renda, não somente em Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Vespasiano, mas com toda população com esse perfil situada nas proximidades dessas ações estruturantes do território. O processo de metropolização continua a avançar carregando consigo os conteúdos sociais característicos do modo de produção capitalista, cujas desigualdades socioespaciais e socioeconômicas inerentes ao processo de produção capitalistas do espaço permanecem, assim como a exploração do trabalho, a periferização, a gentrificação etc. O momento atual do Eixo Norte da RMBH, apesar de suas especificidades, é excludente e carrega, portanto, permanências de momentos anteriores da metropolização de Belo Horizonte.

Também, não podemos deixar de apontar o fato de que por meio dessa análise identificamos a periferia das metrópoles como o *locus* de reprodução dos trabalhadores que estão incluídos precariamente no modo de produção capitalista e apenas recebem os restos da prometida modernidade. Tal colocação permite que evitemos interpretações apressadas que apontem o processo de politização das periferias como um *a priori*, como se somente por viverem em espacialidades periféricas os sujeitos automaticamente adquirissem posições políticas contra-hegemônicas. Não é bem assim, pois quando observamos suas práticas percebemos que eles buscam primeiramente uma melhor inserção na modernidade. É possível que, se pudessem, todos gostariam de possuir um bom carro, uma boa casa e receber um alto salário. Isso nos coloca diante de uma das formas pelas quais a alienação manifesta-se, pois o próprio modo degradante como os trabalhadores urbanos vivem, enquanto uma contradição, deveria contribuir para uma politização. No entanto, as condições insalubres de vida transformam-se em um fator que faz os trabalhadores terem como um fim para suas reivindicações perante o Estado a melhoria imediata de suas

condições materiais de vida. Esse par dialético estabelecido entre a melhoria imediata das condições de existência e a conquista de algo emancipatório passa por um processo de politização que não ocorre de imediato. Para que ele ganhe forma e se torne algo permanente é preciso que cada experiência torne-se um aprendizado e que conduza a coisas maiores.

#### **4.4 – Os grandes projetos de reestruturação urbana e seus desdobramentos para as práticas espaciais**

“A Reestruturação, em seu sentido amplo, transmite a noção de uma ‘freada’, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferente da vida social, econômica e política [também cultural<sup>69</sup>]. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. Estendendo a terminologia de Giddens, pode-se descrever essa freada-e-mudança como uma reestruturação temporal-espacial das práticas sociais, do mundano para o *mondiale* [mundial]” (SOJA, 1993, p. 193).

A citação extraída do livro “Geografias Pós-modernas” de Edward Soja, representa bem o momento contemporâneo em que o capitalismo adquire uma feição mais fluida em relação ao regime de acumulação (LIPIETZ, 1984) anterior, o fordismo, caracterizado pela presença marcante da grande indústria fordista definidora das práticas e dos tempos sociais. O autor trabalha o conceito de reestruturação para tentar captar o movimento atual do capital em busca de superlucros. A lógica que rege a sociedade, desde que o capitalismo se pôs de pé na história, é a expansão ilimitada do valor dinamizada pela redução do tempo de giro do capital. Para isso, o capital, trabalho acumulado, tem que travar uma luta perpétua contra as contradições e os limites internos e externos ao chão de fábrica que insistem em dificultar sua reprodução. Para exemplificar, o fordismo/taylorismo revolucionou o modo de a indústria lidar com suas demandas internas ao processo de produção de mercadorias. Frederick Taylor, ao implantar a administração científica no processo produtivo, encontrou formas de estancar o “desperdício” de tempo em gestos “desnecessários” à produção de mercadorias, incidindo diretamente no aumento da extração de mais-valia de seus trabalhadores. Devido à sua “eficácia”, esse modo de

---

<sup>69</sup> Acréscimo nosso ao texto original de Soja (1993).

exploração da mais-valia absoluta do trabalhador foi posteriormente difundido para a quase totalidade dos processos produtivos de natureza industrial. Algumas dessas técnicas são utilizadas até os dias atuais em diversos tipos de trabalho assalariado. Dentro do processo produtivo, a administração científica consistia na maior sistematização da produção, exercendo um maior controle sobre os gestos, sobre as falas e sobre os movimentos dos trabalhadores no chão de fábrica, além do estabelecimento de metas de produção. O filme “Tempos Modernos” (1936), de Charles Chaplin, retrata muito bem essas estratégias de produção. O personagem principal do filme, interpretado pelo próprio Chaplin, se vê em meio às máquinas, tendo que se render a elas. Seus movimentos não podiam estar desvinculados aos da máquina nem por um instante, pois, na linha de produção o trabalho seguinte dependia do trabalho anterior e o tempo era cronometrado. A ideia da linha de produção fordista somada à administração científica objetivava a precarização do trabalho, ou seja, tentar fazer com que os trabalhadores deixassem de ter o controle de todo o processo produtivo para se especializarem ao ponto de perderem de vista a totalidade do processo produtivo em que estavam inseridos. Assim, as mercadorias por eles produzidas poderiam ser apropriadas pelos donos da força de trabalho sem maiores contestações, dado que os trabalhadores não se viam como produtores da totalidade daquele produto.

Como necessidade estrutural no capitalismo, a (re)produção do espaço para a produção é um movimento contínuo. A urbanização, processo imposto pela industrialização, levou para a vida social, cada vez mais adestrada para a produção, os ritmos produtivos característicos da atividade industrial. Na cidade fordista gerida e produzida pelo próprio Estado fordista o espaço urbano assume a funcionalidade de uma grande fábrica e seus habitantes são os trabalhadores que as mantém funcionando. Com isso, as relações sociais passaram a ser intermediadas pelo dinheiro e pelos ritmos do giro do capital. Nas metrópoles, o ditado popular “tempo é dinheiro” é a expressão máxima do fato de a práxis social estar inscrita no cotidiano. Nesse contexto, a metrópole é mais que a soma das histórias, das vivências e dos ritmos individuais das classes ou dos grupos sociais. Ela é a materialização no espaço dos conflitos de interesse e de poder imanentes ao capitalismo e das contradições que regem a sociedade que a produziu e impõe sobre ela um modo específico de vida e de reprodução. A produção capitalista do espaço urbano mostra, sobretudo, o capital buscando formas para lidar com suas contradições e de continuar se reproduzindo ampliadamente. Produzir em massa demanda consumo em massa, portanto, fazer com que essa produção seja consumida, expandida e novamente consumida exigiu e

ainda exige grandes rearranjos internos e externos ao chão de fábrica. Tais rearranjos contemplam mudanças na organização interna à produção, rearranjos espaciais como os eixos de expansão das metrópoles, estratégias para o encurtamento da vida útil das mercadorias, a *obsolescência programada* (LEFEBVRE, ([1968] 1991), etc.

Desde a chamada reestruturação produtiva, necessária para combater a grande crise estrutural do capitalismo na década de 1970, o conhecimento científico e técnico e a posse de informações precisas e atualizadas tornaram-se forças produtivas ainda mais fundamentais para que os capitais pudessem desconcentrar espacialmente sua produção e levá-la à escala global. Com isso, a exploração do trabalho alcançou a escala global e empresas locais, regionais e nacionais passaram a ser multinacionais, obtendo lucros sem precedentes.

Os capitalistas puderam se utilizar dos meios de comunicação para criar tendências de consumo, conceitos e aspectos imateriais que transcendem a própria utilidade dos produtos, dando-lhes uma espécie de *status* social. É o caso do automóvel que parece ter se tornado algo a mais que uma simples mercadoria. Como buscou apreender Giucci (2004), a existência de uma “vida cultural do automóvel” mostra, essencialmente, que para as mercadorias ganharem algum sentido social, ou seja, valor de uso na vida cotidiana, elas precisam ter um mundo composto por representações que induzam as pessoas a consumi-la. No caso do automóvel, a ideia de liberdade, de velocidade, de masculinidade, de comodidade, de *status* social e tantas outras representações atuam garantindo a essa mercadoria uma necessidade social muitas vezes forjada. Com os celulares, os tablets, ipods, ipeds e diversas outras mercadorias ocorrem o mesmo.

Os capitalistas têm a necessidade de estar sempre atualizados e evoluindo tecnicamente para concretizarem seu domínio político e econômico, pois, em um mundo onde, de forma crescente, as distâncias geográficas são minimizadas, é possível a busca de mercados, vantagens de localização e de produção onde antes não era. A posse de dados e informações confiáveis e atualizadas atuam na própria logística de distribuição da produção e dos próprios mercados a serem utilizados, pois saber a tendência da região em relação ao consumo, às modas, aos valores sociais e à cultura influencia diretamente na lucratividade das empresas. Do ponto de vista do capital, além de diminuir as incertezas inerentes à própria imprevisibilidade das escolhas dos seres humanos, a posse de dados atualizados em relação a essas questões evita gastos e investimentos desnecessários.

Para sintetizar esta discussão, a passagem de Harvey ([1989] 1992, p. 150-151) é bastante precisa, pois ela descreve a capacidade que o capitalismo teve de se metamorfosear e se reorganizar para se manter como a forma dominante de sociabilidade;

“[...] o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado *através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional” (HARVEY, [1989] 1992, p, 150-151).

Essa aceleração dos fluxos do capital impele a aceleração dos ritmos da vida cotidiana, pois a vida no capitalismo se realiza intermediada pela aquisição de um trabalho (formal ou informal) e pela sujeição ao tempo da produção, da circulação e do consumo. Nesse contexto, as metrópoles são o observatório ideal para apreendermos o movimento da totalidade social e dos processos sociais de lutas diversas; pela existência, pela autonomia sobre o próprio corpo, contra as explorações diversas, contra a dominação entre os sexos e entre as raças, contra as alienações, contra a dominação de uma classe pela outra etc.

A análise dos processos em ato no Brasil e na metrópole belo-horizontina, mesmo que tenhamos aprofundado apenas alguns pontos-chave, nos permite apreender o movimento do capital e o exercício do poder manifestado pela ação do Estado. É sabido que no ano de 2014 o Brasil e, especialmente, Belo Horizonte e sua região metropolitana estão sendo a sede de um mega evento, a Copa do Mundo de Futebol organizada pela FIFA. Esses mega eventos funcionam como “facilitadores” para que os diversos capitais frutos da exploração do trabalho, mas que estão “parados” em busca de valorização se mundializem com uma maior facilidade, quebrando quaisquer barreiras espaciais, políticas, econômicas, culturais e até morais<sup>70</sup>. Nesse contexto, as exceções tornam-se a regra e a aceitação popular quanto aos gastos públicos em infraestrutura urbana, capital fixo, é facilitada pela grande comoção da população em oferecer aos visitantes de outros países e de outras cidades uma boa estadia, dando a aparência de que em sua cidade as coisas

---

<sup>70</sup> Em entrevista ao site *Outras palavras*, Harvey disse que “o capital produz constantemente excedentes, e uma das coisas que aconteceu é que a cidade se tornou um local para a absorção de capital excedente. Muito desse dinheiro foi para construção de estruturas, em alguns casos para a construção de megaprojetos. O capital adora esses megaprojetos, como os envolvidos em Copas do Mundo e Olimpíadas, porque são uma ótima oportunidade para gastar muito dinheiro na construção de novas infraestruturas, o que levanta uma questão interessante: essas novas infraestruturas acrescentam algo à produtividade do país? Se você for para a Grécia, vai ver um país essencialmente falido, com esses estádios vazios ao redor, que foram construídos para um evento que durou algumas semanas. A maioria dos lugares que sediam esses eventos tem problemas financeiros sérios depois, mas, no processo as empreiteiras, construtoras e financiadoras ganham muito dinheiro” (HARVEY, 2014).

funcionam bem. Em tempos normais, diversas remoções de pessoas para alargar ruas, privatizações, diversos gastos públicos com equipamentos urbanos de menor importância para a população como estádios de futebol, centros de convenções e hotéis seriam promovidos com mais cautela por conta da possibilidade de boa parte da opinião pública se opor.

Pode-se verificar que as normas impostas para a realização desse tipo de evento, apesar de terem como centro simbólico a reforma de estádios de futebol, acionam uma cadeia interminável de reestruturações urbanas estratégicas, incluindo do próprio cotidiano, que se renova sob outras bases em prol de apropriações diversas dos diferentes setores do capital. Até mesmo os estádios de futebol, antes geridos por órgãos públicos, passam para as mãos de capitais privados. Nesse processo, o Estado em parceria com setores do capital tem atuado de forma contundente em todas as instancias decisórias. No entanto, na RMBH, principalmente na cidade de Belo Horizonte e nos municípios vizinhos, podemos ver a intensificação de investimentos de diversos setores do capital em busca de competitividade nos mercados global, regional, nacional e local. Beneficiando-se das intervenções estatais que são frutos das exigências estruturais para a realização do megaevento, os capitais investidos têm o seu caminho facilitado para a sua valorização por meio de investimentos no espaço urbano. Os municípios, munidos de uma racionalidade empresarial,<sup>71</sup> dialogam diretamente com as empresas e vendem os espaços socialmente produzidos em busca de visibilidade no cenário mundial, nacional, regional e local, buscando uma mais lucrativa inserção na divisão internacional do trabalho. Na realidade, o que se fortalece após esse processo é a propriedade privada e a generalização da mercadoria, que trazem consigo a alienação, o estranhamento e o fetichismo em relação à cidade.

Essa ilusão de estarmos indo no rumo de uma modernidade prometida é capaz de obscurecer as vistas das pessoas diante do movimento do capital, que está em pleno ato, apropriando-se da práxis social, ao ampliar a inserção do espaço social em suas tramas reprodutivas. O que se vê no Brasil e na RMBH atualmente, é um processo que visa a intensificação da generalização do valor, ou seja, as relações sociais estão cada vez mais

---

<sup>71</sup> Alguns autores que estudaram mais de perto esse momento em que os governantes das cidades as vendem como as empresas vendem seus produtos são: HARVEY, D. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. *In: A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, [1989] 2005.; VAINER, Carlos, B. 2000. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. 2000. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p. 75 - 103.; e CASTELLS, M.; BORJA, J. 1996. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, n. 45. São Paulo: CEBRAP, p. 152 - 166.; Esse último foi um texto que serviu como “receita de bolo” para a gestão municipal baseada na lógica empresarial.

sendo mediadas pelo dinheiro e pela lógica do capital. Com a intensificação da generalização do valor, vão sendo criadas inúmeras novas oportunidades para a criação do que Martins (1999, p. 14) denomina de *circuitos de valorização* do capital. Em outra passagem de seu texto, o autor coloca que:

“Marx demonstra como, ao longo de um vasto processo histórico, o capital, como relação social de produção que é, abriga-se no seio das relações de troca e procura tornar-se hegemônico, subvertendo as condições sociais – objetivas e subjetivas – para a produção da riqueza que encontra ao subjugar o seu desenvolvimento em favor do processo de sua própria valorização” (MARTINS, 1999, p. 18).

Poderíamos citar vários exemplos na RMBH que mostram como o capital busca se generalizar por meio da apropriação das cidades para lucrar e se reproduzir, entretanto, os limites desse trabalho permitem apenas que coloquemos alguns pontos, mas que nos permitem ir além de uma simples descrição. A *figura 13* mostra, esquematicamente, as diversas oportunidades de negócios que a Copa do mundo de futebol de 2014, já em 2013, proporcionava a diversos capitais investidos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por meio dessas oportunidades de investimentos criadas por esses megaeventos, os capitais vão encontrando formas de se reproduzir e postergar suas crises internas.

Em Belo Horizonte, após acordo com o Governo do Estado de Minas Gerias, os estádios de futebol recentemente reformados, Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, e o estádio Raimundo Sampaio, o Independência, passaram a ser geridos por empresas privadas em parceria com clubes de futebol. Estas empresas e os clubes de futebol podem, a partir desse momento, explorar financeiramente os estádios por períodos estimados em cerca de vinte anos. Com os demais estádios feitos para a Copa do Mundo de futebol as situações contratuais são parecidas. Os desdobramentos disso serão sentidos obviamente nos bolsos daqueles que utilizam os estádios. Antes da reforma do estádio do Mineirão, uma pessoa com R\$ 30 reais conseguia, tranquilamente, assistir a um jogo de seu time, se alimentar e pegar o transporte público até sua casa. Após a reforma, os torcedores não poderão mais estacionar seus automóveis nas redondezas do estádio como antes e terão de pagar R\$ 30 reais no novo estacionamento, além de pagar mais caro pelos serviços prestados no interior do estádio, bares e restaurantes.

**Figura 13 – Oportunidades de negócios identificados em Belo Horizonte**

| SETOR                         | QUANTIDADE | PRINCIPAIS OPORTUNIDADES*   |
|-------------------------------|------------|---|
| CONSTRUÇÃO CIVIL              | 103        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecimento de equipamentos, maquinários e material de construção</li> <li>• Serviços especializados em arquitetura e engenharia</li> <li>• Aluguel de máquinas</li> </ul>                              |
| TURISMO                       | 94         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agências de viagem e receptivos</li> <li>• Restaurantes e estabelecimentos de serviços de alimentação e bebida</li> <li>• Meios de hospedagem</li> </ul>   |
| PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO | 90         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de artesanato</li> <li>• Comercialização de obras de arte, jóias e acessórios</li> <li>• Produção cultural</li> </ul>   |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO      | 89         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência técnica, manutenção de equipamentos e suporte</li> <li>• Instalação elétrica</li> <li>• Consultoria em TI</li> </ul>   |
| MADEIRA E MÓVEIS              | 31         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços de automação industrial</li> <li>• Fornecimento de matéria-prima e maquinário de serralharia</li> <li>• Consultoria técnica e de produção</li> </ul>  |
| TÊXTIL E VESTUÁRIO            | 60         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultoria de design e produção de moda</li> <li>• Produção de fibras sintéticas</li> <li>• Tecelagem</li> </ul>  |
| COMÉRCIO VAREJISTA            | 84         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lojas especializadas em produtos alimentícios</li> <li>• Vendas automáticas (máquinas)</li> <li>• Comercialização de eletrodomésticos, material esportivo, Souvenires, jardinagem e papelaria</li> </ul> |
| AGRONEGÓCIOS                  | 88         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultivo de frutas</li> <li>• Criação de peixes, bovinos, suínos e aves</li> <li>• Extração de minerais para fabricação de adubos e fertilização</li> </ul>   |
| SERVIÇOS                      | 60         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação, marketing e publicidade</li> <li>• Recreação e entretenimento</li> <li>• Promoção de eventos</li> </ul>   |

**Fonte:** JORNAL O TEMPO. 05/08/2012. Obs: Somente as três primeiras oportunidades por setor.

Também, o ingresso mais barato tem custo médio de R\$ 50 reais, podendo variar em função da oferta e da procura, principalmente em jogos importantes. Vale à pena inferir que a lei da *oferta e da procura* não altera o *valor* das mercadorias, pois este é a soma do dinheiro investido pelo capitalista na compra do capital constante e do capital variável acrescido do tempo de trabalho não pago ao trabalhador (mais-valia) que é de onde o capitalista retira parte de seus lucros. De acordo com (MARX, [1865] 2004, p. 43), “no momento em que a oferta e a procura se equilibram uma à outra, e, portanto, deixam de agir, o preço de mercado de uma mercadoria coincide com o seu valor”. A lei da oferta e da procura altera apenas o valor de troca das mercadorias. Por tanto, em momentos especiais como as fases finais dos campeonatos, os novos administradores do estádio irão lucrar ainda mais com a flutuação para cima do preço de sua mercadoria principal, os ingressos para os jogos. Pensando no caso do patriarca de uma família de baixa renda, que costumava pegar o pouco dinheiro que restava em sua carteira para levar seus filhos ao estádio para ver seu time do coração jogar, mas que agora paga mais caro, pode-se dizer que a revalorização dessa atividade cultural/esportiva, o futebol, tende a elitizar o acesso e

excluir os mais pobres. Se já havia poucas oportunidades de acesso às atividades culturais e esportivas nas periferias, e o futebol era uma das poucas acessíveis para essas pessoas, hoje em dia nem isso resta. Também, os vendedores ambulantes, que há décadas trabalhavam no interior e ao redor do Mineirão, foram proibidos de trabalhar para que os novos bares e restaurantes “autorizados” e mais modernos não tenham concorrência. Esse comércio elitizado, que veio com a reforma do estádio, pratica preços absurdos e é também uma grande fonte de lucros para os administradores do estádio.

Há também no processo de produção do espaço no Brasil e na RMBH, uma grande valorização do solo urbano e, conseqüentemente, dos capitais neles investidos advindo das intervenções engendradas pelo Estado e pelo capital. Na RMBH, foram construídos diversos shoppings centers (Shopping Estação BH, Santa Luzia Shopping, Metropolitan Gardem em Betim e outros), obras de infraestrutura urbana (Linha Verde, Rodoanel, ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins, requalificação do centro da cidade de Belo Horizonte, entre outros) e a criação de equipamentos “culturais”<sup>72</sup> (Circuito Cultural Praça da Liberdade, entre outros) em locais estratégicos que sinalizam o modo como o Estado atua na reprodução da cotidianidade na metrópole, fornecendo aos capitais novas oportunidades de investimentos e de apropriação da práxis social. Nesse ponto da análise, é importante mencionar o grande poder que os shoppings centers, as obras estruturantes, as requalificações de espaços etc., possuem para interferir nas taxas de lucro. Para a nossa compreensão desse processo, é necessário retomar a ideia de renda da terra descrita por Marx e ampliada para o ambiente construído por Harvey ([1982] 1990).

A renda da terra “é simplesmente um pagamento feito aos proprietários de terra pelo direito de usar a terra e seus acessórios, os recursos incrustados em seu interior, os edifícios colocados sobre ela, etc. [...] Nesse sentido amplo, a terra possui então valor de uso, valor de troca e, portanto, valor” (HARVEY, [1982] 1990, p. 333). O *valor* da terra, expresso em dinheiro no momento de sua troca, pode ser determinado, sobretudo, pela chamada renda diferencial 1 (RD-1), que consiste nos diferentes atributos naturais de determinada terra que garantam diferentes níveis de produtividade desta e pela renda diferencial 2 (RD-2), que “expressa os efeitos das aplicações diferenciais do capital em

---

<sup>72</sup> Como afirma Lefebvre ([1974] 1991), esses locais ditos culturais promovem a espetacularização que impera em todo o espaço. O autor aponta para os espaços de consumo produtivo (produtor de mais-valia) e para os espaços de consumo improdutivo que são aqueles onde a espetacularização da vida cotidiana ocorre e é onde as *relações de produção* são reproduzidas. Nesses locais, o que se consome é o próprio espaço. Isso é importante, pois “apesar de não parecer, os espaços de lazer estão ligados aos espaços de (re)produção de mercadorias e das relações sociais de produção” (LEFEBVRE, [1972] 2008, p. 50).

terras de igual fertilidade (ou atributos naturais)” (HARVEY, [1982] 1990, p. 356-357). A RD-1 serve de *base* para a RD-2 e é importante investigarmos como tais formas de renda “servem simultaneamente como limites umas às outras” (MARX, 1863-1883 apud HARVEY, [1982] 1990, p. 357). As sucessivas desproporções entre a oferta e a procura também vão ser elementos que poderão fazer com que haja oscilações nos preços da terra, mas não influenciam no seu valor real, que é igual a zero. Assim, é possível perceber o papel do Estado na produção capitalista do espaço porque este escolhe pontos estratégicos para suas intervenções e seguidos pelos capitalistas. As intervenções do Estado no tecido urbano interferem diretamente no preço da terra, ou melhor, do solo das cidades, pois produzem uma significativa mais-valia fundiária apropriada pelo capital. Para exemplificar, durante e ou após o término das intervenções estatais, o preço da terra nas imediações da Linha Verde e das demais obras estruturantes aumentou substancialmente.

Após essa digressão para falar da teoria da renda da terra, pode-se perceber que as reestruturações pelas quais passa a RMBH, não somente agora, mas desde sua fundação, promovem uma verdadeira “caça ao ouro”, em que diversos setores do capital têm a oportunidade de valorizar seus investimentos em detrimento do fornecimento de condições materiais adequadas para a reprodução social, especialmente das camadas de baixa renda, cada vez mais despossuídas e incluídas precariamente na modernidade. A relação dos indivíduos com a metrópole torna-se ainda mais alienada e fetichizada e distante da produção do espaço social da cidade enquanto obra, sendo cada vez mais o resultado do trabalho abstrato, uma mercadoria feita para a troca. A modernização das cidades tende a elitizar os espaços e retirar a possibilidade de acesso das camadas mais empobrecidas, pois tais intervenções são voltadas, principalmente, para a atração de turistas que possam pagar mais caro pelos serviços. Nesse sentido, o processo de modernização em países como o Brasil é ainda mais perverso devido à grande quantidade de pessoas pertencentes às camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, pois, ao mesmo tempo em que traz alguns benefícios para alguns, ela também exclui a maioria. Nessas tramas inseridas no contexto da produção do espaço metropolitano, a exclusão dos mais pobres ocorre pelo encarecimento do custo de vida com a alta generalizada dos preços, mas essencialmente pelo fato de a cidade estar sendo produzida para a manutenção do tempo produtivo em detrimento do não produtivo. Conforme Lefebvre ([1969] 2001, p. 105), as necessidades humanas nas cidades vão além da simples manutenção da vida, pois elas passam também pela “necessidade de uma atividade criadora, de obras (e não apenas de produtos e de bens

materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas”. A humanização dos seres humanos é um processo que envolve uma multiplicidade de fatores que permitem o desenvolvimento das múltiplas capacidades de cada indivíduo. Nesse sentido, a produção capitalista do espaço urbano de Belo Horizonte tem produzido um espaço social que encaminha a práxis social para a repetição programada e para a alienação.

#### **4.5 – A espetacularização da e na metrópole belo-horizontina pela (re)valorização do seu “Baixo Centro”**

Para início de conversa, advertimos que não temos a intenção de realizar uma análise mais aprofundada sobre o “Baixo Centro”, mas apenas entendê-lo por sua articulação com a reestruturação do Eixo Norte da RMBH e da própria metrópole. Enfim, tentamos pensá-lo em sua abrangência dentro da lógica que norteia a produção do espaço da e na metrópole, devido à sua localização estratégica dentro do centro da cidade e também por seus lugares de valor simbólico.

O chamado “Baixo Centro” de Belo Horizonte foi até a criação do distrito industrial de Contagem, na década de 1940, um local destinado à produção, pois continha as principais indústrias da cidade. Com a retirada gradual do setor produtivo, esta área foi sendo apropriada por grupos e classes sociais com menor poder aquisitivo, além dos boêmios da cidade. Tornou-se a partir da década de 1980 um local percebido com perigoso pelas pessoas com maior poder aquisitivo e que, portanto, não frequentavam muito esses espaços da cidade. Como uma estratégia para atrair novamente esse público consumidor para esses espaços, já na década de 1990, os escombros das antigas fábricas da Avenida dos Andradas foram transformados em equipamentos culturais para receber shows e eventos diversos. Construído em 1912, o mais conhecido dentre esses locais é a Serraria Souza Pinto, localizada na Avenida dos Andradas, em frente ao Parque Municipal.

Sabe-se que o centro comercial de uma cidade é um local onde as relações de produção são reproduzidas, pois são nesses lugares que o trabalho imaterial e o consumo do próprio espaço acontecem. Do ponto de vista do capital, esses locais têm que ser atraentes para que os consumidores possam consumir os produtos do trabalho, “felizes” e sem que seu sossego seja atrapalhado por aqueles indivíduos que não podem consumir. Nas atuais obras que estão sendo executadas para a modernização do chamado “Baixo

Centro” de Belo Horizonte, local que é o principal ponto de chegada ao centro comercial da cidade para quem vem da Linha Verde, há uma estratégia explícita de (re)valorização dessa área que atualmente é marcada pela presença de bêbados, drogados, trabalhadores de baixa renda, comércios populares, prostíbulos, botecos e uma infinidade de outras práticas sociais. Com essas transformações já em curso, está ocorrendo silenciosamente a “limpeza” dessas pessoas e dessas práticas “indesejáveis” para que o consumo nessa/dessa porção do centro de Belo Horizonte se realize. A Praça da Estação, por exemplo, passou por um processo de (re)valorização, de “limpeza”, para fazer valer seu valor simbólico que cria e recria uma memória coletiva em relação à pretensa cidade. Existia e ainda existe certo estigma em relação a essa região por parte da população de rendas média e alta, pois eles ainda consideram esse lugar perigoso, violento, sujo, feio etc., em relação a determinadas áreas mais elitizadas do centro de Belo Horizonte.

A modernização da Praça da Estação, que teve suas obras finalizadas em 2004, e do “Baixo Centro” de Belo Horizonte como um todo estão inseridas no projeto da prefeitura chamado “*Centro Vivo*”<sup>73</sup>. O projeto “centro vivo” representa essencialmente uma estratégia de preparação do centro da cidade para o consumo do seu espaço. Para Vilela (2006, p. 126), o programa “centro Vivo”

“se apresenta como uma organização articulada entre atores públicos e privados no sentido de promover estratégias de desenvolvimento através de uma ação conjunta. Assim, ele se pretende uma ação “política”, cuja base está na convergência de discursos que apontam para um objetivo comum, induzindo a uma ação, pode-se assim dizer, mais sintonizada com a realidade urbana atual. Em outros termos, trata-se de uma articulação dos interesses privado em função de um projeto de Estado, pois este não opera politicamente, ou seja, nele os interesses particulares não necessariamente são alçados a uma racionalidade superior (esses capitais não atuariam se não resultassem em taxas de lucros em determinados patamares). Talvez seja esse um dos fatores responsáveis pelo sucesso que vem adquirindo o Centro Vivo, que, aliado a uma perspectiva do governo estadual de atuar na reestruturação da metrópole, consegue realizar obras de intervenção que o poder público municipal não conseguiu executar anteriormente” (VILELA, 2006, p. 126).

Os mapas abaixo (*figuras 14 e 15*) resultam de um estudo da própria prefeitura de Belo Horizonte e mostram as principais práticas verificadas no “Baixo Centro” de Belo Horizonte antes do início das obras.

---

<sup>73</sup> De acordo com a prefeitura de Belo Horizonte o programa “Centro Vivo” visa “reforçar o papel dessa área como centro simbólico da cidade, da Região Metropolitana e do Estado, valorizar a diversidade de suas atividades e consolidar o Centro como local de encontro e transformar o Centro de BH em um lugar bom para morar, trabalhar, passear, aprender, conviver” (PREFEITURADE BELO HORIZONTE, disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu\\_doc/belohorizonte.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf)).

**Figura 14: Croqui com os usos do espaço do “Baixo Centro”**

*Ações urbanísticas*

**PLANEJAMENTO URBANO**

**PLANO DE REABILITAÇÃO DO HIPERCENTRO**



**Apropriação dos espaços conforme pesquisa de percepção ambiental**

**Síntese dinâmica urbana**



- Principais edificações de referência na área central.
- Áreas com forte caráter de lazer e descanso.
- Via preferencialmente de pedestres. Fluxo intenso de pedestres inclusive na faixa de rolamento.
- Áreas principais de circulação de catadores de papel. Proximidade de depósitos de papéis, mercados, etc.
- Áreas de baixo fluxo de pedestres e alto grau de degradação das calçadas. Porções apropriadas por parcelas marginalizadas da população. Presença de edificações abandonadas, galpões, imóveis fechados.
- Predominância do comércio popular e usuários de baixa renda.
- Presença do comércio sofisticado e dos serviços. Presença de usuários de maior poder aquisitivo.
- Áreas de concentração de população de rua para descanso.
- Passarelas de articulação centro-bairro e transposição da Av. Contorno e linha férrea. Fluxo intenso de pedestres.
- Principais pontos de concentração de pedestres em função do transporte coletivo.
- Pontos de lazer noturno, boemia e happyhour - principais bares e restaurantes.

**Fonte:** PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Disponíveis em:**

[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu\\_doc/belohorizonte.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf) **Acessado em:** 22/10/2013.

**Figura 15: Croqui com os usos noturnos do espaço do “Baixo Centro”**

**PLANO DE REABILITAÇÃO DO HIPERCENTRO**

**Apropriação dos espaços conforme pesquisa de percepção ambiental.**

**Síntese dinâmica noturna**



- Áreas de concentração de população de rua para descanso.
- Áreas de concentração de pedestres para uso do transporte coletivo.
- Áreas de concentração de catadores de papel, trechos de destaque no seus percursos.
- Áreas de concentração de motéis populares, prostituição, shows e cinemas eróticos.
- Pontos de lazer noturno, boemia e happyhour (bares e restaurantes) propiciadores de movimento de usuários.
- Áreas de maior destaque na concentração de bares e restaurantes, com o uso das calçadas para disposição de mesas, ocupando grande porção no espaço público.
- Shows de música ao vivo e/ou disposição de caixas de som voltadas para o espaço público. Som de alta intensidade e grande abrangência espacial.
- Praças com concentração de casais de namorados.
- Pontos de encontro para excursões e embarque em ônibus de viagem.
- Pontos de encontro de skatistas para prática do esporte.
- Ponto de encontro de surdos mudos.
- Ponto de encontro de usuários da Galeria Praça 7 (roqueiros, punks, hip hop, etc, na maioria adolescentes).
- Ponto de encontro de usuários dos bares da Galeria Center Praça.
- Ponto de encontro de religiosos. Show de música religiosa e pista de dança, às sextas-feiras.
- Pessoas, em geral senhoras na faixa de 60 anos, jogando damas e xadrez.
- Área de concentração de garotos de programa (michês).

**Fonte:** PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Disponíveis em:**

[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu\\_doc/belohorizonte.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf) **Acessado em:** 22/10/2013.

À medida que parte das obras vão sendo concluídas, percebe-se que vão sendo alteradas não somente as formas urbanas, mas também as práticas sociais desses espaços marcados até então pela apropriação de uma parcela mais empobrecida da população. Os conteúdos dos espaços também poderão ser alterados para que o seu consumo possa renascer sobre outras bases. Para Sant'Anna (2008, p. 144), a reestruturação do centro da cidade e também as grandes obras no tecido urbano de Belo Horizonte são parte das estratégias das elites locais para se reafirmarem dentro do regime de acumulação flexível do capital. Ainda de acordo com Sant'Anna (2008, p. 145),

“no caso do Programa Centro Vivo, considerado aqui como Projeto Urbano mais ligado à tradição do embelezamento que à recente onda de grandes obras espetaculares, nota-se que, além de objetivos políticos, a intervenção tem como finalidade tornar disponível para o mercado imobiliário um novo polo de investimentos, dado à condição de saturação que caracteriza as áreas de investimento anteriores, como as regiões mais ao sul da cidade” (SANT'ANNA, 2008, P. 145).

Apesar de a consulta feita pela prefeitura não representar a totalidade das práticas desses espaços, a comparação das *figuras* 14 e 15 (croqui com os usos) com a realidade do local após o início das obras nos permite perceber que, em alguma medida, os conteúdos desses espaços já estão sendo alterados. Não cabe aqui uma descrição de cada uma das práticas identificadas, mas, de modo geral, essas mudanças podem ser o começo de uma retomada desses espaços pelas classes de renda média e alta. Segundo uma matéria publicada no site do Jornal da Alterosa, no dia 05/04/2014, o Ministério público tentou interditar os prédios que compõem os prostíbulos da Rua Guaicurus, alegando irregularidades quanto às condições higiênicas e a outras normas estabelecidas pela prefeitura. Entretanto, o Tribunal de Justiça negou alegando que essa medida poderia ser uma estratégia para promover a higienização, ou melhor, a expulsão das pessoas de baixa renda dessa área.

Desde a requalificação da Praça da Estação, muitos eventos “culturais” estão ocorrendo nessa região e que somados aos discursos e práticas da “Linha Verde” tentam legitimar a (re)significação e a (re)valorização desses espaços da cidade. Cabe questionarmos o tipo de vida urbana que pode existir em uma cidade como esta, onde seus governantes, por meio de mecanismos perversos, tentam expulsar dos espaços da cidade parte significativa de seus habitantes em função de sua transformação em mercadoria. Atualmente, a apropriação dos espaços dessa parte da cidade, cada vez mais, tem sido

intermediada por um maior controle policial para que se reproduza um cotidiano ainda mais contemplativo e com fins voltados para a submissão ao consumo do espaço. Esse controle policial já existe, mas verifica-se que ele tende a ser ampliado.

Para os que frequentam o centro de Belo Horizonte, sempre foi marcante a existência de “muros invisíveis” que fragmentam as práticas espaciais. Os trajetos dos ônibus estrategicamente definidos e os sutis mecanismos de exclusão que criam esses muros invisíveis delimitam os deslocamentos dos diferentes grupos sociais, raças, credos, sexos e classes. É notória e planejada a disposição dos lugares e o modo como os diversos grupos, gêneros e classes estão dispostos neles.

Os seres humanos estão sempre procurando se objetivar para a sua própria sobrevivência, mas, no capitalismo, esta produção material e imaterial é apropriada para que alguém obtenha lucros, repassando apenas uma pequena parte de seus ganhos aos produtores desses bens. O espaço despedaçado, fragmentado, pertence a alguns e essa é uma das maiores contradições do mundo moderno. As experiências fragmentadas no tempo e no espaço, em uma cidade fragmentada como Belo Horizonte dificultam ainda mais a tomada de consciência em relação aos processos de produção do espaço em sua totalidade. A própria fragmentação da classe trabalhadora e seu aprisionamento à cotidianidade, ao mesmo tempo em que é um sintoma da modernidade, é o que sustenta esse aparente “amortecimento” em relação à alienação do e no espaço.

No chamado “Baixo Centro” de Belo Horizonte, que é uma área de usos muito diversificados, encontra-se conteúdos residuais dentro do cotidiano da metrópole. A própria inserção precária nessa vida pretensamente moderna condiciona as práticas sociais desses indivíduos a uma inautêntica modernidade. Nas músicas que são ouvidas, no tipo de comércio, nos dialetos etc., percebemos imediatamente os porquês de esse local possuir especificidades em relação às outras áreas do centro da cidade. Os chamados shoppings populares como o Tupinambás, o Xavantes, o Oiapoque e outros presentes nesses locais atraem todo o tipo de gente para esses locais de consumo, desde os contraventores dos “jogos de azar” até membros da classe média que buscam por réplicas mais baratas de produtos caros e com grande *status* social. São pessoas que, em sua maioria, consomem e vivem uma modernidade inautêntica. Principalmente nesses shoppings populares, a população de baixa renda encontra diversos produtos importados como celulares, calçados, roupas, eletroeletrônicos e tantos outros, que chegam ao Brasil pelos meandros da política tarifária do governo, portanto, são mais baratos que aqueles taxados. Algumas pessoas que

consomem esses produtos dizem que eles são de qualidade inferior aos taxados pelo governo, os “originais”, pois vêm do comércio ilegal, ao passo que outros dizem que não vêem diferença alguma entre eles;

*“Olha, moço, eu compro aqui sempre sabe e nunca tive problema, não. As pessoas falam que as coisas aqui não prestam, mas eu comprei um aparelho de DVD aqui no shopping “Oi” (Oiapoque) há uns cinco anos atrás e até hoje ele ainda funciona muito bem”<sup>74</sup>.*

*“Olha, se eu te falar que a qualidade é a mesma eu estaria mentindo, mas se você quer ter as coisas hoje em dia você acaba tendo que comprar o pirata mesmo. Mas, eu vou te falar uma coisa; a diferença não é grande assim não. [...] Eu acho que o governo apreende nossas mercadorias e discrimina nossa profissão é porque eles querem é mais impostos. Já não basta tudo aquilo que nós pagamos? Nós aqui somos todos trabalhadores, igual a qualquer um, só que sem carteira assinada”<sup>75</sup>.*

Há nessas falas um conflito entre representações do espaço distintas. De um lado, o Estado, que busca recuperar parte do capital gerado na informalidade, de outro, os trabalhadores querendo trabalhar mesmo que informalmente. Também há os consumidores que buscam consumir mesmo que os signos da modernidade calcada no consumo e destinada para as pessoas que podem pagar por ela sejam inautênticos. As pessoas, ao consumirem em seu cotidiano signos e símbolos falsificados, inautênticos, do mundo moderno, estão tentando mascarar as suas reais condições de vida, numa tentativa de “pular as etapas” dentro do mundo capitalista para atingir, a qualquer custo, algo que não é facilmente acessível para elas. A maior parte das pessoas que consomem os produtos dos shoppings populares do “Baixo Centro” reside na periferia de Belo Horizonte ou em sua região metropolitana e elas realizam nesses locais seus desejos de consumo calcados no que podemos chamar de *fetichismo das marcas*. Não importa a qualidade do produto, mas sim o *status* social que as marcas mais famosas propiciam e isso acompanhado por um preço mais acessível. É comum, portanto, vermos pessoas comprarem algo para mostrar que estão inseridas em um modo de vida moderno, mas que na realidade consomem apenas os restos desse processo. “É o melhor dos mundos, aqui tem de tudo. Né, cara? E é mais barato”, como diz um consumidor dentro do shopping Tupinambás, em Belo Horizonte, ao ser perguntado sobre os motivos pelos quais ele gasta seu dinheiro nesse local.

---

<sup>74</sup> Conversa com um frequentador do Shopping Oiapoque, em Belo Horizonte, no dia 17/12/2013.

<sup>75</sup> Conversa com o dono de uma barraca no Shopping Oiapoque, em Belo Horizonte, 17/10/2013.

Nos rádios das ruas Guaicurus, Aarão Reis, Espírito Santo, Oiapoque, Caetés e da “baixa” Rua da Bahia, o som do funk, do pagode e do sertanejo são predominantes. Os frequentadores desses locais são de maioria preta e parda e também de baixa renda. As linhas de ônibus que passam por essa região são de bairros da periferia de Belo Horizonte ou dos municípios vizinhos, componentes da Região Metropolitana. O local é a expressão da modernidade brasileira, cujos modos de vida, os gestos, as falas etc., mostram resíduos de modos de vida ditos tradicionais e inseridos precariamente no cotidiano da metrópole que não está sendo produzida para eles. O que explica a prevalência das práticas das pessoas de baixa renda nesses espaços é o fato de o “Baixo Centro” ser uma região onde essas pessoas ainda encontram diversão e consumo baratos no centro da cidade de Belo Horizonte. O local é repleto de botecos, bares, lojas diversas, restaurantes, lanchonetes da “baixa gastronomia”, prostíbulos etc., todos cobrando preços mais acessíveis que a parte mais elitizada do centro da cidade (*figura 16*).

**Figura 16: Croqui do “Baixo Centro”**



**Fonte:** PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Disponíveis em:** [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu\\_doc/belohorizonte.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf) **Acessado em:** 22/10/2013.

As obras que estão sendo realizadas em um grande prédio na Avenida do Contorno para a construção do empreendimento de capital privado Golden Tulip (*figura 17*), além das obras de capital público para a construção do Bus Rapid Transit - BRT/Move na Avenida Santos Dumont e outras já concluídas também possuem grande potencial de transformação das práticas sociais encontradas no local. A tendência é que ocorra a expulsão gradativa dessas pessoas e suas práticas dos locais onde os símbolos e signos da modernidade estão chegando, porém, os modos de exclusão costumam ser variados e até mesmo silenciosos. Sabe-se que as obras estruturantes do território promovem o aumento imediato do preço do solo urbano.

É possível que o encarecimento dos aluguéis expulse os comerciantes mais simples dessa região e com eles os seus clientes mais assíduos, a população de baixa renda em geral. Na imagem abaixo (*figura 17*), a figura à direita é a representação do que será o empreendimento Hotel Golden Tulip ao término das obras do prédio inacabado à esquerda. Pensamos que não é apenas o aumento dos aluguéis que vai causar essas transformações que serão sentidas com o passar do tempo, mas um conjunto de ações estratégicas de médio e longo prazos que contam com a articulação de diversas outras pequenas medidas, pois o Estado tem em conta que não deve tomar atitudes drásticas para não causar uma comoção popular.

**Figura 17: Hotel Golden Tulip como era e o que se tornará depois das obras**



Fonte: <http://www.fkvg.com.br/pt/projetos/hotel-golden-tulip-bh/> Acessado em: 20/02/2014

Outro exemplo da ação do Estado para favorecer o consumo da e na cidade é a “instrução normativa” da Prefeitura de Belo Horizonte, que foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM), no dia sete de dezembro de 2013<sup>76</sup>. Por meio desse documento, que está baseado no direito ao uso do espaço público presente no Código de Posturas do município, pode-se perceber algumas dessas estratégias. Apesar de não se restringir ao “Baixo Centro” de Belo Horizonte, essa medida é usada combinada com tantas outras que já existem ou ainda existirão, com o intuito de limpar a cidade dessas práticas sociais indesejáveis, caso dos moradores de rua, pois o que está em jogo é a venda dos espaços da cidade e a realização do consumo em seu centro comercial<sup>77</sup>. Impulsionados pela copa do mundo de futebol de 2014, a prefeitura de Belo Horizonte têm tentado, em parceria com o capital privado, preparar a cidade para firmá-la como rota turística dentro do território nacional. São nesses momentos em que o evento esportivo legitima as práticas características de um verdadeiro “Estado de exceção” que os governos municipal, estadual e federal tomam medidas tão polêmicas como essas.

Pode-se dizer que o mundo das mercadorias leva a uma crise da apropriação do espaço social, pois a maior parte das pessoas não pode se apropriar dos espaços em que vivem, dado que não podem pagar por eles. Quando essas pessoas tentam se reapropriar dos espaços tendem a ser fortemente combatidas, pois estão invadindo propriedades alheias. Portanto, a diferença entre uso e apropriação passa invariavelmente pela ideia da produção de obras. Quando pega-se algo emprestado, alugado ou escondido de outras

---

<sup>76</sup> De acordo com o Jornal Estado de Minas do dia 10/12/2013, “o documento permite a desobstrução de espaços públicos e o recolhimento de pertences que excedam a capacidade da pessoa em situação de rua de carregar numa só viagem, sem auxílio de veículos transportadores, como carrinhos, e que não sejam considerados ‘essenciais à sobrevivência da população em situação de rua’. A instrução define até o que é essencial, como ‘peças de vestuário, alimentos, documentos pessoais, bolsas, mochilas, receituários médicos, medicamentos, cobertores, objetos de higiene pessoal, materiais essenciais ao desenvolvimento do serviço/trabalho, utensílios portáteis, dentre outros’. De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, cada regional deverá providenciar um local para guardar o que for recolhido. Segundo a assessoria, os fiscais e guardas deverão, antes de mais nada, identificar locais como passeios, praças e outros logradouros públicos que estejam sendo obstruídos segundo as regras de posturas da cidade” (JORNAL ESTADO DE MINAS, 10/12/2013).

<sup>77</sup> “É claro que, para o burguês, a lei é sagrada: trata-se de obra sua, votada com sua concordância, produzida para protegê-lo e garantir seus privilégios; ele sabe que, embora uma lei singular possa prejudicá-lo eventualmente, o conjunto da legislação assegura seus interesses e sabe, sobretudo, que o caráter sagrado da lei, a intangibilidade da ordem social consagrada pela participação ativa da vontade de uma parte da sociedade e pela passividade da outra, é o sustentáculo mais poderoso de sua posição social. O burguês encontra-se a si mesmo na lei, como se encontra em seu próprio deus - por isso, ele a considera sagrada e, também por isso, a borduna policial, que no fundo é a sua borduna, exerce sobre ele um efeito tranquilizador de admirável eficácia. Para o operário, as coisas se apresentam completamente diversas. O operário sabe muitíssimo bem - porque aprendeu várias vezes, por experiência direta e própria - que a lei é um látigo produzido pelo burguês; por isso, se não for obrigado, não a cumpre” (ENGELS, [1845] 2008, p. 261).

peças não se sente confortável ou permitido para transformar essa coisa naquilo que se quer, do modo que se quer e no tempo que se quer. Isso é um uso, mas usar não quer dizer necessariamente se apropriar, tornar próprio, que por sua vez implica a produção de obras. Ora, se o espaço é um produto social, mas sua apropriação passa por uma crise advinda sua privatização, podemos dizer que ele está sendo alienado de seus produtores. O dilema real que se manifesta na produção do espaço social nas formações sociais em que impera o modo de produção capitalista é o fato de os espaços estarem sendo estruturados para seu uso programado. O caso do “Baixo Centro” de Belo Horizonte permite que retomemos o pensamento de Marx ([1844] 2010, p. 103), no qual o autor adverte que a questão entre *proprietários e a não proprietários* é na verdade a aparência da *relação entre capital e trabalho*, que, naturalmente, manifesta-se no espaço no momento de sua apropriação e de sua produção.

#### **4.6 - A realização da economia política do e no espaço urbano: algumas considerações**

De acordo com Costa e Magalhães (2011, p. 19), podemos dizer “que os princípios da economia política da urbanização são imprescindíveis como suporte teórico para a análise de manifestações urbanas dessa natureza”, pois permitem que desvendemos aspectos de natureza mais estruturais dentro do processo de transformação das cidades em capital. Tendo em conta que “a deficiência mais óbvia da abordagem da economia política é também sua grande força, seu ponto de partida na base econômica das cidades” (FAINSTEIN, 1997, p. 23, tradução nossa), buscamos articular a nossa análise às outras dimensões da produção do espaço urbano.

Pela perspectiva da economia política, pode-se compreender o porquê de a urbanização ter se tornado estrutural para a reprodução ampliada do capital. As zonas urbanas concentram a mão-de-obra necessária em grande quantidade, inclusive em excesso, a infraestrutura necessária à produção e ao seu escoamento e o mercado consumidor para essas mercadorias. A produção frenética dos espaços urbanos é uma forma de o capital conseguir faturar também pelo ganho da mais-valia fundiária, pois capital é trabalho e as dificuldades de reprodução dos capitais em outros setores como a produção e a prestação de serviços os fazem investir em especulação imobiliária. Nesse contexto, os grandes eventos são facilitadores para os capitais, pois as ações dos Estados adquirem uma condição de exceção e com isso o capital entra e instala as condições para a

sua reprodução. Esta perspectiva de análise é importante para que possamos nos aproximar da metrópole tratada como valor de troca. Para Topalov (1979, p. 20, tradução nossa), autor que traz importantes contribuições para a compreensão da relação entre a lógica do capital e a urbanização,

“a cidade constitui uma forma de socialização capitalista das forças produtivas. Ela é o resultado da divisão do trabalho e é uma forma desenvolvida de cooperação entre unidades de produção. Em outras palavras, para o capital, o valor-de-uso da cidade reside no fato de que ela é uma força produtiva, porque concentra as *condições gerais da produção capitalista*. Essas condições, por sua vez, são as condições de produção e de circulação de capital e de reprodução da força de trabalho. São, também, o resultado do sistema espacial dos processos de produção, de circulação e de consumo; processos que contam com suportes físicos, ou seja, objetos materiais incorporados ao solo (as propriedades) (TOPALOV, 1979, p. 20, tradução nossa).

Quanto ao modelo de cidade fordista, Topalov infere que a cidade é um sistema composto por um conjunto de elementos que possuem sua dinâmica autônoma. Esses elementos têm como base um objeto imobiliário, que é um produto que circula de forma independente dos outros. Alguns desses elementos circulam como mercadorias e outros não. Os elementos utilizados como valor de uso pelo capital não necessariamente serão produzidos por ele, mas pelo Estado (TOPALOV, 1979, p. 20, tradução nossa). A urbanização, nessa visão, não seria um processo cego e aparentemente sem sujeito, que resultaria da iniciativa não articulada dos diversos capitalistas individuais, ou seja, “uma multidão de processos privados de apropriação do espaço. Nesse processo, o Estado é um agente estrutural, pois é ele que articula as estratégias e as põem em prática.

Lefebvre ([1974]1991) e também Mumford ([1961] 1998), cada um à sua maneira, mostram que as cidades são anteriores ao capitalismo e este, ao se tornar dominante, teve e ainda tem que reproduzi-las de acordo com suas necessidades, a valorização do valor. Harvey ([1982]1990), inspirado por Marx, descreve e analisa como, no capitalismo, o ambiente construído das cidades assume a forma de capital fixo e se torna condição geral de produção. A produção do espaço, do espaço abstrato, é, portanto, um momento em que, para promover a reprodução ampliada do valor, o capital tem que transformar não só as formas, mas os conteúdos do/no espaço social. A própria ideia de renda monopolística com relação ao ambiente construído nos ajuda a compreender o momento atual em que os governantes municipais vendem suas cidades como se fossem mercadorias. Aspectos culturais, climáticos, geográficos, históricos, naturais, enfim, tudo o que valoriza o valor

dos e nos municípios em uma corrida pelo dinheiro dos turistas e pela atração de investimentos, é usado para garantir a esses lugares-mercadoria e ou às mercadorias neles produzidas atributos que lhes tornem únicos, exclusivos etc. Essa exclusividade permite elevar o preço das mercadorias e do próprio espaço para além do seu valor real<sup>78</sup>.

Amparado pelo discurso da modernidade e do progresso, o espaço abstrato alterou e ainda altera significativamente e violentamente os modos de vida e as experiências de tempo e de espaço de uma ampla fatia da população mundial, instaurando um cotidiano e submetendo a ele os espaços de vivência. No capital fictício, ou capital financeiro, cria-se dinheiro a partir de dinheiro, sem necessariamente passar pelo processo de produção de mercadorias e isso incide na aceleração do tempo e do espaço de nossas vidas. Vivemos com pressa de viver, ansiosos e temerosos, pois há uma força maior que nos puxa para algo que não sabemos exatamente o que é. É uma força que não nos deixa permanecer nos lugar onde estamos, não nos deixa dizer o que pensamos, não nos deixa ser o que queremos ser, ou seja, nada mais que nós mesmos. Além da morte, as outras certezas que temos durante a vida é que um dia teremos que produzir algo para alguém e consumir alguma mercadoria. Quem compra um automóvel, um celular, um computador ou qualquer outro produto, sente-se impelido a trocá-lo na próxima estação, pois outro mais moderno já foi inventado ou, também, pelo fato de não serem encontradas peças para pequenos reparos. Isso é o que Lefebvre ([1968] 1991, p. 91) denomina de *obsolescência programada*, pois o consumidor não mais consome somente por necessidade. Enquanto ideologia e prática, a obsolescência programada é uma estratégia para tornar o cotidiano renovável. Essa relação indica que, no capitalismo, a “utilidade” das coisas sofre dupla determinação; uma subjetiva e outra objetiva. Ou seja, o valor de uso de determinada mercadoria passa pelo desejo individual subjetivo e pelo desejo objetivo, aquele condicionado pelas modas e valores da formação social na qual estamos inseridos. No momento do consumo, mesmo em níveis diferentes, todos nós somos afetados por esses fatores “endógenos” ou “exógenos”. Para sermos mais exatos, nem tudo o que um indivíduo consome é por livre e espontânea vontade, por necessidade. Então, essa força que nos alcança em nosso cotidiano e nos obriga a sermos mais produtivos e consumistas é o capital, que realiza sua utopia inserindo nossa práxis e nosso trabalho como condicionantes para a realização do seu ciclo reprodutivo. Não há como negar que, em alguma medida, nossas vivências sofrem uma estruturação e isso vai

---

<sup>78</sup> Essencialmente, Marx em “O Capital”, estabelece as bases para a compreensão dessas questões retomadas por Harvey e outros. Para a discussão da renda monopolística veja Harvey ([1982] 1990; 2005) e para a questão mais ampla relativa à renda da terra veja Harvey ([1982] 1990).

de encontro à ideia de liberdade. Somos livres, mas para o consumo e desde que trabalheemos e tenhamos dinheiro para isso.

A transição do fordismo-keynesianismo para a acumulação flexível do capital fez mudar os usos e significados do tempo e do espaço, cuja compressão entre eles tem sido um impacto desorientador e avassalador sobre as práticas político-econômicas e socioespaciais, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (HARVEY, [1989] 1992, p. 257). Dessa aceleração do tempo, que é essencialmente a aceleração do tempo de giro do capital, Harvey destaca as consequências que incidem sobre as maneiras “pós-modernas” de pensar e agir: acentuação da volatilidade e efemeridade das modas, dos produtos, das técnicas de produção, dos processos de trabalho, das ideias e ideologias, dos valores e práticas estabelecidos. A sensação de que “tudo o que é sólido se desmancha no ar” raramente foi mais devastadora (HARVEY, [1989] 1992, p. 258). A era pós-moderna cria uma sociedade “do descarte”, isso significa jogar fora bens produzidos e, mais do que isso, atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e de ser (HARVEY, [1989] 1992, p. 258). Essa obsolescência programada das mercadorias e de modos de vida impacta diretamente a natureza e, conseqüentemente, a vida das pessoas, dado que atende diretamente à demanda pela reprodução ampliada do capital.

A concretização da flexibilização do processo de acumulação e a conseqüente mundialização da produção exigiu e exige que o capital flexibilize as formas rígidas de pensar a própria cultura, incorporando em seus discursos e em suas práticas aquilo que antes era desvalorizado pela modernidade<sup>79</sup>. Nesse contexto, “o pós-modernismo cultiva, em vez disso, um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes” (HARVEY, [1989] 1992, p. 69) em que as novas tecnologias permitem ao capital “pós-moderno” utilizar com ainda mais intensidade as particularidades dos lugares, em escala global, o que torna as modas, as relações sociais, os estilos de vida etc., ainda mais efêmeros. Os espaços de vivência vão tornando-se ainda mais voltados para os ritmos da produção e do consumo que para os ritmos do corpo.

---

<sup>79</sup> Ver tabela 1.1 “Diferenças esquemáticas entre modernismo e pós-modernismo” (HARVEY, [1989] 1992, p. 48).

Não é necessário ir muito longe para ver os desdobramentos dessas violências impostas pelo espaço abstrato às práticas sociais. Nas modas musicais, estéticas, de vestuário, de estilos de vida etc, percebe-se a imposição de uma presença-ausência, representações do espaço que acabam sendo internalizadas pelos indivíduos. Em boa parte de sua obra, Foucault estudou as verdades e pressupostos que nasceram nessa sociedade regida pelo mercado e suas leis, ou seja, quando a economia política se tornou prática social. Foucault ([1978-1979] 2008) mostra que a sociedade civil é o reino da propriedade privada, em que o capital opera até alcançar o corpo dos indivíduos. Foucault ([1978-1979] 2008, p. 27) chama de *regimes de verdade* coisas que não existem, mas são inscritas no real, abstrações concretas, mas passam a demarcar o verdadeiro e o falso, o que é justo e injusto, o belo e o feio etc., e se tornam um dispositivo de *saber-poder*. Ele cita como exemplo a loucura, a delinquência, a sexualidade, a economia e a política. Para ele, essas coisas não são ideologias, pois, elas não existem. Foucault, essencialmente, mostrou que a economia política impôs e ainda impõe práticas sociais e espaciais e que está produzindo um espaço à sua imagem e semelhança, algo como o espaço abstrato identificado por Lefebvre. Para se ter uma ideia de como a práxis social tem sido controlada pelos dispositivos de saber-poder, a Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE) afirma que Belo Horizonte, ao final do ano de 2012, contaria com 145 mil câmeras de segurança e que esses números tenderiam a crescer ainda mais. Os números também mostram que Belo Horizonte tem uma câmera de vigilância para cada dezoito moradores (JORNAL O TEMPO, 04/08/2012). A justificativa seria o grande número roubos. Na mesma reportagem, ao questionar a eficiência desse tipo de dispositivo, a fala de um sociólogo entrevistado é emblemática: “não adianta ter a imagem de um roubo, se você não tem quem investigue e puna os bandidos” (JORNAL O TEMPO, 04/08/2012). Essa cultura de punição aos criminosos, amplamente difundida pelos meios de comunicação e pelos órgãos de segurança pública, chega ao cotidiano e é disseminada nas mais banais situações:

*“Eu não entendo o porquê que o governo gasta aquele tanto de dinheiro fazendo estádios de futebol. Deveriam pegar esse dinheiro e construir cadeia pra botar bandido. Ou, então, construir escolas para ver se esses caras estudam e param de roubar as coisas dos outros. É por isso que o Brasil fica do jeito que está”<sup>80</sup>.*

---

<sup>80</sup> Fala de um homem em Belo Horizonte, no dia 20/03/2014.

*“Eu sou a favor da pena de morte, pois eu acho que bandido bom é bandido morto. Agente trabalha, trabalha e trabalha a vida toda para ter nossas coisas e aí vem um cara, te assalta, leva suas coisas e agride sua família. [...] Em vez de estudar ou trabalhar esses vagabundos ficam roubando os outros. [...] Tem mais é que tomar tiros mesmo”<sup>81</sup>.*

Essa discussão acerca da criminalidade, que passa essencialmente pela questão do trabalho, acaba sendo tratada apenas na esfera punitiva. Esse método de combate a atos criminosos já dá sinais de insuficiência para aquilo que foi proposto, pois serve apenas para remediar do fato consumado, no entanto, não é mencionado ou criticado o que gera esse cenário de violência urbana, as desigualdades sociais, que são inerentes ao capitalismo. Quando Harvey ([1989] 2005) aponta as transformações ocorridas em Baltimore, ele está mostrando, a partir da perspectiva do empreendedorismo urbano, como o espaço abstrato transforma, ressignifica, revaloriza e reproduz o espaço e suas relações de produção de acordo com suas necessidades. Em “*Espaços de Esperança*”, no capítulo intitulado “utopia da forma espacial” Harvey (2000, p. 186) traz um exemplo interessante para mostrar as contradições no seio do processo de produção capitalista do espaço. Novamente, o autor lança mão do caso de Baltimore para mostrar que, às margens de um dos mais modernos hospitais do dito “capitalismo avançado”, o John Hopkins Hospital, há pessoas sem acesso a qualquer de tipo serviço de saúde. Não é preciso ir à Baltimore para vermos contradições dessa magnitude. Em São Paulo, a favela de Paraisópolis, que fica ao lado de um dos bairros mais ricos da cidade, o Morumbi, é também uma expressão material da desigualdade no mundo capitalista. As diversas remoções de famílias para a construção de rodovias e de diversos equipamentos urbanos em praticamente todas as metrópoles do planeta são outras manifestações das contradições da e na produção capitalista do espaço e provam que a prometida modernidade não pode e não objetiva comportar a todos os indivíduos. Essas contradições expressam a luta de classes e mostram as violências não somente físicas despendidas para que o capital consiga superar suas contradições internas e externas. Nesse sentido, simplesmente reprimir atos de violência com medidas também violentas não é nada mais do que remediar uma situação mais ampla e perversa, que consiste no fato de grande parte dos trabalhadores não poder se apropriar dos produtos de seu trabalho, essencialmente o mais importante deles, a vida nas cidades e a cidadania plena. Pois, ora, se o espaço social é produzido pelos trabalhadores, ele é essencialmente trabalho. Infelizmente, pelo fato de grande parte da manutenção da vida e

---

<sup>81</sup> Conversa com um homem no bairro Céu Azul em Belo Horizonte, no dia 09/01/2014.

do status social nas cidades passarem pelo trabalho abstrato seguido do consumo a privação do direito de consumir é a dimensão da vida urbana que os trabalhadores alienados tendem a sentir mais intensamente sua ausência quando estão privadas dela. Muitas vezes, tais privações pelas quais as pessoas são submetidas passam a ser também os fins para a ação política no espaço, o que favorece a reprodução das relações de produção. Essa conscientização política é mais demorada, mas os diversos protestos e greves que ocorrem nos espaços urbanos no Brasil e no restante do mundo tendem a ser muito didáticos para esse fim, pois explicitam a forte repressão exercida pelo Estado. Por outro lado, estes protestos também mostram que é possível um enfretamento.

## CAPÍTULO 5 – OS CONFLITOS NO COTIDIANO DA METRÓPOLE E AS (IM)POSSIBILIDADES DO URBANO

### 5.1 - Introdução

Apreender o caráter processual do mundo prático/sensível não é uma tarefa fácil. O fato de simplesmente estarmos vivos e vivenciando o mundo não nos garante automaticamente o conhecimento concreto das determinações que regem, estruturam, limitam, ou possibilitam nossa própria vida e também de sua transformação. A compreensão do mundo concreto, em função de sua complexidade, demanda que o pensamento busque abstrair a realidade em pedaços para depois reuni-los, estabelecendo seus possíveis nexos causais dentro de uma totalidade. Como dizem Marx e Engels, “a consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, [1845-1846] 2007, p. 94). No último capítulo deste estudo, busca-se, de modo quase que ensaístico, tentar (re)pensar ou pelo menos apontar leituras acerca de possíveis conflitos gerados pelas contradições do processo de produção capitalista do espaço. Em outras palavras, faz-se um esforço para se pensar de que modo as contradições manifestadas na produção do espaço reverberam para a luta de classes e chegam às práticas dos trabalhadores urbanos em seu cotidiano, causando no mínimo “perturbações” na ordem estabelecida.

Ver-se-á as (im)possibilidades de os cenários descritos nos capítulos anteriores conterem também elementos que podem levar à uma politização dos indivíduos. Partimos do pressuposto de que contradições como o fato de a cidade tornada metrópole para e pelo capital ter se transformado em uma conflituosa colcha de retalhos em que o Estado e seu *staff* administrativo colocam-se como os guardiões dessa estrutura e como a única solução para seus problemas podem também dar início a um processo de politização. Sabemos que a possibilidade do urbano em meio à metrópole se reduz bruscamente à medida que o capital e o Estado vão se apropriando dos lugares e da práxis social, no entanto, é preciso investigar melhor de que modo isso interfere no processo de (des)politização, gerando algo que também possa ir pela contramão desses processos. Pensamos que, nas cidades brasileiras, devido à quantidade de extorsões a que as pessoas são submetidas em meio a essa relação entre Estado e Capital, cria-se um cenário de grande insatisfação social que se assemelha a um barril de pólvoras e que pode explodir a qualquer momento.

Busca-se, concomitantemente, compreender a problemática urbana por seu conteúdo, o cotidiano. Realizamos um mergulho nesse cotidiano da metrópole, observando suas práticas, suas leis, suas falas, enfim, aproveitando o que estava ao alcance para o desvendamento dos seus mistérios e determinações. Na realidade, muitas dessas observações do cotidiano da metrópole são também inquietações que sempre motivaram minha pesquisa acerca da metrópole, pois são situações com as quais nos deparamos em nossa própria prática espacial em nossos espaços de vivência. Não há como nos colocarmos para fora desse processo, pois também somos produtores e produto dessa sociedade que buscamos compreender e transformar. É uma dupla tarefa, portanto.

Os locais em que pudemos perceber o cotidiano da metrópole vão desde o transporte coletivo até uma caminhada por diferentes pontos do centro da cidade em distintos horários. Morar na metrópole tem suas vantagens quando estamos pesquisando o processo de metropolização e seus desdobramentos para a vida social, pois vivemos o cotidiano desses locais, suas transformações, seus ritmos, suas alegrias e tristezas, sua gente, seus espaços e seus tempos. Buscamos identificar nas práticas daqueles que vivem o cotidiano da metrópole belo-horizontina as determinações da relação entre cidade e capital e, conseqüentemente, as (im)possibilidades para a práxis urbana em meio a essa disritmia entre o tempo do corpo e o da produção. Entende-se que é nesse estranhamento ao cotidiano que os homens percebem a desumanidade, a irracionalidade e a barbárie que pode ser produzida pelo modo de vida moderno que promete exatamente o oposto.

A partir dessas discussões, pode-se pensar os limites e possibilidades para que dessas práticas possa surgir a reapropriação da práxis social e a criação de uma sociedade mais justa, em que a solidariedade e o sentido de comunidade possam prevalecer em relação ao individualismo que veio com a modernidade e que atualmente é predominante.

## 5.2 - O urbano, uma utopia concreta

“Um movimento do pensamento em direção a *um certo concreto* e talvez *para o concreto* se esboça e se precisa. Esse movimento, caso se confirme, conduzirá a uma prática, a *prática urbana*, apreendida ou re-apreendida” (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 18).

“Por mais que se possa defini-lo, nosso projeto – o urbano – não estará nunca inteiramente presente e plenamente atual, hoje, diante de nossa reflexão. Mais do que qualquer outro objeto, ele possui um caráter de totalidade altamente complexo, simultaneamente em ato e em potencial, que visa à pesquisa, que se descobre pouco a pouco, que só se esgotará lentamente e mesmo nunca, talvez. Tomar esse “objeto” por real, como um dado da verdade, é uma ideologia, uma

operação mistificante. O conhecimento deve considerar um número considerável de métodos para apreender esse objeto, sem se fixar numa démarche. [...] Todas as noções, todas as baterias de conceitos entrarão em ação: forma, estrutura, função, nível, dimensão, variáveis dependentes e independentes, correlações, totalidade, conjunto, sistema, etc. Tanto neste como em outros casos, porém mais do que em outros casos, o resíduo se revela o mais precioso” (LEFEBVRE, [1969] 2001, p. 111-112).

Lefebvre ([1972] 2008, p. 37) rejeita a ideia proposta pelos matemáticos que dizem existir vazios no espaço; um espaço puro, neutro, um dado apenas, um espaço cartesiano, medido etc. Para Lefebvre ([1972] 2008, p. 37), o que preenche esses supostos vazios no espaço são seus conteúdos sociais, ou seja, as relações sociais que produzem o espaço. Então, em sua análise acerca do espaço, Lefebvre busca unir tudo aquilo que estava fragmentado pelas análises de diversos campos do conhecimento, tentando desenvolver uma teoria geral do espaço para as ciências sociais. Tentar entender a complexidade que envolve a cidade entre a obra e o produto apenas pelos olhos de um campo do saber específico é um equívoco fruto da fragmentação do pensamento imposto pela modernidade. A divisão trabalho alcançou até a atividade intelectual dos seres humanos. Tornados alienados e fetichizados, assim como ocorre com os produtos que são feitos em uma fábrica, o pensamento e o trabalho intelectual são encarcerados, limitados e rasgados em pedaços. Como efeito imediato dessa fragmentação, ocorre a diminuição das possibilidades de compreensão da totalidade social em que o processo de urbanização é parte integrante. Portanto, este estudo, apesar de partir da geografia, propõe-se a ir além desta, dialogando com diversos campos de conhecimento. Entende-se a importância de deixar que os fenômenos estudados nos mostrem quais métodos e abordagens deve-se utilizar para compreendê-los, em vez de se escolher um método e tentar enquadrar o real dentro dele.

Muitos pesquisadores entrenchados nos métodos e nos objetos de seus nichos específicos do saber têm fetichizado o processo de urbanização. Erroneamente, o processo de urbanização aparece como a “causa” dos males que afetam a existência de tudo e de todos, como se esse processo se resumisse apenas à sua problemática formal. Essas análises alienadas e alienantes, ao mesmo tempo em que podem estar sendo cegadas por representações, também tornam-se representações que geram tanto desconhecimento quanto conhecimento. Para a compreensão do urbano enquanto possibilidade é preciso compreender a função estratégica do espaço para uma totalidade pressuposta, assim como o potencial político que ela contém para aqueles que buscam uma transformação mais

ampla. No momento de sua produção a função estratégica do espaço torna-se apreensível para os olhos e mentes mais atentos, para isso basta observarmos o atual processo de produção do espaço da e na metrópole belo-horizontina, em que o chamado *Eixo Norte* da capital mineira mostra a produção do espaço abstrato em ato. Também, as transformações em diversas outras partes da cidade para o alargamento de vias, a construção de shoppings centers, de estádios de futebol etc, são indícios desse processo. Para esses e outros fins o espaço está inscrito nas tramas reprodutivas do capital. Com a profusão de estímulos mediados pelo dinheiro e ampliados pela urbanização, as relações sociais são enfraquecidas pelo grande individualismo que é elevado ao extremo e as práticas mais solidárias vão sendo corroídas. No processo de urbanização, a cidade e suas relações são implodidas-explodidas à medida que o valor se generaliza com mais voracidade, essencialmente, por ser o espaço urbano um potencializador para os negócios da burguesia.

Para Lefebvre ([1970] 1999, p. 47), “o urbano é um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente”. O processo de urbanização altera substancialmente a forma como nos relacionamos com o tempo e com o espaço, com a natureza e com o ser humano e é, sobretudo, um processo social que altera a forma como nos relacionamos com nós mesmos e com nosso corpo. Lefebvre ([1970] 1999, p. 16) introduz o termo “sociedade urbana”, tentando descrever essa sociedade que nasce da industrialização e a sucede, uma sociedade que será construída a partir desse processo de transformação e de lutas ainda em curso. Segundo Lefebvre ([1970] 1999, p. 33-34), “cada modo de produção produziu um tipo de cidade, que o ‘exprime’ de maneira imediata, visível e legível no terreno, tornando sensíveis as relações sociais as mais abstratas, jurídicas, políticas, ideológicas”. Conforme Lefebvre,

“estranho e admirável movimento que renova o pensamento dialético: a não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria [...] a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear) é a forma destrutiva como a indústria adentra nas cidades, fazendo prevalecer a não-cidade, ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferia, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.)” (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 25-26).

Por outro lado, tal processo contém e espalha também aquilo que impede a homogeneização do espaço, a luta de classes. Ao serem alçados para suplantarem outros modos de vida, os conteúdos sociais característicos da modernidade levam consigo as suas contradições imanentes, o que também pode levar a um processo de politização dos indivíduos. A partir do que foi exposto, pensar o processo de urbanização é pensar as leis que regem essa sociedade e que por meio de sua organização em classes ou grupos sociais, (re)produzem o espaço. Enfim, (re)produzem os modos de produção, as relações de produção, os modos de vida, os costumes, a cultura, os ritmos etc. Isso posto, a urbanização e seus determinantes não são a causa dos males da sociedade, mas um sintoma que delata uma forma específica de organização social, de relação com o espaço-tempo e certas características da sociedade que o produziu. No mundo dito moderno ou pós-moderno, o processo de urbanização-modernização das cidades mostra-se como um caminho que tende a levar à concretização do processo social em voga na contemporaneidade, em que a valorização do valor busca submeter as práticas espaciais à sua reprodução. No entanto, o urbano em Lefebvre implica uma disputa política *no e pelo* espaço, portanto, uma práxis em torno da concretização ou não dessa utopia burguesa. De um lado, a busca pela homogeneização da práxis social e, do outro, as possibilidades de resistência dos que buscam o diferente e a possibilidade de um processo de transformação. Portanto, a urbanização carrega consigo o possível e o impossível e a distância entre eles está sutilmente estabelecida pelo jogo de forças entre as classes sociais.

Importante pensarmos que a cidade é anterior ao capitalismo e, portanto, a urbanização é o processo no qual o capital tenta transformá-la em uma força produtiva. Nas cidades pré-capitalistas, havia conteúdos distintos em relação às cidades implodidas-explodidas pela indústria. A essência da cidade é ser valor de uso para os cidadãos.

“Dessa forma, a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (LEFEBVRE, [1969] 2001, p. 52).

Na relação das pessoas com a cidade pré-capitalista havia outras violências, outras motivações, outros deslocamentos, outros ritmos, outros gestuais, mas esta cidade era construída e apropriada como valor de uso para os que viviam nela, ao contrário das cidades contemporâneas, pois estas são produzidas em série e para a troca. Para o capital,

as cidades somente são valores de uso por sua condição de força produtiva. Belo Horizonte, por exemplo, foi desenhada e concebida por uma racionalidade abstrata que visava maximizar a gestão e a economia do território do estado de Minas Gerais e, por isso, não podemos dizer que esta tenha nascido como uma cidade com todo o conteúdo que essa palavra comporta. Dessa forma, pelo ambiente construído de Belo Horizonte, essencialmente concebido como capital, circula o valor e isso incide diretamente na relação dos indivíduos com a cidade. Essas características não se resumem a Belo Horizonte, mas a quase totalidade das cidades contemporâneas. Nesse contexto, parte significativa dos habitantes das cidades têm se tornado espectadores passivos em relação às transformações que vão acontecendo diante de seus olhos. Possivelmente incrédulos com a velocidade e com a voracidade com que as formas e os conteúdos das cidades são alterados pela corrosiva ação do Estado e do capital a outra parte das pessoas passou a estranhar a esses processos de produção do espaço urbano como capital. Diversos movimentos sociais, greves de diversas categorias, protestos de estudantes etc, têm subvertido essa ordem estabelecida nem que seja temporariamente e mesmo como forma de resistência apenas, mas tendem a ser combatidos veementemente pelo Estado e seus *aparelhos repressivos e ideológicos* (ALTHUSSER, [1970] 1996) que visam restabelecer o cotidiano da cidade. Entretanto, a ação do Estado não se dá apenas por sua presença materializada por seus aparelhos, mas por uma ausência que pode ser sentida, por exemplo, pelas leis que internalizamos e que dispensam a presença física da repressão para o controle das ações. Na configuração socioespacial das metrópoles ao redor do planeta, encontram-se inúmeros sintomas da submissão da cidade à valorização do valor. A fragmentação, elitização, periferação e espetacularização do espaço das cidades são fortes indicativos da divisão de classes explicitada pelas características desiguais do acesso ao solo das cidades. Essa observação mostra que a apropriação dos espaços pelas pessoas têm se submetido à lógica do mercado e do capital. Nesse contexto, o Estado de polícia disfarçado de Estado de Direito é essencial, pois é ele que garante a reprodução dessas relações com o espaço enquanto capital.

Essa grande fragmentação socioespacial é a comprovação de que o sistema capitalista, apesar de ter elevado as forças produtivas a uma escala jamais vista na história da humanidade, produz e reproduz em escala ampliada desigualdades e desumanização. São contradições como essas que anunciam a possibilidade do devir inscrita no real e que torna possível pensarmos em uma revolução urbana como aponta Lefebvre, partindo do

estranhamento ao mundo das mercadorias. Alguns movimentos sociais advindos das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora têm se apropriado de espaços privados, configurando formas de resistência às condições subumanas em que vivem. Em Belo Horizonte, são exemplos as ocupações Dandara, Camilo Torres, William Rosa e Irmãs Dorothy e, certamente, existem centenas delas por todo o Brasil.

Pode-se, então, dizer que as diversas invasões de propriedades privadas no campo e nas cidades, assim como os diversos protestos e greves, podem indicar a possibilidade de concretização do urbano lefebvriano? Sim e não, pois a natureza dessas invasões e protestos diversos também pode revelar a alienação desses movimentos que, muitas vezes, estão reproduzindo inconscientemente as categorias essenciais dessa sociedade baseada na exploração do trabalho e, portanto, nem sempre é possível dizer que estes são politizados a ponto de almejam o rompimento da ordem estabelecida. Esses movimentos, quando não são politizados, acabam caindo em uma perspectiva reformista que poderíamos colocar no rol das *diferenças induzidas*. A ideia de reforma implica mudar algo, mas deixando que sua essência permaneça a mesma. Conforme Marx (2004, p. 93), os trabalhadores pedirem “um salário diário justo para um trabalho diário justo” não altera mais que suas condições imediatas de vida, o que é necessário para que não se tornem uma massa de miseráveis, mas o sentido da luta revolucionária deveria ser a “abolição dos sistemas de salários”. Nesse sentido, para se ter noção da radicalidade de uma ação política é preciso, sobretudo, verificar a sua relação com o tempo e com o espaço, pois não há como almejar mudanças radicais sem que se proponha uma nova forma de utilização do tempo-espaço social. Entretanto, a questão não é tão simples, pois se deve levar em conta que conhecer os aspectos teóricos acerca da ação política no espaço é fundamental, mas ter que viver o cotidiano duro das grandes cidades castiga aqueles que possuem pretensões de adotar medidas mais radicais. Juntamente com a alienação, é possível que tal situação explique em partes algumas posições reformistas dentro da luta de classes. É preciso, portanto, ter cautela para tratar dos movimentos sociais dentro e fora das cidades.

Mesmo com todos os contratemplos, é importante retirarmos o pessimismo em relação aos processos sociais para podermos repensar a cidade e o urbano. É preciso retirar o véu que recobre o urbano e a potência transformadora que ele contém. A cegueira em relação ao urbano consiste em não ver sua lógica e seu movimento dialético e seu vazio e sua virtualidade estarem “preenchidos” principalmente pelo urbanismo, atento apenas a funcionalidade das operações e dos objetos (LEFEBVRE, 1999, p. 47). Esse urbano velado

escapa ao pensamento que se cega e se fixa apenas nas luminosidades atrasadas em relação ao atual (LEFEBVRE, 1999, p. 47). “O urbano, abreviação de sociedade urbana, define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 1999. p. 28). Lefebvre clama por uma nova ciência que dê conta de compreender a urbanização e a produção do espaço em toda a sua complexidade e possibilidade.

O urbano proferido por Henri Lefebvre é uma virtualidade, algo em disputa e incrito no real como possibilidade e que se desenha no horizonte como um projeto utópico, tendencialmente, mas não exclusivamente da classe burguesa, que, apesar de deter os meios de produção de mercadorias e de nossas vidas, o controle dos meios de comunicação e do Estado não consegue a completa homogeneização do espaço abstrato. O espaço abstrato não se homogeneiza por conta da potencialidade que a luta de classes encontra em meio às próprias contradições inerentes a esse processo de homogeneização. Monte-Mór (2003, p. 262), inspirado por Lefebvre, chama de “*urbanização extensiva* a materialização sociotemporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sociopolítica e cultural intrínsecas à pólis”. Para o autor, essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o urbano – se estende levando as relações de produção por todo o espaço onde as condições gerais de produção determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido. Entretanto, no seu bojo, ampliam-se também as relações e organizações políticas que são próprias da cidade (MONTE-MÓR, 2003, p. 262). A ideia de urbanização extensiva permite a compreensão, por exemplo, dos processos de metropolização como fenômenos que carregam consigo tanto a dinâmica própria da apropriação dos espaços pelo capital quanto a possibilidade de politização dos demais agentes sociais mediante às contradições que são estendidas espacialmente no momento da produção desses espaços.

A abordagem metafilosófica de Henri Lefebvre acerca do processo de urbanização não trata de forma separada as dimensões econômica, política, cultural, teórica e prática dos processos sociais. Para construir a sua argumentação e crítica, partindo de outra ontologia em relação às ideias de Marx e de marxistas, Lefebvre entende o capitalismo como um processo, assim como o seu produto, o espaço (COSTA, 2003, p. 11). O espaço sempre foi político, estratégico e ideológico, “é uma representação literalmente povoada de

ideologia” (LEFEBVRE, 2008, p. 61-62). Para Lefebvre (2008, p. 67), “existe uma política do espaço, pois o espaço é político”, logo, sua teoria e sua ciência “dependem de uma dupla crítica, ela própria política: a crítica de direita e a crítica de esquerda”. Em relação ao método de pesquisa, deve-se, em vez de pressupor uma lógica ou um sistema preexistente, por exemplo, a lógica do capitalismo, descobri-la e revelá-la sem que se parta dela, tentando apreender a função prática e estratégica que o espaço desempenha, pois este é um meio, uma mediação, e não um fim ou um começo. “Do mesmo modo, se há um ‘ponto de vista de classe’, é impossível metodologicamente partir dele, é preciso chegar a ele” (LEFEBVRE, 2008, p. 38-39). Nesse sentido, o processo de reestruturação das cidades é o momento ideal para apreendermos o papel estratégico do espaço dentro da lógica e das estratégias de reprodução do capital, pois podemos capturar seu movimento em ato.

As formas e os conteúdos da metrópole com todas as suas metamorfoses são momentos privilegiados para apreensão, em ato, de fenômenos sociais mais amplos. As formas e os conteúdos da metrópole são a materialização do fenômeno social que esconde a sua essência, o seu conteúdo social, cuja expressão da relativa efetividade das relações de exploração do trabalho, no limite, aparece no fato de as relações sociais mediadas pelo dinheiro e pela mercadoria estarem se generalizando. Todos os modos de produção almejam impor uma sociabilidade e um modo de vida como forma de sua própria sobrevivência. É nesse espaço que o controle social voltado para a produção alcança grandes proporções. Mas, é em meio a essa efervescência que são as metrópoles que estão concentradas as contradições e possibilidades de pensamentos e de novas práticas que provoquem mudanças.

Por essa perspectiva, a obra de Henri Lefebvre contém elementos teóricos para a compreensão desses processos em sua globalidade sem que se fragmente a realidade social que o produziu. Nessa conflituosa realidade, as forças opressivas e libertadoras formam um par dialético. Evita-se o fetichismo de colocar o urbano no campo místico, procurando trazê-lo para o domínio do real e da dialética. Portanto, os conflitos e as contradições que pairam por todo o espaço social podem ser a porta de entrada para a desalienação, desde que, em vez de conduzirem a conquistas de alcance imediato conduzam a radicalização das relações que as produziram.

### 5.3 – Os descompassos entre os ritmos do corpo e os ritmos da produção no cotidiano da metrópole belo-horizontina

“Mesmo na rotina alienadora da fábrica e da produção há momentos de iluminação e criação, de invasão do cotidiano e do senso comum pela realidade e pelo conhecimento que revolucionam o cotidiano. [...] Pois, é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão” (MARTINS [2008] 2012, p. 56-57).

O processo contemporâneo de produção do espaço belo-horizontino, que conforme já salientado nesse estudo tem nas transformações no Eixo Norte de Belo Horizonte a demonstração mais clara de sua magnitude, é a expressão não somente da expansão física da metrópole, mas da expansão da apropriação da práxis social pelo capital, cujo cotidiano passa a ser regido também pelos capitais atuantes em escala global. Nossa análise se propõe a adentrar nesse cotidiano, buscando encontrar elementos que nos permitam pensar nas (im)possibilidades de reapropriação da práxis social a partir dos conflitos e contradições na e da produção capitalista do espaço na metrópole belo-horizontina. Em uma metrópole como Belo Horizonte ou mesmo em sua região metropolitana, encontramos diversos momentos de inflexão da sociabilidade moderna e também suas contradições em lugares aparentemente banais, mas que carregam grandes possibilidades de investigação das determinações da relação entre o capital e a práxis social. Ao observarmos o comportamento, as falas e os gestos das pessoas dentro de alguns transportes coletivos que levam e trazem os trabalhadores do Eixo Norte da RMBH para Belo Horizonte, especialmente nesses últimos dois anos e meio, pudemos apreender diversas situações que refletem o estranhamento dos trabalhadores à apropriação de suas vidas para e pela reprodução do capital. Parte-se da premissa de que são nesses momentos de “crise” da cotidianidade regida pelo capital, na qual a manutenção da ordem fraqueja devido às diversas contradições, que a práxis social dá sinais de que não está totalmente aniquilada. Busca-se evidenciar por meio de fatos empíricos que é no momento da produção do espaço que o modo de produção mostra toda a sua habilidade de superar suas contradições, mas também mostra as suas fraquezas. De acordo com Bihr,

“através do conjunto dessas formas e aparelhos, cuja síntese e coerência o Estado garante, o processo de reprodução do capital procura apropriar-se da práxis social, produzindo uma sociabilidade, um modo de vida em sociedade a ele apropriado, por ser precisamente de acordo com as exigências de sua reprodução. Mas semelhante apropriação é um processo fundamentalmente contraditório, que tropeça em limites essenciais e que dá origem a crises e conflitos (BIHR, 1999, p. 145).

Dentro dos ônibus nos horários em que os trabalhadores vão ou voltam de seus postos de trabalho, observa-se pelas expressões dos corpos, que as pessoas têm a impressão de que seu tempo de vida gira em círculos, pois, ao fim da jornada cansativa de trabalho e de poucas horas de descanso ou com a família, vem o momento de enfrentar novamente o transporte coletivo e ao chegarem em casa vão repousar e acordar no dia seguinte no mesmo horário para recomeçar a rotina produtiva novamente. O cansaço e o descontentamento com a dura rotina pode ser observado nos olhares, nos gestos e nas falas daqueles que utilizam esse tipo de transporte todos os dias, por conta da necessidade de inserção no cotidiano para sua própria sobrevivência e também de suas famílias. É fato que na apropriação da vida social pelo capital este não deixa opções de sobrevivência para as pessoas, a não ser que estas se submetam ao trabalho assalariado, vendendo sua força de trabalho.

Aqueles que ousam romper o silêncio nesse espaço apertado e desconfortável de um ônibus mostram um desconforto em relação à disritmia entre seus ritmos e os ritmos do capital. É um desconforto em relação ao fato de perceberem que vivem em função do trabalho e que levam uma vida que está adestrada para produção. A apropriação da práxis social pelo capital coloca a vida dos homens e mulheres diante de uma repetição exaustiva e isso está nos rostos desses trabalhadores, pois eles não conseguem disfarçar o sono acumulado de uma rotina que não os permite dormir o tempo necessário para o seu restabelecimento físico, emocional e mental para o retorno à rotina produtiva. O corpo ainda sente vontade de dormir, mas a imposição do tempo do trabalho é maior, pois, em caso de atraso ou falta ao trabalho, os empregadores advertirão os trabalhadores ou até descontarão os minutos de atraso de seus salários. Conforme se pode perceber a partir da fala de duas mulheres que conversavam dentro de um transporte coletivo que faz o trajeto Santa Luzia/Belo Horizonte, é o corpo que, ao viver a cotidianidade da metrópole, denuncia as contradições do modo de produção capitalista:

— “Não aguento mais essa vida, é só trabalhar, trabalhar e trabalhar. A gente não tem tempo nem para ver nossos filhos direito. O ruim é que se a gente não trabalha, a gente não consegue comprar nossas coisas e nem pagar nossas contas”.

— “A não, boba, a gente não pode reclamar não, pois Deus está guardando nosso lugar lá no céu, mas para isso ele colocou provações aqui na terra e o trabalho é uma delas. Eu penso assim sabe, é minha opinião. Ah, mas eu até gosto do meu trabalho sabe. Eu estou trabalhando agora com limpeza lá numa clínica na rua dos Caetés e eu e minhas amigas do meu setor quando se junta só sai bobeira (risos)”.

— “É verdade, menina, tem tanta gente pior que nós, né. Mas, eu vou te falar que cansa viu. Esses dias eu tava tão cansada que tive que tomar uns dois Dorflex para conseguir melhorar as dores no corpo que estava sentindo”.

— “Uai, e eu que estou com uma dorzinha bem aqui nessa parte do braço”.

— “Uai, e o que você arrumou aí”?

— “Ah, é por que eu também mexo muito, menina, e fico o dia todo naquela clínica carregando as coisas para um lado e para o outro”<sup>82</sup>.

Em outro momento, uma mulher exclama para sua amiga que ficou desempregada por quase um ano e diz que esse foi um período muito difícil para ela, pois teve de lidar com os comentários das pessoas à sua volta. Na moral contemporânea o trabalho assalariado é posto como algo que confere dignidade às pessoas, pois em uma sociedade de produtores e consumidores a ideia de que o trabalho dignifica o ser humano passa também pela ideia do consumo individual e pela negação do ócio como direito humano. O ócio é tido como uma prática de vagabundos e preguiçosos. A mesma mulher que dizia ter ficado desempregada diz: “Agora que estou empregada denovo não devo nada a ninguém e se minha sogra e a irmã dela, que adoram falar da vida dos outros, vierem falar alguma coisa comigo não tenho nada que ver, porque nem elas e nem ninguém pagam minhas contas”<sup>83</sup>.

As pessoas que utilizam o transporte público que liga os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte à capital passam em média três horas diariamente no trânsito, indo de casa para o trabalho e do trabalho para a casa. As pessoas torcem para que as máquinas que as conduzem pela cidade gastem o menor tempo possível, para que possa sobrar mais tempo de seus dias para a realização das tarefas domésticas, para ficar com seus familiares, para ver os amigos etc. Conforme nos mostra Camargo et. al. (1976, p. 35), em São Paulo, já na década de 1970, as condições para reprodução do trabalhador urbano já sinalizavam uma crise, pois,

“submetido a uma engrenagem econômica da qual não pode escapar, o trabalhador deve, para reproduzir sua condição de assalariado e de morador urbano, sujeitar-se a um tempo de fadiga que constitui um fator adicional no esgotamento daquilo que tem a oferecer: sua força de trabalho. Se além disso encontra-se nos níveis de qualificação mais baixos, em que a oferta de mão-de-obra é abundante, seu desgaste não representa prejuízo para as empresas, que podem substituí-lo logo que decaia a sua produtividade” (CAMARGO et. al., 1976, p. 35).

---

<sup>82</sup> Conversa entre duas mulheres em um ônibus do Eixo Norte da RMBH, no dia 06/08/2013.

<sup>83</sup> Fala de uma mulher em um ônibus do Eixo Norte da RMBH, no dia 06/08/2013.

Tais condições de vida da classe trabalhadora que foram verificadas na década de 1970 e que também podem ser identificadas atualmente podem ser perturbadoras para a reprodução do cotidiano das e nas metrópoles. Nesse ponto, quaisquer entraves nos fluxos da metrópole podem ser perigosos para a manutenção da ordem estabelecida. Para essas pessoas obrigadas a seguir os ritmos da produção o tempo é algo que não pode ser desperdiçado, pois esses deslocamentos as conduzem para o local em que se processa sua sobrevivência material, seus postos de trabalho. Para o capital, a mobilidade urbana também é estrutural, pois sem os trabalhadores não há produção nem consumo. Por esse motivo, os órgãos de imprensa, em seus noticiários, estão sempre dando tanta atenção para a situação do trânsito das metrópoles, pois a questão da chamada mobilidade urbana é estrutural para o capital.

Quando os fluxos cotidianos da metrópole são interrompidos pelo entupimento das ruas e avenidas da cidade por conta do intenso trânsito de automóveis, em alguma medida, as pessoas tomam uma momentânea consciência das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, pois recebem o ônus desse modo de vida pretensamente moderno. Em meio aos problemas no trânsito de Belo Horizonte causado pela inauguração do novo sistema de transporte público da cidade, o BRT/MOVE, na Avenida Antônio Carlos, uma situação curiosa chamou a atenção. Peguei um ônibus na Avenida Paraná e fui em direção à estação da Pampulha e no caminho pela Avenida Antônio Carlos nos deparamos com um enorme congestionamento na pista destinada para os carros e para as demais linhas de ônibus que ainda não haviam sido integradas ao novo sistema de transporte público. Embora o BRT/MOVE não sofresse com os congestionamentos dos carros, a situação não era mais favorável para os passageiros, pois a demanda de usuários era visivelmente maior que o número de ônibus colocados a disposição, o transporte estava lotado. Não havia lugar para mais ninguém, mas, por não haver alternativas, o motorista do ônibus tinha que parar em todas as estações para pegar mais passageiros, pois, decerto, todos estavam loucos para chegar a suas casas após um dia cansativo de trabalho. A cada parada nas estações, a viagem ia se tornando uma prova de resistência ainda maior e as pessoas iam chegando aos seus limites físicos e mentais.

Não havia muitas conversas dentro do ônibus, pois as pessoas não se conheciam e estavam lá vivendo esse momento apenas de passagem, mas crescia o número de pessoas que rompiam o silêncio para reclamar das condições insalubres de seus deslocamentos diários para o motorista ou para a pessoa mais próxima. Em pouco tempo, esse trajeto e

esses momentos rotineiros foram tomados por uma grande quantidade de falas de revolta que não cessou até o ônibus chegar à estação da Pampulha. Conforme umas pessoas criavam coragem para reclamar, outras também se sentiam confiantes. Aquele ambiente tão impessoal e sem vida passou, então, a ser, por alguns instantes, apropriado por aquelas pessoas que demonstravam o descontentamento com o modo como os governantes tratam os trabalhadores. Abaixo, alguns exemplos das falas mais significativas que foram proferidas durante o trajeto descrito:

*“Ou, tem hora que eu tenho vontade de gritar igual a um doido pela rua afora. Tá louco meu chapa, isso aqui é uma vergonha, um desrespeito com nós que trabalhamos todo dia e pegamos umas tranqueiras dessas. Fizeram esse tal de move aqui, mas conseguiram piorar o trem todo. Os carros não andam e nós mal entramos no ônibus. O povo tem que ir para a rua mesmo viu, tá louco cara”.*

*“Se não alargar mais essas ruas não tem a menor possibilidade da cidade funcionar, não. Isso aqui vai parar nos horários de pico. Quer dizer, já está parado. Não está compensando trabalhar mais, não, só vou porque não tenho escolha mesmo. Esses políticos só servem mesmo é pra roubar nosso dinheiro”.*

*“O pior é que nem adianta reclamar porque já está feio, né. Agora é só torcer para melhorar”.*

*“Acho que o inferno é melhor que isso daqui”.*

*“Eu fico impressionado é que nós brasileiros somos os que mais pagamos impostos no mundo, mas nossa prestação de serviços é a pior de todas. Para onde vai esse dinheiro?”<sup>84</sup>.*

Por meio dessa situação, o BRT/MOVE mostra sua razão de ser. A necessidade de abrir espaço nas ruas para os automóveis era visível em Belo Horizonte e a maneira encontrada pela prefeitura foi retirar ônibus das ruas, concentrando os passageiros em algumas poucas linhas e em estações centrais e ao longo das vias principais. Com isso, o número de transportes coletivos que chega ao centro da cidade foi drasticamente reduzido, assim como os congestionamentos que eram comuns nos horários de pico. O tempo das viagens dos passageiros em vias como as Avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado diminuiu bastante, pois existe a faixa exclusiva para o BRT/MOVE. A situação do transporte público em Belo Horizonte melhorou em alguns aspectos e piorou em outros, mas o fato é que esses espaços que foram gerados nas vias pela existência do novo sistema deverão ser rapidamente preenchidos por novos carros que saem das fábricas todos os dias.

---

<sup>84</sup> Fala de pessoas em um ônibus do BRT/MOVE de Belo Horizonte, no dia 19/05/2014.

Sabe-se que as indústrias têm que vender seus automóveis continuamente para continuarem a fabricá-los, logo, é preciso que haja espaço nas vias.

De todo modo, este estudo não busca saber se melhorou ou piorou a situação do transporte público e do trânsito, mas compreender aquilo que se esconde por trás desses fatos. Pelo fato de fluidez na mobilidade urbana ser algo fundamental para a manutenção do cotidiano das metrópoles, não é por acaso que grevistas e protestantes, quando querem chamar a atenção do Estado e do conjunto da sociedade para as suas causas, impedem o fluxo normal de ruas e avenidas importantes para a cotidianidade das cidades. Também, não é por acaso que, ao impedir que o cotidiano se realize dentro da ordem programada, tais táticas de luta social tendem a ser combatidas pelos aparatos repressivos e ideológicos. Poucas coisas poderiam irritar mais os trabalhadores que experimentam o já caótico cotidiano das metrópoles ou os capitalistas que dependem dos fluxos das grandes cidades para obter a valorização dos seus capitais investidos do que o bloqueio de uma via pública por manifestantes. Em situações como as do mês de junho de 2013, no Brasil, em que quase todos os dias daquele mês houve manifestações que fecharam diversas ruas das cidades brasileiras, uma frase de um trabalhador que não pôde ou não quis deixar seu posto de trabalho para se juntar aos manifestantes e queria apenas retornar para sua casa após um dia cansativo de trabalho chama a atenção: “*eu sou a favor das manifestações, é uma causa justa, mas desde que não atrapalhe o funcionamento da cidade*”<sup>85</sup>. É por esse motivo que nos jornais impressos, nos telejornais, nas revistas, nas rádios ou na internet o modo utilizado pela maioria dos veículos de imprensa para deslegitimar os movimentos sociais e também suas causas é ancorado nesse tipo de depoimento daqueles que experimentam o cotidiano interrompido pelos manifestantes. Por isso, não é por acaso que Lefebvre diz que “os meios de comunicação entram no cotidiano; mais do que isso: eles contribuem para a sua produção” (LEFEBVRE, [1992] 2004, p. 48, tradução nossa). Obviamente, estes entrevistados terão seus compromissos prejudicados e dificilmente irão pensar em causas que tocam os interesses da coletividade, mesmo que também se refiram a si próprios como trabalhadores. É uma forma de manifestação da alienação, portanto.

Nas metrópoles, o ditado popular “*tempo é dinheiro*” é a expressão máxima de um modo de vida repetitivo e que entra para a moral e rege a práxis social, pois as relações sociais estão mediadas pelo tempo do trabalho e do dinheiro, há um *adestramento*,

---

<sup>85</sup> Entrevista concedida por um motorista preso em um engarrafamento na Avenida Presidente Antônio Carlos a uma emissora de televisão durante manifestações, na cidade de Belo Horizonte, no dia 17/06/2013.

portanto. As conversas, os romances, as festas, o lúdico, o ócio, enfim, os ritmos e os desejos do corpo tendem a se sujeitar aos tempos da produção. Aquilo que não é produtivo e ou atrapalha a produção é combatido e eliminado. Os deslocamentos diários, o ambiente do trabalho ou o tempo do lazer, revelam uma vida que é estruturada em função do trabalho e do consumo. O corpo, no entanto, não compartilha a mesma noção de tempo e isso se expressa no desejo sexual, que não escolhe hora para aflorar ou nas dores do corpo que aparecem e nos avisam que é momento de descanso. No entanto, todos os desejos do corpo têm que ser controlados e reservados para os momentos externos ao ambiente e ao tempo do trabalho, o que sinaliza uma *disritmia*, uma contradição. Conforme Lefebvre,

“**ritmo** reúne aspectos **quantitativos** e elementos que marcam tempo e distinguem momentos - e aspectos **qualitativos** e elementos que os conectam, revelam as unidades e os resultados que surgem a partir dele. Ritmo aparece como tempo regulado, regido por leis racionais, mas em contato com o que é menos racional no ser humano: o vivido, o carnal, o corpo. **Racional**, numérico, quantitativo e qualitativo, os ritmos sobrepõem-se aos múltiplos ritmos **naturais** do corpo (a respiração, o coração, a fome, a sede, etc), embora, não sem alterá-los” (LEFEBVRE, [1992] 2004, p. 8-9, tradução nossa).

As determinantes que conferem humanidade ao homem passam para o segundo plano e as necessidades do capital para o primeiro. Em certas ocasiões, o desejo de fazer bem ao próximo sem cobrar algo em troca, de fazer diferente do que foi feito no dia anterior surge em momentos de reflexão após um dia desgastante no trabalho e no trânsito das metrópoles. Porque essa potência criativa do novo não se concretiza nas práticas sociais, mesmo com esses momentos de disritmia e de estranhamento? Talvez, o controle do Estado por meio de seus aparelhos e a própria necessidade de descansar para ir ao trabalho no dia seguinte sejam alguns dos elementos que tragam esses sujeitos para a realidade espetacularizada novamente. É o caso desse conflito que se passa com os trabalhadores quando se deparam com manifestações e dizem que são a favor destas, mas que não acham justo bloquear a volta para casa dos demais trabalhadores. De certo modo, nas falas dessas pessoas encontramos a manifestação do adestramento e da alienação, pois, se há luta de trabalhadores, sejam eles quais forem, esta luta deveria ser de todos os demais também. Por sua vez, as insatisfações dos passageiros dos ônibus que foram citadas anteriormente também convergem para um discurso que reproduz as relações sociais de

produção, pois não há questionamentos em relação à sua condição de trabalhadores assalariados, apenas criticam as dificuldades que de a cidade impõe para o cumprimento dessa função. No limite, os trabalhadores, mergulhados em suas desgastantes rotinas, apenas vislumbram melhores condições para a sua própria exploração. De acordo com Lefebvre,

“contradições, que tendemos a confundir com alienações, são criativas. Contradições dão origem a problemas, e assim a um conjunto de possibilidades e a necessidade de encontrar uma solução, e, por conseguinte, a necessidade de se fazer uma escolha. A solução pode ser opcional, medíocre, ruim ou falsa (ilusória). Uma boa solução resolve o problema inicial ao modificar a situação dada contra a qual ela está reagindo e está transformando. Quando o movimento para, os problemas dados são congelados; até mesmo se ele não for insolúvel, ele se transforma, então, em nome de uma solução falsa, a qual é geralmente o resultado de uma má compreensão sobre tal situação dada e um desconhecimento do que é possível” (LEFEBVRE, [1961] 2002, p. 209-210, tradução nossa).

É uma questão, portanto, de se pensar do ponto de vista de classes e não somente do ponto de vista de necessidades individuais, pois o cotidiano é a expressão fenomênica da apropriação da práxis social pelo capital. Questões aparentemente simples do cotidiano como a mobilidade urbana, se encarada também a partir do ponto de vista de classes, pode elevar as críticas a algo mais radical. Mais especificamente, se os trabalhadores não almejam a reapropriação da práxis social que está submetida ao giro do Capital, eles estão apenas reproduzindo as relações de produção preestabelecidas. Embora tenha-se identificado limites na possibilidade do novo por meio dessas corriqueiras situações analisadas, pode-se perceber como as contradições são imanentes ao capitalismo e, como nos diz Lefebvre, “por si mesmos, movimento e conflitos são criativos. É sempre preferível a presença de contradições do que a ausência delas” (LEFEBVRE, [1961] 2002, p. 210, tradução nossa). É a existência dessas contradições que renovam a esperança de que mudanças profundas possam ocorrer, pois “a alienação não é um ‘estado’, assim como a desalienação também não é. Ambas são concebidas em movimento” (LEFEBVRE, [1961] 2002, p. 207, tradução nossa).

Nesse sentido, não é por acaso que as intervenções do Estado em infraestrutura urbana tenham a questão da mobilidade urbana como ponto central. Se a ida e volta dos trabalhadores e a circulação das mercadorias não conseguirem ser processadas, a valorização do valor e a apropriação da práxis social pelo capital correm sérios riscos de não se realizar. Na RMBH, a reestruturação do Eixo Norte expressa essa necessidade de

atender às demandas da reprodução do capital, cuja manutenção e ampliação da apropriação da práxis social inscrita nas tramas reprodutivas do capital e na dinâmica metropolitana são partes estruturais. As reestruturações espaciais que objetivam a solução dos chamados problemas urbanos, especialmente os relativos ao transporte público, visam principalmente à reprodução do cotidiano encurralado em gargalos provocados pelas contradições iminentes ao modo de produção capitalista. Essas e outras intervenções espaciais que podem ser apreendidas em ato no momento da produção do espaço revelam o capital lidando com suas contradições para se reproduzir ampliadamente, mas também tentando reproduzir as relações de produção expressadas na cotidianidade da metrópole belo-horizontina.

#### **5.4 - A institucionalização do político e a inscrição da práxis social nas tramas reprodutivas do capital**

Em face à complexidade dos chamados “problemas urbanos”, que são na realidade o resultado direto das contradições do processo de urbanização regido pela lógica do mercado, o poder do Estado representativo tem enfraquecido a ação política popular e tem sido um grande obstáculo para a ação política de diversos movimentos sociais. Tais movimentos sociais, desde os anos setenta, trazem suas demandas para o debate público e tornam evidente a incapacidade do Estado em prover as condições mínimas de urbanidade para o conjunto da população (COSTA, 2003c). Mais do que isso, o Estado mostra que não pode solucionar tais problemas porque serve em primeiro lugar aos interesses do capital, o que torna o fato de os movimentos sociais recorrerem ao Estado para reivindicar melhores condições de vida uma contradição, pois isso reproduz sua própria exploração. Como nos diz Bihr,

“a apropriação capitalista da sociedade cria simultaneamente e contraditoriamente as condições de uma *ativação dos fatores subjetivos* da e na vida social. Em primeiro lugar, submetendo a prática social a uma incessante reviravolta, ela põe em evidência a capacidade de auto-instituição da sociedade e a faz aparecer como sujeito de si própria, apesar do fato de que ela aliena simultaneamente essa capacidade, ao concentrá-la nos aparelhos de reprodução do capital” (BIHR, 1999, p. 147).

As contradições criadas pela própria precarização da reprodução da força de trabalho, que têm como finalidade o barateamento desta enquanto mercadoria, mormente, encontram “soluções” imediatistas pelas mãos do Estado, que, nos momentos de

estranhamento dos trabalhadores em relação a esse espaço-tempo produzido para a reprodução do capital, soluciona e ou incorpora esse estranhamento, transformando-o em políticas públicas. Enfim, o Estado amortece o processo de desalienação social, institucionalizando as demandas geradas pelas contradições oriundas das crises da reprodução do capital, que são fruto da própria incapacidade do capital em solucioná-las. Para exemplificar, na experiência brasileira o intenso processo de urbanização, desencadeado a partir da década de 1950, trouxe consigo o crescimento das cidades para além daquilo que o próprio Estado e o capital poderiam absorver. O que não deixa, entretanto, de ser bem vindo para a reprodução dos capitais, pois gera um exército de mão-de-obra reserva. Mesmo estando empregadas muitas pessoas não conseguem comprar suas habitações pelos meios formais do mercado e com isso vão residir em áreas pouco equipadas com serviços públicos, morar de aluguel ou, na pior das hipóteses, em favelas ou nas ruas. A realidade é que o déficit habitacional no Brasil, já na década de 1960, era grande. Com o golpe militar de 1964, uma maneira encontrada para acalmar as massas foi a criação do Sistema financeiro de habitação (SFH) e do Banco nacional de Habitação (BNH), que foram divulgados como possíveis soluções para a questão habitacional no país. De acordo com Santos (2010),

“o SFH era um conjunto de medidas que foi noticiado como uma estratégia do governo para a promoção de financiamentos que pudessem subsidiar a aquisição da casa própria por diversos seguimentos da população, principalmente, as classes de baixa renda. [...] Por meio das COHAB's e COOPHAB's, os recursos do BNH eram distribuídos para a construção de moradias para as camadas de baixa renda (até três salários mínimos) e essa articulação era denominada de banco social. [...] A princípio, os recursos utilizados pelo SFH eram obtidos pelo aprisionamento de 1% dos salários dos funcionários contratados pelo regime CLT” (SANTOS, 2010, p. 26).

Na perspectiva de Costa (2006b, p. 149), “o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) só se viabilizou para as camadas de média e alta renda, o que contribuiu e muito para a associação entre legalidade e privilégio, mediada por um mercado imobiliário elitizado e excludente”. Ao redor dessa “cidade legal” formou-se o restante da cidade, bairros, cortiços e favelas nas áreas centrais e periféricas, que são o retrato da informalidade e de uma urbanização incompleta, a “cidade ilegal” (COSTA, 2006b, p. 149). No contexto de ausência do Estado e dos promotores imobiliários em fornecer habitação para a população de baixa renda, as favelas podem ser entendidas como “soluções inevitáveis” (FERNANDES, 1998, p. 136). Davis (2006, p. 212) vai mais longe

e afirma que aos excluídos do mercado formal de trabalho “só resta a favela como solução totalmente franqueada ao problema de armazenar o excedente de humanidade do século XXI”.

Tal situação experimentada por grande parte da classe trabalhadora brasileira é a expressão de contradições na própria estrutura da reprodução do capital. Este não quer se comprometer em fornecer as condições de reprodução de sua força de trabalho, pois são gastos sem retorno que elevam o preço do capital variável e reduzem as taxas de lucro. É importante que se diga que “um maior padrão material de vida para o trabalhador não é necessariamente incompatível com um aumento da taxa de exploração” (HARVEY, [1981] 2005, p. 29), desde que aumente a diferença entre a remuneração da mão-de-obra e os ganhos de produção. Com isso, o Estado é que tem que arcar com essas despesas relativas à estruturação física do espaço e com os bens de consumo coletivo, retirando sua arrecadação dos diversos impostos recolhidos das rendas de toda a população.

Em meio a contradições tão visíveis e sentidas na pele por muitos, há a eliminação ou incorporação de discursos e práticas à estrutura e ao planejamento do poder público que poderiam evoluir para algo mais subversivo e politizado. Expressadas principalmente pelos diversos movimentos sociais urbanos tais discursos e práticas, que podem ou não ter um caráter insurgente, perdem sua radicalidade ao tornarem-se políticas públicas. Em Belo Horizonte, a regularização de favelas, por exemplo, é um fenômeno sócio-político extremamente importante, cheio de contradições e com amplas repercussões (FERNANDES, 1998, p. 134). Políticas públicas como o PRODECOM e, principalmente, o PROFAVELA, apesar das limitações, “significaram o reconhecimento oficial e inequívoco dos direitos legais de propriedade dos favelados” (FERNANDES, 1998, p. 144). Ou seja, as condições miseráveis de vida dessas pessoas continuam as mesmas, mas elas apenas passaram ser “reconhecidas” e “aceitas” com tal por meio de uma couraça de legalidade. Ora, a regulamentação da posse dos terrenos de uma favela, apesar de amenizar um pouco os problemas imediatos da reprodução da força de trabalho, mantém a precarização da vida dessas pessoas e representa a apropriação das possíveis lutas sociais pela *razão de Estado*. As contradições do espaço que poderiam também conduzir à politização dos sujeitos são, portanto, amenizadas, jogando-as para debaixo do tapete ao adquirirem um certo respaldo jurídico.

Ao tratar da incorporação de elementos da crítica de *esquerda* pela *direita* no Estado social-democrata europeu, mas que também é algo que, em alguma medida, se

enquadra no cenário político brasileiro das últimas duas décadas, Bihl infere que tal medida

“consiste especialmente, para os poderes públicos, em ‘instrumentalizar’ a vontade de reapropriação das condições sociais de existência manifestada pelos atores das ‘novidades’ em questão, confiando-lhes a gestão de certos elementos da ‘sociedade civil’, e ao mesmo tempo colocando-os sob uma dupla tutela administrativa e financeira que lhes permite não perderem por isso seu controle” (BIHR, 1999, p. 157).

Dessa forma, apesar de certas conquistas para as condições imediatas de vida dos trabalhadores, tais ações conduzem a uma aparente maior representatividade da sociedade em geral dentro do planejamento das políticas públicas, mas ainda caminham distantes da conquista da verdadeira democracia. Essas medidas de caráter reformista apenas fazem com que o Estado e o capital ganhem tempo para descobrir formas para lidar com os problemas reais colocados pela luta de classes e que podem afetar as estruturas de poder previamente estabelecidas.

### **5.5 – Um breve ensaio crítico acerca das manifestações de junho de 2013 no Brasil: a necessidade de se (re)pensar a ação política também por um viés espacial**

O mês de junho de 2013 ficará marcado para sempre na história do Brasil por conta dos expressivos protestos populares, nos quais, em pleno mês de Copa das Confederações, dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas das principais metrópoles brasileiras para manifestar suas indignações diversas contra aquelas opressões que lhes afligiam. Esta reflexão que estamos propondo torna-se relevante, pois tais protestos ocorreram num momento em que a apropriação dessas cidades pelos diversos capitais estava em ato e facilitada por conta da realização de megaeventos esportivos, o que escancarou as contradições desses processos. Os protestos de junho deram novo fôlego ao pensamento dialético, principalmente no que toca as questões que envolvem a luta de classes no espaço urbano, pois a reprodução social sempre que chega a momentos de crise cria um ambiente tenso e propício à revoltas, protestos e greves.

Não há como não relacionar os protestos de junho no Brasil com a questão urbana. Para além do fato de esses protestos terem o ambiente urbano como palco e as metrópoles serem o *locus* da vida social, da produção das mercadorias e das relações de produção, esse espaço social também pode ser o *objetivo* do engajamento na ação política. A luta de

classes está nas cidades e salta aos olhos juntamente com o aparecimento das contradições intrínsecas à sua produção enquanto mercadoria. A grande questão é a complexidade para a identificação dos atores sociais envolvidos nesses protestos, mas entende-se que a questão entre o capital e o trabalho é central. Para Maricato,

“as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo forma com se realizam fazem a diferença. Mas a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos” (MARICATO, 2013, p. 33).

No caso do Brasil, que na última década passou de devedor para credor de muitos países dentro da economia global, a ideia de que há dinheiro e que ele tem sido utilizado desproporcionalmente em favor dos interesses do capital foi também um estopim para os protestos. Os trabalhadores urbanos dependem das metrópoles para sobreviver, pois é nas zonas industriais, produtivas, ou nos centros comerciais, reprodutivos, que eles vendem a sua força de trabalho para conseguir seus salários ao final do mês e é nas áreas residenciais que vivem suas vidas “fora” do ambiente produtivo. Nesse sentido, o processo de metropolização das cidades trouxe consigo a questão do transporte público, da periferização, da gentrificação, da violência e tantas outras contradições, as quais o Estado brasileiro vem tentando lidar a partir do rótulo dos chamados “problemas urbanos”, que na realidade são a manifestação das contradições do próprio capital. Ao retirar a carga dialética que o termo “contradição” contém, a *razão de Estado* busca solucionar abstratamente esses “problemas urbanos” por meio de uma racionalidade que visa consensos mais do que a horizontalização da ação política. Dado que, atualmente, são nas metrópoles que ocorre a reprodução social de grande parte da população mundial e esta depende de seu cotidiano para ganhar a vida, os protestos de junho mostraram que boa parte dessas pessoas, representadas principalmente por jovens estudantes, não querem mais

apenas consensos na produção do espaço urbano, mas querem mais participação popular na produção das cidades em que vivem e é por eles produzida.<sup>86</sup>

A princípio, os protestos ocorridos em São Paulo organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) direcionaram seus gritos de insatisfação contra o aumento de R\$ 0,20 centavos nas passagens de ônibus. Em poucos dias, os protestos alcançaram diversas outras capitais do país, muito em função da utilização da internet. Apesar de tudo ter sido iniciado por um movimento de esquerda que luta pela causa dos trabalhadores urbanos dependentes do transporte público, o que se viu em meio a esses protestos foi uma profusão de reclamações diversas, o que nos permite inferir que, mesmo esses protestos tendo sido iniciados por um movimento de esquerda, o MPL, eles tornaram-se, em alguma medida, apropriados também por pessoas sem qualquer posicionamento político ou mesmo por aqueles simpáticos às ideias da direita, que traziam principalmente críticas à corrupção. De modo geral, os gritos e cartazes mostraram que, mais do que simplesmente o aumento das passagens, as pessoas protestavam contra a pauperização dos trabalhadores urbanos brasileiros por conta do encarecimento do custo de vida, contra os abusivos investimentos nas obras para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, contra os baixos investimentos na reprodução social apesar da grande cobrança de impostos, contra a corrupção, pediam melhorias na área da saúde e da educação etc. Essa multidão, composta principalmente por jovens estudantes de renda média, mas que também continha uma significativa parcela composta por pessoas de várias idades e faixas de renda, reivindicava, perante as administrações estatais brasileiras nas esferas federal, estadual e municipal, condições adequadas para a reprodução de suas vidas nas metrópoles brasileiras. Portanto, em quase

---

<sup>86</sup> Tal constatação pode ser vista pelas perspectivas estratégicas do Movimento Passe Livre (MPL): “O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pela Tarifa Zero não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários). O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local. Os projetos reivindicados para a implementação do passe livre para uma categoria não devem implicar em aumento das tarifas para os demais usuários. O MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social. O MPL deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Nesse sentido, lutar contra a própria repressão e criminalização de que tem sido alvo”. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013).

todas as falas, cartazes e gritos, a questão urbana estava presente. E o que seria a questão urbana? Na visão de Castells,

“fundamentalmente, a questão urbana se refere à organização dos meios de consumo coletivo na base da vida cotidiana de todos os grupos sociais: habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte etc. No capitalismo avançado isso expressa a contradição fundamental entre, de um lado, a crescente socialização do consumo (como um resultado da concentração de capital e de meios de produção), e de outro lado, a lógica capitalista de produção e distribuição de seus meios de consumo, o resultado disso é o aprofundamento da crise nesse setor, ao mesmo tempo, protestos populares demandam a melhoria das condições materiais coletivas de sua existência cotidiana. Em uma tentativa para resolver essas contradições e seus conflitos resultantes, o Estado, cada vez mais, intervém na cidade; mas, como a expressão de uma sociedade de classes, o Estado, na prática, age de acordo com as relações de forças entre as classes e os grupos sociais, geralmente em favor da hegemônica fração da classe dominante. É dessa maneira que os problemas especificados tornam-se globalizados, a questão urbana, cada vez mais, relaciona o Estado ao cotidiano e provoca crises políticas” (CASTELLS, 1978, p. 3, tradução nossa).

Grosso modo, para Castells, a questão urbana é a disputa entre as classes pelos bens de consumo coletivo, em seus diferentes níveis (CASTELLS, 2000, p. 150). Entretanto, a questão urbana pensada e praticada dessa forma não contempla temas complexos e amplos que devem também incorporar o *possível* e que passam, portanto, pela reapropriação da práxis social. Sendo assim, pode-se dizer que a grande conquista que os protestos de junho já alcançaram foi o fortalecimento do lado dos trabalhadores urbanos na luta de classes que ocorre no espaço urbano, entretanto, ainda é cedo para dizer se eles podem caminhar no sentido de reverter essa “arapuca” para o trabalho, que é a metrópole, contra seus criadores e gestores. Como disse Harvey, ao comentar os protestos no Brasil, “o direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não” (HARVEY, 2013, p. 54).



com o modo que o Estado e o capital produzem e se apropriam das cidades em detrimento dos trabalhadores que as produzem. Independentemente das posições políticas e partidárias, os manifestantes queriam mais meios para se apropriar de suas cidades e de suas vidas. A partir desse cenário, é preciso que não fiquemos restritos à superfície do fenômeno e busquemos compreender suas determinações.

Além da flexibilização do processo produtivo, a partir da década de 1970, a fragmentação da ação política revolucionária passa também pela complexificação e diversificação das formas de se ganhar a vida, ou seja, a diversificação da atividade produtiva. Não há trabalhadores apenas dentro de fábricas, o trabalho assalariado se generalizou cada vez mais. A generalização do trabalho abstrato, produtor de mais-valia, encontra no ambiente urbano novas formas e possibilidades de manifestação, como é o caso do trabalho imaterial, setor de serviços, aquele que ocorre fora das fábricas e é necessário para a reprodução das relações de produção. Já no período do regime de acumulação fordista, as diferenciações entre as funções no ambiente do trabalho e nos salários pagos aos trabalhadores contribuíram para a fragmentação da ação política, que Marx, outrora, atribuiu ao proletariado. Atentando para a forma como os trabalhadores se relacionam com o tempo-espaço, principalmente nas metrópoles, percebe-se que há uma fragmentação da consciência de classe como se as partes fossem independentes da totalidade, como se essas partes fossem uma totalidade em si mesmas. As pessoas que lutam por melhorias no transporte público só conseguem pensar no transporte, as pessoas que trabalham em um supermercado brigam por melhorias no âmbito de seu trabalho no supermercado, o movimento feminista luta dentro de seu nicho específico etc. Na contemporaneidade, aqueles que lutam por uma mudança radical na estrutura social, essencialmente na estrutura de classes, estão diante de uma difícil tarefa, a construção de uma crítica espaço-temporal que conduza à, por exemplo, uma conscientização de classe que possa romper a própria fragmentação dos trabalhadores e também incluir outros grupos sociais. Há uma visível fragmentação entre a ação e o pensamento. A divisão do trabalho ultrapassou os muros da fábrica e alcançou todo o espaço social mediado pela forma dinheiro e pela mercadoria. Os trabalhadores, mesmo para além dos muros das fábricas, são adestrados a repetir, a fragmentar e não unir, a agir sem pensar e a pensar sem agir. Essa constatação nos permite entender melhor as formas pelas quais as relações de produção se reproduzem e também a importância que assume a crítica radical direcionada

para a produção em sentido amplo, tendo o espaço social também como um objeto pelo qual se luta.

Bihr (1999, p. 99) mostra que o movimento operário convergiu para um “mesmo efeito global; a sua fragmentação”. Alienado, esse proletário cada vez mais se distancia na teoria e na prática de suas próprias condições de existência e da possibilidade de transformação. A luta de classes ganha então novos atores? Ou, seria o mesmo movimento operário esse ator? Segundo o próprio Bihr (1999, p. 143), com o surgimento de novos movimentos sociais a partir da década de 1970, a luta de classes se fragmentou ainda mais. Estes movimentos acabaram se caracterizando por lutas particulares e que aparentemente situavam-se fora da esfera imediata do trabalho e da produção. Havia uma hostilidade recíproca entre aqueles novos movimentos e o movimento operário, este último lutava no interior da esfera do trabalho e da produção, enquanto o primeiro, por questões que transcendiam os muros das fábricas.

Como apontado por Bihr (1999, p. 153), apesar de grande parte do discurso desses novos movimentos sociais, em larga medida, terem sido cooptados pelo capital, eles mostraram que era necessária a “*ampliação do terreno para o aprofundamento da questão em jogo da luta de classes e, portanto, do combate político nas formações capitalistas centrais*”, pois

“as condições da reprodução do capital ultrapassam amplamente seu simples movimento econômico (seu ciclo de “valor em processo”) para se estender à totalidade das condições sociais da existência. (...) Em outras palavras, os “novos movimentos sociais” colocaram em evidência o fato de que “tudo é (tornou-se) político”, desde as relações entre homens e mulheres até a organização do espaço-tempo social e que, conseqüentemente, é preciso ampliar a luta anticapitalista” (BIHR, 1999, p. 153).

Há que se relativizar as análises de Bihr, pois no Brasil, por exemplo, os trabalhadores urbanos ainda têm que lutar pelos itens básicos destinados à sua reprodução, o que não era necessariamente o contexto europeu dos anos de 1970, pois esses países possuíam políticas de assistência social resultantes do chamado “pacto fordista”. No Brasil das décadas de 1960 e 1970, em que o processo de proletarianização estava em pleno vapor por conta das políticas voltadas para a industrialização dos grandes centros, os trabalhadores que passaram a morar e trabalhar nas cidades encontraram precárias condições de vida (FREITAS, 2006, p. 164). Em relação a esse aspecto, Lefebvre (2008, p. 53) já apontava que todo o espaço se tornou lugar da reprodução das relações de produção,

o que exige que a luta dos trabalhadores atue em escalas mais amplas de enfrentamento. Apesar de ambas as formas de luta, a dos operários e a dos demais movimentos sociais, integrarem a totalidade social e as contradições que motivam suas reivindicações possuírem raízes no modo de produção capitalista, elas permaneceram desarticuladas entre si e isso reflete no amortecimento do poder revolucionário do movimento operário e os próprios limites desses novos movimentos sociais, além da própria falta de mediação entre eles (BIRH, 1999, p. 154-155). Para Bihr,

“a luta anticapitalista deve se desenrolar simultaneamente *dentro e fora* do trabalho, visando à reapropriação da totalidade das condições sociais de existência, acabando com a separação entre movimento operário e “novos movimentos sociais”, prejudicial ao primeiro assim como aos últimos” (BIHR, 1999, p. 157).

Talvez essa fragmentação dos trabalhadores explique, em parte, a diversidade de reclamações e de ideologias em meio aos protestos de junho de 2013 no Brasil, muito embora os motivos que levaram aquela multidão para as ruas fossem comuns às contradições manifestadas no processo de apropriação da práxis social e das cidades pelo capital. A urbanização mostrou sua outra face, a face da politização e da ação política, pois o estranhamento por ela causado pode ser também um elemento detonador de diversos tipos de revoltas populares. O desafio passa a ser o de reunir as diversas causas trazidas pelos trabalhadores por meio da conscientização de classe sem promover um fechamento da ação, ou seja, sem impor as vontades de algum intelectual orgânico.

Pode-se dizer que a precariedade da vida dos trabalhadores nas metrópoles é a manifestação de uma forma de inserção precária dessas pessoas na esfera do trabalho e na vida urbana de modo geral. Portanto, apesar de reconhecermos a importância dos protestos de junho de 2013 no Brasil para o conjunto da luta de classes e para a ampliação da ação política no país, não podemos fetichizar todo e qualquer movimento social como sendo de natureza radical. É preciso que a partir deles e suas conquistas e fragilidades se possa ir desenvolvendo táticas que proponham também a reapropriação da práxis social, do tempo e do espaço sociais, subvertendo seus usos e suas estratégias hegemônicas. O que é importante salientar é que o espaço estava lá, servindo de palco e de motivação para ação e, assim, mostrou sua potencialidade para ser também esse elemento unificador.

Pode-se dizer que esses protestos de junho de 2013 avançaram em busca de algo não instituído, do vir-a-ser? Sim e não. Penso que apesar de não necessariamente buscarem derrubar o instituído, trouxeram novas pautas e avanços para o debate acerca das

(im)possibilidades do *urbano*. Nas *assembleias populares horizontais*, que ocorriam nos dias em que não havia grandes protestos, todos os participantes tinham poder de opinar e sem que houvesse qualquer tipo de hierarquia. Essa experiência representou um grande processo de aprendizado em relação ao que poderia ser uma verdadeira democracia para todos aqueles que tiveram a oportunidade de participar. Penso que pequenas, mas representativas ações como essas são apenas o início de um longo caminho para que o *urbano* e para que o direito à vida urbana se concretizem, devendo ser contínuos e ampliados.

Aos indivíduos, grupos e classes sociais que buscam uma transformação radical não basta apenas protestar por melhores salários, melhores condições de vida, melhores serviços públicos etc., além dessas reivindicações básicas, é importante propor novas formas de apropriação do tempo-espaço social. O espaço e o tempo não são fins em si mesmos, mas são meios e mediações que atendem a fins específicos e que, se servem para as estratégias de dominação, servem também para a resistência. Os protestos e experiências de enfrentamento no espaço urbano que encerram suas demandas no fornecimento de condições materiais básicas para a manutenção de suas vidas tendem a perder a sua força à medida que o Estado e o capital vão atendendo suas reivindicações. Não adianta propor mudanças para que as coisas permaneçam as mesmas. É imprescindível que surjam ações que possam gerar ganhos efetivos e que sempre caminhem no sentido da superação das classes e que não apenas restabeleçam o pacto entre elas. Para Bihr, tratando da fragmentação da ação política na década de 1970,

“a superação de seu particularismo, entretanto, só era possível se identificassem sua questão em jogo comum: a reapropriação de condições sociais de existência alienadas pela submissão às exigências da reprodução do capital, a construção de uma sociedade liberta da dominação capitalista. O que supunha de novo que se estabelecesse uma ligação orgânica entre os “novos movimentos sociais” e a luta de classe do proletariado. Assim, a ausência de mediação entre os dois devia necessariamente desembocar na ausência de mediação entre os próprios ‘novos movimentos sociais’” (BIHR, 1999, p. 155).

Em Belo Horizonte e em praticamente todas as metrópoles brasileiras, diversos outros movimentos sociais motivados por todos os processos de apropriação das cidades pelo capital têm buscado se apropriar de alguns espaços como forma de protesto, impondo práticas sociais distintas às que são prescritas pelo Estado para esses locais. Somente para

citar alguns exemplos, temos os movimentos Praia da Estação, Batalha de DJ's e Marcha das Vadias. Quais os impactos causados na estrutura social que esses movimentos sociais, que trazem para o debate temas diversos, ainda não sabemos, mas a conquista deles é a politização de grande parcela da população que até então estava distante da ação política. Em um primeiro momento, estes atos trazem causas particulares, mas ao se depararem com a estruturação imposta à vida urbana, tendem a descobrir que suas causas estão conectadas com algo mais amplo. Acima de tudo, os protestos de junho de 2013 no Brasil, assim como os diversos outros protestos que têm ocorrido no Brasil e no mundo, são importantes para a constatação de que a figura dos trabalhadores enquanto agente político não desapareceu, apesar de sua fragmentação no seio do espaço social. Os trabalhadores materializam-se no espaço por meio de suas diversas manifestações socioeconômicas e socioespaciais, como mendigos, operários, balconistas, engenheiros, médicos, professores, bancários, sem-teto, sem-terra, estudantes, catadores de lixo etc. Dessa forma, renegar a existência e a essência política dos trabalhadores é sucumbir às alienações e aos fetichismos que são traços marcantes da modernidade. A grande questão que ecoa nesse momento é como continuar avançando rumo à emancipação social? Para tentar refletir sobre essa e outras questões penso que o retorno à teoria do espaço de Henri Lefebvre é, nesse instante, algo indispensável, pois se há algo que ficou evidente nesses protestos é a centralidade do espaço para o engajamento na ação política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou a reflexão e a crítica do processo de apropriação da práxis social pelo capital, tendo como fenômeno estudado a metropolização de Belo Horizonte. A partir da experiência da produção do espaço da e na metrópole belo-horizontina, procurou-se revelar as estratégias e contradições presentes nesse processo, em que a urbanização e o próprio espaço social são transformados em verdadeiras “arapucas” para o trabalho e para o trabalhador. Entretanto, procurou-se mostrar também que tal processo e suas contradições imanentes também podem ser a porta de entrada para a politização e para o engajamento na ação.

Nos primeiros capítulos deste estudo foram apresentadas reflexões de natureza mais teórica que auxiliaram na compreensão das determinações dos fenômenos estudados ao longo de toda esta pesquisa. Havia a necessidade de melhor compreender as bases fundadoras e estruturadoras do mundo moderno para a aproximação do processo de metropolização de Belo Horizonte. Tal relação dialética entre os aportes teóricos e as observações e vivências práticas foram muito enriquecedoras para os rumos desta pesquisa. Este estudo mostrou que a produção do espaço urbano, no capitalismo, é um processo que envolve dimensões múltiplas e indissociáveis, o que exige do pensamento a promoção de recortes analíticos que possam ser posteriormente religados à totalidade social em questão e também aos processos de totalização. Pode-se dizer que a expansão das metrópoles é também a materialização da reprodução ampliada do capital e de suas contradições. Isso sinaliza que a valorização dos capitais não se processa apenas no tempo, mas também no espaço. Portanto, a dimensão espacial do capitalismo expressa-se nessa busca constante pela revolução do espaço social, tornando-o capital. Para que a reprodução social continue a ocorrer mediante a venda do próprio trabalhador como força de trabalho, o processo de produção do espaço produz também representações diversas que visam à manutenção dessas relações de produção. A representação ideológica do indivíduo moderno, que leva uma vida independente dos outros seres humanos e que deve renegar os modos de ser e de viver apontados como tradicionais, é um bom exemplo disso. Portanto, a produção do espaço não é pura e simplesmente a produção de formas, mas é, essencialmente, a produção e reprodução de conteúdos, de relações sociais de produção. Para Lefebvre ([1972] 2001, p. 37-39), o conceito de produção envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o “sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de

ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades” (LEFEBVRE, [1972] 2001, p. 37-39). Porém, diz o autor, “quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida”. Neste sentido, a produção misturada à atividade material e ao mercado de trabalho constitui a linguagem da vida real” (LEFEBVRE, [1972] 2001, p. 37-39).

A compreensão do processo de metropolização demanda, portanto, que se investigue mais do que a soma das histórias, das vivências e dos ritmos individuais. A metropolização é a expressão dos conflitos entre interesses e poderes divergentes e expressa a sociedade que a produziu e impõe a ela um modo específico de vida e de reprodução da própria vida. O espaço urbano, o local onde a vida e práxis social de grandes massas de trabalhadores acontecem e são reproduzidas, ao ser produzido, mormente, para a troca, como força produtiva para o capital, escancara as contradições de sua própria produção.

Nesse contexto em que os indivíduos reconhecem sua individualidade a partir da condição de consumidores individuais, as pessoas têm perdido a noção da alteridade, pensando somente em si mesmas. Principalmente nas metrópoles, nossa relação com as outras pessoas está cada vez mais fria e individualizada. Graças ao espírito competitivo que vigora no capitalismo, somos obrigados a competir entre nós mesmos para ocuparmos os melhores postos de trabalho, as melhores vagas de estacionamento, os melhores lugares dentro do transporte coletivo etc. Com vizinhos de rua ou de prédio tem-se um contato superficial e são poucos os momentos de socialização, pois estes são reservados para os momentos posteriores ao do trabalho. Em uma cotidiana viagem de ônibus ou em um espetáculo musical, as pessoas estão cercadas por estranhos, pessoas pelas quais não se interessam em saber sua origem ou seu destino. São pessoas que possuem histórias de vida das quais as demais não fazem parte e somente em um novo encontro casual terão a possibilidade de compartilhar o mesmo espaço. É nesse cenário de uma certa solidão, mesmo em meio a milhões de outros indivíduos, que vive-se uma pretensa vida moderna. A vida na metrópole confinada na solidão de um carro em meio a milhares de outros automóveis entulhados em ruas esvaziadas de alma é uma expressão do cotidiano desses tempos modernos. Quem recebeu um aumento salarial no trabalho e acabou de comprar um automóvel, provavelmente estará radiante de alegria e a essas pessoas não interessa a vida que leva um morador de rua, vivendo a poucos quarteirões de seu apartamento. Vive-se cada um por si, o que é uma expressão da alienação presente nas práticas sociais. O

cotidiano da metrópole belo-horizontina com seus ritmos mostrou-se um laboratório rico para o estudo desses processos de (re)produção da sociabilidade moderna.

Nossa contribuição para o conhecimento acerca do processo de urbanização foi mostrar que, embora vive-se em meio a essa aparente vida individual, a vida social é construída por uma profunda “dependência” entre os indivíduos, pois a condição humana é viver de forma coletiva, não individual. Tudo o que é produzido e consumido, desde produtos até símbolos e signos são produtos coletivos, sociais, incluindo o próprio espaço social. A articulação entre os aportes teóricos e uma primeira análise da produção do espaço no Eixo Norte, o qual houve uma aproximação de suas determinações e contradições principalmente no quarto capítulo desta pesquisa, mostrou que, tanto nos investimentos estatais em infraestrutura urbana quanto nos capitais privados investidos nos empreendimentos diversos, há trabalho humano explorado por terceiros, pois capital é trabalho. Nesse sentido, esta análise foi estruturada para criar estranheza a essas relações, mostrando que a exploração do trabalho não se processa apenas individualmente, mas ela ocorre essencialmente pela exploração de uma classe pela outra. Os capitais investidos pelo Estado e pelo Capital na produção do espaço são, portanto, as armas produzidas pelos próprios trabalhadores, enquanto classe, sendo utilizado para explorá-los novamente. O individualismo e a suposta independência entre os indivíduos, que é um dos pilares da modernidade no campo discursivo, caem por terra à medida que mostra-se o seu oposto, ou seja, a grande interdependência que existe entre os seres humanos. Os seres humanos, cada qual com suas características individuais, vivem e sobrevivem dentro de contextos sociais e não apenas relacionam-se com seus próprios corpos e com a natureza. Revelou-se tal realidade chegando à perspectiva de classes, em vez de partirmos dela para a compreensão dos fenômenos socioespaciais. Na pretensa vida moderna o individualismo é uma das maiores representações ideológicas e que objetiva enfraquecer a consciência coletiva dos indivíduos, especialmente a consciência de classe. O componente coletivo da sociedade, manifesta-se no momento da produção, pois é a força de trabalho de milhares de pessoas ao redor do mundo que gera os produtos que são consumidos individualmente.

No quinto capítulo dessa pesquisa buscou-se mostrar que as possibilidades de transformação da sociedade rumo a um novo espaço-tempo podem partir dos mais singelos atos e das mais simples ações. Utilizou-se algumas das múltiplas contradições do e no processo de metropolização de Belo Horizonte que foram apresentadas no capítulo anterior para mostrar como as contradições da e na produção do espaço criam situações de abertura

para as lutas sociais. Percebe-se que ainda há resistências. Os protestos de junho de 2013, no Brasil, por exemplo, mostraram as possibilidades para ações coletivas advindas do estranhamento às cidades apropriadas pelo capital que, apesar de ainda cultivarem a essência das relações mediadas pelo dinheiro e pela troca, carregam também um traço distinto, um componente coletivo. No âmago da maior parte desses indivíduos, as bases do modo de produção capitalistas como o trabalho assalariado, o Estado e a propriedade privada ainda permanecem como um traço de alienação, porém entrelaçados com algo em potencial que pode, após um longo processo, vir a engendrar algo novo, não instituído.

A grande questão que se coloca a partir deles é saber como ir além. O urbano conforme apreendeu Lefebvre é mais que um simples palco para o enfrentamento físico, político ou ideológico, ele é uma mediação dentro de uma estratégia de dominação ou de transformação mais ampla e é também o objetivo pelo qual se deve lutar. Portanto, o enfrentamento em relação ao poder hegemônico que se desenrola nos espaços urbanos, se não apontar suas lanças para aquilo que está na estrutura da urbanização capitalista, não conseguirá alcançar objetivos verdadeiramente transformadores. É preciso insistir na ideia da cidade enquanto um *meio* que não pode ser entendido apenas como receptáculo das práticas espaciais ou como um mero palco das lutas sociais. Na perspectiva lefebvriana, da qual esta análise é inspirada, as lutas urbanas devem objetivar a produção de um novo espaço-tempo. Esse urbano revolucionário depende de uma apropriação efetiva e coletiva das cidades pela sociedade como um todo e esse deve ser o principal objetivo pelo qual se luta. Essa apropriação deve buscar redefinir os usos desse espaço, restabelecendo o espaço urbano como obra.

Algo que perpassou toda essa pesquisa, o tema do estranhamento em relação à metrópole, pôde ser explorado, pois partiu-se da produção de Belo Horizonte para a compreensão luta de classes contemporâneas. Parte das agitações sociais contemporâneas pode ser explicada pela *disritmia* ou pela não adaptação total dos indivíduos aos modos de apropriação da práxis social pelas formas de sociabilidade modernas. Apesar de certa cautela, entende-se que o processo de reapropriação da práxis social pelos trabalhadores começa com a sinalização de que o corpo ainda não se adaptou totalmente aos ritmos produtivos e ele dá sinais disso. O longo caminho rumo ao fim da alienação pode começar a brotar por meio dessas contradições inscritas na escala do indivíduo e pode, a partir destes, chegar a muitas outras pessoas. As práticas cotidianas das pessoas comuns demonstram que os ritmos da produção e do trabalho causam um descompasso entre as

necessidades e os ritmos do corpo e os ritmo do trabalho. Esse descompasso pode ser um princípio para o longo processo de desalienação dos indivíduos. Não obstante, o mundo moderno impõe a fragmentação entre o pensar e o viver a metrópole, que se articula a uma divisão do trabalho entre os que pensam e os que agem e entre o pensamento e a prática na cidade, o que constitui um elemento central para a compreensão dos descaminhos da política do e no espaço da metrópole. Verifica-se que é predominante, na maioria das falas acerca da urbanização, da metrópole, da cidade e do urbano, visões fragmentadas, alienadas e alienantes, que acabam por induzir ao conjunto da população ações, reivindicações, indagações, apropriações, intervenções e críticas também fragmentadas.

Os rumos dessa reflexão, que começou aparentemente “pessimista”, possui, na realidade, a intenção também oposta, ou seja, pensar o devir. O devir se expressa nessa reflexão pela intenção de retirar os agentes transformadores da sociedade, a classe trabalhadora, da alienação e do fetichismo impregnados nos discursos repletos de ideologias que os envolvem e os cegam diante dos fatos repletos de contradições. Tenta-se promover análises sem, entretanto, cair em tentações diversas como a positividade ou o pessimismo irrefletidos e exacerbados. É por acreditar na possibilidade de transformação social, em que a classe trabalhadora deverá ter um papel decisivo, que é importante tentar adentrar na lógica do capital para revelá-la em sua perversidade e desumanidade.

A crítica radical ao mundo das mercadorias e a essa economia política do espaço devem passar, portanto, pela crítica a desumanização implícita para uns e explícita para outros. A produção do espaço é o momento em que a totalidade social se expande, se reproduz e se move, levando todos os seus conteúdos e suas formas em uma escala sempre ampliada. É o momento em que a totalidade social em questão, no caso o capitalismo, sai de sua toca e tem que mostrar sua face oculta. Nesse momento, essa totalidade se mostra aberta e, conseqüentemente, “frágil” por estar lidando diretamente com suas contradições internas e externas, sinalizando para as possibilidades do novo que ela contém dentro de si. Esse novo pode ser a ampliação de relações já consolidadas, a sua reformulação ou a destruição completa destas.

Por pensar o capitalismo como uma totalidade aberta e tendo em conta tudo o que foi exposto nesta pesquisa, seria necessário, sobretudo, verificar como os possíveis agentes políticos, no caso a classe trabalhadora, relaciona-se com o espaço-tempo imposto por essa totalidade. Imaginemos uma situação metafórica, um filme, em que um ator recebe seu roteiro, suas falas, seus gestos expressões a serem executados em cenas previamente

escritas e pensadas pelo autor, pelo diretor ou pelo roteirista desse determinado filme. Tudo o que se passará nesse tempo-espaço do filme é programado de antemão. Desta situação não se pode esperar o novo. A capacidade criativa do ator é limitada por uma racionalidade e uma presença-ausência, que, nesse caso, é o roteiro do qual ele não pode escapar, pois o destino de sua personagem está previamente definido. O ator coloca em sua interpretação, seus sentimentos e seu jeito pessoal, mas de forma já limitada pelo que foi escrito para a sua personagem. Se pudesse participar do processo criativo, talvez fizesse a cena, seus gestos, suas falas e o destino da personagem de outra forma.

Transportada para a vida real nos termos lefebvrianos, nessa metáfora, o roteiro e as falas definidas pelo autor e pelo roteirista seriam abstrações advindas do espaço abstrato que, no capitalismo, concretizam-se nas práticas sociais. Nessa perspectiva, o Estado seria o autor ou o roteirista, mas também ator desse filme e os demais atores seriam os indivíduos, classes, movimentos, grupos sociais etc. No entanto, o grande salto nas abordagens de Lefebvre e também de Marx em relação à tendência a um pessimismo se deve ao fato de suas ideias nos permitirem pensar essa totalidade a partir de sua abertura. Isso significa que esse roteiro preestabelecido existe, mas não é homogêneo e intransponível. Assim como a burguesia revolucionou as relações feudais até superá-las, no curso de um longo processo, os agentes sociais que buscam mudar a realidade precisam manifestar sua capacidade criativa para propor outro roteiro, outras falas, outros personagens e, sobretudo, produzir outro tempo e outro espaço. É preciso dizer que a transformação social não faz parte de uma ficção, mas da realidade concreta, portanto, do possível. Sobre esse aspecto, é importante que os trabalhadores de modo geral, encontrem um fio condutor para as suas lutas e tentem articulá-las. O urbano lefebvriano, enquanto um possível resgate da política pode ser o *caminho* e o *objetivo* desse processo de transformação. A ideia de um *utopismo dialético* apontado por Harvey (2000, p. 239) seria uma alternativa para tentar unificar essas lutas e tirar esses movimentos dos seus *particularismos militantes*. Porém, nessa transformação, o pensamento e a ação devem ser livres, pois a *abertura* daria a tônica dessa sociedade. A ideia de um *fechamento* para essa transformação seria a imposição de um novo roteiro e poderia conduzir a autoritarismos de diversas naturezas. É importante que se ataque diretamente as bases de sustentação do espaço abstrato, propondo algo que se diferencie do próprio capital enquanto mediador das relações sociais. No entanto, novos autoritarismos poderão ser bem destrutivos.

Ao contrário do que muitos podem pensar, produzir o espaço não significa apenas uma ação ou reação, mas, também, uma estagnação e um consentimento em relação a aquilo que é imposto. Dessa forma, a transformação social passa pela retomada da capacidade criativa dos indivíduos transformados em sujeitos pela reapropriação da práxis social e que conduzam processos de mudanças que vão desde seus gestos mais sutis a mais ampla escala das relações sociais, uma consciência de classe, por exemplo. É a articulação de diferentes formas de ação que poderá criar o novo, o diferente. É importante que as *reestruturações* partam também dos indivíduos e que espacializem-se por meio da práxis e da restauração do político. Essa *reestruturação*, que parte dos indivíduos, precisa visar o novo e se pôr contra a cotidianidade do capital, alcançando todas as dimensões da existência social, sendo, portanto, uma contra ofensiva às sucessivas reestruturações pelas quais somos impelidos, principalmente, pelo processo de modernização. A política da e na cidade precisa ser exercitada contra o cotidiano, contra o Estado e contra o capital, visando à destruição dessas relações. As pessoas, indo para as ruas ocupar os espaços da cidade na forma de protestos mostram que o estranhamento em relação à apropriação da cidade pelo capital não é algo que passa totalmente despercebida. Apesar de ser o início de um longo caminho, a experiência dos protestos de junho e as demais ações políticas nas cidades mostram o poder dos trabalhadores, que caso caminhem no sentido de uma consciência de classe poderão ir muito mais longe.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., [1944] 1985.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 105-110, outubro de 1995.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. In: ŽIŽEK, S. (org.). Um mapa da ideologia. Trad. Vera Ribeiro; Rev. de trab. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, [1970] 1996, 337p.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. “Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas”. In: MENDONÇA, J. G. de e GODINHO, M. H. de L. (org.). População, espaço e gestão na metrópole. Belo Horizonte, PUC Minas, 2003.

BAITZ, Ricardo. Uma aventura pelos elementos formais da Propriedade: nas tramas da relativização, mobilidade e abstração, à procura da contra-propriedade. (Tese) - FFLCH/USP, pós-graduação em Geografia, São Paulo, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro, Zahar, [2000] 2001.

BENEVOLO, Leonardo. As origens da urbanística moderna. Editora presença, Portugal e Livraria Martins Fontes, Brasil, 1983.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, [1936] 1994.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução: João Wanderley Geraldi. In: Revista Brasileira de Educação, Nº 19, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>> Acesso em: 25/010/2011.

BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira, et al. São Paulo 1975 – Crescimento e pobreza. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CARCANHOLO, Reinaldo. A. Elementos básicos da teoria marxista do valor. In: V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos, 2005, México. Anales del V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos, 2005.

CARLOS, Ana fani Alessandri. Apresentando a metrópole na sala de aula. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.) . A geografia na Sala de aula. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999, v. 1, p. 07-134.

\_\_\_\_\_. Espaço-Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

CASTELLS, Manoel. A questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Itens 1 e 2 da Parte II: A ideologia urbana, (1ª impressão), [1972] 2000.

\_\_\_\_\_. City, class and Power. Londres: The Macmillan Press, 1978.

CASTELLS, Manoel.; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Novos Estudos, n. 45. São Paulo: CEBRAP, p. 152 – 166, 1996.

CHAGAS, Eduardo F. O Pensamento de Marx sobre a subjetividade. In: Revista Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/viewFile/3099/2360> Acesso em: 05/02/2014.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2007, 367p.

COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: X Encontro Anual da ANPUR, 2003a.

\_\_\_\_\_. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? Artigo apresentado no VII ENCONTRO NACIONAL DA AMPUR, Porto Alegre, 24-28 de maio de 1999. Publicado na revista eletrônica etc. espaço, tempo e crítica no. 2, vol. 1, julho-setembro, 2007 ([www.uff.br/etc](http://www.uff.br/etc)).

\_\_\_\_\_. Produção do espaço metropolitano em Belo Horizonte, Brasil: revisitando a economia política da urbanização. In: 12º. Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009. 12do Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo : Easy Planners, 2009. v. 1. p. 1-14.

COSTA, Geraldo Magela; ARAÚJO, C. E. A expressão sócio-econômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: Costa, H. S. M. (org). Novas periferias metropolitanas - a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006, pp. 35 – 46.

COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; VEIGA, Fernanda Mesquita; TALMA, Matheus Marcelo de Pinho. Planos Diretores e Políticas Territoriais: reflexões a partir de transformações no Vetor Norte da RMBH. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.119, p.85-112, jul./dez. 2010.

COSTA, Geraldo Magela.; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho . Processos socioespaciais nas metrópoles de países de industrialização periférica: reflexões sobre a produção do espaço metropolitano de Belo Horizonte, Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 13, p. 09-25, 2011.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, R. L. (coord.). Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte, CEDEPLAR / PBH, 1994, p. 51-77.

\_\_\_\_\_. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: Mendonça, J. G. de; Godinho, M. H. de L. (org.). População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003b, pp. 159 – 179.

\_\_\_\_\_. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. In: COSTA, H.S.M. et al (orgs). Novas Periferias Metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte – dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

\_\_\_\_\_. A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à legalidade. In: Brandão, C. A. L. (org.) As cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 145-156, 2006b.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Gestão urbana e controle social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do orçamento participativo em Belo Horizonte. In: Gonçalves, M.F.; Brandão, C. A.; Galvão, A. C. (Orgs.) Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional. São Paulo: Ed. UNESP: AMPUR, p. 113-129, 2003c.

DAVIDOVICH, Fani. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DAVIS, Mike. Planeta de Favelas: a involução urbana e o planejamento informal. In: Sader, E. (org.) 2006. Contragolpes. São Paulo: Bontempo, p. 191-218.

DEBORD, Guy. A sociedade do Espetáculo. Versão para eBook eBook Brasil.com, [1968] 2003. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf> Acesso em: 25/06/2012.

DEL GAUDIO, Rogata. Soares.; PEREIRA, Doralice. Barros. Estado-nação para consumo ideológico? In: PIMENTA, S. M. et. al. (coord.) Sociedade e consumo: Múltiplas dimensões na contemporaneidade. Curitiba: Jurual, 95-117, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. Cesta básica tem comportamento diferenciado nas capitais. São Paulo, 06 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2014/201401cestabasica.pdf>> Acesso em: 07/02/2014.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução: B. A. Schumann; edição José Paulo Neto. São Paulo: Boitempo, [1845] 2008.

\_\_\_\_\_. Para a questão da habitação. Obras Escolhidas. Editorial "Avante!". [1872] S/D. Disponível em: [http://resistir.info/livros/engels\\_q\\_habitacao.pdf](http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf) Acessado em: 03/01/2014.

\_\_\_\_\_. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. Editora Escala. São Paulo, [1884] 2007.

FAINSTEIN, Susan. Justice, politics and the creation of urban space. In: MERRIFIELD, A., SWYNGEDOUW, E. 1997. The urbanization of injustice. New York: New York University Press, 1997.

FARRET, R. L. Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: Farret, R. L. et alli. 1985. O espaço da cidade: contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto Editores Associados, p. 73 – 90, 1985.

FERNANDES, Edésio. A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte. In: Fernandes, E. (org.). Direito urbanístico. Belo Horizonte: Del Rey, p. 133-168, 1998.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. (trad.) RAMALHETE, Raquel Petrópolis, Vozes, [1975] 1987.

\_\_\_\_\_. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, [1978-1979] 2008.

\_\_\_\_\_. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, [1971] 1998.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. [1979] 1984.

FRANCO JR. Hilário. As cruzadas. São Paulo. 3ª ed., Editora Brasiliense, [1981] 1984.

FREITAS, Eliano de Souza Martins. O movimento ecológico e a (re)produção social da metrópole ao sul de Belo Horizonte. In: Novas Periferias metropolitanas - A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul (Heloisa Soares de moua Costa (org.). C/Arte, Belo Horizonte, 2006.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993.

GRAMSCI, Antônio. Contribuições para uma história dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S. A., 1979, 3-114.

GIUCCI, Guillermo. A vida do cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, [1975] 2005.

\_\_\_\_\_. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, [1976] 2005.

\_\_\_\_\_. The urban process under capitalism. In: DEAR, M. e SCOTT, A. J. (eds), 1981. Urbanization and urban planning in capitalist societies. New York, Methen and co. 1981.

\_\_\_\_\_. A Geopolítica do Capitalismo. In: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, [1981] 2005.

\_\_\_\_\_. Los limites del capitalismo y la teoría marxista. Maxico: Fondo de Cultura Econômica, [1982] 1990.

\_\_\_\_\_. Do Administrativismo ao empreendedorismo: A transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, [1989] 2005.

\_\_\_\_\_. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 1992.

\_\_\_\_\_. Espaços de Esperança. Editora Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. O novo imperialismo. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo, 7ª Ed., Edições Loyola, [2003] 2013.

\_\_\_\_\_. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo, Boitempo, [2010] 2011.

\_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram o Brasil. Boitempo, 2013. (pp. 47-61).

\_\_\_\_\_. Das democracias totalitárias ao pós-capitalismo. Entrevista concedida ao site Outras Palavras. 2014. Disponível em: <[http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/das-democracias-totalitarias-ao-possivel-pos-capitalismo/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=das-democracias-totalitarias-ao-possivel-pos-capitalismo](http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/das-democracias-totalitarias-ao-possivel-pos-capitalismo/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=das-democracias-totalitarias-ao-possivel-pos-capitalismo)> Acesso em: 14/03/2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Philosophy of Right*. Translated by S.W Dyde, Batoche Books Limited, Canada, [1820] 2001. Disponível em: <http://www.ed.ntnu.edu.tw/~t04008/frontpage/online/93westphilo/right.pdf>

HISSA, Cássio. Eduardo Viana. O projeto de pesquisa: valores e contextos. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, v. 7, n.9, p. 39-55, jul. 1997.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2ª. edição, 1979.

JURONG CONSULTANTS. *Strategic Framework Report: Belo Horizonte Multi-Modal Corridor*. 2009. Disponível em: <http://www.globalurban.org/MG/2%20-%20Relatrio%20da%20Estrutura%20Estratgica%20-%20Frost%20&%20Sullivan.pdf>

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIPIETZ, Alain. As transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metodológicas e esboço de teorização. *Espaço e Debates*. Ano IV, n. 12. São Paulo: Canopus Editora, 1984. p. 66 - 93.

LEFEBVRE, H. (1981a) *Perspectivas de sociologia rural*. 1ª edição 1953. Trad. Cynthia A. Sarti e Solange Padilha. In: MARTINS, José de Souza. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, p. 163-177

\_\_\_\_\_. (1981b) *Problemas de sociologia rural*. 1ª edição 1949. Trad. Cynthia A. Sarti e Solange Padilha. In: MARTINS, José de Souza. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, p. 144- 162.

\_\_\_\_\_. *Lógica formal / lógica dialética*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1948] 1979.

\_\_\_\_\_. *Marxismo*, L&PM: Porto Alegre, [1948] 2011.

\_\_\_\_\_. *Critique of Everyday Life: Foundations for a sociology of the Everyday*. Translated by John Moore. Editor Verso, London-New York, [1961] 2002.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, [1968] 1991.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo. Centauro, [1969] 2001.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG [1970] 1999.

\_\_\_\_\_. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2008.

\_\_\_\_\_. *A Cidade do Capital*. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, [1972] 2001.

- \_\_\_\_\_. The production of space. Oxford: Blackwell. 3ª edição, [1974] 1991.
- \_\_\_\_\_. A produção do espaço. Versão preliminar para estudos; tradução: Grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l’espace. 4º éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), Belo Horizonte: IGC/UFMG, [1974] 2012.
- \_\_\_\_\_. La presencia y la ausência: Contribución a la teoría de las representaciones. Fondo de cultura econômica, México, [1980] 1983.
- \_\_\_\_\_. Conversa com Henri Lefebvre. Espaço e Debates, Nº 30, 1990, pp. 61-69.
- \_\_\_\_\_. Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life. Translated by, ELDEN, Stuart; MOORE, Gerald. Continuum, London - New York, [1992] 2004.
- LOJKINE, J. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, Martins Fontes. Cap.2. 1981.
- MACHIAVELLI, Niccolò. O Príncipe [1513-1532]. Edição: Ridendo Castigat Moraes. Versão para e-book 2000. Versão para pdf 2005.  
Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf> > Acesso em: 15/05/2012.
- MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 9. ed. São Paulo, Editora Contexto, [2010] 2013.
- \_\_\_\_\_. A sociabilidade do homem simples. 2. ed. São Paulo, Editora Contexto, [2008] 2012. v. 1. 172 p.
- MARTINS, Sérgio Manoel Merêncio. Crítica à economia política do espaço. In: Amélia Luisa Damiani; Ana Fani Alessandri Carlos; Odette Carvalho de Lima Seabra (Org.). O espaço no fim de século: A nova raridade. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999, v. p. 13-41.
- \_\_\_\_\_. Poder, política, urbano e a caixa de Pandora. Cidades. Presidente Prudente, v.7, n. 11, p. 79-120, jan.-jun. 2010.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, Otilia. A cidade do pensamento único - desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (pp. 121-192).
- \_\_\_\_\_. É a questão urbana, estúpido!. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram o Brasil. Boitempo, 2013. (pp. 32-46).
- MARX, Karl. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: MARX, Karl. A questão judaica. Tradução: Sílvio Donizete Chagas. São Paulo, Centauro, [1844] 2005.
- \_\_\_\_\_. A questão judaica. Tradução: Sílvio Donizete Chagas. São Paulo, Centauro, [1844] 2005b.

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo [4ª – reimpr.], [1844] 2010.

\_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. Baurú, São Paulo: EDIPRO, [1865] 2004.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo, Nova Cultural, [1867] 1996.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 29ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [1867] 2011.

\_\_\_\_\_. A Guerra Civil na França. Ed. Ridendo Castigat Moraes, E-book eBooksBrasil.com, [1867] 1999. Disponível em:  
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Scheneider, Luciano Cavini Mortorano. São Paulo: Boitempo, [1845-1846] 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. Editora Escala. S. Paulo, [1848] 2007.

MENDONÇA, Jupira Gomes.; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Entre a homogeneização e a diversidade: segregação sócio-espacial na metrópole belo-horizontina e as especificidades do eixo sul. Espaço e Debate, 2003, v. 24, n. 45, p. 75-86.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. MONTE-MÓR, R. L. de M. (coord.). Belo Horizonte: CEDEPLAR / PBH, 1994, p. 12-27.

\_\_\_\_\_. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: Castriota, L. B. (org.) Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: editora C/Arte, 2003, PP. 260-271.

MORAES, Antônio C. R. de. Ideologias Geográficas. São Paulo: Annablume, 2005.

MUMFORD, L. A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas. 4ª Ed. São Paulo. Martins fontes. [1961] 1998.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. A Genealogia da Moral. São Paulo, Editora Centauro, [1887] 2002.

OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: Moisés, J. A. et al. (orgs) Contradições urbanas e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 65-76.

PEREIRA, Doralice, B.; CAMPOS, Laura, A. A Linha Verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte projeto de modernidade e empreendimentos. *Revista Geografias*, Belo Horizonte, 2009, p. 50-64.

POGREBINSCHI, Thamy. O enigma do político: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E INFORMAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE PLANEJAMENTO; INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Estudo sobre os impactos oriundos de iniciativas localizadas no eixo norte da RMBH e definição de alternativas de desenvolvimento econômico, urbano e social para o município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: FUNDEP, Vol. IV - Análise Comparativa dos Planos Diretores do Vetor Norte da RMBH: a dimensão territorial, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS. Lei complementar n° 002/99, de 30 de dezembro de 1999. Plano Diretor Municipal de Confins, 1999. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/repositorio/municipios/confins/plano-diretor-de-confins-lc-n-002> Acessado em: 10/06/2014.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: Novaes, A. (org.). a crise da razão, São Paulo: Companhia das Letras/Brasília: MinC/Rio de Janeiro: FUNARTE, 1996.

RANIERI, Jesus. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. In: III Conferencia Internacional Karl Marx y los Desafios del Siglo XXI, 2006, Havana, 2006.

ROLNIK, Raquel.; SOMEKH, Nadia. Governar as metrópoles: Dilemas da recentralização. In: Gonçalves, M. F.; Brandão, C. A.; Galvão, A. C. (org.) Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional. São Paulo: Ed. UNESP: ANPUR, 2003, p. 95-104.

SASSEN, S. A cidade global. In: LAVINAS, L., CARLEIAL, L. & NABUCO, M. 1993.

SANT'ANNA, Marcos Vinícius. Entre o projeto urbano e o lugar: Práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do hipercentro de Belo Horizonte. (Dissertação) – IGC/UFMG, Pós-graduação em Geografia, a 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro. 9ª edição, Record, [2001] 2006.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo [4. ed. 7. reimpr.], [1996] 2012.

SANTOS, Thiago Andrade. Consequencias socioespaciais da excludente formação do espaço metropolitano de Belo Horizonte para o território de Santa Luzia/MG: Estudo de caso dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital. IGC/UFMG, 2010.

SANTOS, Thiago Andrade. Alguns aspectos da excludente formação do espaço metropolitano de Belo Horizonte: Estudo de caso dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital em Santa Luzia/MG. In: Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, Belo Horizonte, 2011.

SIFFERT, Paulo Vitor; SANTOS, Thiago Andrade; SENA, Cristiano Cruz . Urbanização, natureza e produção do espaço na era da cidade empresa: Caso do município de Lagoa Santa/MG. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. Anais do XVII ENG, 2012.

SINGER, Paul. O uso do solo na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1979. págs. 21-36.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras [1991] 1998. p. 150-202.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna. Petrópolis: Vozes. 1989.

TOPALOV, Christian. La urbanization capitalista: alguns elementos para su análisis. Mexico: editorial Edicol Mexico, 1979.

VAINER, Carlos, B. 2000. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. 2000. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, p. 75 - 103.

VILELA, Nice Marçal. Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes. (Dissertação) – IGC/UFGM, Pós-graduação em Geografia, a 2006.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução: Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, Companhia das Letras, [1920] 2004. Disponível em: <http://ebookbrowsee.net/a-%C3%A9tica-protestante-e-o-esp%C3%ADrito-do-capitalismo-pdf-d598173539> Acesso em: 06/10/2013.

## **REVISTAS E JORNAIS CONSULTADOS**

JORNAL ESTADO DE MINAS ONLINE. Vetor Norte da Grande BH projeta investimentos. 19/04/2010.

JORNAL ESTADO DE MINAS ONLINE. “Demanda reprimida por imóveis em Belo Horizonte é um dos fatores que explicam a valorização”. 21/01/2013.

JORNAL O TEMPO. 05/05/ 2012.

JORNAL O TEMPO. “BH sob o controle das câmeras”. Caderno Cidades. 04/08/2012

JORNAL O TEMPO, “Região Norte de BH: Vetor Norte de Belo Horizonte atrai grandes investimentos e muitos negócios”. Caderno Economia. 05/08/2012

JORNAL O TEMPO, “Empresários se revitalizam de olho no legado da Copa de 2014”. Caderno Economia. 05/08/2012

JORNAL O TEMPO. “Minas é classificada no ‘grau de investimento’”. Caderno Política. 22/09/2012

JORNAL O TEMPO. Boom imobiliário: Lagoa Santa se destaca como a "Nova Lima" do Vetor Norte. 28/10/2012.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Prefeitura fecha o cerco a moradores de rua. 10/12/2013.

REVISTA ENCONTRO CIDADES. Edição 126, 2012.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. Adolescente é agredido a pauladas e acorrentado nu a poste na zona sul do Rio. **Disponível em:** <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1407239-adolescente-e-agredido-a-pauladas-e-acorrentado-nu-a-poste-na-zona-sul-do-rio.shtml> **Acessado em:** 25/02/2014

JORNAL DA ALTEROSA ONLINE. Justiça nega pedido do MP para fechar hotéis na rua Guaicurus. 05/04/2014. Disponível em: <http://www.alterosa.com.br/app/belo-horizonte/noticia/jornalismo/ja---2ed/2014/04/05/noticia-ja-2edicao,110779/justica-nega-pedido-do-mp-para-fechar-hoteis-na-rua-guaicurus.shtml>

## **SITES CONSULTADOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2010.

REDE BRASIL ATUAL – RBA. Salário mínimo de 2014 garante maior poder de compra em três décadas. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2013/12/salario-minimo-de-2014-garante-maior-poder-de-compra-em-tres-decadas-328.html>

SKY SCRAPER CITY. Disponível em:  
<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=624724&page=73> > Acessado em: 27/03/2014.

SITE BIOVILLAS. Disponível em: <http://biovillas.com/arquivos/biovillas-ap-curta.pdf>  
Acesso em: 19/02/2014.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Disponíveis em:  
[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu\\_doc/belohorizonte.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf)  
Acesso em: 22/10/2013.

FARKASVÖLGUYI ARQUITERURA. Disponível em:  
<http://www.fkvg.com.br/pt/projetos/hotel-golden-tulip-bh/> Acesso em: 20/02/2014

GRAMBEL. Acessado em junho de 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL). Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/>  
Acessado em 2014.

## **FILMOGRAFIA**

TEMPOS MODERNOS (Modern Times). Direção e produção: Charles Chaplin. Estados Unidos, 87 min. Gênero: Comédia, drama, romance. Em preto e branco, Continental.

## **MUSICOGRAFIA**

RUSH. Cygnus X-1 Book II Hemispheres: VI. The Sphere a Kind of Dream. Interprete: Rush. Autores: Neil Peart (letra) e Rush (instrumental). Album: Hemispheres. Gravadora: Mercury Records, 1976. Faixa 1, 18:04 min, CD.